

JEM

ESTUDOS DE
CERÂMICA MEDIEVAL

O Norte e Centro de Portugal
séculos IX a XII

Adriaan De Man · Catarina Tente

COORDENAÇÃO



ESTUDOS DE
CERÂMICA MEDIEVAL
O Norte e o Centro de
Portugal - séculos XI a XII

IEM - Instituto de Estudos Medievais

Colecção ESTUDOS

ESTUDOS DE
CERÂMICA MEDIEVAL
O Norte e Centro de
Portugal - séculos XI a XII

Coordenação de
ADRIAAN DE MAN
CATARINA TENTE

Com a colaboração de
ANTÓNIO M. SILVA
VIRGÍLIO H. CORREIA

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Titulo	Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - séculos XI a XII
Coordenação	Adriaan de Man e Catarina Tente
Colaboração:	António M. Silva e Virgílio H. Correia
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais
Referência da imagem da capa	Exemplar do espólio da escavação do Pátio do Museu Grão Vasco. Fotografia de Cátia Viana.
Colecção	Estudos 7
ISBN	978-989-98749-2-3
Concepção gráfica	Luís Ribeiro (segundo concepção de Ana Pacheco)
Depósito legal	375772/14
Impressão e acabamento	DPS - Digital Printing Services

Índice Geral

Apresentação	9
A dinâmica cultural em "Portucale" e "Colimbrie" nos séculos VIII-XI	
Manuel Luís Real	13
Cerâmica medieval de Conimbriga	
Adriaan De Man; Virgílio H. Correia; Sofia Lovegrove; Francisco Andrade.	57
Cerâmica dos séculos IX-XII: alguns exemplares provenientes do Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra	
Mafalda Ramos; Elisa Albuquerque; Constança Santos	69
A cerâmica dos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra)	
Ricardo Costeira da Silva	79
Cerâmicas medievais da Capela de São Pedro da Capinha, Fundão	
Maria Constança Santos; Elisa Albuquerque	99
A produção cerâmica dos séculos IX a XI na região do Alto Mondego (Portugal)	
Catarina Tente; Óscar Lantes; Pilar Prieto	109
Cerâmicas medievais do Pátio do Museu Grão Vasco (Viseu): elementos para uma sistematização da cerâmica pleno medieval do espaço viseense	
Patrícia Rodrigues	141
Cerâmicas do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia	
António Manuel S. P. Silva; Manuela C. S. Ribeiro	161
A Cerâmica medieval do Castelo de Paiva e seu enquadramento histórico	
António Manuel de Carvalho Lima	183

Cerâmica do período da “reconquista” (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia)	
António Manuel S. P. Silva; Laura C. P. Sousa	205
Contributo para o estudo das cerâmicas medievais (sécs.VI/VII a XIII) do mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães)	
Lília Freitas, Manuel Luís Real	223
Achádegos cerâmicos na necrópole rupestre de San Vitor de Barxacova (Parada de Sil, Ourense)	
Eduardo-Breogán Nieto Muñiz	239

Apresentação

Quando, em Abril de 2012, foi organizado um encontro sobre a cerâmica medieval no auditório e laboratório do museu de Conimbriga, o desígnio consistia em aproximar comunicantes do público e de outros participantes, reunidos em debate num workshop. O evento foi concebido e organizado por António Manuel Silva, do Centro de Arqueologia de Arouca, Virgílio Hipólito Correia, do Museu Monográfico de Conimbriga, e Adriaan De Man, da Universidade Nova de Lisboa. Como objetivo definiu-se discutir e partilhar dados referentes aos últimos estudos realizados no Centro e Norte de Portugal dirigidos às produções e consumos de cerâmica entre os séculos IX a XII. Ainda que se tivesse pensado num pequeno fórum de partilha e debate sobre as produções cerâmicas do centro e norte de Portugal, a adesão foi significativa, quer entre os que quiseram partilhar os seus resultados, quer junto dos que assistiram às comunicações. O encontro possibilitou ainda que fosse possível trazer coleções e apresentá-las no espaço do laboratório de Conimbriga, o que permitiu a todos contactar com as cerâmicas, comparar diretamente coleções e partilhar opiniões. Em jeito de balanço, a fórmula excedeu as expectativas, o que se tornava particularmente significativo na medida em que o encontro já decorreu num contexto de contenção de fundos muito restritivo. Foi, em particular, a generosidade do Museu de Conimbriga, ao disponibilizar as suas instalações, que permitiu criar um ambiente construtivo e informal, e viabilizou esta frutuosa troca de experiências.

Foram vários os constrangimentos que impediram a rápida edição dos textos que resultaram das comunicações e conversas havidas nesse encontro. Obviamente, dá-se aqui especial destaque à falta de verba para o efeito. Desde a última edição dos encontros de cerâmicas medieval e pós-medieval de Tondela, que o país ficou privado de uma publicação especializada em estudos de cerâmica medieval onde os investigadores pudessem partilhar os resultados das suas investigações e que

servisse, simultaneamente, como um referencial para a caracterização das produções e consumos de material cerâmico. Tal falta é particularmente mais sentida em áreas geográficas com o Norte e Centro de Portugal, onde era mais deficitária a investigação neste campo. Aquele encontro de Tondela realizou-se em 1999, e desde então apenas notícias esparsas foram sendo publicadas sobre as cerâmicas da região norte e centro do país. Por esta razão tornava-se fundamental que o encontro de Conimbriga conhecesse a luz da publicação e deixasse para o futuro o ponto de situação dos conhecimentos sobre esta temática nos inícios da segunda década do século XXI.

O volume que agora se apresenta reúne textos dos comunicantes do encontro realizado em Conimbriga, aos quais acrescem mais algumas contribuições de outros investigadores que nesse dia levaram as suas coleções para o laboratório do museu no sentido de as apresentarem e partilharem com os demais colegas. Assim, tanto o avançar do tempo como o aumento da lista de autores foram conduzindo à modificação da listagem de contributos inicialmente pensada para o encontro. A oportunidade para a sua publicação surge da disponibilização de uma verba do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, através de um projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e liderado por Catarina Tente, comunicante e colega de um dos organizadores da sessão de Conimbriga (ADM). A disponibilidade dessa verba dependeu de uma curta janela de oportunidade, que foi aproveitada para dar corpo a este livro.

O volume conta com doze textos, sendo onze dedicados especificamente a estudos de cerâmica e um, da autoria de Manuel Luís Real, que traça um panorama sociopolítico e cultural da região e *Portucale* e de *Colimbrie* entre os séculos VIII a XI. Este texto é fundamental para se compreender o enquadramento histórico das sociedades que consumiram e produziram as cerâmicas que os restantes estudos abordam. O seu autor já há muito que nos habituou a estudos de grande profundidade e qualidade científica sobre a Alta Idade Média, e o texto que aqui publica não foge à regra. Uma vez mais, estamos perante uma referência fundamental para quem se debruça sobre a Idade Média portuguesa nos seus séculos mais recuados e ilustra a vitalidade, a originalidade científica e a atualidade dos conhecimentos que Manuel Real tem vindo a imprimir aos seus mais recentes trabalhos.

O restante corpo do livro é constituído por onze estudos sobre coleções cerâmicas de sítios arqueológicos ou de regiões. Alguns desse sítios foram já intervencionados no século XX, mas só agora houve a oportunidade de se realizar o estudo dos materiais ali identificados. Um desses casos é o texto sobre as cerâmicas

do importante contexto arqueológico do Mosteiro de Santa Marinha da Costa em Guimarães, da autoria de Lília Freitas e Manuel Luís Real. Outros dois importantes sítios arqueológicos são objetos de três estudos diferenciados: Conimbriga, com um estudo assinado por Adriaan De Man, Vírgilio H. Correia, Sofia Lovegrove Pereira e Francisco Duarte; e Coimbra, para o qual se apresentam dois trabalhos, um dedicado ao Pátio das Escolas da Universidade, da responsabilidade de Mafalda Ramos, Elisa Albuquerque e Constança Santos, e um outro em que se apresentam os resultados do estudo das cerâmicas alto-medievais encontradas nas escavações do fórum de *Aeminium*, da autoria de Ricardo Costeira. Os consumos e produções do espaço urbano fica completo com o trabalho de Patrícia Rodrigues sobre as cerâmicas identificadas nas escavações do pátio do Museu Grão Vasco em plena acrópole de Viseu. Os restantes textos são já dedicados a contextos que se podem inserir nos espaços mais ruralizados. O único texto de um espaço vizinho a Portugal deve-se a Eduardo Breogán, sobre a necrópole rupestre de San Vitor de Barxacoa, em Orense, cujas cerâmicas ali recolhidas partilham muitas das características formais das cerâmicas do espaço mais a Sul. Já na bacia do Douro, António Lima apresenta o estudo que realizou sobre os materiais cerâmicos de Castelo de Paiva; António Manuel Silva e Lara Sousa assinam um estudo sobre o Castelo de Crestuma; e António Manuel Silva e Manuela Ribeira são autores do texto sobre o Castelo de Arouca e Casal da Malafaia, situados junto ao rio Arda, afluente da margem esquerda do Douro. Para a área da Beira Interior são apresentados mais dois trabalhos. Um deles é da autoria de Constança Santos e Elisa Albuquerque, sobre os resultados que obtiveram nas recentes escavações da Capela de São Pedro da Capinha, situada no concelho do Fundão. E, por fim, um estudo sobre a região do Alto Mondego, no qual se incorpora o estudos de quatro estações arqueológicas e que é assinado por Catarina Tente, Oscar Lantes e Pilar Prieto. Infelizmente não foi possível contar com estudos de coleções identificadas a sul de eixo Coimbra/Conimbriga, mas certamente que o futuro trará à luz estudos que também aqui estão a ser realizados.

Espera-se, assim, que este livro possa contribuir para a fundamentação de novas discussões em torno da cerâmica de uma época e região ainda mal compreendida. As realidades produtivas de uma vasta faixa de território, genericamente estruturada pelos rios Mondego e Douro, são muito díspares. Refletem dinâmicas de povoamento igualmente diferentes, entre cidades, sítios de altura, caminhos e as paisagens em que eles se articulam. Esta riqueza de elementos tornou o encontro muito frutífero, e nem toda a discussão então ocorrida é passível de resumo nos textos publicados. Os organizadores iniciais, assim como os editores do presente livro, têm uma dívida de gratidão para com quem contribuiu com o seu conhecimento e esforço para a

construção desta obra coletiva. Dirige-se um agradecimento muito especial ao Museu de Conimbriga, ao Centro de Arqueologia de Arouca e ao Instituto de Estudos Medievais, que tornaram possível o encontro, assim como aos diversos autores dos textos, ao Luís Ribeiro, responsável pela formatação e design do volume e, em particular, à Fundação Calouste Gulbenkian, que tornaram viável esta publicação.

A DINÂMICA CULTURAL EM “PORTUCALE” E “COLIMBRIE” NOS SÉCULOS VIII-XI

*Manuel Luís Real*¹

Ao abordar a cultura durante a alta Idade Média, no território que hoje constitui o norte e centro de Portugal, torna-se indispensável dar a conhecer o que era a região nos séculos imediatos que precederam a invasão islâmica. Estava então em curso um processo, que foi parcialmente interrompido, mas onde se lançaram as bases do conhecimento e de um certo modo de estar das populações no período que, então, se abria na história peninsular.

A expansão do Cristianismo na *Lusitania* e na *Gallaecia*, durante a tardo-antiguidade, veio a transformar-se num dos fenómenos de maior significado para a compreensão do evoluir futuro do território. Não podemos entender o Cristianismo na fase sua inicial sem ter em conta o meio em que ele surge e a generalidade dos ingredientes que contribuíram para a respectiva formação, sejam eles de matriz romana e regional, sejam ainda de um inequívoco ascendente oriental. Não é por acaso que os primeiros indícios orgânicos da sua implantação, no extremo ocidente do Império, surgem com maior clareza no sul da Hispânia, onde existiam relações

¹ Investigador do CITCEM.

preferenciais com a cultura e o comércio mediterrânicos. Referimo-nos ao Concílio de Elvira, no início do século IV, onde já participaram três bispos lusitanos. Apesar de ausente neste conclave, por se tratar de um concílio regional, o norte peninsular não ficou arredado do processo. Aliás, até se manifestou de modo precoce, como o demonstra a carta do bispo Cipriano de Cartago aos cristãos de Mérida, Leão e Astorga, sobre as consequências das perseguições levadas a cabo pelo Imperador Décio (249-251). E um tanto surpreendentemente, a Galécia vai exibir desde cedo um cristianismo pujante e dinâmico. Prisciliano e Egéria são praticamente contemporâneos e, ao que parece, ambos naturais do noroeste hispânico. Mas irão trilhar caminhos distintos. Egéria ou Etéria era uma mulher culta e curiosa – presumivelmente uma “deovota”, de elevado estrato social – que descreve em latim a viagem que decidira empreender a Itália e ao Oriente Próximo, entre 381 e 384 d.C.. A vivacidade com que relata os lugares que visitou e as informações que transmite sobre a sociedade e a liturgia do seu tempo, granjearam enorme prestígio à sua obra, que é mencionada, por exemplo, numa carta do monge Valério de Bierzo, discípulo de S. Frutuoso. A peregrinação aos lugares santos inicia-se um ano após o Imperador Teodósio I – um outro hispano – ter promulgado o Cristianismo como religião oficial do Estado. A caminho do Oriente, Egéria fará ainda uma estadia em Roma, onde pontificava São Dâmaso, um Papa igualmente de origem hispânica.

Quanto a Prisciliano, depois de frequentar uma comunidade de tendência rigorista na região de Bordéus e de, provavelmente, ter recebido informações sobre outras experiências de monaquismo ascético, empreendeu um movimento que se proclamava defensor da pureza original do Cristianismo. Criticando a hierarquia eclesíastica – acusada de pactuar com o Estado imperial, enriquecendo e corrompendo-se – as pregações de Prisciliano obtiveram particular sucesso junto das classes populares e entre a audiência feminina. Esta circunstância fez com que a sua doutrina fosse denunciada por algumas elites da Igreja e condenada em Concílio. Após um processo rocambolesco, durante o qual procurou encontrar-se com o Papa e o Imperador, para os convencer acerca da justeza da sua concepção cristã da vida e do exercício clerical, acabou sentenciado à pena máxima, em *Treveris*, a capital germânica do império. É de referir que a mensagem priscilianita era bem recebida em todos os estratos sociais, inclusive nos meios eruditos, e com particular incidência no noroeste peninsular. No dizer de Idácio de Chaves, após a morte de Prisciliano, a heresia assolou toda a Galécia, levando a maioria dos bispos a aderir ao movimento. O próprio bispo de Braga, Paterno, só depois de abjurar é que veio a ser confirmado no cargo diocesano, pelo I Concílio de Toledo (397-400 d. C.). E apesar do esforço da hierarquia para pôr cobro ao movimento, a sua expansão acentuar-se-á, ainda mais, na sequência da instabilidade causada pelas invasões bárbaras. O

impacto da heresia priscilianita estender-se-ia mesmo para além da Península, não apenas às Gálias e à Germânia, mas também a Roma, onde chega um monge galego acusado de hereje, Baquiário, que escreve ao Papa um manifesto em defesa da sua profissão fé. Deve acentuar-se que muitas das propostas doutrinárias de Prisciliano se enquadram dentro da moral católica e respeitavam a ortodoxia. O facto de ele afrontar a hierarquia estabelecida é que, essencialmente, terá contribuído para criar inimigos entre os seus pares, que o difamaram de bruxaria e acusaram de perturbar a ordem estabelecida.

Referimos este caso apenas para acentuar, em Prisciliano, um clérigo extremamente instruído e de forte personalidade. Tal como Egéria, ele testemunha a pujança da cultura cristã na Galécia, já em pleno século IV d. C. (Maciel 1996)². E era a metrópole bracarense que no noroeste, sem dúvida se encontrava a liderar o processo. Para o efeito, não serão estranhas as frequentes ligações que a diocese mantinha com o norte de África e o Oriente. Um bom exemplo é o do presbítero Avito que, ainda antes de terminar o século, parte para Constantinopla e Palestina, onde mantém correspondência com S. Jerónimo. O cultivo das letras, a luta contra as heresias contemporâneas e a conversão dos gentios irão marcar a história da Igreja bracarense no seu início, dela emergindo figuras do mais elevado prestígio no seio da cristandade ocidental. Os acontecimentos peninsulares, desde o primeiro ano de governo do Imperador Teodósio (379) até ao saque de *Conimbriga* e à queda de *Olisipo* nas mãos dos Suevos (467-468), foram vivamente registados pela figura tutelar de Idácio de Chaves. Este bispo acabava de protagonizar o nascimento de uma nova diocese, decerto promovida pela metrópole bracarense, no intento de amplificar a acção pastoral dentro do seu território de influência, mas as convulsões do século acabaram por tornar efémero o projecto. Entretanto, e desde cedo, os suevos estabelecerão a sua capital em *Bracara Augusta*. A chegada dos bárbaros à região motivou a saída de alguns expoentes da cultura local, como Paulo Orósio, que entre 413-414 foge para a Numídia (“perseguido até à praia, onde embarcou”), tendo-se aí tornado discípulo de Santo Agostinho. Esta sua decisão de se refugiar em Hipona, mostra, à saciedade, a importância que o Norte de África representava para os intelectuais bracarenses, como fonte de inspiração e como elo de ligação com o Médio Oriente. Orósio foi um ilustre estudioso da cultura greco-latina, na qual se teria iniciado já em Braga. As suas obras, para além de alusões ao Antigo e Novo Testamento, incluem referências a César, Tito Lívio, Tácito, Suetónio, Floro ou Eusébio de Cesareia. Depois de alguns anos a trabalhar junto do bispo de Hipona e a

² Pela sua elevada erudição, é uma obra incontornável para o conhecimento desta época, no contexto da história da arte paleocristã. Todavia, como veremos adiante, o autor coloca entre os sécs. VI-VII certas produções, como as de *Aeminius-Conimbriga*, que inquestionavelmente são de data posterior.

pedido deste, segue para a Palestina com uma missiva endereçada a São Jerónimo. Já em Belém, conhece o seu conterrâneo Avito, que lhe irá servir de intérprete do grego. Mais tarde, Orósio vai ser portador de uma carta deste último “ao bispo Balcónio, a todo o clero e fiéis da Igreja de Braga, declarando que várias vezes havia tentado regressar, sem o ter conseguido, por causa da presença dos inimigos priscilianistas em toda a Hispânia” (Marques 2001:108). Nestes tempos difíceis de heresias, destruições e pilhagens, no noroeste peninsular distinguir-se-á precisamente o metropolitano Balcónio, eventual promotor da paz estabelecida entre os galaico-romanos e o rei bárbaro Hermerico (433) e, como também procurou demonstrar Sérgio S. Pinto, o iniciador da conversão do povo suevo (Pinto 1949). Requiário, antes mesmo de subir ao trono, havia já abraçado o catolicismo (447-448), mas o processo acabou por ser perturbado com a chegada do bispo godo Ajax, vindo da Gália, que incentivou o regresso do novo rei, Remismundo, ao arianismo.

A quinta centúria é, pois, um período de defesa da vitalidade anteriormente alcançada pela Igreja bracarense, a qual, porém, a partir do último quartel, desembocou numa aparente letargia ou prudente moderação, como o indicia o silêncio das fontes. No entanto, terá conseguido preservar a sua identidade e erudição, já que no século VI ela reaparece consolidada e voltará a brilhar com o seu dinamismo e o prestígio de algumas proeminentes figuras, como Profuturo de Braga, ou Martinho e Pascácio de Dume. Algo de semelhante estava a acontecer também na antiga Lusitânia, depois de ultrapassados os piores momentos das migrações bárbaras, como o atesta João de Biclara, “*natiuitate gothus*” e abade escalabitano (que acabará bispo em Gerona), além do bispo Apríngio, de Beja (autor de um comentário ao Apocalipse), ambos enaltecidos por Isidoro de Sevilha. Contemporâneo do bispo pacense é também o metropolitano de Braga, Profuturo, cujos pendores reformista e respeito pela ortodoxia romana o levam a pedir esclarecimentos directamente à cúria pontifícia. Não é conhecido o texto da missiva, mas pelo teor da resposta do Papa Vigílio (538) sabe-se ser sua preocupação a atitude a tomar perante certas práticas dos priscilianistas e arianos, onde se incluíam também questões sobre o baptismo, a eucaristia e a sagração de igrejas destruídas ou restauradas.

O maior expoente da cultura bracarense no séc. VI é, todavia, Martinho de Dume. Originário da Panónia (segundo rezava o seu epitáfio e o confirma Gregório de Tours) terá visitado o Oriente antes de empreender a viagem até à Galécia. A ele se deve a introdução do culto de S. Martinho de Tours – seu conterrâneo de origem – na diocese de Braga. Para além do relevante labor organizativo, enquanto abade de Dume e bispo de Braga, e do papel central que desempenhou na conversão dos suevos ao catolicismo, a sua obra literária alcançou uma larga difusão na cultura europeia. Acerca de S. Martinho, tem sido tradicionalmente apresentada a ideia de

uma possível formação oriental, relacionada com Bizâncio e os meios ravenates. Mais tarde, Luís Ribeiro Soares apareceu a defender a tese itálica da sua formação, essencialmente de origem romana (Soares 1997). E algum consenso tem havido sobre a importância, na respectiva obra, dos escritos de Cassiano de Marselha, o divulgador do modelo de vida monástica preconizado por Bento de Núrsia. Todavia, há alguns anos, Arnaldo do Espírito Santo procedeu a um estudo contextual da obra martiniana, comparando-a nomeadamente com a do seu discípulo, Pascácio de Dume, e chegou a uma conclusão surpreendente: a cultura de S. Martinho, com a sua indubitável influência de raiz ocidental, só pode ter sido alimentada ou aperfeiçoada depois de chegar a Braga. Comparando as traduções que cada um deles faz das *Sentenças dos Padres do Egipto*, o autor chega à conclusão que a de Pascácio é bem mais perfeita. O escrito deste último foi realizado por pedido expresso do seu superior, decorridos escassos cinco anos após a chegada de Martinho e quando este ainda não estava investido na dignidade de bispo. Era simplesmente “*presbytero et abbati*”, em Dume. Ora, seria impossível que o monge Pascácio conseguisse alcançar formação suficiente em tão pouco tempo. Além disso, a tradução de S. Martinho era anterior e por não satisfazer o próprio, decerto, é que ele irá pedir ao seu subordinado para realizar novo ensaio. Segundo o investigador citado, Martinho possuía escassos conhecimentos da cultura helénica, o que não acontecia com Pascácio, até porque em Braga havia textos conciliares já traduzidos do grego. Finalmente, no conjunto na obra de S. Martinho, constata-se que a sua formação intelectual progride à medida que o tempo decorre³. Em conclusão, parece legítimo pensar que em Braga, fruto de um esforço cultural que, pelo menos, vinha desde o séc. IV, havia uma escola catedralícia⁴ de inegável qualidade e cuja influência se exerceria nos mosteiros e nas “*basilicae sanctorum*” que existiam na cidade e arredores, segundo se entrevê em Idácio. A instituição dos concílios regionais, de 561 e 572, é outra das consequências do prestígio crescente adquirido pela igreja bracarense.

Apesar de existirem ainda grandes lacunas, a arqueologia e certas fontes documentais têm permitido avançar no conhecimento do que seria a cidade de *Bracara Augusta* nesta altura. A ocupação humana terá prosseguido naturalmente durante a Antiguidade Tardia, mas dão-se algumas transformações significativas, que podem sintetizar-se do seguinte modo: “desactivação de grandes edifícios públicos romanos (teatro, termas, anfiteatro); aparecimento de novos marcadores arquitectónicos (conjunto episcopal cristão, templos cristãos); transferência do poder político (desactivação do foro e construção do conjunto palatino da Falperra); apropriação

³ A dissertação de doutoramento de Arnaldo do Espírito Santo – *A recepção de Cassiano e das Vitae Patrum: um estudo literário de Braga no séc. VI* – data de 1993, mas não chegou a ser publicada. A respeito do tema, veja-se ainda: Santo 1998: 299-310 e, também, Nascimento 2006: 87-104.

⁴ As escolas catedralícias são criadas a partir do II Concílio de Toledo (527).

de espaços (edifícios públicos desactivados, pórticos e ruas); transformação da rede de circulação interna (encerramento de ruas e eventual abertura de outras na sequência da construção da muralha); alteração dos subúrbios imediatos (necrópoles e áreas oficinais) e próximos (edificação de templos e mosteiros cristãos)⁵. Este é um quadro que, aliás, se vai repetindo em outras cidades importantes do Império, como *Conimbriga*⁶.

No plano da arquitectura eclesiástica, o processo mais óbvio foi o da adaptação de antigos edifícios públicos, como o monumento porticado de *Bracara Augusta* e o templo do ‘fórum’ de *Conimbriga*. Nesta última cidade surgirá ainda outro templo, mediante a transformação de um edifício privado, a denominada “casa de *Tancinus*”. Num ou noutro caso, podem ter até ocorrido algumas construções de raiz, especificamente destinada a templo cristão e seguindo os princípios correntes da edilícia romana. Será porventura o caso da basílica de *Tongobriga* (Marco de Canaveses), que esteve na origem da igreja de Santa Maria do Freixo e foi sede de uma documentada paróquia suévica (Lima 2012). A sua planta é complexa, pois além de átrio, possuía ainda um eventual anexo litúrgico, do lado sul. O mais interessante é que incluía uma aula com pavimento de mosaico, construído *ex professo* – aliás, como no átrio – e uma ábside de que só se conseguiu escavar a parte inicial (figura 1A), mas o suficiente para se presumir que havia uma planta de obediência canónica. A cristianização do santuário de Panóias ter-se-á dado também relativamente cedo, como o testemunha o “Paroquial suévico” e disso se conserva memória, hoje, na humilde capela que bordeja a zona arqueológica. O mesmo se terá passado com o santuário pagão de Frende (Baião), onde apareceram evidências cristãs muito precoces e hoje se presta culto a S. João Baptista (Almeida 1970: 97-107).

Na área em estudo, correspondente ao norte e centro de Portugal, não existem vestígios de arquitectura eclesiástica que assinalem uma tão directa ligação norte-africana, como no caso das basílicas alentejanas de absides contrapostas, em Torre de Palma ou Mértola, nem como os tão expressivos mosaicos e frisos ornamentais desta última cidade. Todavia, as relações com a África cristã – que, como vimos, foram estreitas no plano eclesiástico e intelectual – não deixam de aparecer no Entre Douro e Minho, tanto nas lajes de sepultura revestidas a mosaico, em Frende e em Dume, como, segundo é nossa convicção, na planimetria da basílica palatina da Falperra. Esta segue um modelo inspirado na arquitectura cristã oriental, que se expande para Ocidente através das antigas províncias da Mauritània. Sem ir mais longe, pode

⁵ A melhor síntese até hoje publicada sobre esta matéria pode encontrar-se em: Fontes et ali 2010: 255-262.

⁶ Para além da monumental publicação das *Fouilles de Conimbriga*, vejam-se: Alarcão 2004: 96-114 e De Man 2006.

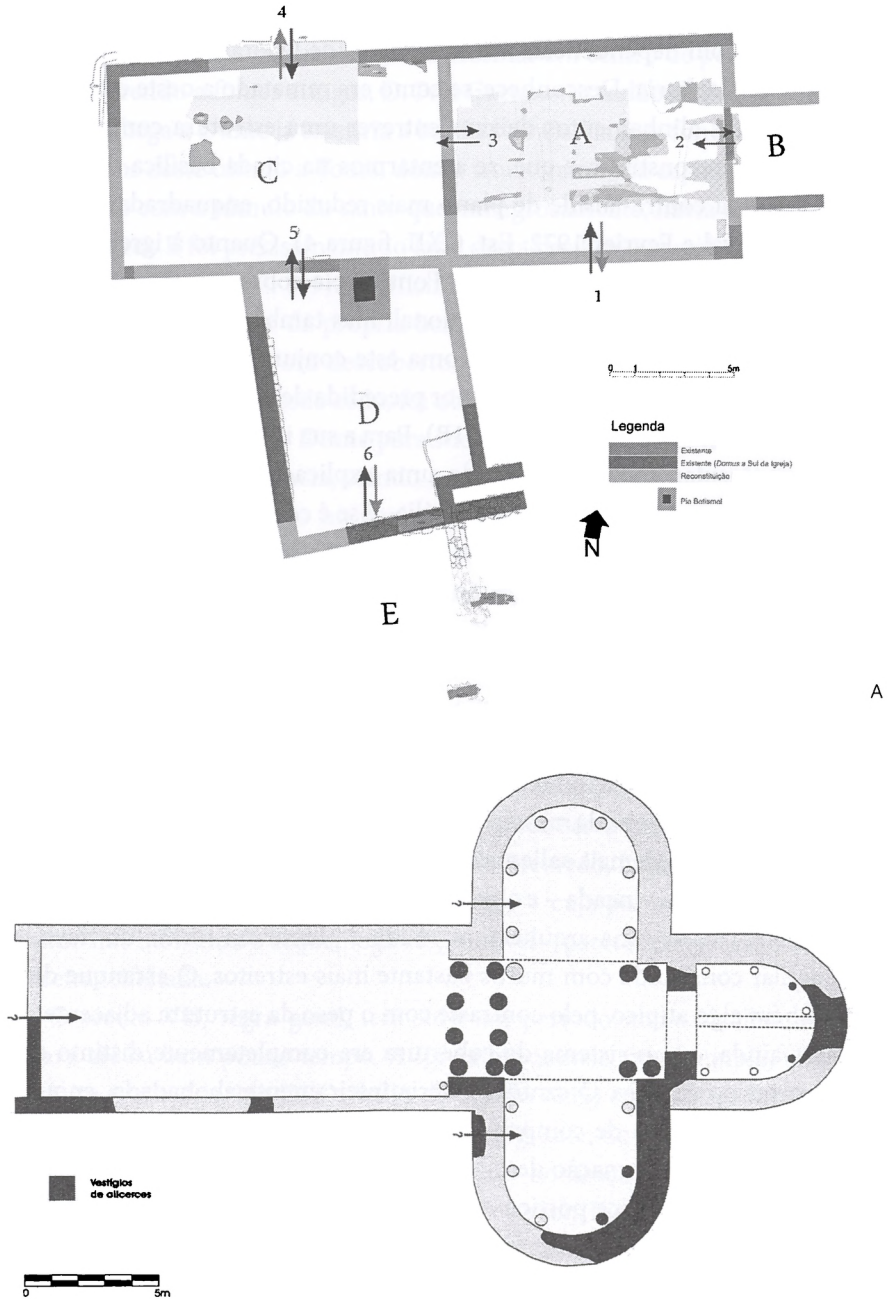


Figura 1. A: Templo paleocristão de Tongóbriga (seg. António M. C. Lima);
 B: Templo de Dume, 1ª fase-séc. VI (seg. Luís Fontes)

citar-se o templo III de Tebessa Khalia (Argélia), com a sua curta aula tripartida – ou, então, nave única com dependências laterais – e ábside ligeiramente em ferradura, flanqueada por *pastophoria*. Desconhece-se como era rematado a oeste o templo da Falperra, mas certos alinhamentos deixam entrever uma estrutura complementar, hoje impossível de reconstituir, e que, se atentarmos na citada basílica de Tebessa, até poderia ser uma contra-ábside de plano mais reduzido, enquadrada por várias dependências (Duval e Fevrier 1972: Est. CXII, figura 4). Quanto à igreja sueva de Dume, cuidadosamente escavada por Luís Fontes⁷, ela sobressai não apenas pelas suas invulgares dimensões no contexto regional, mas também pela planta em cruz latina, dotada de um amplo presbitério. Toma este conjunto a forma de cabeceira triconque ou, se se quiser, de uma capela-mor precedida de uma espécie de transepto com extremidades semi-circulares (figura 1B). Para a sua insólita planta no contexto do noroeste peninsular, tem-se procurado uma explicação através de influências mediterrânicas, nomeadamente a partir de Itália. E se é certo que podem ser citados exemplos em círculos milaneses e ravenates – algo aproximados, mas não inteiramente semelhantes – deveremos estar antes perante um caso em que a formação inicial de S. Martinho de Dume pode ter exercido alguma influência. Na verdade, o abade dumense era originário da antiga Panónia, região onde, com expressiva frequência, existem templetes paleocristãos cuja planta obedece ao esquema designado por *cella tricora*: Aquinum, Sopiana e Savaria (Hungria); Desno (Polónia); Sirmium (Sérvia), etc. É bom recordar que S. Martinho de Tours, cuja devoção teve grande centralidade na basílica de Dume, provinha da mesma região, pois nasceu precisamente em Savaria. E, neste contexto, não é demais salientar que, no templo dos arredores de Braga, a arqueologia revelou uma vincada – e algo estranha – diferenciação construtiva entre a parte do santuário, de uma arquitectura sólida e planta em forma de trevo, e a nave rectangular construída com muros bastante mais estreitos. O arranque destes muros é também algo atípico, pelo contraste com o peso da estrutura adjacente. Isto pode revelar, ainda, que o sistema de cobertura era completamente distinto entre estas duas partes do edifício. O santuário seria inteiramente abobadado, enquanto a antecâmara, sob a forma de comprida nave, só poderia comportar uma simples cobertura em telha sobre armação de madeira. Finalmente, tal nave estava separada do presbitério por um tríplice pórtico de acesso à *cella memoriae*, onde se colocou o sepulcro do santo bracarense. Confundível com uma pseudo-iconostasis, pela sua posição diante do santuário, esta passagem apresentaria um aspecto muito similar ao do portentoso ingresso da chamada basílica ‘*Vetus*’, de Cimitile (o mosteiro napolitano de S. Paulino de Nola, situado num ponto nevrálgico das ligações marítimas com o

⁷ Veja-se, entre outros trabalhos do autor: FONTES, Luís – *A basílica sueva de Dume e o túmulo dito de São Martinho*. Braga: Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho; Junta de Freguesia de Dume, 2006.

Oriente), a qual, pela mesma época, abrigava o túmulo de S. Félix, também um santo bispo local, cujo mausoléu se veio a transformar em centro de peregrinação.

Recorrendo a fontes antigas, D. Frei Caetano Brandão sublinha que, quando S. Martinho chega a Dume já existiria a basílica de Carriarico, fundada após o regresso dos enviados deste último a Tours, donde trouxeram uma capa de seda que estivera em contacto com o túmulo do santo que, milagrosamente, havia intercedido na cura do filho do rei. E foi precisamente ao lado desta basílica que o abade construiu o seu mosteiro (Brandão 1803: 3-9). É difícil aceitar que S. Martinho de Dume se tenha feito enterrar no interior da própria basílica dedicada ao bispo de Tours. Por isso, pensamos que o templo, ora descoberto, poderá ser apenas o mausoléu do abade-bispo de Dume, o qual, desde cedo, foi objecto de grande veneração. Com a invasão árabe e fuga dos bispos de Dume para Mondoñedo, a basílica de Carriarico poderá ter perdido a sua importância, caindo no abandono. Mas o culto de S. Martinho de Dume viria a ser relançado no período da Reconquista, certamente por interesse e acção da própria Igreja de Braga, que terá promovido a reconstrução do templo e encomendado um novo sarcófago, posto em lugar de destaque. Esta duplicação de edifícios de culto ir-se-á repetir em S. Frutuoso de Montélios, pois a existência do mosteiro é anterior à construção da capela funerária, por iniciativa do próprio santo⁸. Este mausoléu seria mais humilde que o actual, pois sofreu também uma reconstrução no período da Reconquista e cujo contexto tentamos explicar já anteriormente (Real 2000: 70-71). Um edifício de arquitectura semelhante, mas do qual não se tem conhecimento completo, parece ser o templo escavado há alguns anos por Miguel Rodrigues, em S^a Maria de Meinedo, lugar que foi sede episcopal durante o domínio suevo. O templo primitivo – cuja publicação estará para breve, segundo nos informou o arqueólogo responsável – parece ter possuído também uma cabeceira trifoliada.

O século VII, regra geral, terá sido um período menos brilhante do que se pensava até há bem pouco tempo. A Igreja bracarense, por exemplo, atravessava já uma crise acentuada. No IX Concílio de Toledo (655) não estarão sequer presentes os bispos de Dume e de Braga. Mas no ano seguinte, no X Concílio, já S. Frutuoso aparece como abade-bispo de Dume. A sua nomeação surge na sequência das desastrosas disposições do seu falecido antecessor, Riquimiro, cujas liberalidades haviam desbaratado o património do mosteiro. Durante o mesmo concílio, ele será ainda eleito para a sede metropolitana de Braga, em regime de acumulação, por o bispo Potâmio ter sido forçado a resignar, acusado do crime de fornicção. A

⁸ É de recordar que, na Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, são frequentes os mosteiros dotados com várias igrejas no seu interior, dada a importância atribuída aos enterramentos pios e ao culto dos santos. Basta citar o já referido cenóbio de S. Paulino de Nola, com as suas cinco igrejas, ou os quatro oratórios do mosteiro de Celanova.

celeridade desta dupla nomeação não deixa de ser controversa, até porque Frutuoso fora até então um personagem eivado de contradições, ora fundando mosteiros sem autorização episcopal, ora recorrendo para esse efeito ao património familiar e, por isso, incorrendo na ira de um cunhado, ora emparedando-se contra a vontade dos monges seus discípulos, ora passando de fundação em fundação, numa vida demasiado irrequieta e de afrontamento das autoridades políticas e civis, a ponto de motivar queixas perante o rei. Sendo reconhecida a sua proximidade com a família real goda, a nomeação coincide com o início do reinado de Recesvinto – com quem se virá a corresponder – e “pode ter constituído uma forma de controlar o seu carácter imprevisível e também de satisfazer a pretensão de um nobre piedoso que, paralelamente às autoridades episcopais, lograra edificar ... instâncias alternativas de concentração de poder”(Dias 2007:163). Enquanto metropolitano de Braga, a *Vita Fructuosi* não regista, da sua parte, qualquer intervenção arquitectónica na Sé Catedral. E a arqueologia aponta mesmo para a continuidade de uso do edifício romano-cristão, que só será remodelado na época da Reconquista (Fontes, Lemos e Cruz 1997-1988). Já como bispo das duas sedes, o santo funda ainda um último mosteiro – “de nome Turónio, construído entre Braga e Dume” – e aí decide, em fim de vida, construir o seu mausoléu.

Sendo S. Frutuoso um nobre de estirpe régia ou próxima da corte visigótica, nada que com ele se relacione deixa entrever qualquer manifestação cultural de matriz goda. Isto compreende-se, atendendo a que os novos senhores se integraram com facilidade e se assumiram como herdeiros do Império. Estavam mais focados nos benefícios da civilização romana do que na sua cultura de origem e, por isso, é que têm sido excepção os achados de objectos de tipologia germânica, como os da necrópole de Beiral de Lima⁹.

Sem nos alongarmos mais sobre este período, o que até ao momento enunciamos serve para entender as mudanças que estavam em curso, na altura, e que vão ser aceleradas pela invasão árabe da Península. Na verdade, o domínio suevo-visigodo gerou como que um novo “caldo civilizacional” que prelude a forma de vida alto-mediévia nesta região: migrações em massa; fascínio imperial e lideranças militares; recorrente instabilidade política, militar, social e religiosa¹⁰; alianças em função de interesses, mais do que por razões de natureza política ou por afinidades étnicas e confessionais; papel da Igreja como factor de contenção desta progressiva

⁹ É de salientar o aparecimento de um colar com pendentes de ouro, contas em âmbar doutro colar ou pulseira, além de um anel de ouro maciço e granadas encastoadas, em *cloisonné*. A bibliografia é já extensa e não cabe aqui citar os paralelos invocados, tanto hispânicos, como do leste europeu. Limitar-nos-emos a referir o artigo que deu a conhecer este achado à comunidade científica: Viana 1961.

¹⁰ Neste último aspecto, para além das heresias e do relaxe dos costumes, há que referir a disputa entre Mérida e Braga, pela primazia sobre os bispados entre o Douro e Mondego, como consequência da tutela do reino suevo sobre a região.

dissolvência do quadro social e cultural; recurso a práticas mistas de administração e jurisprudência; hibridismo cultural; desigualdades regionais; desestruturação urbana e perda de poder das autoridades territoriais; busca de lugares mais seguros por parte da população, em eminências geográficas ou em lugares afastados da cidade e eixos viários principais; dissolvência do sistema de gestão da economia rural; desertificação parcial da terra; retorno a práticas de auto-subsistência, etc.

A invasão árabe da Península é facilitada por este processo de desagregação que atinge o Estado visigodo e que vai gerar alterações substanciais no sistema de governação do território, na estrutura social e no modo de vida das populações. A diferenciação entre o sul e o norte acentuar-se-á. E surgem novos agrupamentos sociais, fruto de migrações étnicas e de uma mudança estrutural no plano religioso, com a entrada do islão no al-Andalus. Para além das comunidades tradicionais, surgem os árabes e os berberes. Por sua vez, começam a formar-se diferenciações entre os vencidos, de acordo com a respectiva postura perante o invasor. Eles viriam a ser conhecidos por *muladis* e por *moçárabes*, respectivamente, consoante aceitaram a religião é as benesses resultantes da adesão ao interesse dos novos senhores ou, pelo contrário, se mantiveram fiéis à fé cristã e procuravam manter viva a sua cultura. Esta última atitude só foi possível pelo facto da autoridade islâmica ter consciência de que a conquista apenas poderia ter sucesso se respeitasse a população hispânica. Nesse contexto, surgem diversos pactos mediante os quais se concedia o respeito pela propriedade e pela liberdade de culto da população cristã, mas mediante contrapartidas, nomeadamente o pagamento de um imposto (*gizya*). O ocidente peninsular conheceu vários pactos, sendo provável que tal tivesse ocorrido em Coimbra e na região de Lafões. Mas, como não podia deixar de ser, nunca se trataria de um processo linear. Houve moçárabes respeitados, que colaboravam com a própria administração. Houve certamente quem se fez passar por muladi, sendo cripto-cristão, preferindo exteriorizar uma suposta adesão ao islamismo. Houve berberes revoltados contra a liderança árabe e, entre eles, nunca deixou de haver berberes cristãos, apesar das tentativas de converter em massa ao islamismo a população norte-africana. Enfim, houve sempre alianças cruzadas, em função de interesses do momento.

Entretanto, no Norte, irão concentrar-se muitos dos que foram conseguindo resistir à progressão avassaladora dos exércitos emirais, dando origem ao pequeno reino cristão das Astúrias, ele também cheio de fragilidades e contradições internas. Mas a partir de Afonso I (739-757), dar-se-á início ao movimento de presúrias e da Reconquista, primeiro em direcção à Galiza e, logo a seguir, ao planalto leonês.

Entre os moçárabes, o processo de aculturação foi bem mais lento do que, durante muito tempo se supôs. A vida das populações continuou sem grande sobressalto,

apesar já haver sintomas de evolução, no seu quotidiano, desde as migrações bárbaras e a queda do Império. E só assim se compreende a dificuldade dos arqueólogos em identificar produções atribuíveis ao séc. VIII-IX, nomeadamente na cerâmica, até porque estão praticamente ausentes artefactos importados e foram mantidos os fabricos tradicionais. O mesmo sentido de continuidade estaria inicialmente a passar-se em muitas sedes episcopais, mormente no sul. E, em Braga e Dume, só passado algum tempo é que os respectivos prelados se terão transferido para a Galiza. O primeiro bispo residente conhecido, de Mondoñedo-Dume, é Sabarico (866-877). Para a Arquidiocese de Braga, sabe-se que o último prelado a permanecer na sua sede foi Félix, já documentado em 693. Porém, é possível que não tenha fundamento a asserção de que este teria aí vivido até o ano de 734, altura em que se começa a falar de bispos residentes em Lugo. De qualquer forma, não se tratou, neste caso, de um abandono puro e simples dos destinos da Igreja local, dado que Odoário, depois de nomeado para a cátedra de Lugo-Braga (c. 750), veio “restaurar e povoar” esta última cidade, da qual se sentia igualmente bispo. À existência de colonos, desde longa data, referem-se documentos de 861, 1025 e 1062, um dos quais alude explicitamente à “*pleve ecclesie et familia Bracalense sedis*”(Costa 1997:48). E podemos considerar a denominada “presúria” do bispo Odoário como uma iniciativa de reenquadramento populacional a sul do rio Minho, em coordenação com a política expansionista da própria realeza asturiana, que aproveitava as fragilidades da liderança árabe, na sequência da grande revolta berbere a norte do Douro, no ano de 741, e do recuo de algumas tribos para a região central da Península.

Por essa altura, a população moçárabe de Coimbra viveria em regime de relativa liberdade, sob o governo berbere dos Banu Danis. Em *Conimbriga*, por exemplo – onde é admissível uma acentuada diminuição populacional, à semelhança do que ocorreu noutros importantes centros urbanos – há evidências de que a vida local não fora interrompida, apesar do bispo se ter transferido para *Aeminium* desde finais do séc. VI (Alarcão 2004: 98-99; De Man 2005 e 2007). Existem provas documentais e arqueológicas que assinalam uma ocupação humana ininterrupta, inclusive com achados de época posterior à formação da nacionalidade. Lentamente, o povoado foi-se acantonando na parte norte da cidade, dando origem à aldeia de Condeixa-a-Velha. E pesquisas arqueológicas recentes, na zona do anfiteatro, têm identificado ambientes domésticos baseados numa economia de subsistência. Os níveis do séc. IX-X são escassos, devido ao contínuo revolvimento do solo, para recolha de pedra e para os trabalhos agrícolas. No entanto, nos casos em que foi possível identificar vestígios dessa época, verifica-se que eles fornecem materiais pobres, com poucos traços de influência islâmica, se bem que esta não esteja de todo ausente. Além disso, é de salientar o aparecimento de indícios de buracos de poste, os quais poderão ser

interpretados como ténues vestígios de estruturas de cabana, muito à semelhança do que acontece noutros locais, em contextos da alta Idade Média (De Man 2006-2007).

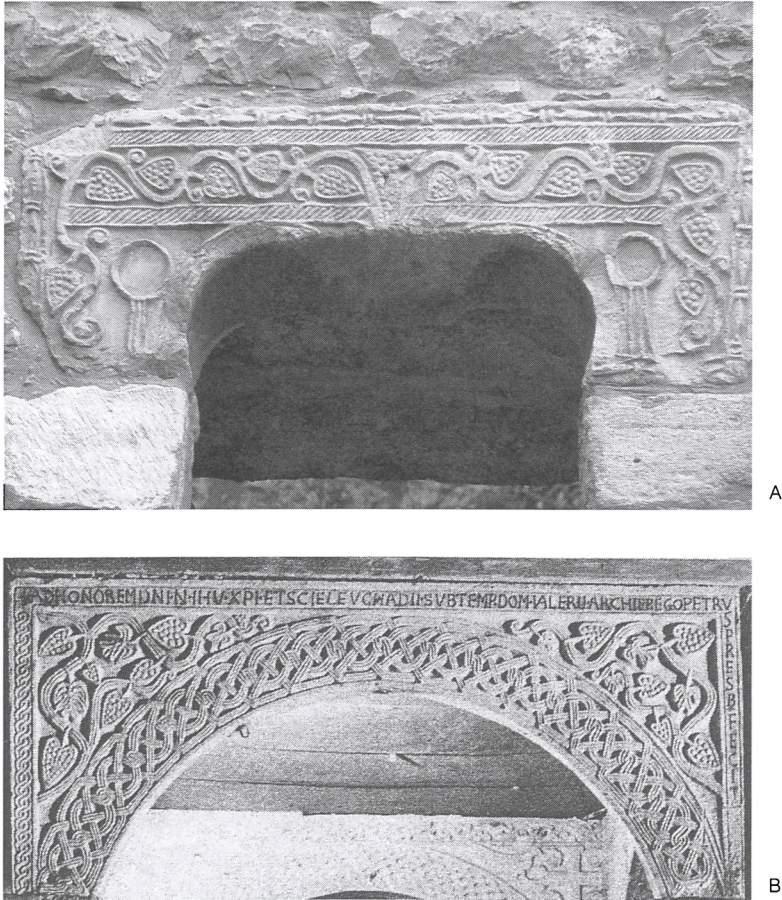


Figura 2. A: Fragmento de ajimez, reaproveitado no castelo de Soure (fotografia de José Monteiro); B: Parte superior do cibório de S^o Eleucádio de Ravena (segundo. Giuseppe Bovini).

Com exceção de algum período possivelmente mais conflituoso, os moçárabes de Coimbra foram sendo poupados ao longo do tempo. Porém, tal já não terá acontecido na época em que era líder o muladi Ezerag, originário precisamente de Condeixa, o qual, após a conquista da região por Almançor (985-987), foi oportunamente apresentar-se a Farfon iben Abdella “*et fecit se mauro*”. Servido por uns trinta correligionários, andou a assolar a região de Coimbra e recebeu de Almançor, como recompensa, os moinhos de Forma e muitas *villas* confiscadas¹¹.

¹¹ *Liber Testamentorum Cenobii Laurbanensis (Estudios)*. Leon: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008, p. 545-546 e 700-702 (doc. 71).

Mas, até essa altura, não é de crer que os habitantes locais tenham passado por grandes perseguições, desde que os árabes consolidaram seu poder na Península. Estamos em crer, até, que a comunidade cristã gozaria de alguma força e prestígio. É certo que a Coimbra sueva e visigoda, para além da esparsa lista de paróquias e do nome dos bispos presentes em concílio, não nos deixou qualquer tipo de notícia sobre o brilho intelectual de membros da sua *Ecclēsia*, ao contrário do que acontece para Braga, Santarém ou Beja. Todavia, tal não significa que aí não houvesse erudição e um clero respeitado. É o que se depreende do relato acerca do convite feito pelo futuro emir de Córdoba, Hisham I, a um clérigo ancião de Coimbra, para interpretar o conteúdo de uma inscrição cristã de Mérida, que suscitava a sua curiosidade quando ainda era governador na antiga capital da Lusitânia (a. 788)¹².

E a prova mais esclarecedora – e, de certo modo, inesperada – sobre o dinamismo ou poder multiplicador da Igreja coimbrã no período emiral é-nos fornecida por um conjunto significativo de esculturas, necessariamente datável deste período. Num estudo recente, por nós efectuado, da série de pedras ornamentais aparecidas numa área geográfica situada aproximadamente entre Coimbra-Lorvão e Tomar-Sertã (figuras 2A e 3) – já em parte publicada, embora tida como visigoda – fomos levados a concluir que esta região deu origem a um denso movimento construtivo nos finais do séc. VIII e princípios do IX¹³. Existem algumas peças que poderão ser ligeiramente posteriores, mas não passam de um reduzido número. E espanta a enorme quantidade de fragmentos até hoje descoberta, muitos deles inéditos, sendo também digna de nota a sua consistente expansão por uma área que, toda ela, deveria depender da sede coimbrã. Incidimos a nossa particular atenção sobre três motivos tipologicamente muito bem definidos. Dois deles são recorrentes e dotados, aqui, de uma grande especificidade: o pânpano ou festão com folhas de parra e cachos de uva (figura 2A) e a cruz patada, de braços iguais, contendo nas extremidades pequenas aletas ou crossas divergentes (figura 3C). O terceiro motivo, que só encontramos uma vez (havendo dois outros casos duvidosos), diz respeito ao tema do pavão, do qual apenas se conservou parte da cauda. Todos estes elementos têm paralelos na margem norte do Mediterrâneo, num extenso aro que vai desde Narbonne a Dubrovnic e com o seu centro de difusão em Itália (figura 4). Em Espanha, sobretudo no que concerne aos cachos de uva delimitados por um filete ou orla rígida, existe uma distribuição muito esparsa e irregular. Há templos que o utilizam em grande quantidade – como na série produzida por um dos artistas que trabalhou em San Pedro da Nave – mas

¹² O episódio é relatado por al-Rasi. *Vide*. Terrón Albarrán, Manuel 1971:593-594.

¹³ REAL, Manuel Luís – *Coimbra e o Mediterrâneo setentrional nos séculos VIII-IX*. Comunicação apresentada ao “III Colóquio sobre Moçárabes”, na Universidade Nova de Lisboa (2012.10.19). Neste estudo, cujas actas aguardam publicação, apresentamos uma mostra significativa de exemplos, além dos paralelos que fundamentam as conclusões enunciadas.

constituem casos mais ou menos isolados, do ponto de vista geográfico¹⁴. Contudo, existem duas zonas que oferecem alguma unidade enquanto grupos regionais, junto à orla marítima. São as Astúrias e, muito especialmente, Coimbra (figura 5). As cruzes coimbrãs têm a particularidade de serem cruces páteas (tipicamente peninsulares) e apresentarem finas pérolas ou gemas no interior, além das pequenas espirais ou aletas nas extremidades. Os paralelos mais estreitos, no entanto, apenas os encontramos na Septimânia, em baixos-relevos do séc. VIII-IX, de Narbonne e Rennes-le-Chateau. Numa extensa área de influência papal e carolíngia, particularmente em Itália e na Croácia, as cruces de braços terminados por crossas divergentes, os cachos de uva de orla rígida e os pavões, constituem uma triologia quase indissociável e bem típica deste período. Os braços da cruz, porém, são aí geralmente esguios e de linhas paralelas, antes de abrirem nas extremidades por um par de aletas espiriformes, o que é raríssimo na Península Ibérica. Uma exceção pode encontrar-se na cruz de Wamba, num claro sinal de directa influência mediterrânica.



Figura 3. A: Friso ornamental de Abiul; B: Fragmento de fresta alto-medieval do templo do Forum de Conimbriga; C: Segmentos da cauda de pavão, de uma escultura da basílica de Conimbriga; (fotografia do Museu Mongráfico de Conimbriga)

¹⁴ Há três subgrupos principais, do ponto de vista tipológico, mas deixaremos esta questão para o artigo anunciado na nota anterior.

A cronologia destas peças é confirmada por exemplares bem datados, com os mesmos cachos de uva, de orla rígida e relevo vincado, como no *ciborium* de St. Eleucadio in Classe (806-810) – hoje em St. Apolinário de Ravena (figura 2B) – ou no apoio de cancela de Melque, pertencente à fase original da construção, que Luís Caballero data da 2ª metade do séc. VIII. Este último exemplar apareceu a servir de soleira na passagem para o coro, embebido no solo de *opus signinum* da primeira reforma, a qual terá ocorrido já iniciada a centúria seguinte (Caballero Zoreda e Murillo Fragero 2005:255 e 291). Na cidade de Coimbra não foi ainda possível recolher dados arqueológicos que contextualizem esta cronologia. Mas em *Conimbriga*, a última campanha de escavações na “casa de *Tancinus*” forneceu três níveis sobrepostos de inumação, com amplo leque temporal. As datações de C14 nos enterramentos ligados à basílica, assim como a cerâmica aí recolhida não puderam, para já, confirmar a tradicional atribuição aos sécs. V-VII, mas “sí permiten plantear una cronologia para el cementerio de entre el s. IX e el s. XII” (López Quiroga e Benito Díez 2009: 209) ¹⁵. Na velha cidade de *Conimbriga* aparecem três ou quatro locais onde se fixaram templos cristãos e cemitérios de inumação. Estamos aqui a pressupor que um deles já poderia ser, desde a alta Idade Média, a própria igreja de S. Pedro de Condeixa-a-Velha. E não é de excluir que algum outro, nomeadamente o núcleo que se encontra junto às termas, possa, em dada altura, ter servido de mesquita. Mas o mais interessante é que o próprio templo romano do *forum*, que deve ter sido cristianizado desde cedo, além da necrópole revelada pelas escavações luso-francesas, forneceu um elemento de fresta com arco em ferradura. Recentemente valorizado por Virgílio Hipólito Correia (2010: 89-105, figura 14), a sua decoração confirma, em nosso entender, a existência de obras de readaptação em plena época de domínio islâmico (figura 3B). Mas admitimos a possibilidade do templo Flávio ter sido utilizado para o culto cristão, já desde a Antiguidade Tardia

Uma explicação mais detalhada, para a entrada desta nova corrente artística na Península Ibérica, dá-la-emos no estudo acima mencionado. Porém, desde já adiantamos que pode relacionar-se com as tentativas de influência exercidas pelo Papado, sob o impulso da corte carolíngia, para dirimir a corrente adopcionista que assolou a Hispânia. O que importa salientar em Coimbra, por agora, é que estamos perante um processo de reformas – diríamos extensivo – na arquitectura religiosa da região, levado a efeito por comunidades moçárabes em vários núcleos populacionais da diocese. Mais ainda, este movimento nada apresenta que possa ser considerado de influência omíada, o que, uma vez mais – e à semelhança do que a arqueologia tem demonstrado para a cerâmica – confirma como a aculturação das populações indígenas foi muito lenta. São verdadeiros moçárabes, no sentido político e social do

¹⁵ Sobre outras datações tardias de *Conimbriga* vide De Man e Soares 2007: 285-294.

termo, mas estão ainda virados mais para si próprios e excepcionalmente, neste caso, para Roma. O facto de alguns detalhes decorativos apontarem para a antiga Gália Narbonense, pode sugerir que, na actual circunstância, esta antiga província tenha servido de canal de transmissão (usando uma terminologia cara a L. Caballero). Tal como a Aquitânia, foi uma zona sensível para o reino carolíngio. E o facto de encontrarmos, nas Astúrias, um núcleo igualmente expressivo de baixos relevos com pâmpanos, de uma tipologia parecida com os de Coimbra, tal leva-nos reflectir sobre a importância que ainda deveriam ter as ligações por mar, naquela época, contrariamente ao que usualmente se pensa a respeito da faixa atlântica e dos reinos cristãos do norte. E a prova mais cabal desta realidade é o aparecimento do mesmo motivo, no início do séc. IX, em Britford (Wiltshire), uma presença excepcional, mas precisamente na zona de Inglaterra onde o Papado exerceu mais directa influência. É uma localidade não demasiado distante de Canterbury, donde partira a evangelização dos anglo-saxões e das tribos germânicas do continente (figura 5).

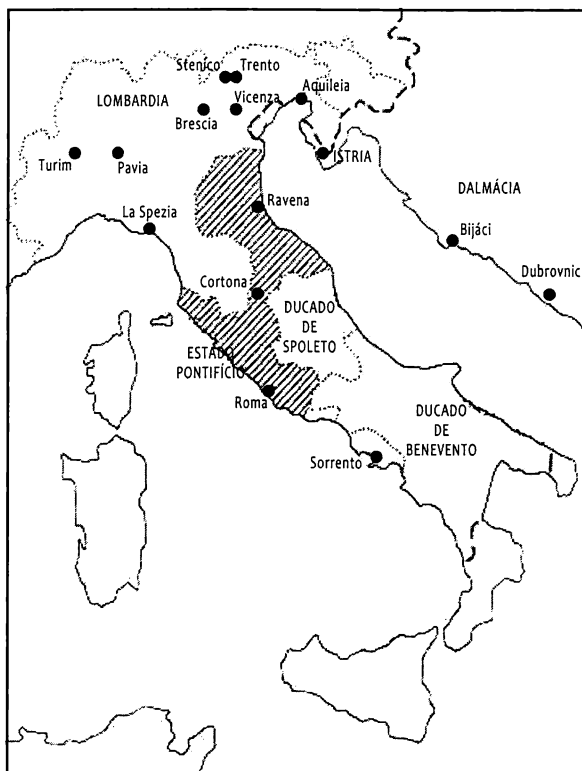


Figura 4. Mapa de Itália e da costa Adriática, com a localização de esculturas ornamentais do tipo estudado.

Demonstrada a relevância e originalidade do núcleo moçárabe de Coimbra, tal não significa que toda a população estivesse então satisfeita. E terá sido eventualmente através de contactos havidos com o Reino cristão do norte, que um diácono conimbricense, Rodrigo, se refugiou por essa altura na Galiza (González Paz 2006). Os reis asturianos davam então os primeiros passos no processo da Reconquista. No que concerne ao território português, esta só se consolidará na centúria seguinte, com as presúrias do tempo de Afonso Magno: as principais junto ao litoral, sobre *Portucale* (868) e *Colimbria* (878), e outras, num segundo eixo, pelo interior, sobre *Flauias* e *Uiseo* (c. 872, mas em datas imprecisas).

A ocupação da estratégica região de Braga-Guimarães dá-se também nos inícios dos anos setenta. Há que sublinhar, a propósito, que estas acções só puderam desencadear-se porque, no momento, o emirato estava confrontado com rebeliões mais a sul. Por outro lado, pelo modo como tais presúrias decorriam, pode concluir-se que se trataria essencialmente da afirmação formal e simbólica da posse de território, perante os habitantes a ele vinculados e em nome de um novo senhor (*cum cornu et albende rege*). É bem provável que, nalguns casos, se tratasse apenas de confirmar situações de facto ou preparadas em anteriores contactos, os quais, naturalmente, as Crónicas omitem. Um dos argumentos mais significativos sobre a existência de populações radicadas na região e de todo um quadro rural em funcionamento, é o da partilha que fizeram os bispos de Coimbra e Iria, a respeito de bens localizados na *villa* de Santa Eulália de Águas Santas (hoje Rio Covo, Barcelos). Embora o documento date de 906, fala-se aí de propriedades tomadas por presúria, que se situavam entre outras que, já anteriormente, estavam a ser cultivadas por habitantes da terra. São referidas dezenas de unidades territoriais: o rio, pedras nativas e bosques; a *karraria antiqua* e veredas; o passal da igreja e os casais; os campos, tanto de várzea, como de sequeiro; os pomares, vinhas e linhares; as fontes, levadas e quedas de água; as casas e *molinos antiquos*; as sebes, as colmeias, etc. (Almeida 1970). E se por intermédio deste documento conseguimos entrever o que seria já a cultura rural e a paisagem minhota nos alvares da Reconquista, por um outro diploma, com data crítica de 872-873, vemos o rei Afonso Magno preocupado com a restauração da cidade de Braga, por acção do conde Vímara Peres e do bispo Fredosindo¹⁶ que, com outros magnates vindos de Lugo e Iria, delimitaram o respectivo termo. A determinação dos limites foi precedida de um inquérito (*exquisierunt isti*), o que levou Sérgio da

¹⁶ Há quem defenda ser S. Rosendo ou “Redosindo”. Porém, esta hipótese não tem fundamento, pois fala-se que também estava presente o irmão do prelado, *leoverigo boca mala*, que não consta entre os filhos de Gutierre Mendes e Ilduara Eriz. Pensamos que possa ser um efémero bispo de Braga, nomeado logo após a presúria – acaso vítima de um posterior recuo da corte asturiana, por interferência de Lugo – pois num lugar do documento é referido a seu lado um segundo bispo (*coepiscupi eius*, no dativo) e, no final, fala-se que a presente escritura foi concedida aos dois e, também, aos demais elementos da Igreja local (*Et hec scriptum concessit episcopis ibi commorantibus cum omni suburbio episcopatu eius*).

Silva Pinto a concluir do seguinte modo: “Tais inquirições e tais provisos denotam que o território bracarense não estava abandonado; recebia, sim, novos colonos” (Pinto 1968: 9).

Se conjugarmos este documento com um outro transcrito no *Liber Fidei* (doc. 22), ficamos ainda com maiores suspeitas de que a instituição eclesiástica permaneceu activa e preservou alguma da sua organização interna, mesmo depois da transferência dos arcebispos para a Galiza, no séc. VIII. Referimo-nos a uma demanda em que o metropolitano residente em Lugo se queixa, perante Afonso V de Leon (1025), de que os servos da Igreja de Braga se negavam a obedecer-lhe. Estes reclamavam o estatuto de ingénuos, por se considerarem descendentes dos presores que acompanharam o conde Vímara Peres. Porém, o rei não lhes deu razão, já que o representante local do bispo se disponibilizou a apresentar em juízo – reunido nas Caldas de Vizela – as provas documentais. Segundo disse, existiam “*in tesaurum domne Marie scripturas veridicas*”, que demonstravam como os respectivos antepassados eram servos da sede de Braga, desde o tempo em que o território fora povoado pelos bispos Odoario e Froilan. Ou seja, no arquivo da primitiva sé bracarense existiriam ainda “*illas escrituras antiquas*”, as quais remontavam aos finais do século VIII, podendo haver outras até anteriores (Real 2012: 33-34). Além de documentos de carácter administrativo, na basílica catedral deviam guardar-se também livros litúrgicos, textos de índole teológica, vidas de santos, etc. De facto, no estudo já citado sobre a cultura bracarense no séc. VI, Aires A. Nascimento veio a concluir que o “Breviário do Cónego Soeiro”, na memória conservada sobre S. Martinho, se terá baseado num manuscrito muito antigo do *De viris illustribus*, mais concordante com a versão original de Santo Isidoro, do que com os primeiros textos peninsulares conhecidos, todos posteriores ao séc. IX (Nascimento 2006: 102-104). Quer isto dizer que na baixa Idade Média, no arquivo da Catedral, ainda se deveria conservar um códice que, com toda a probabilidade, remontava ao período anterior à Reconquista. Indício da possível preservação de outro códice também muito primitivo, nesta mesma região, parece poder encontrar-se no testamento concedido por Mumadona Dias ao mosteiro de Guimarães (959). Infelizmente, não estamos informados sobre o modo como a condessa conseguiu reunir o conjunto de exemplares da biblioteca que, a título de dote, entregou ao cenóbio vimaranense. Porventura, terá adquirido parte deles por encomenda, mas outros pode ter recuperado em cartórios de igrejas ou mosteiros extintos, de fundação muito anterior. Haverá a possibilidade de isso ter acontecido, pelo menos, com um dos livros descritos – o *Organum* – cujo título é apresentado justamente na forma original que o exemplar apresentava. Segundo demonstrou Luís M. G. Cerqueira, esta é uma designação antiga de Saltério. Aliás, o próprio Santo Isidoro, nas suas Etimologias, afirma que “o livro de Salmos em grego

diz-se *psalterium*, em hebraico *nabla* e em latim *organum*¹⁷. É de referir que no rol de livros existem mais dois, mas que o escriba designa expressamente por “*psalterios*”, como era mais vulgar na época. E a confirmação de que o dote incluía também livros reaproveitados de um ou mais lotes antigos, parece poder interpretar-se da referência a um códice porventura em mau estado de conservação (*dedeca psalmorum*).

Antes da condessa Mumadona Dias ter vindo para a região de Guimarães, vivera com seus pais próximo das Caldas de Lafões e fora aí educada conjuntamente com o príncipe leonês, Ramiro, filho de Ordonho II. A história da “corte” de Lafões prende-se com um dos múltiplos movimentos de oposição ao rei Afonso Magno, no caso vertente liderado pelo seu irmão Bermudo, que, entre principais apoiantes, contava com Diogo Fernandes e Onega, os pais de Mumadona. Mas o conturbado processo de contestação ao monarca iniciara-se umas décadas antes, quase em simultâneo com a presúria de Portucale, ocorrida logo no segundo ano do reinado de Afonso III (868). Nesta altura, a Galiza havia-se levantado contra o novo monarca, o que sucederá por diversas vezes. Numa destas revoltas, participa o próprio irmão de Vímara, Hermenegildo Peres, sendo bem provável que esta família tenha deixado de estar nas boas graças do rei Magno. O grande suporte do jovem rei – que tinha apenas dezoito anos quando subiu ao poder – foi Hermenegildo Guterres, o presor de Coimbra. Este promove o casamento de uma das suas filhas com o próprio rei e torna-se seu mordomo-mor, o mais importante cargo da corte. Com a morte precoce de Vímara Peres, encontramos indícios de que o mordomo de Afonso III terá tentado para a sua família o controlo de toda a faixa atlântica, já que passou intitular-se *comes Tude et Portucale*. Ele possuía bens na região, em parte pelo lado da mulher, e tinha garantido o domínio do condado de Coimbra através da respectiva descendência. E os pactos que os bispos de Iria e de Coimbra estabelecem sobre certos senhorios nas regiões de Braga e do baixo Mondego, podem exactamente interpretar-se dentro da mesma corrente de compactação territorial, à custa da autonomia do condado de Portucale. É bem possível que estivessem coordenados com as ambições políticas da referida linhagem condal, dada a coincidência de interesses dominiais em ambas as regiões.

Durante este período vão-se sucedendo presúrias secundárias, algumas de índole particular, como a dos referidos bispos em S^a Eulália de Águas Santas (Rio Covo, Barcelos) ou a do conde Paio Bermudes na Ribeira Lima. O repovoamento do território do Entre Douro e Minho, por gente oriunda das Astúrias e da Galiza, deixou marcas evidentes, não apenas na toponímia – cujo exemplo mais loquaz será o da *villa* de Estorãos, outrora designada *Asturianos* – mas também pela intensa actividade construtiva a que, sem dúvida, tais colonos se abalçaram. São disso

¹⁷O “Organum” de Tona, Catalunha. *Anuário Musical*. Madrid: CSIC, 58 (2003), p. 3-8.



Figura 5. Mapa da Península Ibérica, com a distribuição das tipologias estudadas. Acrescenta-se a localização das cruzes da Septimânia e o mapa das Ilhas Britânicas, onde aparecem cachos de uva de importação itálica.



A



B

Figura 6. Capitéis de Santa Cruz de Lima - A: semelhante a um de Beade (Vigo), depositado no Museu Pio XII; B: inspirado nos da tribuna de Naranco (Oviedo), também depositado no Museu Pio XII.



Figura 7. Paramento da capela de S. Miguel (S. Pedro do Sul), que conserva elementos do aparelho alto-medieval.

testemunho o templo II de Santa Marinha da Costa (figura 11A) – com afinidades múltiplas à primeira basílica de Compostela e a Santa Cristina de Lena, nas Astúrias – além de uma série de capitéis depositados no Museu Pio XII, nomeadamente os de S^a Cruz de Lima (figura. 6 A e B), onde se podem encontrar reproduções do mesmo modelo que inspirou outros de Beade (Vigo) e Santa Maria de Naranco (Oviedo) (Real 1985: 7-30; 2000: 31-32; 2007:139-152). Para além dos edifícios religiosos, é de salientar a rede de castelos e atalhas que passaram a cobrir a densa malha de pontos estratégicos do território. Apesar da singeleza de certas estruturas, com frequente recurso à construção em madeira, a arquitectura militar deve ter representado, no seu conjunto, um grande esforço por parte da população residente.

Enquanto no noroeste e, decerto, no interior norte e centro se assiste a uma crescente actividade construtiva – nalguns casos, até, com mostras de alguma vinculação formal a produções anteriores ao reinado de Afonso III – a região de Coimbra surge, nos documentos, já intensamente povoada. Apesar de uma ou outra peça testemunhar que não se parou de construir, parece que o movimento de renovação não foi aqui tão exigente. A estarmos certos neste raciocínio, isso pode ter ficado a dever-se a factores de continuidade mais intensos, por serem desnecessária novas construções, já que desde o séc. VIII, como vimos, se assistira a uma considerável actualização da arquitectura religiosa. Teremos de esperar pela 2^a metade do séc.

X para encontrar obras de certa envergadura, como as que empreendeu o mestre Zacarias, no tempo do abade Primo, de Lorvão.

Nos finais do séc. IX e primeiro quartel do X, surgiu no Beira Interior um fenómeno que tem recebido pouca atenção por parte da historiografia tradicional, mas que, entendido no seu contexto, constitui explicação para muito do que se irá passar a seguir. Como adiantamos acima, veio a instalar-se na região de Lafões o príncipe asturiano Bermudo Ordonhes, o qual aí se terá refugiado com alguns dos seus pares, após a derrota na batalha de Grajal. Encontrava-se provavelmente cego, devido ao castigo infligido por seu irmão, o rei Magno, na sequência de outra revolta anterior. Mas não terá sido por acaso que escolheu a zona de Viseu, já que a ela estaria ligado também o presor de Chaves, Odoário (*comes castelle et viseo*)¹⁸, que se pensa ser igualmente irmão do rei e com este entrou em conflito. Afonso Magno teve problemas igualmente com esse outro irmão, pois os seus bens ser-lhe-ão confiscados. Tudo isto se conjuga com a presença, nesta mesma região, de outros presumíveis dissidentes, os futuros genros de Diogo Fernandes e Onega, que pertenciam às linhagens que, em nosso entender, terão sido espoliadas do comando dos *territoria de Tude et Portucale*, por Hermenegildo Guterres. Alvito Nunes era neto de Vímara Peres e, tanto Hermenegildo Gonçalves, como Rodrigo Tedones, são descendentes de Afonso Betote, o presor de Tui. O marido de Mumadona Dias era ainda, pelo lado feminino, bisneto do rebelde Hermenegildo Peres, irmão de Vímara, cuja filha casara com Afonso Betote. Os membros deste grupo, até à deposição de Afonso Magno (910), terão funcionado com uma certa liberdade, enquanto verdadeiros chefes de fronteira, numa zona onde a realeza e o emirato não possuíam grande capacidade para se impor. O líder natural do clã rebelde seria Bermudo Ordonhes e tudo leva a crer que este escolheu, como lugar de permanência, a vizinhança das Caldas de Lafões. O balneário romano ainda continuava activo, sendo por conseguinte compreensível esta escolha, à luz de práticas semelhantes durante a alta Idade Média por parte da classe dirigente. Também não é por acaso que a capelinha de S. Martinho, encostada às termas, ainda hoje – apesar de muito transformada – conserva uma pequena parte do aparelho altomedieval (figura 7), além do fragmento de um ajimez que é quase cópia do da ousia de S. Salvador de Valdedios (Real 2007: figuras 29 e 30). Bermudo Ordonhes viveria a menos de um léguas distância, na *villa ibn Ordonis* (isto é, do filho de Ordonho I), hoje Bordonhos, em lugar rigorosamente estratégico, num vale planáltico, fértil, discreto e rodeado de eminências que lhe possibilitavam o perfeito controlo de uma vasta área da Beira interior. O seu principal apoiante, Diogo Fernandes, habitava a *villa de Abu Zamates* (Moçâmedes, actualmente), igualmente

¹⁸ Castela é, aqui, uma zona da Galiza ligada ao conde Odoário, que foi também patrono do mosteiro de Santa Comba de Bande.

sobranceira às termas de S. Pedro do Sul, mas na outra margem do Vouga e com vista directa para o morro situado junto à igreja de Bordonhos, logo acima do lugar do Paço. Há provas de que este grupo manteve contactos com um dos príncipes herdeiros, o futuro Ordonho II, que entregou a educação do seu filho, Ramiro, a Diogo Fernandes e Onega. Daí ele chamar “colaça” – ou sua irmã de leite - a Mumadona Dias. Estava-se perto do ano 900, numa altura em que ainda deviam pairar grandes ameaças sobre esta gente, posto que Diogo Fernandes só aparecerá na corte de Leon dez anos mais tarde, quando o rei está já em desgraça e em vésperas de ser deposto pelos próprios filhos. A permanência deste coeso grupo na área de Viseu terá sido acompanhada de cuidados estratégicos complementares, que se podem intuir através das zonas de influência que a documentação aponta para dois dos genros de Diogo e Onega (identificáveis a partir do património das filhas do casal ou de seus descendentes). Alvito Lucides, que virá a casar com Munia, controlaria uma zona tampão, sobre a estrada de Coimbra, precisamente a leste da difícil barreira formada pelas serras do Buçaco e da Atalhada. É forçoso não esquecer que no condado de Coimbra dominava a estirpe rival, representada por herdeiros do mordomo-mor de Afonso Magno. Ao longo do séc. X, no contexto da política leonesa, esta permaneceu quase sempre no lado oposto da linhagem portugalense. E mesmo o filho varão de Diego e Onega, Ximeno Dias, que casará com uma dona “coimbrã” – no que se pode ver o



Figura 8. Fragmentos da desaparecida platibanda de arcaturas, de S. Pedro de Lourosa (fotografia de Marques Abreu).

estabelecimento de uma ponte estratégica entre as duas linhagens, já depois da morte de Afonso III – acaba por tomar posições da facção oposta, a ponto de o rei Bermudo II o increpar mais tarde com o ápodo de “*filius canis*”. Quanto ao outro genro, Rodrigo Tedonis, que posteriormente casará com Leodegúndia Dias, deve ter tomado conta de um verdadeiro distrito militar, a nordeste da zona controlada pelo grupo. É uma espécie de *comisso*, mas exterior ao reino leonês. Na verdade, os célebres castelos do Côa, que a sua filha Flâmula lega ao mosteiro de Guimarães, mais não devem ser que a rede de defesa da cidade de Viseu contra qualquer investida vinda de Leon ou Astorga. Essa extensa linha de fortificações, desde o Douro até Trancoso, servia para controlar os movimentos e estancar o avanço de qualquer força que tentasse uma penetração a partir do nordeste. Tal sistema defensivo provou ser tão eficaz que, quando o território estava sob domínio da taifa de Badajoz, Fernando Magno só conseguiu entrar em Viseu depois de tentar, sem sucesso, um envolvimento pelo sul, através de Seia e, logo a seguir, evitando os castelos do Côa, por um outro eixo de penetração situado mais a ocidente, a partir de Lamego.

Parece ser este o quadro da primitiva senhoriação do território de Viseu, em grande medida feita à revelia do poder central. Isto teve consequências do ponto de vista cultural, num percurso distinto do de Coimbra e que, a breve trecho, se irá articular preferencialmente com a terra bracarense¹⁹. A capacidade construtiva desta irrequieta nobreza não é de negligenciar. A torre do castelo de Trancoso tiranos disso qualquer dúvida (Barroca 1990-1991: 96). E junto ao castelo de Numão – talvez a cabeça da *mandatione* do Côa – foi descoberta uma basílica na *villa* de Prazo, enquanto que no sopé do castro de Sernancelhe existiu outro templo de influência artística asturiana, como o demonstra um capitel bem ao modo dos de San Miguel de Lillo ou San Salvador de Priesca (Real 2007: figuras 15 e 17; 2006: 113-117). Por fim, a implantação geográfica de S. Pedro de Lourosa, até agora de explicação algo enigmática, tem precisamente a ver com a zona de influência de Alvito Lucides e Munia Dias, senhores de Touriz, Midões, Friúmes, Gondelim e, possivelmente, Oliveira do Conde. O carácter áulico desta arquitectura inspira-se, de certo modo, em San Julián de los Prados (figura 9). Alguns aspectos da sua planimetria repercutem-se ainda em outros templos da Beira interior, nas basílicas de Prazo e Balsemão, onde as naves conservam rigorosamente o mesmo desenho (figura 10). E o mais curioso é constatar que a data da epígrafe comemorativa da construção de Lourosa (912), não apenas sucede à libertação do território da ameaça do rei Magno, como coincide com o preciso ano em que, pela primeira vez, o príncipe Ramiro reaparece junto dos pais. É bem possível que o futuro Ordonho II, nessa altura ainda como

¹⁹ Além do factor político, deve também sublinhar-se a importância que podem ter exercido a geografia e as diferenças de qualidade da matéria-prima disponível, num caso o calcário, noutro o granito e o xisto.

rei da Galécia, tenha estado presencialmente na cerimónia de fundação. Será mais provável referir-se aquela data à fase inicial da obra, do que ao acto de sagração do templo. Se atendermos, para a hipótese formulada, que se está demasiado próximo da deposição de Afonso Magno e que, como veremos adiante, só depois de 926 é que podem ter ocorrido as transformações no mausoléu de S. Frutuoso (a expensas dos futuros condes de *Portucale* e com influências ornamentais próximas da fase final Lourosa), há em tudo isto uma lógica de causa e efeito, que torna provável a data de 912 como a da inauguração da basílica de S. Pedro de Lourosa. É de referir que ela se inicia através de um projecto segundo um modelo, basicamente, de raiz asturiana (Fernandes 2005; 2008). Porém, na sua parte final, por peças avulsas que pertenceram a antigos coroamentos do edifício, constata-se a colaboração de um mestre já conhecedor de modelos importados do al-Andalus (Real 1995: figuras 41-43).

Desconhece-se qual o tipo e o grau de relações que existiram, pela mesma época, entre estes senhores e o vizinho bispado de *Egitanea*. Mas não há dúvida que, no modo de construir, há bastantes afinidades entre S. Pedro de Lourosa e a chamada catedral de Idanha, malgrado o distanciamento programático de ambos os edifícios (Torres, 1992). Quanto à zona intermédia ou de contacto – o alto Mondego, nas vertentes norte e leste da serra da Estrela – ela não parece, do ponto de vista militar, ter interessado muito ao grupo liderado por Diogo Fernandes, em nome de Bermudo, irmão do Rei. Isto explicar-se-á pela simples razão de que, nesse período, não era daí que viria o verdadeiro perigo para o grupo rebelde. O emirato estava com dificuldades internas e, aliás, até haveria contactos fáceis com a parte islâmica, como o demonstram os restos da desaparecida platibanda de arcaturas de Lourosa, inspirada na decoração superior dos alminares cordoveses (figura 8).

Entretanto, o germen de organização senhorial que eclodiu em redor de Viseu, tradicional centro administrativo e militar, acabou por dar origem a uma breve experiência nacionalista, quando o príncipe Ramiro, devido às vicissitudes políticas da corte leonesa, logrou elevar esta terra – que cuidou dele durante a infância – ao estatuto de capital de um novo Reino (926-930) (SAÉZ 1947). Na mente dos próceres viseenses manter-se-ia a nostalgia do mal sucedido condado de *Portucale*, pois o reino de Ramiro vai estender-se das Beiras ao alto Minho. E uma das preocupações do Príncipe foi logo colocar gente da sua confiança na zona chave de Braga-Guimarães. Uma das suas primeiras medidas terá sido eventualmente promover, na função de conde de *Portucale*, o terceiro genro de Diego Fernandes e Onega, casado com a sua filha mais nova, Mumadona (que nessa comdição subscreve um documento em último lugar, atrás de Leodegúndia, Munia e Ximeno). A instalação de Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias em Guimarães, datará por volta de 926, altura em que eles recebem do novel Rei as vilas de *Uimaranes* e *Creximiri*. Um pouco mais

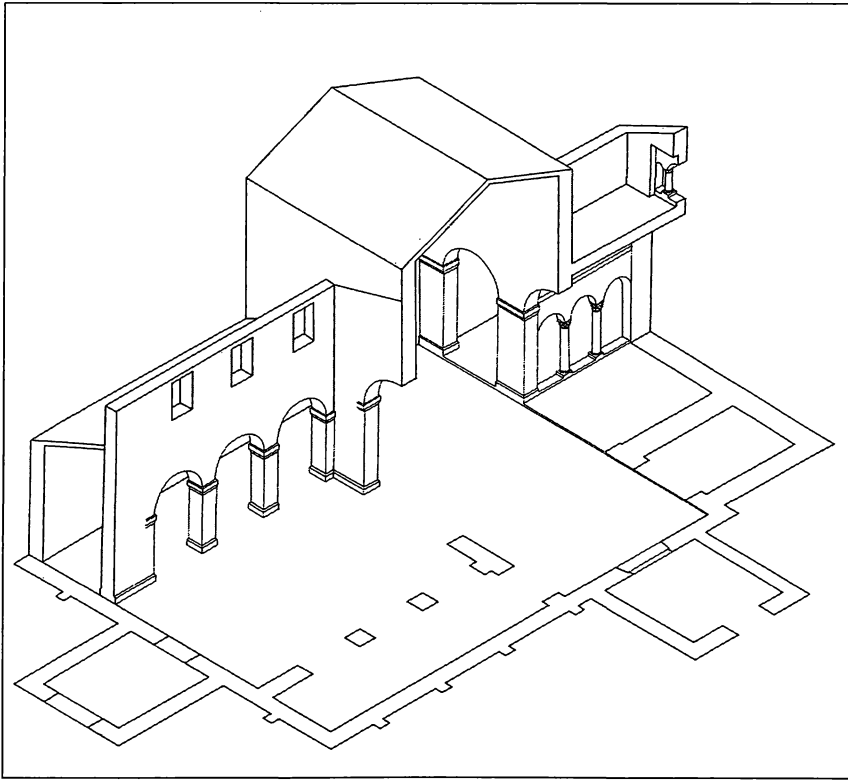


Figura 9. Perspectiva axonométrica de San Julián de los Prados, Oviedo (segundo Lorenzo Arias).

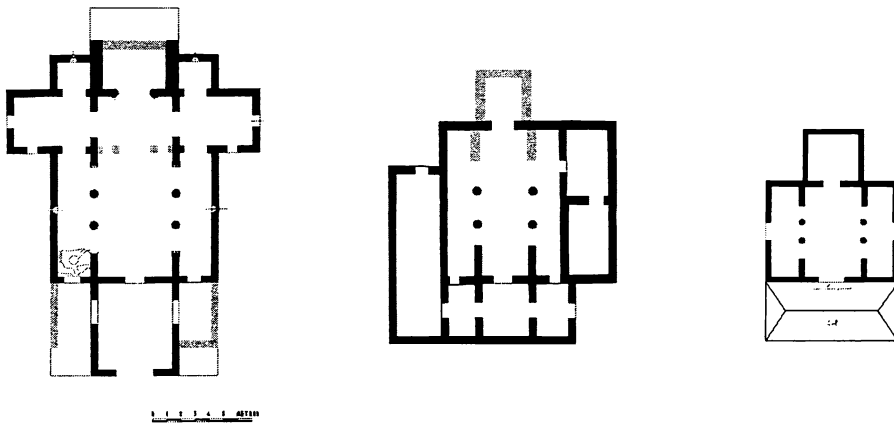


Figura 10. Planimetria comparada das basílicas de Lourosa, Prazo e Balsemão.

tarde, comprarão a Vandila, filho de Iaforti, o principal lugar que dominava o vale, em *Laurosa* (hoje Santa Marinha da Costa), na meia encosta do morro da Penha. Aí assentaram o seu paço (figura 11 B), sobre as ruínas de uma suposta sede de paróquia suévia e que, já na centúria anterior, tinha sido objecto de uma profunda intervenção arquitectónica (figura 11 A). O gigantismo e a qualidade da construção do séc. X (templo III da Costa e aula habitacional) não deixam margem para dúvida (Real 1985:18-30)²⁰.

Um tanto inesperadamente, a partir de Viseu, Ramiro ascende ao trono de Leon e esquecerá o processo de autonomia do território portugalense. Mas continuou a dar toda a atenção à sua colaça, Mumadona Dias, que em breve ficará viúva. Em nosso entender, devem-se também aos condes de *Portucale* o oratório de São Torcato (Guimarães) e a reedificação do mausoléu de São Frutuoso (Braga), instrumentos de promoção do seu ascendente sobre o território da antiga diocese. Nisso foram sempre apoiados por Ramiro, embora este, depois de sagrado rei em Leon, nunca tenha demonstrado qualquer interesse em restaurar as funções metropolitanas de Braga. Naqueles dois edifícios são evidentes experimentalismos que, em nosso entender, resultam da inovação cultural transportada por esta gente, a qual havia mantido contactos com o sul moçárabe. A própria obra de S. Pedro de Lourosa não deixa de estar presente, pelas afinidades existentes entre a cornija da torre lanterna de S. Frutuoso e os citados restos da platibanda de arcos, da basílica do concelho de Oliveira do Hospital (figura 8). Entretanto, na cidade de Braga, talvez já no tempo do filho Gonçalo Mendes ou de seus descendentes, dão-se também reformas na antiga Sé catedral e basílica de Dume, ambas comprovadas pela arqueologia e, neste último caso, intuídas ainda pela execução de um novo túmulo para as relíquias do santo.

Mas a fundação mais emblemática desta nobre linhagem foi, sem dúvida, o mosteiro de Guimarães, instituído por Mumadona Dias pouco antes de 950 e já após o falecimento do marido (Marques 1990: 7-13). Cerca de 20 anos mais tarde, igualmente por iniciativa de condessa, ainda será construído o castelo de São Mamede, que ela justifica por ter havido uma investida de “gentios”. Com localização próxima do cenóbio vimaranense, a quem é doado, o castelo destinar-se-á a servir de defesa aos monges e monjas, sob protecção da família condal. Este suporte protector, por parte da condessa de *Portucale*, deve ser entendido não apenas enquanto gesto piedoso, mas também como um acto de prestígio e instrumento de poder. E um dos mais notáveis legados documentais da nossa alta Idade Média é precisamente o *Testamento* da fundadora, concedido no próprio dia em que foi consagrada a igreja monástica, a 27 de Janeiro de 959. A sua importância advém da riqueza de informações que fornece

²⁰ É de referir que Jorge Alarcão discorda da proposta de A. Almeida Fernandes, sobre a identificação da “paróquia” de *Carantonis*.

sobre a base material em que assentava o quotidiano do cenóbio vimaranense e por deixar entrever o fausto de que aí se revestia o cerimonial religioso. Trata-se de uma comunidade rica, na qual, a própria condessa, enquanto viúva e patrona do mosteiro, tinha ingressado como *deovota*. Em anexo, apresentamos uma súmula estruturada das disposições relativas aos livros e objectos²¹. Junto às peças de uso litúrgico figuram colares e uma preciosa capa bordada a ouro e ornada de pedras, que deveriam estar reservados para uso da própria Mumadona, durante certas cerimónias. Chama ainda a atenção a riqueza dos paramentos e objectos litúrgicos, dos quais houve o cuidado de referir o peso em metal precioso. É de salientar a permanência do costume antigo de suspender, junto ao altar, coroas em ouro ornadas de pedras rutilantes. São também referidos objectos e peças de enxoval, destinados ao refeitório (como é expressamente dito no documento) e ao dormitório. Porém, há escassas alusões a objectos de mobiliário: apenas se fala das arcas do refeitório e deduz-se que, no “tesouro”, haveria duas mesas cobertas com liteiras, provavelmente tecidas a lã e estopa, onde eram colocados os objectos mais preciosos. É possível que no mosteiro existisse um ou outro catre, além de umas quantas cadeiras ou bancos, do género dos aparecem em reproduções da época (figura 12), mas não deveriam ser muitos. Em contrapartida, sobressai a quantidade excepcional de tapeçarias, mantas, toalhas, colchões, almofadas, etc. A conceito de conforto já existia nesta época, mas era bem diferente do actual. Na prática, mais se assemelhava ao que pode ainda ver-se, por exemplo, em certos ambientes domésticos magrebinos e orientais. A generalidade das pessoas devia dormir apenas em esteiras ou colchões, comia e conversava sentada em almofadas, inclusive reclinando-se à moda antiga, como chega a ser representado nas iluminuras (figura 13). Na imagem que aqui reproduzimos, figuram dois objectos globulares para água ou vinho, que devem corresponder ao que, de modo confuso, no testamento se denomina por *interrotomas*. Não admira a ausência de garfos – só introduzidos muito mais tarde – mas também não deve estranhar-se a ausência da alusão a facas, pois estas, enquanto objecto de mesa, só começam a aparecer nos documentos notariais por volta do séc. XI. Os comensais servir-se-iam, certamente, de cutelos e espetos de uso mais comum, não sendo por isso citados. Como seria de esperar, no Testamento não entram objectos de uso corrente e fabrico artesanal, em cerâmica, madeira, cortiça, osso, cestaria ou pelame. Em boa verdade, eles até constituiriam a base do funcionamento de toda a economia doméstica. Por tudo isto, se compreende bem a dificuldade da arqueologia na exumação de objectos desta época. As peças em metal precioso foram derretidas e as pedras ou gemas, se não

²¹ Para além disso, o testamento inclui uma enorme quantidade de bens imobiliários, desde a Galiza ao Mondego, e também numerosas cabeças de gado. Entre estas, na parte do gado cavalari e muar, salientamos a referência a três “*Emissariis*”, pela importância que, à época, estes animais tinham no desempenho das comunicações.

se perderam também, parte delas foram reaproveitadas. Quanto à generalidade dos outros materiais, pereceu sem deixar rasto²², excepção feita para raros objectos de ferro ou bronze. São escassos os casos de sobrevivência de peças de luxo, como o cofre em marfim e o cálice com patena, do tesouro da Sé de Braga²³, ou ainda o crucifixo bizantino da Sé de Viseu (Real 2005: figura 3). No que respeita à copa com prato, da Sé de Braga, em desencontro com a opinião de Mário Barroca, que acentua a possibilidade de serem peças de fabrico regional e destinadas a uso litúrgico, João Soalheiro é de opinião que devem ter sido objectos confeccionados originalmente para uso pessoal dos condes de *Portucale*, Mendo Gonçalves e Tutadona, referidos na legenda gravada no pé do vaso (Eusébio 2009: 100-101)²⁴.

A mesma raridade se passa com os livros chegados até nós, os quais, pela mostra daquele mesmo Testamento, eram diversificados e condensavam grande parte do saber erudito da época²⁵. Além da Bíblia e dos indispensáveis códices litúrgicos, havia textos canónicos, livros históricos e enciclopédicos, escritos exegéticos e manuais de carácter espiritual ou pastoral. Não deve estranhar-se que tal se confine a uma biblioteca monástica, onde os textos são basicamente de conteúdo religioso. Como bem sublinha José Mattoso, foram os monges “os grandes responsáveis pela transmissão do saber antigo”. E o simples facto de promoverem o culto divino e de estarem obrigados à meditação e à leitura, constituiu “o maior estímulo intelectual” para o conhecimento do latim e para o cultivo das letras, onde o grego por vezes também entrava (Mattoso 1969). Todavia, é altura de perguntar por que razão, nesta época, ao contrário dos sécs. V-VII, faltam entre nós grandes nomes de monges ou bispos, autores de novas obras de referência. Como acima chamámos a atenção, há indícios de que, na ocasião, ainda se deveria preservar uma parte do rico património livresco laboriosamente recolhido pelo bispo Profuturo, pelo abade-bispo Martinho, etc.. Parece também provável que alguns religiosos tenham sabido resistir ao isolamento e à adversidade. Mas, tal como ocorreu com a administração civil e militar, as elites da Igreja deslocaram-se também para norte. Os que ficaram, seriam figuras de segundo plano. Graças a estes, porém, a vida religiosa não se extinguiu de todo

²² Em Guimarães, apenas se conservou um pequeno fragmento de samito (16x6,5 cm), fabricado no Próximo Oriente, e já do séc. XI-XII. Cfr. INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO – *Tecidos medievais*. Lisboa, IPCR, 2004, p. 40-47.

²³ Um sólido estudo sobre estas peças encontra-se em Barroca 1992: 94-96.

²⁴ O facto de a inscrição incluir o nome dos dois cônjuges aponta mais para uma doação votiva, como quer Mário Barroca, do que para objectos de uso pessoal. A menos que a gravação da epígrafe haja sido feita no momento da doação, sendo esta posterior ao fabrico e uso privado das peças.

²⁵ Apenas restam fragmentos, reutilizados em encadernações de códices posteriores e que vários autores têm recolhido, com destaque para o laborioso trabalho de identificação de Avelino Jesus da Costa, em *Fragmentos preciosos de códices medievais*. Porto: Sociedade de Estudos Medievais, 1992. Em artigo publicado em 2005 (Real 2005), reproduzimos dois fragmentos iluminados do século X, que devem ter pertencido à Sé de Viseu.



B

Figura 11. A: Vista da ruína da nave do templo II da Costa, a cota bastante mais baixa que o santuário (fotografia do Museu D. Diogo de Sousa); B: Porta principal do edifício áulico de S^a Marinha da Costa (fotografia Xulio G. Rodrigues, Nova Galicia Ed.).

e o terreno permaneceu minimamente preparado para desabrochar – e em ritmo célere – logo que as condições o permitiram. Compreende-se que apenas próximo da corte asturiana, como no mosteiro de Liébana, viesse a florescer certa vida intelectual e tenham surgido os primeiros ensaios de uma nova exegética. Todavia, nas áreas recentemente reconquistadas, como em Braga ou Coimbra, a cultura literária não deixou de desabrochar naturalmente, sem que para isso fosse necessária a presença de grandes vultos intelectuais. A biblioteca do mosteiro de Guimarães assim bem o demonstra. E o mesmo se pode confirmar ao lermos diplomas que, em assuntos administrativos e de direito, frequentemente invocam disposições do *Liber Judicum*. A cultura religiosa está patente no próprio testamento de Mumadona, onde o escriba, ao referir a desistência da filha Onega, que deixara o mosteiro onde tinha entrado como noviça, comenta o facto com a citação bíblica: *multi sunt vocati pauci vero electi* (Evangelho de S. Mateus - c. XX, v. 16, repetida no c. XXII, v. 14) (Cardoso 1945: 45-46).

Um outro problema, que se levanta para esta região, é o de saber em que condições e quando se começaram a sentir influências da cultura material islâmica. A sua progressão foi relativamente lenta, mesmo em zonas mais a sul, como em Coimbra, onde apenas aparece numa fase adiantada do período emiral e se intensifica durante o califado. No centro interior e no norte, os achados arqueológicos são ainda muito esparsos, tendo sido detectadas “cerâmicas de provável origem muçulmana” no castelo de Arouca, S. João das Valinhas (Silva 2011: 8). Menos seguros são os achados de Viseu, até ao momento, já que as cerâmicas do pátio do Museu Grão Vasco são mais tardias do que se supôs inicialmente e, algumas delas, até importadas além Pirinéus²⁶. É também de referir a identificação de candis em Pedrartil - Croca, Penafiel (Barroca e Santos 2005)²⁷ e na Veiga de Chaves, tendo este último lugar também fornecido trempes (Carneiro e Gomes 2005). No convento da Costa, onde recentemente se fez uma revisão de toda a cerâmica exumada, não parece existir qualquer fragmento islâmico²⁸ e não temos notícias de achados idênticos em Braga. Mas não será de admirar que novos elementos venham aqui a aparecer, tanto mais que no museu da Catedral se conserva um cofre em marfim, de fabrico cordovês, do século X. A existência de um fluxo de produtos vindos do sul, seja trazidos por um comércio renascente, seja na sequência de fossados de latrocínio, é confirmada por um documento de 985, referente à *villa* de Figueiró, em Vila do Conde, onde existia um boi avaliado em 15 soldos, “*que ueno de sanctaeiren*” (PMH-DC nº 150). Mas não deveriam ser casos assim tão frequentes, pois é uma informação isolada.

²⁶ Cfr. nas presentes actas: RODRIGUES, Patrícia – *Cerâmicas medievais do Pátio do Museu Grão Vasco (Viseu): elementos para uma sistematização da cerâmica pleno medieval do espaço viseense*.

²⁷ Os autores referem ainda o achado de um fragmento de inscrição árabe na igreja de S. Tomé da Aguiã (Arcos de Valdevez), sendo o que resta da lápide funerária, em mármore, de um xeque islâmico.

²⁸ Cfr. nas presentes actas o artigo de Lília Freitas em colaboração com o signatário.

Na zona centro, sobretudo na faixa atlântica, a situação será sensivelmente diferente. Apesar da penetração ser lenta de início, ela foi bastante mais intensa. Já o mesmo não parece acontecer na Beira interior. Referimo-nos de passagem a Viseu, onde, até ao momento, não surgiram provas arqueológicas absolutamente seguras, de matriz islâmica. Tem-se ultimamente falado da Cava de Viriato, mas as incertezas subsistem quanto à respectiva origem. Isto não quer dizer que não se venham a identificar provas materiais com marca islâmica, aliás como aconteceu há poucos anos no castelo de Trancoso. No âmbito do projecto de valorização deste monumento, foram efectuadas escavações que revelaram inequívocos testemunhos da presença muçulmana ou, em alternativa, da sua directa influência durante o período em que o castelo se manteve sob domínio astur-leonês (Ferreira, Lobão e Catarino 2012). E esta influência começa inclusive a sentir-se na própria arquitectura cristã da região, como parecem ser os casos da desmontada cornija de S. Pedro de Lourosa e das aduelas densamente decoradas de Mosteiro de Fráguas (Real 2005: figuras 5 a 8).

Mas o local onde esse tipo de achados tem sido significativo é a cidade de Coimbra, como vêm demonstrando as escavações de Helena Catarino e Sónia Filipe (Catarino 2005; Catarino e Filipe 2005; Catarino, Filipe e Santos 2009). A muralha descoberta no Pátio da Universidade, parece ter origem ainda anterior à época califal, “podendo colocar-se a hipótese de ser de meados do séc. IX”. Uma tentativa de síntese sobre cerâmicas islâmicas na Marca Inferior, que a primeira investigadora acaba de apresentar com Constança Santos, mostra que existem mais lugares onde apareceram produções, nomeadamente com superfície vidrada (Tomar, Leiria, Torres Novas, Santarém, gruta do Caldeirão), mas, na maior parte dos casos, nunca anteriores ao séc. X-XI. Há contudo a possibilidade de em Leiria e Tomar existirem peças atribuíveis ao fim do período emiral. Em *Conimbriga*, até ao momento, nem sequer apareceram cerâmicas vidradas. Finalmente, são referidas outras quatro localidades (Belmonte, Casa da Torre, Castelo Novo e Penamacor), onde só existem produções de época almorávida ou almóada, o que cai fora do âmbito cultural que nos propusemos analisar (Catarino e Santos 2012). Tal panorama não admira, sobretudo se considerarmos a reviravolta produzida pela reocupação islâmica, que se seguiu às campanhas de Almançor. A partir desta altura, parece efectivamente terem sido criados políticas e dispositivos tendentes a garantir um mais apertado controlo do território. Deve-se então ter assistido ao reforço da importância das estruturas militares, como a alcáçova de Coimbra e, provavelmente, a de Viseu, cujos parques restos parecem ter sido identificados (Catarino 2005: figuras 4 a 6; Alves 2009: 77-91)²⁹. E mesmo fora destes centros urbanos, surgirão algumas obras de prestígio,

²⁹No caso de Viseu, restará apenas uma pequena parte da primitiva muralha, mas consegue-se reconstituir o perímetro original. Em 2012 foi objecto de um estudo de arqueologia de arquitectura, por uma equipa dirigida



Figura 12. Pormenor do Beatus da Morgan Library (segundo Hispania Antiqua).

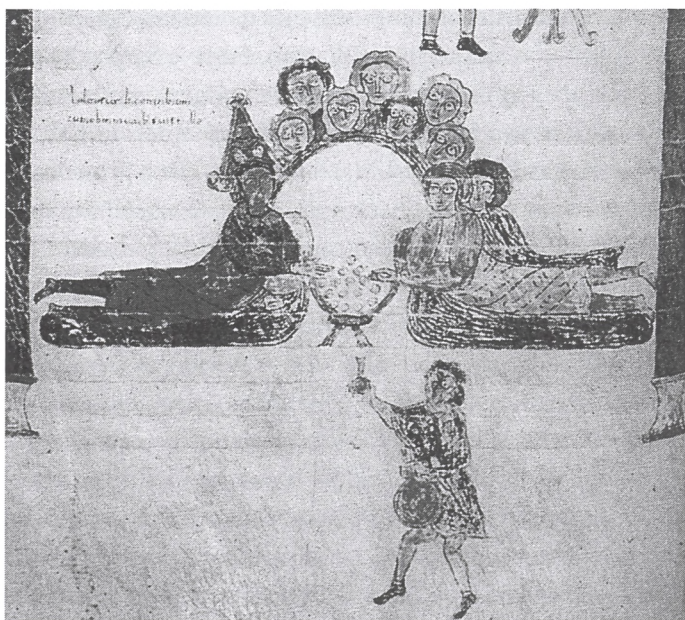


Figura 13. Pormenor do Antifonário de Leon (segundo Hispania Antiqua).

como a mãe-de-água de Castelo Rodrigo e a presumível mesquita ou palácio de Montemor-o-Velho, esta última construção apenas testemunhada por escassos, mas belos elementos de coluna e dois fragmentos de gesso decorado (Barroca 2005). As

consequências culturais deste movimento estendem-se ao período de domínio da taifa de Badajoz, mas o tempo político revelou-se demasiado curto para garantir uma maior expansão e a consolidação da influência árabe nas Beiras e Estremadura.

A ruptura efectiva neste processo de islamização, que estava a adquirir um maior dinamismo, vai dar-se com as conquistas de Viseu e de Coimbra, por Fernando Magno (1058-1064) e, após alguns momentos de hesitação, com a influência decisiva do Papado e da Ordem de Cluny. Ruptura que não será apenas contra o Islão, pois incluía também as formas arcaicas de Cristianismo, representadas pela comunidade moçárabe.

Antes de concluir, merecem uma chamada de atenção outras realidades menos estudadas, para a alta Idade Média, como os casais, as aldeias rurais e as comunidades que se isolam em ambientes troglodíticos. No que concerne ao “casal”, como unidade de organização social do espaço, o nosso conhecimento ficou bastante enriquecido com o estudo apresentado por André Marques, há poucos anos, para o noroeste português (Marques 2008). O contributo da arqueologia está a ser lento neste domínio, devido à variabilidade da sua configuração e à escassez de evidências materiais acerca da sua estrutura. Algo tem sido tentado nesse sentido a partir das sepulturas abertas na rocha, desde a síntese pioneira de Mário Barroca para o Entre Douro e Minho, até às recentes propostas metodológicas ensaiadas por Iñaki Martin Viso (Barroca 1987; 2010-2011; Martín Viso 2012). Relativamente a estruturas rupestres de habitação – nalguns casos talvez de conteúdo eremítico, como seria o de Sabariz, Viana do Castelo (Barroca, Real e Tavares 1986) – foram encontrados importantes conjuntos numa e noutra margem do Douro, em particular nas faldas das serras do Marão e de Montemuro³⁰. Os habitats rupestres e as aldeias de cabanas, são temas da máxima importância para compreender a cultura rural desta época, mas fazem parte de uma realidade ainda muito mal conhecida. No entanto, algo começa a mudar quanto à metodologia de investigação nesse âmbito, abrindo excelentes perspectivas para um próximo avanço na caracterização destas unidades básicas em que assentava o mundo rural, na alta Idade Média. É na Beira interior que tais estudos começam a dar os primeiros resultados. Sabe-se que a invasão de Almançor ocasionou graves perturbações na ordem social, inclusive fora dos meios urbanos, e de que temos eloquentes testemunhos em documentação posterior, como o célebre diploma do mosteiro de Lervão a respeito dos moinhos de Forma. A instabilidade então provocada no meio rural – pelo desabar do quadro

³⁰ Temos feito várias incursões na zona de Ansiães, Candemil, Gião, Chelo, etc. (Amarante), onde visitamos mais de uma centena de covas abertas no granito em decomposição. Alguns conjuntos incluem templetes, grafitos e cruzeiros de feição alto-medieval. Mas o estudo mais completo sobre a matéria diz respeito à Serra de Montemuro, que foi objecto da tese de mestrado de: RAMOS, Mafalda Sofia Gonçalves – *Para o estudo de Montemuro na Idade Média (séc. V-XII): entre a serra e o curso médio do Bestança*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

político-administrativo dependente da monarquia leonesa e pela emergência (documentada) de oportunismos de alguns líderes locais – pode estar relacionada com o abandono por meio violento, na 2ª metade do século X, de algumas aldeias da zona da serra da Estrela, escavadas por Catarina Tente (2007; 2009). É um processo extremamente interessante, de comunidades que surgem já em plena alta Idade Média, relativamente autónomas e praticando uma economia de subsistência: São Gens, Soida e Penedos dos Mouros, entre as melhores estudadas. Elas desenvolvem-se no mesmo período em que, nas proximidades, se inicia o já referido movimento de senhorialização do território, de origem galaico-asturiana, mas autónomo relativamente à corte de Oviedo. Ao que parece, as populações serranas viveriam à margem de todo este processo, indiciando estar-se perante um contexto de quase independência face a qualquer tipo de autoridade. Esta situação foi facilitada pela circunstância de tais comunidades se encontrarem implantadas numa área de fronteira e, decerto, devido ao facto da zona, em concreto, não constituir um perigo significativo e imediato para o clã senhorial instalado na região de Viseu-Lafões. Ao que a documentação aparenta, tais senhores não possuíam interesses fundiários na zona do alto Mondego, que deixam relativamente desguarnecida no âmbito da sua rede de fortificações. É provável que, quando estes chegaram à Estremadura beirã, o emirato não constituísse motivo de grande preocupação para os novos colonos. No entanto, como a arqueologia comprovou, estas aldeias – tanto as situadas na várzea, como as de montanha – possuíam o seu próprio sistema defensivo, pois não deixavam de estar à mercê de alguma instabilidade regional, apesar do semi-isolamento em que viveriam. E o certo é que, talvez passado pouco mais de um século do seu nascimento, estes pequenos núcleos humanos são destruídos por meios violentos – pois há claros indícios de que as aldeias sofreram incêndios, antes do abandono – e obrigados a deslocar-se para zonas mais concentradas e seguras, como seria a periferia do castelo de Celorico.

A concluir, deve acentuar-se que os arqueólogos, ao abordar jazidas da alta Idade Média, se confrontam quase sempre com um horizonte cultural esquivo. Assim, as investigações sobre esta época, tal como acontece com os pré-historiadores, exigem a aplicação de métodos muito rigorosos e o apoio de especialidades em áreas tão variadas, como a análise de solos, a arqueozoologia, a arqueobotânica, a datação por C14, etc.. E, pelos exemplos conhecidos em outras regiões peninsulares, como a de Madrid ou do País Basco, estamos confiantes de que poderão surgir grandes novidades nos próximos anos. Nessa árdua tarefa insere-se também o estudo da cerâmica, cuja dificuldade é acrescida por estarmos perante fenómenos de continuidade, regionalismos, regressão tecnológica, escassez de formas e pobreza de materiais. Ao procurarmos dar uma visão de conjunto sobre o que terá sido a cultura

neste período, malgrado a escassez de fontes e objectos, cremos ter contribuído para demonstrar que se está perante uma época bem mais rica e interessante, do que à primeira vista se supõe, e para estimular o estudo de uma das evidências mais concretas com que os arqueólogos se deparam, que é a cerâmica alto-mediévia, motivo central da presente reunião científica.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge (2004) – “Conimbriga 20 anos depois: a data do abandono de Conimbriga”, In CORREIA, Virgílio Hipólito (Ed.) – *Perspectivas sobre Conimbriga*, Coimbra, Ancora Editora, pp. 96-114.

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1970) – “Ainda o documento XIII dos “Diplomata et Chartae”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, 1, Porto, FLUP, pp.97-107.

ALVES, Carlos Filipe Pereira (2009) – “A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: O Alcácer e o Castelo de Viseu (século XII-XIV)”, In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, Coimbra, SPEM, pp. 77-91.

BARROCA, Mário Jorge (1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*, Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.

BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – “Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)”, *Portugália*, Nova série, 11-12, Porto

BARROCA, Mário Jorge (2005) – “O castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII”, In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coords.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras do Porto, p. 111-126.

BARROCA, Mário Jorge (2010-2011) – “Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho”, *Portugália*, Nova Série, 31-32, Porto, pp.115-182.

BARROCA, Mário; REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1986) – “Escavações arqueológicas nas covas eremíticas de Sabariz. Vila Fria – Viana do Castelo, Portugal”, In *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española. (Huesca, 1985)*, Tomo II, Huesca, pp.51-71.

BARROCA, Mário Jorge e SANTOS, Maria José (2005) – “O candil califal de Pedrantil (Croca, Penafiel)”, In GÓMEZ MARTINEZ, Susana (Coord.) – *Al-Ándalus: Espaço de mudança: Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*. Homenagem a Juan Zozaya, Mértola, CAM, pp.310-317.

BRANDÃO, Caetano, D. Frei, Ed. (1803) – *Vida e opúsculos de S. Martinho Bracarense...* Lisboa, Academia Real das Ciências.

CABALLERO ZOREDA, Luís; MURILLO FRAGERO, José Ignacio (2005) – “Notas sobre las cercas y murallas de Santa Maria de Melque”, In *Espacios fortificados en la provincia de Toledo*, Toledo, Diputación Provincial, pp.255 e 291.

CARDOSO, Mário (1975) – *Testamento de Mumadona*, Guimarães.

CARNEIRO, Sérgio e GOMES, Ana (2005) - “Candis e tremes islâmicos do Museu da Região Flaviense”, *Aquae Flaviae*, nº 33, Grupo Cultural *Aquae Flaviae*, Chaves, pp.108; 111.

CATARINO, Helena (2005) – “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”, In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coords.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras do Porto, pp.195-214.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia (2005) – “Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira”, In GÓMEZ MARTINEZ, Susana (Coord.) – *Al-Ándalus: Espaço de mudança: Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*. Homenagem a Juan Zozaya, Mértola, CAM, pp.73-85.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança (2009) – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”, *Xelb*, 9, Silves, Museu Municipal de Arqueologia, pp.333-378.

CATARINO, Helena; SANTOS, Constança Guimarães dos (2012) – “A cerâmica islâmica da Marca Inferior em território português”, *Arqueologia Medieval*, 12, Porto, Edições Afrontamento, pp.7-14.

CENTRO DE ESTUDIOS E INVESTIGACIÓN “SAN ISIDORO”, Ed. (2008) - *Liber Testamentorum Cenobii Laurbanensis (Estudios)*, León.

CERQUEIRA, Luís M. G., Ed. (2003) – “O “Organum” de Tona, Catalunha”. *Anuário Musical*. Madrid: CSIC, 58, pp. 3-8.

CORREIA; Virgílio H. (2010) – “O fórum de Conimbriga e a evolução do centro urbano”, In NOGALES BASSARRATE, T. (Ed.) – *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, pp. 89-105.

COSTA, Avelino de Jesus da (1997) – *O bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2ª ed., vol. 1, Braga, Irmandade de S. Pedro da Porta Aberta.

DE MAN, Adriaan (2005) – “Sobre a cristianização de um Fórum”, *Al-Madan: adenda electrónica*, IIª série, 13 (Jul. 2005) VI.1-4 Almada.

DE MAN, Adriaan (2006) – *Conimbriga: do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa, Edições Sílabo.

DE MAN, Adriaan (2006-2007) – “Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conimbriga”, *Portugália*, Porto, Nova série: 27-28, pp.59-65.

DE MAN, Adriaan (2007) – The late urban fort of the bico da muralha, Conimbriga (Portugal). *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, 7:1, Rhodes (Greece), pp.3-14.

DE MAN, Adriaan, SOARES, António M. Monge (2007) – A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de ‘Conimbriga’, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 10:2, pp. 285-294.

DIAS, Paula Barata (2007) – “Uma nova leitura da vida e da acção de S. Frutuoso, à luz das fontes históricas e literárias”, *Humanitas*, 59, Coimbra.

DUVAL, N.; FÉVRIER, P. A. (1972) – “Le décor des monuments chrétiens d’ Afrique (Algérie, Tunisie)”, In *Actas del VIII Congreso Internacional de Arqueologia Cristiana (Barcelona, 1969)*, Città del Vaticano, Barcelona, Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana/ Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

EUSÉBIO, Maria de Fátima, Coord. (2009) – *Arte, poder e religião nos tempos medievais: A identidade de Portugal em construção*, Viseu, Câmara Municipal.

FERNANDES, Paulo Almeida (2005) – “Eclectismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e al-Mansur”, In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (Coords.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras do Porto, pp.293-310.

FERNANDES, Paulo Almeida (2008) – “A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana”, *Arqueologia Medieval*, 10, Porto, Edições Afrontamento, pp.21-40.

FERREIRA, Maria do Céu, LOBÃO, João Carlos e CATARINO, Helena (2012) – “Cerâmicas altomedievais do castelo de Trancoso: Uma primeira abordagem”, *Arqueologia Medieval*, 12, Porto, Edições Afrontamento, pp.15-31.

FONTES, Luís (2006) – *A basílica sueva de Dume e o túmulo dito de São Martinho*, Braga, Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho/ Junta de Freguesia de Dume.

FONTES, Luís; LEMOS, Francisco Sande; e CRUZ, Mário (1997-1998) – “Mais velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, Braga, pp.137-164.

FONTES, Luís et ali (2010) – “A Cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII”, In *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo (s. VI-VIII)*, Toledo, Toletvm Visigodo, pp.255-262.

GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés (2006) – “El Diácono Rodrigo de Coimbra: fundador de três *ecclesiae* en la Galicia del siglo VIII”, In FLUP - Departamento de História (Org.) – *Estudos de homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.439-451.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO, Ed. (2004) – *Tecidos medievais*, Lisboa, IPCR.

LIMA, António Manuel de Carvalho (2012) – *Os mosaicos da igreja de Santa Maria do Freixo e a ecclesia de Tongobriga, paróquia da diocese portugalense no século VI*, Freixo, Direcção Regional de Cultura do Norte/Estação Arqueológica do Freixo.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; BENITO DíEZ, Laura (2009) – “Un cementerio medieval en la *domus Tancinus* de Conimbriga (Condeixa-a-Velha, Portugal)”, In *Morir en Mediterráneo Medieval*. Actas del III Congreso Internacional de Arqueología, Arte e Historia de la Antigüedad Tardía y Alta Edad Media Peninsular (Madrid, 2006), Oxford, Archaeopress, 2009.

MACIEL, Justino (1996) – *Antigüidade tardia e paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, Ed. do autor.

MARQUES, André Evangelista (2008) – *O Casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Noia, Editorial Toxosoutos.

MARQUES, José (1990) – “O mosteiro de Guimarães”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, 41, Guimarães, pp.7-13.

MARQUES, José (2001) – “Peregrinos e peregrinações medievais do Ocidente nos caminhos da Terra Santa”, In RAMOS, Luís A. de Oliveira et al. (Coords.) – *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARTÍN VISO, Iñaki – “Enterramientos, memoria social y paisaje en la Alta Edad Media: propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el centro-oeste de la Península Ibérica”, *Zephyrus*, 69:1 (enero-junio 2012), Salamanca, USAL, pp.165-187.

MATTOSO, José (1969) – “A cultura monástica em Portugal (711-1200)”, *Arquivos de História da Cultura em Portugal*, 3:2, Lisboa, pp.3-35.

NASCIMENTO, Aires A. (2006) – “A cultura bracarense no séc. VI: uma reavaliação necessária”, In FLUP- Departamento de História (Org.) – *Estudos de homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, vol. 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.87-104.

NOGALES BASSARRATE, T. (2010) – *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.

PINTO, Sérgio Silva (1949) – “O bispo de Braga Balcónio e a primeira conversão dos suevos”, *Braga. Boletim do Arquivo Municipal*, Braga, 1:13, pp.407-416.

PINTO, Sérgio da Silva (1968) – *A cúria régia de Braga de 872 e o conde Vimara Peres*, Braga.

RAMOS, Mafalda Sofia Gonçalves (2012) – *Para o estudo de Montemuro na Idade Média (sécs. V-XII): entre a serra e o curso médio do Bestança*, Tese de mestrado em Arqueologia apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, policopiado.

REAL, Manuel Luís (1985) – *Pousada de Santa Marinha. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Monumentos*. 130 (1985), Lisboa, DGEMN.

REAL, Manuel Luís (1995) – *Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular* (Sep. de “IV Reunión D’Arqueologia Cristiana Hispánica (Lisboa 1992)”, Lisboa/ Barcelona, pp.17-68.

REAL, Manuel Luís (2000) – “Portugal: Cultura Visigoda e cultura moçárabe”, In CABALLERO ZOREDA, Luís; MATEOS CRUZ, Pedro (editores) – *Visigodos y Omeyas: un debate entre la Tardo Antigüedad y la Alta Edad Media (Mérida, 1999)*, Anejos de “Archivo Español de Arqueología”, XXIII, Madrid, C.S.I.C., separata.

REAL, Manuel Luís (2005) – “Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)”, In BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. Coords.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras do Porto, pp.275-292.

REAL, Manuel Luís (2006) – “A arquitectura pré-românica do norte de Portugal”, In *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal*, Vigo, Marina Editores (Nova Galicia), pp.113-107.

REAL; Manuel Luís (2007) – “A escultura decorativa em Portugal: o grupo “portucalense”, In CABALLERO ZOREDA, Luís; MATEOS CRUZ, Pedro (Eds.) – *Escultura Decorativa Tardorromana y Altomedieval en la Península Ibérica*” (Mérida, 2006), Anejos de “Archivo Español de Arqueología”, XLI, Madrid, C.S.I.C., pp.155-164.

REAL, Manuel Luís (2012) – “Existe una archivística de tradición ibérica?”, *Comma.2010-2: International Journal of Archives*, Liverpool, pp.33-34.

REAL, Manuel Luís (s.d) – *Coimbra e o Mediterrâneo setentrional nos séculos VIII-IX*. Comunicação apresentada ao “III Colóquio sobre Moçárabes”, na Universidade Nova de Lisboa, no prelo.

SAÉZ, Emilio (1947) – “Ramiro II, rey de ‘Portugal’ de 926 a 930”, *Revista Portuguesa de História*, 2, Coimbra, pp.217-290.

SANTO, Arnaldo do Espírito (1998) – “João Cassiano e a regra de S. Bento”, *Humanitas*, Coimbra, 50, pp.299-310.

SILVA, António Manuel (2011) – *No tempo dos mouros. Castelos de Arouca numa terra de fronteira*, Arouca, Câmara Municipal.

SOARES, Luís Ribeiro (1997) – *A linhagem cultural de S. Martinho de Dume*, Lisboa, INCM.

TENTE, Catarina (2007) – “Paisagens humanas alto-medievais na vertente noroeste da Serra da Estrela (Portugal)”, *Território, Sociedad y Poder*, 2, Oviedo, pp.87-108.

TENTE, Catarina (2009) – “Viver em autarcia. A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X”, In MARTÍN VISO, Iñaki (Ed.) – *Tiempos oscuros? Territorio y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VII-IX)*. Madrid, Sílex Ediciones, pp.137-157.

TERRÓN ALBARRÁN, Manuel (1971) – *El Solar de los Aftásidas*, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños/ Institución “Pedro de Valência”.

TORRES, Cláudio (1992) – “A Sé Catedral de Idanha”, *Arqueologia Medieval*, 1, Porto, Edições Afrontamento, pp.169-178.

VIANA, Abel (1961) – *Necrópole romano-suévica (?) de Beiral. Ponte de Lima-Viana do Castelo*, Ponte de Lima, Câmara Municipal.

APÊNDICE – LIVROS E OBJECTOS NO TESTAMENTO DE MUMADONA

I BIBLIOTECA(*)

Vinte livros eclesiásticos (indiferenciados, entre os quais, naturalmente, se incluiria a Bíblia)

Livros litúrgicos

Antifonários (três); *Saltérios* (três: dois *Psalterios*, com título derivado do grego; e outro exemplar, o *Organum*, na sua designação latina); *Liber Comicus*; Manual; Passionário; *Liber Precum*.

Livros de carácter monástico

Vitas Patrum ou *Vidas dos Padres do Deserto*, possivelmente na tradução de Rufino; *Apophthegmata Patrum* ou *Gerontikum*, com as sentenças do Padres do Deserto, decerto na versão de Pascácio de Dume; *Institutiones*, de Cassiano; *Codices regularium* (duas colecções: uma com as normas de Pacómio, Ambrósio, Bento, Isidoro e Frutuoso; e outra com as de Bento, Isidoro e Frutuoso); além da Biografia de S. Martinho e dos Diálogos, de S. Gregório Magno (que incluem temas monásticos e são citados mais adiante, devido ao seu conteúdo histórico).

Livros exegéticos

Moralia in Job, de S. Gregório Magno; *Comentário ao Apocalipse* (o de Beatus de Liébana ou o de Apríngio de Beja); *Dedeca Psalmorum* (talvez uma secção das *Enarrationes in Psalmos*, de Sº Agostinho);

Livros históricos

Vita Martini, de Sulpício Severo; *Liber Dialogorum*, de S. Gregório Magno (com a vida de Bento de Núrsia); *Historia Ecclesiastica*, de Eusébio de Cesareia, na tradução de Rufino; *De viris illustribus*, de S. Jerónimo, continuado por Genádio de Marselha, Isidoro de Sevilha e Ildefonso de Toledo; *Etymologiae*, de Sº Isidoro (obra mais de carácter enciclopédico)

Livros de carácter espiritual ou pastoral

De virginitate Beate Mariae Virginis, de Leandro de Sevilha; os *Hinos de Santo Efrém*; e talvez os *Sententiarum libri quinque* de Taio, assim como dois exemplares da *Regula pastoralis*, de S. Gregório Magno

Textos canónicos

Collectio Hispana (textos conciliares do Oriente e Ocidente)

II OBJECTOS DE USO LITÚRGICO

- 1 Cruz de ouro e pedras preciosas (*cruce huic sancto... et lapidibus ornatam* – com 150 soldos de ouro)
- 4 Cruzes douradas (*cruces...deauratas*)
- 3 Coroas em ouro, de suspender, ornadas de pedras (*coronas...tenentes...ex lapidibus ornatas* – de 70 soldos)
 - Dípticos de ouro (*ditagos* – de 80 soldos)
 - Dípticos singelos (*ditagos*)

- 1 Capa bordada a ouro e ornada de pedras (*capa deaurata et lapidibus ornata* – com 260 soldos)
- Colares de ouro e pedras preciosas (*torques deauratas et lapidibus ornatas*)
- 2 Cálices de ouro (*calices* – de 60 e 50 soldos)
- Vasos de água (*urceolos* – de 8 soldos)
- 2 Candelabros (*candelabros*)
- 2 Lucernas (*lucernas* idem)
- Lâmpadas (*lâmpadas* – de 100 soldos)
- 4 Sinos (*signos fusiles ex metallo*)
- 4 Sinetas (et totidem *campanis*)
- 2 Turíbulo de suspender (*unum tenentem...et alium...cum suis felis oblatis* – de 50 e 60 soldos)

III

VESTES E ORNAMENTOS ECLESIASTICOS

- 3 Vestes eclesiásticas: completas ? (*vestes ecclesiasticas*)
- Albas (*albas*): 2 *saibis* (desconhecido) e 1 *morcum* (bordada?); 2 simples
- 5 Casulas (*casula*); e outras de linho (*casulas lineas*)
- 5 Dalmáticas (*dalmaticas*)
- 10 Túnicas (*tunicas*)
- 5 “*Piscinas*” (desconhecido): sendo 3 orientais (*glisissas*), das quais 1 felpuda (*de aluz*)
- 1 Abano de alvecim (*alara de alveci*)
- Véus ou cortinas de linho (*velos lineas*)
- 4 Frontais de tapeçaria ou seda (*frontales palees*)
- 3 “*Avectos*” (desconhecido): 1 de alvecim (*de alueci*) e 2 de seda bordada (*de tiraz*)
- 4 Tapeçarias orientais (*palas greciscas*)
- 2 Tapeçarias felpudas (*palas de aluz*)

IV

OBJECTOS DE USO DOMÉSTICO

- Arcas (*arcas*)
- Vasos pequenos (*vasculos*)
- 2 Conchas (*concas*)
- 2 Escudelas (*scalas*)
- Recipientes globulares (*interrotomas* ou “*arrodomas*”)
- Recipientes em forma de folha (*palmares*)
- 12 Colheres (*concloclearios*)
- 3 Conchas, sendo 1 em ouro (*cifo ex auro et trulios duos*)

V

TECIDOS, PELIÇAS E ACOLCHOADOS

- 10 Colchas (*superlectiles*): entre tapeçaria (*paleas*) e seda (*tramisirgas*)
- 12 Almofadas ou colchões (*ganapes*)
- 100 Almofadas ou colchões de linho (*lineas*)
- 100 Almofadas ou colchões de penas (*pulmaços*)

- 100 Almofadas ou colchões de pele ? (alii *alpes* ou alp[han]egues?)
- 5 Tapetes ou almocelas (*almucellas*)
- 4 Mantas de leito, iguais (*linulas*)
 - Capas
- 12 Toalhas bordadas (*stolas cultas*)
- 2 Liteiras de serviço de mesa (*stolas litoneas de servicio de mensa in thesaurum*)
- 30 Mantas de mesa (*sabanas*)
- 50 Mantéis coloridos (*mantelos polemitos*)
- 100 Toalhas de linho (*lineos*)

(*) No que concerne à identificação e classificação dos livros oferecidos ao mosteiro de Guimarães, pela condessa Mumadona, seguimos de perto José Mattoso, no citado artigo sobre a *Cultura monástica em Portugal (711-1200)*. Fazemos uma excepção ao chamado “*Organum*”, que, como veio a demonstrar Luís M. G. Cerqueira, não será um livro musical, mas sim o título, na versão latina, de “*Psalterio*”. Consideramos a menção inicial como vinte livros indiferenciados, a mais, já que não conseguimos encaixar a lista subsequente, no referido número. De resto, nesta relação, nem tudo são livros, pois também se mencionam opúsculos (“*libello*”, “*alio libellum*”) e cadernos reunidos em capa (“*sub una cortex*”).

O rol de objectos apresentado neste apêndice constitui uma tentativa de interpretação sistemática da lista de bens móveis apresentada no Testamento, a qual tem sido aproveitada de modo insuficiente, devido às dificuldades de interpretação. Estas não foram de todo eliminadas, não apenas devido a certas ambiguidades lexicais, mas também às dúvidas suscitadas por algumas conjugações de palavras, com efeito semântico, ou em ligar com exactidão os numerais ao objecto respectivo, posto que às vezes aqueles se referem ao item precedente, enquanto noutras se reportam ao seguinte. Algumas vezes, a quantidade de objectos é mencionada simplesmente por um termo que indica repetição (“*idem*”, “*et totidem*”, “*alii*”).

Salientamos que existiu uma anterior tentativa para interpretar este texto, na tradução livre de Mário Cardozo ao *Testamento de Mumadona* (Guimarães, 1975). Para identificar uma boa parte dos objectos, apoiámo-nos em: VARELA SIEIRO, Xaime – *Léxico Cotián na Alta Idade Média de Galicia: o Enxoval* (Coruña: Ediciós do Castro, 2003).

CERÂMICA MEDIEVAL DE CONIMBRIGA

*Adriaan De Man*¹; *Virgílio Hipólito Correia*²; *Sofia Lovegrove*³; *Francisco Andrade*⁴

Uma das preocupações emergentes no estudo de Conimbriga tem a ver com as densas ocupações medievais que se sobrepõem à cidade romana, que constituem um problema arqueográfico e historiográfico desde o início das escavações luso-francesas nos anos de 1960 (Oleiro e Etienne 1965, 450; contra Alarcão *et al.*, 229; cf. Alarcão 2004, 100-111).

Naturalmente, tem-se vindo a reflectir sobre a natureza dessa realidade, e sobre as diversas aproximações à sua identificação, conservação e interpretação (De Man 2004, 2006; *id.* e Soares 2007). Perante alguns dados localizados, é ainda muito parco o entendimento da sequência urbanística, da cultura material, e das funções particulares de um grande sítio fortificado mas “desurbanizado” no território tardo-visigótico, islâmico e condal. A evidência arqueológica mais expressiva é a cerâmica que, muitas vezes associada a consideráveis conjuntos de fauna, ilustram uma notável actividade quotidiana. O presente texto explora duas formas cerâmicas típicas deste ambiente cultural.

¹ Instituto de Estudos Medievais e Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Av. de Berna 26C, 1069-061, Lisboa; ademan@fchsh.unl.pt.

² Museu Monográfico de Conimbriga.

³ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁴ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1. Contexto

Algumas publicações recentes sobre a cerâmica medieval de Conimbriga tentaram colocar em perspectiva as séries produtivas que correspondem às últimas ocupações coerentes do sítio (De Man 2006). Em resumo, esses textos incidem sobre a necessidade de reenquadrar as fases de ocupação com base na evidência material, mantendo presente que existem fontes escritas que devem ser articuladas com o registo estratigráfico. Idácio de Chaves é um caso recorrente obrigatório, cujo catastrofismo obriga a matizações severas, e ao entendimento de formulações retóricas que se inserem em cânones literários próprios de uma época. Existem outras referências, mais tardias, que ilustram uma fase já quase plenomedieval, mas que talvez não estejam ainda exploradas em toda a sua potencialidade.

Do ponto de vista material, uma conjugação de estratigrafia fina, datações absolutas e paralelos cada vez mais disponíveis permitem construir parte de uma evolução conimbrigense. Não importa reafirmar no presente texto todas as premissas deste pensamento, que já se encontram devidamente publicadas. Recapitulando sinteticamente, seria possível comprovar que a antiga cidade romana manteve uma centralidade regional ao longo dos séculos alto-medievais, e que até uma fase avançada do período visigótico é necessário pensar no sítio como uma capital administrativa e religiosa. O meio milénio subsequente é mal conhecido do ponto de vista urbanístico, embora se verifique a manutenção de estruturas domésticas e públicas de origem imperial, num novo enquadramento de cronologia islâmica. Os únicos grandes contextos de destruição correspondem às fases da conquista cristã, que determinam o fim do povoamento coerente de Conimbriga.

As formas cerâmicas mais tardias surgem, de facto, num padrão geográfico que expande para Sul, numa cronologia mais ou menos aliada à do avanço cristão. Todavia, os moldes desta expansão aparentemente linear não são claros, nomeadamente ao nível regional da produção, distribuição e consumo. O mercado é um local de transacção, mas também um sistema de oferta e procura que inclui uma multiplicidade de realidades locais. Se tomar Conimbriga como centro comercial é uma hipótese de trabalho bastante razoável, nada no registo arqueológico é hoje capaz de definir a intensidade das preferências e dos hábitos individuais, cujo somatório resulta na circulação e utilização de peças. Posto de outro modo, ficou já bem demonstrado que a cerâmica condal de Conimbriga é tipologicamente análoga à dos sítios adjacentes, sem que se destaque, por enquanto, qualquer tipo de definição produtiva ou distributiva.

Uma multiplicidade de fontes remete para um complexo panorama “étnico” e/ou religioso local terá sido muito variável ao longo dos séculos pós-visigóticos

complexificado pela islamização do território. Tanto a toponímia como a antroponímia, constante por exemplo no *Livro Preto da Sé de Coimbra*, dão indicações nesse sentido, assim como alguma evidência arqueológica resultante das escavações no espaço amuralhado, nomeadamente na zona do forum, do anfiteatro e das grandes termas do Sul. A questão material é porém problemática nesta dimensão híbrida, na medida em que, independentemente da identidade cultural ou etnicidade de utilizadores, fabricantes ou distribuidores, os formatos da cerâmica não podem ser adscritos a uma classificação desse género. Está atestado que, de entre as múltiplas estimativas de distribuição, a cerâmica resultante de produções domésticas são quase exclusivamente disseminadas dentro de um mesmo grupo cultural (Tsetlin 2005: 291). Este facto antropológico conduz a pelo menos duas problemáticas conexas, nomeadamente o carácter tendencialmente regional das produções e, por outro lado, a existência de um grupo mais ou menos homogéneo, no que diz respeito à aceitação das peças cerâmicas.

Os exemplares que circularam no planalto de Condeixa-a-Velha no período que se estende vagamente entre a queda da monarquia visigótica à ocupação condal da região correspondem a um dos mais claros registos de uma densidade populacional muito grande, no interior de todo o espaço muralhado (e não se dispõe de evidência quanto à situação no exterior dele, na zona de Condeixa-a-Velha). Esta enquadra-se bem em tendências produtivas coevas, cujos contornos eram muito pouco perceptíveis até recentemente, e ainda se mantêm num leque cronológico demasiado amplo, carecendo de um refinamento evolutivo. A propósito, importa referir que uma categorização em moldes culturais ou temporais abstractos nada aporta à discussão, contribuindo apenas enquanto referência narrativa – basta reflectir sobre o significado prático do termo “califal” num sítio desurbanizado como Conimbriga, e em especial sobre a sua aplicabilidade no âmbito produtivo. Outra dificuldade prende-se com as tendências no tempo longo, isto é, dificilmente se entenderia a produção cronologicamente tardo-visigótica ou emiral desconectada dos seus precedentes imediatos.

Dentro desta continuidade existem produções tipicamente medievais. Dois dos materiais-directores mais evidentes são os alguidares de base em disco, frequentemente apresentando cordões plásticos digitados, e os púcaros com colo alto e recto, profusamente canelado ou estriado. Ambos os tipos de peça representam uma novidade por oposição não apenas à baixa romanidade mas também ao contexto visigótico, que de resto havia vindo a tender para a polifuncionalidade e redução de categorias formais.

Num artigo recente (De Man 2012: 33-39) foram propostas algumas das suas características balizantes. Os primeiros materiais não surgem antes do século IX, em

contextos culturais que já não podem ser interpretados sequer enquanto emanações endógenas de inspiração tardo-visigótica ou islâmica. Pelo contrário, a sua afectação a circuitos culturais setentrionais aproximam-nos do movimento de conquista cristã. Os alguidares, ausentes no Sul islâmico, surgem bem definidos no tempo em zonas da Meseta ibérica. Em Zamora correspondem especificamente ao século XII, não ultrapassando esse limite (Turina 1994, 63-70). Por outro lado, os púcaros são característicos de outra dinâmica. Se do ponto de vista da orientação representam uma fase evolucionada de colos curvos de cronologia visigótica, por outro lado estes colos cilíndricos, assentando em bojos troncocónicos, aproximam-se das formas de jarros e púcaros tipicamente islâmicos, para os quais há bons paralelos meridionais. Estas produções seriadas são nitidamente inspiradas num modelo abstracto mas não formalmente tipificado. Não se distingue uma manufactura intensiva, isto é, estas peças continuavam a ser criadas de uma forma mais ou menos casuística, em que as sucessivas forçadas não estavam necessariamente ligadas a um sistema de distribuição regular.

2. Os alguidares

É numa acentuada polifuncionalidade que se deverá entender a utilização de alguidares durante a Alta e a Plena Idade Média (Tente 2010, 393). São peças úteis para uma diversidade de lavagens, confecção e consumo de alimentos. Enquanto peças abertas, de forma troncocónica, com paredes rectas oblíquas, muitos apresentam uma base em disco saliente em relação ao alinhamento da parede do recipiente, garantindo uma maior estabilidade. Frequentemente, estes alguidares ostentam decorações digitadas nos bordos, nas paredes e na base. Os bordos apresentam, geralmente, um espessamento exterior, em secção triangular, ou bordos emoldurados ou espessados. Em termos da sua morfologia, as variantes não se distinguem pelo tamanho, mas apenas no perfil, no acabamento do bordo e, até certo ponto, no da base.

No que toca ao actual território português, diversos sítios arqueológicos forneceram alguidares de base em disco, enquadrados num espectro cronológico mais ou menos amplo, mas com início entre o século IX e o século XII. Estes surgiram frequentemente numa série de sítios arqueológicos escavados nos concelhos de Gouveia (Monte Aljão e Penedo dos Mouros) e de Celorico da Beira (S. Gens e Soida), no distrito da Guarda, revelando cronologias entre os séculos IX e X, algumas das datações efectuadas por radiocarbono (Tente 2010). Estes foram identificados ainda na última ocupação do templo romano de Nossa Senhora das Cabeças, Covilhã (publicado por Carvalho, em 2003); e na cidade da Guarda (Osório, 2004), revelando cronologias um pouco mais tardias, com limite inferior máximo no século

XIV. No vale do rio Douro, este tipo de recipiente surge também no leque cerâmico de diversos sítios – no Castelo de Matos, Porto (Barroca, 1988); em Santo Estevão da Facha, Viana do Castelo (Almeida *et al.*, 1981); em Santa Cruz da Vilariça e em Torre de Moncorvo, Bragança (Rodrigues e Rebanda, 1998); e no sítio do Baldoeiro, Bragança (Rodrigues e Rebanda, 1995); todos eles datados, pelos diversos autores que neles efectuaram escavações arqueológicas, entre os séculos XII e XIV. Mário Barroca considera que, em Castelo de Matos, a cronologia dos alguidares possa recuar ao século XI (Tente 2010: 398).

No Castelo de Belmonte, Castelo Branco, as escavações arqueológicas realizadas forneceram apenas um fragmento de fundo de alguidar de base em disco, com digitações ao longo do rebordo e datado entre os séculos XII e XIII (Marques 2000: 254-279). Os trabalhos arqueológicos levados a cabo no castelo de Arouca, Aveiro, apontaram para uma cronologia de ocupação do castelo entre o séculos IX e o século XII, altura em que este recinto fortificado terá começado a entrar em declínio. Neste sítio, apenas os fundos em disco se destacam entre as bases (Silva e Ribeiro 2007, 69-74). Mais recentemente, António Silva e Manuela Ribeiro (2007) referem a realização de datações por radiocarbono na Malafaia e no Castelo de Arouca, que permitiram apontar para uma cronologia do século IX. No Castelo de Trancoso, Guarda, foi identificado um fragmento de fundo de alguidar de base em disco, enquadrado cronologicamente entre os séculos VIII e XII (Ferreira 2012, 28). Em Braga, nas escavações efectuadas na Rua de N^a. S^a. do Leite, foi identificado um fragmento de alguidar de cronologia seguramente anterior ao século XIV (Gaspar 1985: 67-72). Nos sítios do Sabugal Velho e de Caria Talaia, Sabugal, surgiram fragmentos de alguidar de base em disco, datados da segunda metade do século XIII (Osório 2010, 70). Mais recentemente, as escavações efectuadas nas fossas-lixeria do pátio do Museu Grão Vasco, no morro da Sé de Viseu, forneceram vários fragmentos desta tipologia de recipiente cerâmico. Fica reforçada a ideia de que estes alguidares constituem uma das formas mais características dos conjuntos cerâmicos medievais no Centro e Norte de Portugal. No caso em questão, os alguidares inserem-se no repertório pleno-medieval (Rodrigues 2012: 46 e 85-90).

Os vários paralelos demonstram que a cronologia atribuída para a utilização dos alguidares não é, ainda, totalmente consensual nem conclusiva. À partida, poder-se-ia considerar que as cronologias mais fiáveis seriam aquelas às quais se associam datações seguras por radiocarbono, ou seja, Conimbriga e os arqueossítios estudados por Catarina Tente. No entanto, há que ter em conta que o povoamento em Conimbriga terminou por volta do século XII e que todos os sítios estudados pela autora mencionada foram abandonados no século X. Ou seja, é necessário conhecer a própria duração da ocupação dos diversos sítios, pois o fim de um povoamento não

estará necessariamente associado ao fim da utilização geral de determinados tipos de recipientes cerâmicos.

Perante estes dados, e tendo em conta o carácter multifuncional dos alguidares e sua consequente longa cronologia de utilização, torna-se necessário manter em aberto a forte hipótese de que estes continuaram em uso até ao século XIV, como indicam diversos autores. No entanto, tal não significa que o mesmo tipo de alguidar de base em disco produzido e usado, por exemplo, no século IX, seja idêntico àqueles produzidos e utilizados séculos mais tarde. Pelo contrário, as suas características terão provavelmente mudado ao longo do tempo. Esta gradual alteração morfológica encontra-se atestada, por exemplo, em Conimbriga (De Man 2006: 159).

Através da elaboração de um mapa de dispersão dos sítios que forneceram alguidares de base em disco, através de escavações arqueológicas no actual território português, torna-se imediatamente evidente que estas peças cerâmicas se localizam apenas na região Centro e, acima de tudo, Norte. Note-se que Conimbriga constitui o caso mais meridional. Considerando esta evidência a par do facto de que este tipo de recipiente cerâmico não foi, até ao momento, associado a contextos no Sul do país e/ou com uma forte e coerente presença islâmica, poder-se-á relacionar directamente o alguidar de base em disco a uma presença especificamente cristã, seguindo um padrão geográfico associado a uma cronologia mais ou menos aparentada à do avanço cristão em direcção a Sul.

3. Púcaros

No que diz respeito aos púcaros, a sua função de contentor de líquidos é clara, destacando-se as variantes de perfil já identificadas há muito para o sítio de Conimbriga (Alarcão 1975: 35). Destacam-se desde logo os de colo recto e canelado, alguns de bordo triangular. Os exemplares que ostentam morfologias caneladas no seu colo vertical surgem com asas golpeadas, e o seu lábio boleado é invertido mas recto por fora. As peças com caneluras representam um tipo próprio, uma vez que os exemplares de colo recto mas com bordo triangular parecem evoluir de formas imperiais, tornando-se uma tipologia característica da tardo-antiguidade. A fase do século VII ao IX parece apontar para uma predominância deste formato, eventualmente com colos ainda relativamente estreitos, no quotidiano conimbrigense e o púcaro com bordo extrovertido, de lábio arredondado ou engrossado é abundante. Fica claro que, neste período, outras formas de contenção de líquidos diminuiram em número, em detrimento do púcaro canelado. Verifica-se igualmente uma tendência corrente de aumento do próprio diâmetro do bordo, podendo atingir mais de 10 cm. Uma fase distinta corresponde aos séculos X a XII, e representa exemplares de púcaros com

pastas mais bem cozidas e depuradas, embora as suas formas continuem a consistir em morfologias pré-islâmicas. Neste período as caneluras surgem em púcaros de menores dimensões, e ostentam um perfil mais globular.

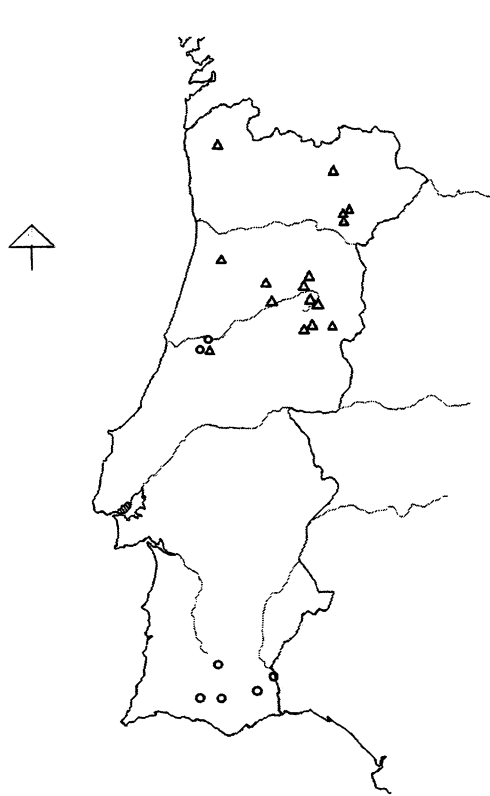
Contrariamente à realidade identificada para os alguidares de base em disco, os paralelos encontrados situam-se quase sempre a sul do Mondego, e em especial no Algarve. Ainda assim, tratando-se de uma mesma realidade regional, não admira que um dos paralelos mais setentrionais seja Coimbra, onde estes exemplares foram classificados como pertencentes aos séculos X e XI. Neste contexto destaca-se uma coexistência entre cerâmicas puramente islâmicas e outras cristãs (Catarino *et al.* 2009: 336- 353). Independentemente de alguns casos intermédios menos expressivos, é na região do Algarve que surgem paralelos sólidos, em especial no Castelo Velho de Alcoutim, no Castelo das Relíquias e no Castelo de Salir (Catarino 1997/98: 781-785). Surgem aqui diversas variantes para representar as tipologias de púcaro do Algarve Oriental, incluindo os de colo alto de perfil direito, sempre decorado com caneluras no colo; bordos boleados, direitos ou com uma ligeira inflexão interna; e as asas são de secção oval. Estes conjuntos de púcaros apresentam asas que partem do bordo, caneluras no colo e corpo globular. O diâmetro do bordo dos exemplares é relativamente grande, também este superior a 10 cm, e a forma é remetida para uma tradição visigótica, com difusão desde o período emiral até ao século XI. A cronologia é portanto condizente com a proposta para Conimbriga/Condeixa.

Dois outros paralelos algarvios são aduzíveis como exemplo, nomeadamente o exemplar canelado do povoado islâmico da Portela 3, tido dos séculos IX-X, e as peças de Mesas de Castelinho, adscritos aos séculos X-XI (Fabião; Guerra 1991,:308-317). Trata-se, no fundo, de um tipo de cerâmica bem difundido em contextos meridionais.

Em conclusão, os púcaros canelados são vistos como um dos principais indicadores cerâmicos da Alta Idade Média em Conimbriga. No que diz respeito aos exemplares provenientes do anfiteatro, é de salientar a correspondência dos fragmentos com paralelos formais documentados (Alarcão 1975; De Man 2006). Neste caso particular, as datações pelo radiocarbono apontam para intervalos entre o século IX e o XI (De Man; Soares 2007: 285-294). É possível que, em última instância, a morfologia tenha sido baseada em modelos hispano-romanos muito tardios, sujeita a novas técnicas manufactureiras, reforçando a ideia, apontada noutro lado, de uma fortíssima autarcia no âmbito produtivo, e uma simultânea abertura aos canais modais de mais ampla distância, tratando-se indiscutivelmente de cerâmica local e regional.

Por outro lado, torna-se necessário constatar o fabrico, igualmente em geografias delimitadas, de formas evolucionadas e já distintas dos alguidares alto-medievais, até

ao século XIV. Esta ideia endógena de longa duração poderia ser traduzível para outras regiões, tendo sempre em conta que se trabalha com mapas referentes ao estado da arte actual, isto é, apenas com informação efectivamente publicada, o que sem dúvida conduz a desvios importantes e não reflecte a realidade histórica. Seja como for, os paralelos encontrados sugerem áreas de consumo muito circunscritas, com ocupação limitada entre o século IX e XI, predominantemente meridionais no caso dos púcaros, e setentrionais, no dos alguidares.



- △ - ALGUIDARES
- - PÚCAROS

Figura 1. Alguidares e Púcaros (localização).

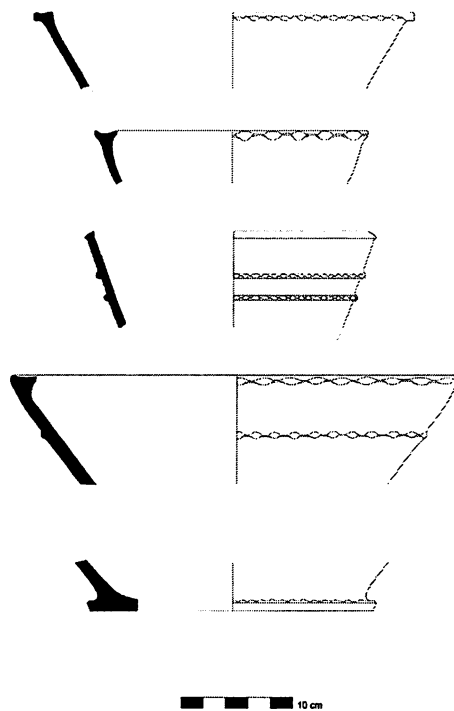


Figura 2. Alguidares

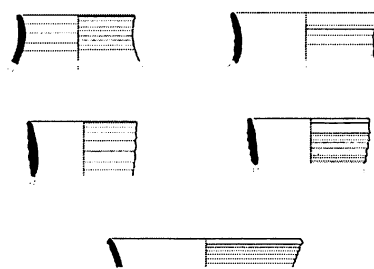
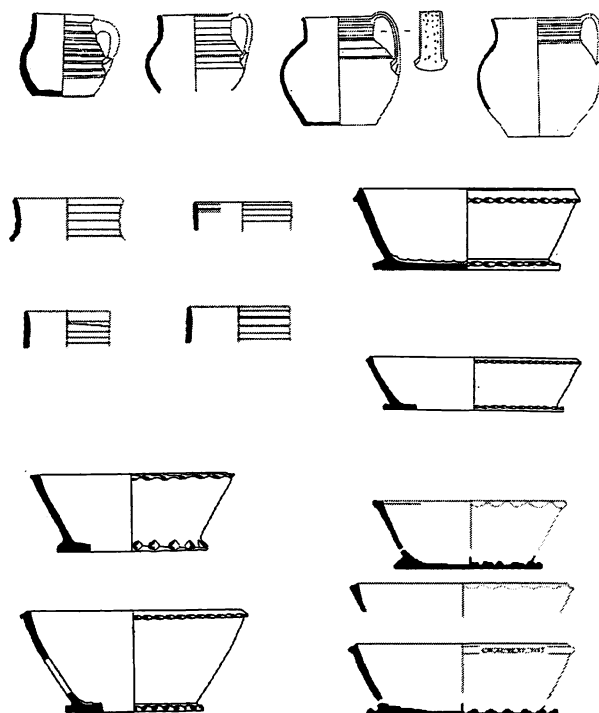


Figura 3. Púcaros.



Esc. 1:4

Figura 4. Exemplos presentes em Alarcão (1975: XXXVIII, XLIII e XLIV) e De Man (2006: 170 e 171)

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (1975) – *Fouilles de Conimbriga, V, La céramique commune locale et régionale* (Paris, De Boccard).

ALARCÃO, Jorge de (2004) – “Conimbriga, 20 anos depois”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora/LAC), pp. 97-114.

ALARCÃO, Jorge *et al.* (1979) – *Fouilles de Conimbriga, VII, Trouvailles diverses, conclusions générales*, Paris, De Boccard.

CATARINO, Helena, 1997/98 – “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados,” *Al'Ulyã*, nº 6, Loulé.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança (2009) – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos, 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve, *Xelb* 9, pp. 333-376.

DE MAN, Adriaan (2004) – “Aspectos de Conimbriga tardo-antiga”. *Biblos*, n.s., 2, pp. 505-518.

DE MAN, Adriaan (2006) – *Conimbriga do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Ed. Sílabo.

DE MAN, Adriaan (2012) – “A cerâmica de Qundâyixa: dados para uma reapreciação cronológica” *Arqueologia Medieval*, 12, Mértola/Porto, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 33-39.

DE MAN, Adriaan; SOARES, António Monge (2007) – “A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10-2, pp. 285-294.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (1991) – “O povoado fortificado de Mesas do Castelinho, Almodôvar”. *Actas das IV Jornadas de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, AAP, pp. 305-319

FERREIRA, Maria do Céu; LOBÃO, João Carlos; CATARINO, Helena (2012) – “Cerâmicas altomedievais do Castelo de Trancoso – uma primeira abordagem.” *Arqueologia Medieval*, 12, Mértola/Porto, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 15-31.

GASPAR, Alexandra (1985) – “Escavações arqueológicas na rua de N.ª. S.ª. do Leite, em Braga. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 2, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Minho, pp. 51-125.

MARQUES, António Augusto da Cunha (2000) – “Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995). In *Beira Interior – História e Património*, Guarda, Câmara Municipal, pp. 253-286.

OLEIRO, João M. Bairrão, e ETIENNE, Robert (1965) – “Les résultats de la première campagne de fouilles franco-portugaises à Conimbriga (Portugal)”. *CRAI* 1965, Paris, L. Klincksieck, pp. 442-451.

OSÓRIO, Marcos (2010) – “Sabugal Velho e Caria Talaia – duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia”. *Sabucal*, nº 2, Sabugal, Museu Municipal, pp. 61-78.

RODRIGUES, Miguel Areosa e REBANDA, Nelson (1998) – “Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz de Vilarica”. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal, pp. 101-126.

RODRIGUES, Patrícia (2012) – *Cerâmicas Medievais do Morro da Sé de Viseu: Fossas-lixeira do Pátio do Museu Grão Vasco*, Coimbra, Faculdade de Letras, dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.

SILVA, António M. S. P.; RIBEIRO, Manuel C. S. (2007) – “Cerâmica medieval das escavações no castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica”, *Portugalia*, Vol. XXVII – XXVIII (2006/07), Porto, pp. 69-88.

TENTE, Catarina (2010) – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Lisboa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, policopiado.

TSELIN, Y. B. (2005) – “Ceramics culture: a real system and a source of historical information”, *Trabalhos de Arqueologia*, 42, Lisboa, IPA, pp. 289-293.

TURINA GONZÁLEZ, Araceli (1994) – *Cerámica medieval y moderna de Zamora*, Arqueología en Castilla y León 1, Zamora, Junta de Castilla y León / Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Campo”.

CERÂMICA DOS SÉCULOS IX-XII: ALGUNS EXEMPLARES PROVENIENTES DO PÁTIO DAS ESCOLAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mafalda Ramos¹, Elisa Albuquerque², Constança Santos³

1.

Situado no cerne urbano de Coimbra, encimando o morro sobranceiro ao Mondego, o espaço do Pátio das Escolas encerra evidências das principais pautas evolutivas da cidade (fig 1).

Aí se teria implantado, em Época Romana, importante residência alto-imperial (dotada de espaço termal, pavimento musivo, área de produção e cisterna), que persistiria ocupada (ainda que em diferentes moldes) em período tardo-antigo (Filipe 2006: 346, 352).

Remontaria, porém, à Alta Idade Média a feição geral da massa de edifícios que hoje constitui o Paço das Escolas, tendo, na sua origem, a estrutura de planta quadrangular da Alcáçova Islâmica. Para além dos vestígios do edifício evidenciados em alguns troços desnudados, no decurso das intervenções arqueológicas identificar-se-iam remanescências da estrutura fortificada. Junto ao cubelo da Capela de S. Miguel e em estrita associação com a cerca, uma sequência de níveis de abandono e de circulação permitiria destrinçar dois momentos atribuíveis ao período islâmico: um mais antigo, que remontaria à época emiral/omíada, a que sucederia um outro enquadrável no período califal/taifas; colmatando o último, um momento sucedâneo à conquista final de Coimbra, em 1064 (Catarino 2005: 205; Catarino, Filipe 2006: 80).

¹ Arqueóloga. Eo-Nomine Arqueologia, Lda (maf.g.ramos@gmail.com)

² Arqueóloga. Eo-Nomine Arqueologia, Lda (albuquerque.elisa@gmail.com)

³ Arqueóloga. Eo-Nomine Arqueologia, Lda (constancavs@gmail.com)

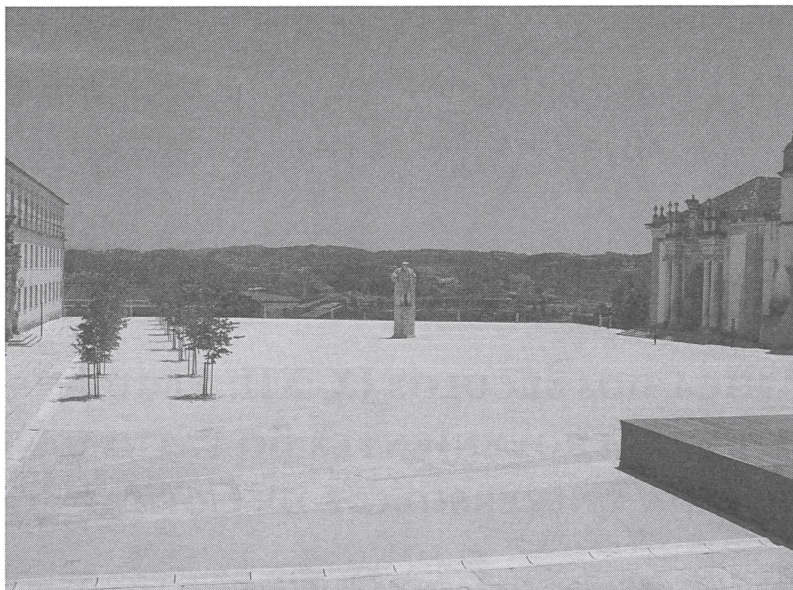


Figura 1. Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra
(fotografia *Eo Nomine* -Arqueologia, Lda.)

Tornado, então, Paço Real o espaço seria alvo de remodelações e reestruturações várias, até aos reinados de D. Manuel I e D. João III, altura em que obras de fundo culminariam na supressão do troço sul da cerca alto-medieval, resultando na adopção final da planta em “U”. A momento antecedente ao desmantelamento da muralha recuará um arruamento que se lhe desenvolveria exterior e paralelamente, assim como um conjunto habitacional enquadrado na Idade Média Plena / Baixa Idade Média (Catarino 2001: 8).

Em 1537, o estabelecimento da Universidade em Coimbra resultaria na instalação “interina” da instituição no Paço Real. Determinada a situação final das instalações universitárias, apenas em plena Época Moderna se assistiriam a alterações de maior na área do, então designado, Paço das Escolas. Ao esqueleto geral, acrescentar-se-iam as construções da nova Torre, da ala poente do Colégio de S. Pedro, da imponente Biblioteca Joanina, do acesso das Escadas de Minerva e do Observatório Astronómico (Correia 1946: 205). O aspecto actual do Pátio resulta da reforma estado-novista, materializando-se na colmatação do espaço ajardinado oitocentista que o ocuparia e no arrasamento do Observatório Astronómico de Macomboia (Rosmaninho 2001: 394, 395, 487, 488).

2.

O potencial histórico e arqueológico deste espaço, desde cedo relevado na bibliografia coimbrã, justificaria o desenvolvimento de campanhas de escavação arqueológica, sob a direcção da Doutora Helena Catarino e da Dra. Sónia Filipe, ocorridas em 2000, 2001 e 2002, associadas a pontuais sondagens parietais que permitiriam conhecer com mais detalhe algumas questões sobre a urbe e as suas dinâmicas (figura 2).



Figura 2. Vista parcial das escavações efectuadas sob a direcção da Doutora Helena Catarino (fotografia de Helena Catarino)

As informações que agora expomos resultam de uma intervenção recente⁴, de natureza preventiva, desenvolvida no âmbito do *Projecto de Requalificação do Pátio da Universidade, das Escadas de Minerva e Acessibilidades do Paço das Escolas (Alta Universitária, Coimbra)*. Evidenciado o entramado potencial da área do Pátio das Escolas, a execução da obra implicou trabalhos arqueológicos de acompanhamento e escavação.

Foram, então, acompanhados todos os trabalhos de remoção mecânica e manual de terras, de entre os quais: a abertura de 13 valas para instalação de passadeiras, que atravessam as alas este e oeste do Pátio, com 2,20m de largura, atingindo uma profundidade máxima de 42cm e a escavação de 3 valas para a instalação de caleiras, com 70cm de largura x 60cm de profundidade máxima.

⁴Ocorrida entre Novembro de 2010 e Março de 2011, a intervenção esteve a cargo da empresa *Eo Nomine, Arqueologia Lda.*, tendo como consultora científica a Doutora Helena Catarino.

Os trabalhos de escavação consistiram, numa primeira fase, na realização de 18 sondagens (de 1mx1m, atingindo uma profundidade máxima de 1,50m), correspondentes à área de afectação das caldeiras das árvores a plantar, ao longo da fachada do Colégio de S. Pedro. A identificação de contextos arqueológicos na área oeste do Pátio, no decurso do acompanhamento da Caleira B, justificou a realização de uma sondagem, designada por Sondagem A, com 17m de comprimento x 2m de largura, restringindo-se a uma profundidade máxima de 60cm, ainda que não estivesse prevista no Plano de Trabalhos inicial.

Os trabalhos desenvolvidos, quer de acompanhamento, quer de escavação, tiveram como resultado a identificação (ainda que fragmentária) de distintos vestígios que encorpam as principais etapas do Pátio: desde remanescências associadas a época romana, a vestígios passíveis de recuar à tardo-antiguidade e Alta Idade Média, às acções destrutivas seiscentistas, a vestígios do Observatório de Macombo e do jardim oitocentista, por fim, aos arrastos e sequentes aterros das obras de meados do século XX.

Os contextos passíveis de recuar a período alto-medieval (sequências de estruturas e níveis de derrube e abandono) aflorariam a escassos 15cm de superfície, na área Oeste do terreiro do Pátio (circunscrevendo-se à zona entre o acesso à Faculdade de Direito e o cubelo da Capela de S. Miguel) e integrando o espaço conformado pela estrutura fortificada da Alcáçova / Paço Real.

De facto, boa parte do espólio que abordaremos é daí proveniente, especificamente do acompanhamento da Caleira B e da escavação da Sondagem A.

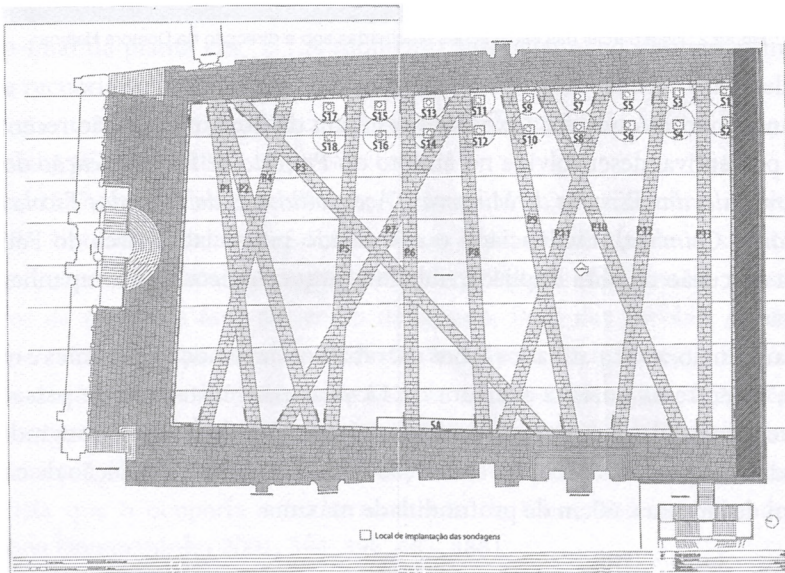


Figura 3. Localização das Sondagens e Passadeiras

3.

O conjunto cerâmico em estudo constitui, como referido, apenas uma pequena amostra da realidade do Pátio da Universidade de Coimbra, sendo contudo, bastante ilustrativo do potencial que este encerra para a época em questão, ou seja, para os séculos IX a XII.

Considerando as características da intervenção realizada, de natureza preventiva em contexto de obra, sendo os materiais em análise provenientes tanto dos trabalhos de acompanhamento arqueológico como de escavação, encontramos perante um conjunto que, para além da sua pequena dimensão, se encontra bastante fragmentado.

A diversidade de proveniência dos materiais aqui apresentados, embora a maioria destes seja originária da Sondagem A, levou-nos a optar por dividi-los em dois grupos: o grupo da cerâmica comum e o grupo da cerâmica vidrada de importação.

Entre a cerâmica comum, onde a variedade formal é reduzida, são claramente predominantes as formas fechadas, destacando-se o grupo dos potes/panelas (fig. 4) como o melhor representado. Este apresenta grande variedade formal patente, aqui, na diversidade de tipologia de bordos apresentada pelas panelas. Por vezes, estes recipientes apresentam decoração, nomeadamente caneluras, cordões plásticos, decoração incisa, pintura a branco.

Neste contexto, destaca-se uma panela (figura 4) de bordo afilado e caneluras no colo, apresentando pintura a branco sobre o engobe alaranjado.

Outra forma a assinalar são os jarros (figura 5), para os quais possuímos um exemplar de pasta clara e engobe alaranjado, e outro exemplar (figuras 5, 3) de bordo boleado com ligeiro espessamento, pasta vermelha e engobe cinzento na superfície exterior.

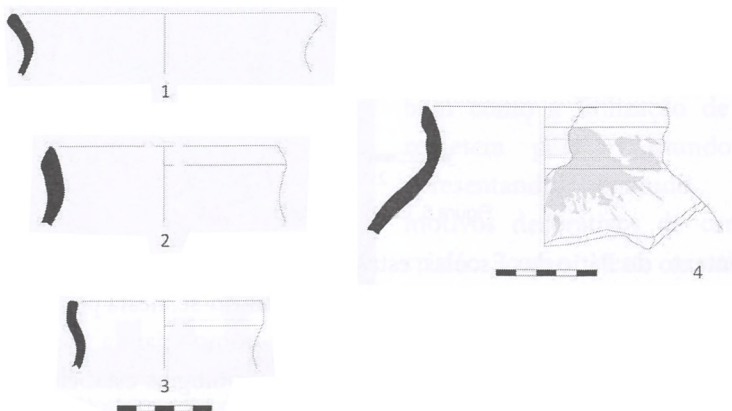


Figura 4. Panelas

Os púcaros (figura 5) encontram-se igualmente presentes, assinalando-se o fragmento de bordo (figuras 5, 1) boleado e caneluras no colo, fabrico a torno e cozedura redutora, assim como o fundo (figuras 5, 2) plano com caneluras no bojo, fabrico a torno incerto e cozedura oxidante.

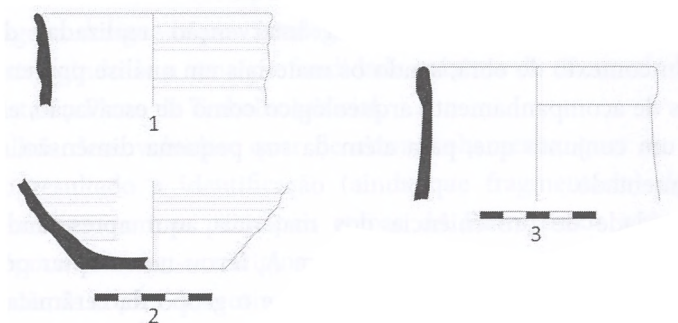


Figura 5. Jarro e Púcaros

Relativamente às formas abertas (figura 6), estas encontram-se representadas pelas caçoilas / grandes tigelas, como a caçoila (figuras 6, 1) de bordo em aba pouco acentuada, corpo de perfil troncocónico invertido e ligeira carena alta; e as tigelas, como a tigela (figuras 6, 2) de bordo boleado ligeiramente espessado, apresentando caneluras no colo.

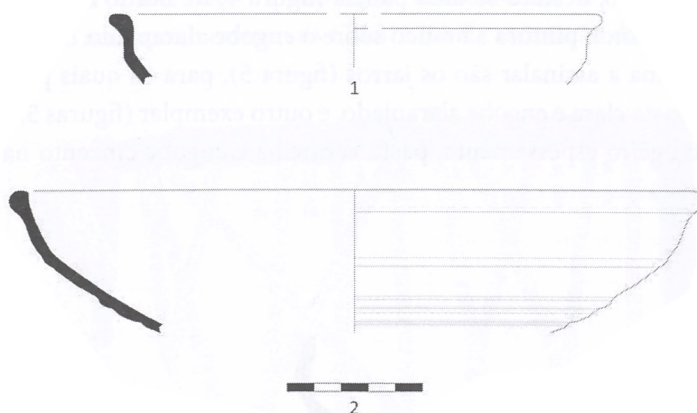


Figura 6. Caçoila e Tigela

No contexto do Pátio das Escolas, estas são formas recorrentes, já apresentadas anteriormente em Silves (Catarino *et alii* 2009), repetindo-se, nesta pequena amostra em análise, os mesmos aspectos já então apontados, como sejam a pouca variedade formal do conjunto que, contudo, se enquadra nas tipologias estabelecidas para o

período cronológico em questão, em território peninsular, encontrando paralelos, entre outros, em sítios como Santarém, Lisboa, Mértola, Málaga, Zamora e Granada.

No que concerne às técnicas decorativas (figura 7), estão presentes tanto aquelas que podemos inscrever na matriz cultural cristã, como as que podemos inscrever na matriz cultural islâmica. Encontramos, assim, exemplos de pintura a branco, caneluras, cordões plásticos (digitados e impressos), decoração incisa e / ou punções, sendo este último tipo decorativo comum em contextos da Reconquista e contextos

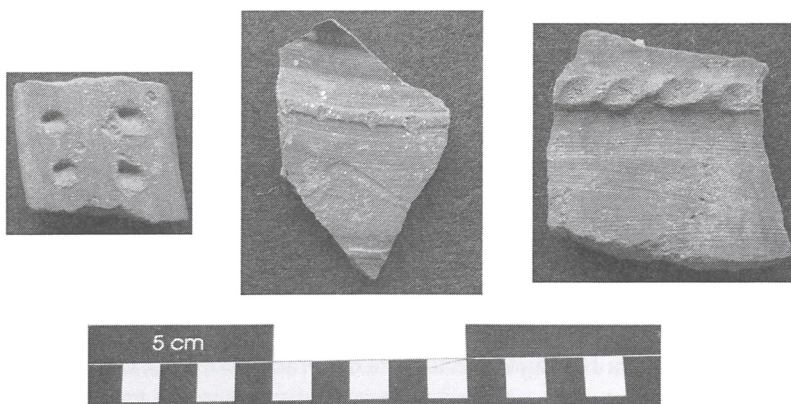


Figura 7. Tipos decorativos

posteriores ao século XI, aparecendo, nomeadamente, em asas pertencentes a painéis característicos do mundo cristão.

Por fim, não podemos deixar de assinalar a presença de peças com decoração mista (figura 8), ou seja, peças onde se conjugam técnicas decorativas de tradição



Figura 8. Painel com decoração mista

islâmica, como a pintura a branco ou as caneluras, com técnicas decorativas consideradas cristãs, como os cordões plásticos ou as punções.

Ilustrando esta realidade, temos uma panela cujas características formais, bem como a utilização de caneluras, remetem para o mundo islâmico, apresentando, contudo, igualmente motivos decorativos de cariz cultural cristão, como atesta a utilização de punções na asa.

Relativamente à cerâmica vidrada e de importação, destacam-se os vidrados monocromáticos de tons melados,

sendo igualmente de assinalar a presença de alguns vidrados bicromáticos, como o ataifor (figura 9) que apresenta traços de manganés sobre fundo melado. Podemos integrar esta peça no Tipo 4 definido por Manuel Retuerce e Juan Zozaya (Retuerce

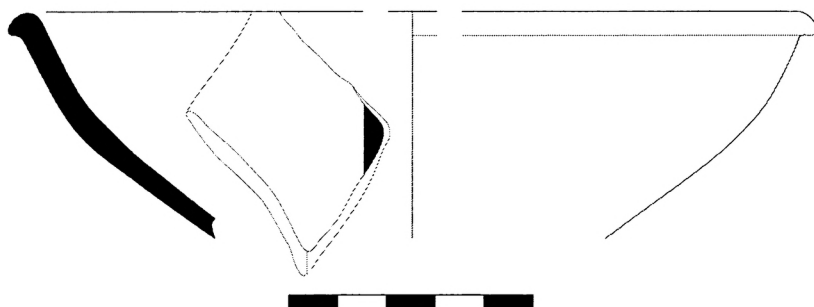


Figura 9. Ataifor melado

Velasco e Zozaya 1991), constituído por ataifores cuja forma, de herança romana, persiste desde o período califal até ao final do período africano.

É ainda de assinalar, entre os vidrados policromáticos, um fragmento de prato verde e manganés (figura 10), cujo interior está decorado a melado, verde e manganés, e o exterior apresenta vidrado melado esverdeado. Devido ao seu diminuto tamanho, os motivos decorativos não são claros, embora nos pareça tratar-se de motivos geométricos. A cerâmica verde e manganés está profundamente ligada ao período que vai do século X até, pelo menos, a finais do século XI, sendo que as formas e

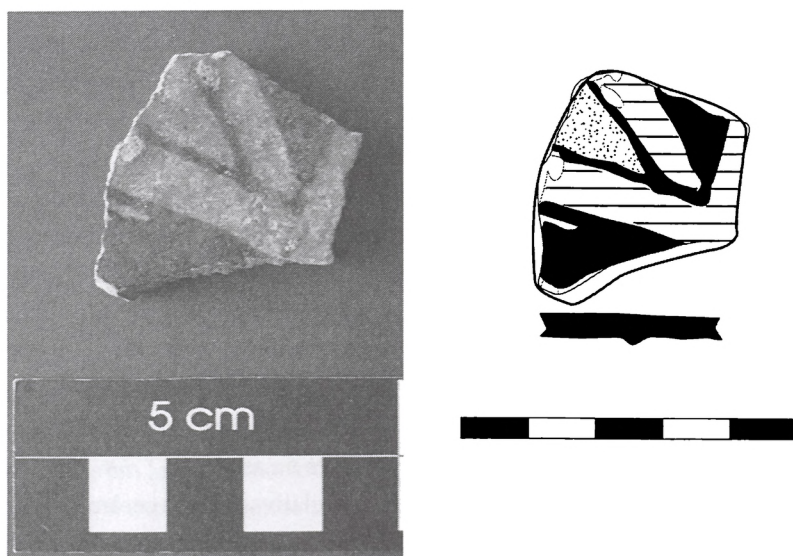


Figura 10. Verde e manganés

motivos das peças decoradas a verde e manganés com fundo melado estão de acordo com uma cronologia do século XI (Gómez Martínez 1993).

Em síntese, neste conjunto, é claro o predomínio da cerâmica comum e, entre esta, o das formas fechadas, nomeadamente as painéis, podendo apresentar, ou não, decoração. Sendo ainda de assinalar, embora em pequena escala, a presença de cerâmica vidrada, tratando-se claramente de importações.

A coexistência de cerâmicas próprias do mundo islâmico e do mundo cristão está patente, relativamente aos materiais em estudo, tanto na inexistência de níveis arqueológicos claramente atribuíveis a um ou outro mundo, como na inexistência de peças cujas formas e pastas embora se inscrevam na matriz cultural islâmica, apresentam detalhes decorativos próprios do mundo cristão e vice-versa, testemunhando, deste modo, a influencia do sul islâmico e do norte cristão, natural num território de fronteira como é o de Coimbra.

Bibliografia:

CATARINO, Helena (2001) - “Intervenção Arqueológica no Pátio da Universidade de Coimbra: notícia dos resultados preliminares”, *Informação Universitária* nº 11, Reitoria da Universidade de Coimbra, pp. 7-11.

CATARINO, Helena (2005) – “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”, BARROCA, Mário, FERNANDES, Isabel C. [coord] - *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, pp. 195-214.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia (2006) – “Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira”, *Al-Ándalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*, Seminário de Homenagem a Juan Zozaya Stabel - Hansen (Mértola 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-85.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS, Constança (2009) – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos” Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: *O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*. Homenagem a José Luís de Matos, *Xelb* 9, Silves, pp. 333-376.

CORREIA, Virgílio (1946) – *Obras, vol. I - Coimbra*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra.

FILIPE, Sónia (2006) – “Arqueologia Urbana em Coimbra: um testemunho na Reitoria da Universidade”, *Conimbriga*, vol. XLV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 337-357.

GÓMEZ MARTINÉZ, S. (1993) – “La cerâmica “verde y morado” de Mértola (Portugal), *Arqueologia Medieval* 3, Mértola, pp. 113-132.

RETUERCE VELASCO, M; ZOZAYA, J. (1991) – “Variantes y constantes en la cerâmica andalusí”, *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Occidental* (Lisboa, 16 – 22 de Novembro 1987), Campo Arqueológico de Mértola, pp. 315-322.

ROSMANINHO, Nuno (2001) - *O Poder da Arte: o Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.

A CERÂMICA DOS NÍVEIS ALTO-MEDIEVAIS DO FÓRUM DE AEMINIUM (MNMC, COIMBRA).

Ricardo Costeira da Silva¹

Introdução

O vulto arqueológico conferido ao espaço ocupado pelo Museu Nacional de Machado de Castro tem sido, ao longo de várias décadas e quase exclusivamente, remetido à presença do criptopórtico dos fóruns da antiga cidade romana de *Aeminium*. De facto, erguendo-se no ponto mais central da colina genética de Coimbra, esta mole arquitectónica construída nos inícios do século I e posteriormente ampliada em meados da mesma centúria (Carvalho 1998; Alarcão *et. al.*, 2009) notabiliza-se não só pela sua dimensão e admirável estado de conservação mas também por ainda hoje continuar a desempenhar a função para o qual foi construída. É sobre esta plataforma artificial, que sempre condicionou o que sobre ela se edificou, que nos finais do século XI se inicia o processo que levaria à conformação deste sítio como paço episcopal, funcionalidade que se prolongará até ao advento da República.

Ao contrário destes dois momentos, pouco, ou mesmo nada, restou ao nível do registo arquitectónico do período que medeia a época romana e o século XI. No

¹ Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Investigador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP-CAM). ricardo_silva78@hotmail.com

entanto, enquadrados pelo projecto de investigação² em curso pretende-se evidenciar o que para nós realmente celebra este local – a sua ampla e ininterrupta diacronia de ocupação ao longo dos últimos dois milénios. Com efeito, as intervenções arqueológicas prévias e decorrentes do projecto de ampliação e remodelação deste museu (concluídas em 2009) permitiram identificar vários contextos datados entre os séculos IX e XI e assim integrados naquele período de conhecimento mais deficitário. Tendo em conta o formato desta publicação seleccionou-se o espólio ceramológico alto-medieval proveniente de apenas quatro zonas distintas de recolha: o Beco das Condeixas e o Logradouro do antigo Paço Episcopal situados na área contígua a poente do corpo principal do museu (onde se concretizou a ampliação deste espaço museológico), a ala sul do criptopórtico e a fachada poente da praça do complexo forense (figuras 1 e 7). Nestes contextos, associados a níveis de aterro e de colmatação de estruturas em negativo, foi possível exumar uma considerável colecção de materiais cerâmicos ancorados naquele intervalo cronológico.

Atendendo ao estágio preliminar da investigação em curso não se procurou, por agora, definir o quadro morfológico e tipológico definitivo destes fragmentos ou distribuí-los por conjuntos de fabricos. Pretende-se, tão só, apresentar uma breve e abrangente descrição das principais linhas formais e orientações estéticas reveladas nestes lotes cerâmicos acentuando a diversidade de soluções que aponta para uma estreita convivência e assimilação de características do mundo islâmico meridional associadas e combinadas a outras de influência setentrional cristã.

A cerâmica Alto-Medieval do quarteirão contíguo a poente do fórum.

O projecto de renovação do Museu Nacional de Machado de Castro contemplou não só a reabilitação ou remodelação das suas instalações principais mas também a sua ampliação com a construção de raiz, de dois novos módulos na área contígua a poente – o Beco das Condeixas e o Logradouro do Paço Episcopal (figura 1).

A relevância dos vestígios arqueológicos que este espaço congrega motivou a realização de um extenso programa de trabalhos arqueológicos prévios e de minimização de impacte patrimonial decorrido entre 2000 e 2003. Situação que se revelou providencial para que fossem postas a descoberto (e atempadamente integradas e conciliadas com o projecto de arquitectura) estruturas singulares no contexto urbano de Coimbra e em notável estado de conservação. Para além de possibilitarem o ensaio da traça urbana de *Aeminium* a ocidente do fórum (Carvalho

² Referimo-nos à dissertação de doutoramento intitulada “O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do *forum* augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco”.

et. al., 2010) permitiram ainda a reconstituição da fachada poente do criptopórtico claudiano (Alarcão *et. al.*, 2009).

No espaço devoluto situado num gaveto junto à intersecção da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixas registou-se a presença de um conjunto de estruturas relativo a dois momentos distintos de ocupação romana destacando-se os testemunhos contemporâneos do fórum claudiano, compostos por um troço da *cloaca maxima*, seus ramais e os alicerces de um edifício porticado que ladeava o *decumanus* da antiga *Aeminium* (Carvalho *et. al.*, 2010). Apesar destes vestígios se encontrarem intactos a escassos centímetros do nível de circulação do actual arruamento, foi possível identificar algumas manchas de lixeiras e uma fossa detrítica que cortaram os níveis de aterro romanos e cujo espólio cerâmico³ sugere a sua colmatação em período alto-medieval.

Do lote em análise enumera-se um conjunto de cerâmica de cozinha no qual avultam as painéis de bordo extrovertido e colo desenvolvido, que ostentam uma panóplia decorativa variada: os ondulosos incisos, os meandros brunidos e a combinação de meandros brunidos sobrepostos por traços pintados a branco (figura 2 – A1 a A3 e figura 3 – 2 e 3). Um outro modelo exhibe bordos extrovertidos com lábio triangular

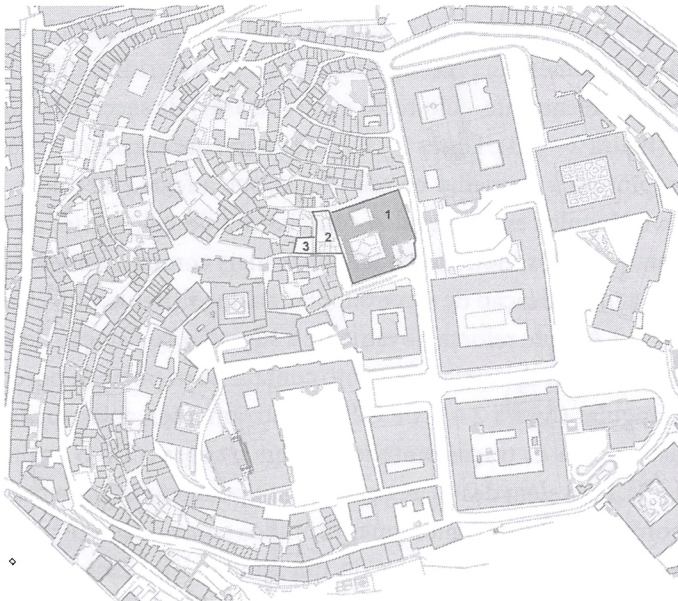


Figura 1. Localização das áreas de intervenção na malha urbana de Coimbra:
1 – instalações principais do MNMC; 2 – antigo logradouro do Paço Episcopal;
3 – gaveto entre R. Borges Carneiro e Beco das Condeixas.

³ O referido lote cerâmico foi já alvo de um trabalho académico realizado por antigas alunas do curso de História, variante de Arqueologia da FLUC (Lourenço e Ângelo, 2003) a quem agradecemos a consulta do seu estudo e disponibilidade no esclarecimento de algumas questões.

(figura 2 – A4 a A6), comuns noutros contextos islâmicos da cidade (Catarino *et. al.* 2009: 372 – figura 10, n.º 1) e comparáveis ao subtipo F.04.B definido para a Meseta e situado entre o séc. IX-X (Retuerce Velasco 1998: n.º 316). Neste caso, a panela A6 assemelha-se ao CM27 de Cabezo del Molino, integrado na forma B do “tipo marmita” das cerâmicas islâmicas (século VIII-X) da zona sul de Alicante (Gutierrez Lloret 1988: 175 e 184). Registam-se ainda panelas com colo recto canelado (figura 2 – A7 e A8) próximas do CM52 daquela mesma estação arqueológica (Gutierrez Lloret 1988).

Os púcaros identificados revelam colo pouco desenvolvido e bordo esvasado, encontrando-se usualmente ornados com pintura a branco associada, ocasionalmente, a punção da asa (figura 2 – B e figura 3 – 4 e 6). A peça B1 usufrui de corpo canelado análogo aos n.ºs 823 e 832 de Conímbriga (Alarcão, 1974).

Na cerâmica de mesa evidencia-se a prevalência dos jarros com bico vertedor (figura 2 – D1 e D2 e figura 3 - 5). A sua característica mais distintiva reporta-se à zona do colo que é alto e moldurado, ostentando, por vezes, traços verticais brunidos. Peças similares, nomeadamente com colo moldurado, reportam-nos para sítios tão próximos como Conímbriga (Alarcão 1974: n.º 855A) como mais longínquos, no povoado de El Zambo em Alicante (Gutierrez Lloret 1988: 90 – Z20). A cronologia de ocupação deste sítio sugere-nos uma datação entre o século IX-X, embora aquela autora circunscreva esta sua forma a meados do século X (Gutierrez Lloret 1988: 206).

Assinala-se igualmente a presença singular de uma jarrinha em pasta branca de bordo ligeiramente reentrante, colo recto e asa (ou asas) de secção oval que parte do lábio boleado (figura 2 – D3 e figura 3 - 1). Este recipiente encontra-se profusamente decorado com pintura a vermelho na asa e lábio, sob a forma de traços horizontais, e no bojo com triângulos em reserva. A combinação do colo curto, do fabrico e da decoração afastam-na dos modelos de jarrinhas mais comuns, remetendo-se para a zona da Meseta a identificação de um exemplar análogo (Retuerce Velasco 1998: n.º 152 – subtipo C.12.A), que reforça novamente a sugestão de datação do século IX-X.

Entre os recipientes de armazenamento contam-se os potes de bordo aprumado e de secção triangular (figura 2 – C1 e C2 respectivamente), cujas superfícies de cor escura contrastam com os traços pintados a branco sobre o lábio e contracurva do colo (figura 3 – 7). Para além destes, regista-se um tipo menos representado, em pasta creme, com bordo esvasado e zigzagues brunidos sobre o colo (figura 2 – C3).

Finalmente, destaca-se a recolha de um candil, em relativo bom estado de conservação (figura 4), com bico fusiforme, de bordo simples esvasado de lábio boleado, colo alto, base plana e asa vertical de secção oval, sem decoração e fabricado em cerâmica comum de pasta creme. No seu essencial parece corresponder ao tipo 4b de Rosselló (Rosselló Bordoy 1978) enquadrado entre o século X e inícios do século XI, embora em função das semelhanças com os recipientes de El Zambo

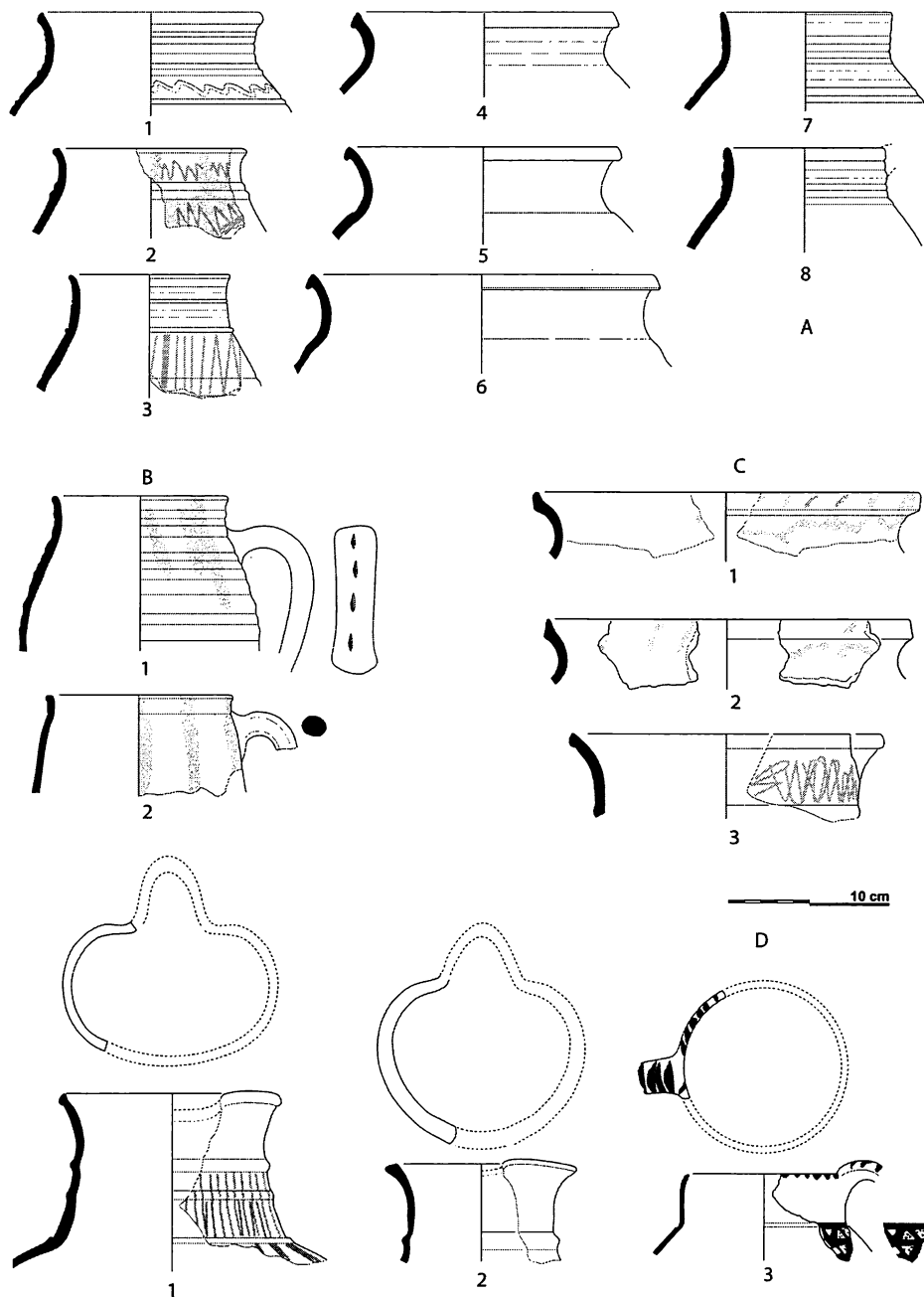


Figura 2. Cerâmicas provenientes do Beco das Condeixeiras:
A – Painéis; B – Púcaros; C – Potes; D – Jarros. Desenhos de Sara Almeida.

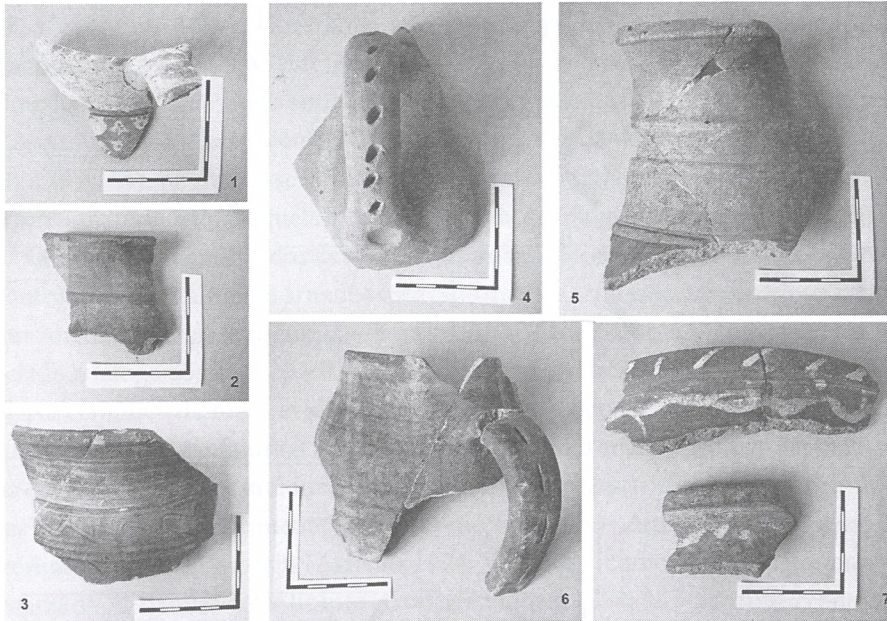


Figura 3. Cerâmicas provenientes do Beco das Condeixeiras.

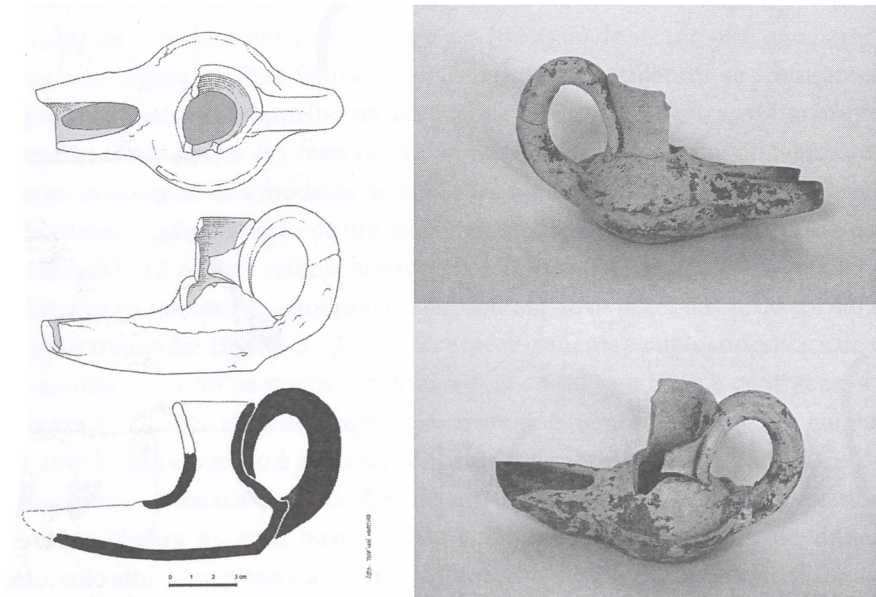


Figura 4. Candil exumado no Beco das Condeixeiras.
Desenho de José Luis Madeira e fotos de Jorge Rocha.

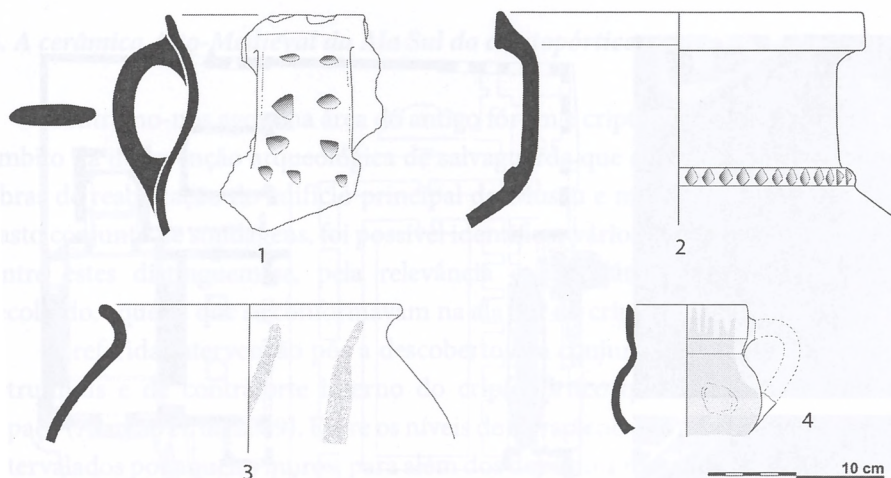


Figura 5. Cerâmicas provenientes do antigo logradouro do Paço Episcopal. Desenhos de Sara Almeida.

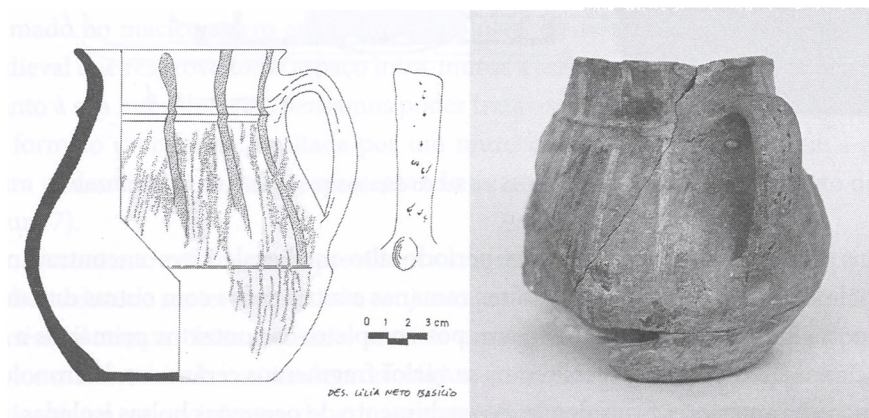


Figura 6. Púcaro exumado no antigo logradouro do Paço Episcopal. Desenho de Lília Basílio e foto de Jorge Rocha.

(Gutierrez Lloret 1988: 95 e 214, peça Z39) e Villa Viega (Retuerce Velasco, 1998: 386, n.º 451 – sub-tipo P01.C) se possa assumir uma datação um pouco mais recuada (finais do século IX – inícios do século X).

De qualquer modo, em consonância com o exposto, parece-nos cada vez mais plausível filiar este lote numa tradição meridional islâmica que se fixará entre o século IX e o século X, em plena transição entre o período emiral e califal.

Na área do antigo Logradouro do Paço Episcopal (figura 1), para além de um conjunto de estruturas de época romana (onde sobressaem os vestígios da fachada principal do criptopórtico, de um fontanário abobadado e da continuação da *cloaca maxima* (Alarcão *et. al.* 2009 e Carvalho *et. al.* 2010) e por debaixo de um volumoso aterro de época moderna e contemporânea, foi possível descortinar a existência de

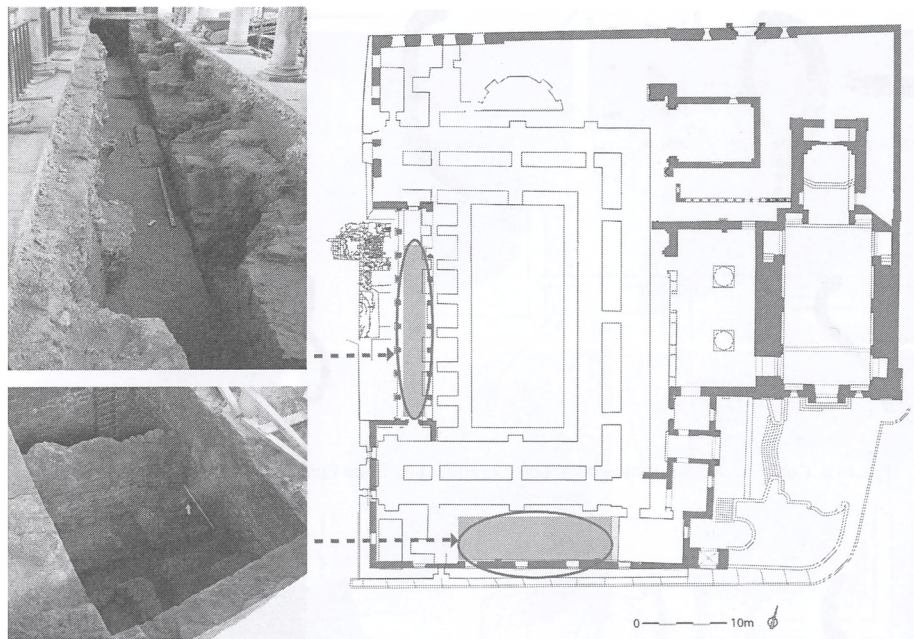


Figura 7. Localização e vista geral da ala Sul do criptopórtico e fachada poente do fórum.

alguns alinhamentos de muros do período alto-medieval. Estes encontravam-se parcialmente sobrepostos às estruturas romanas e intrincados com outras estruturas de épocas posteriores que revolveram, por completo, os contextos primários a eles associados. Não obstante, recolheram-se vários fragmentos cerâmicos de cronologia análoga aos anteriores procedentes do enchimento de pequenas bolsas isoladas.

O lote cerâmico aqui exumado revela afinidades morfo-tipológicas com o conjunto acima descrito e deverá enquadrar-se no mesmo ambiente cronológico. Denota-se o predomínio das painéis com asas golpeadas ou traços pintados a branco sobre o corpo, potes com aplicação plástica sobre o ombro e púcaros de superfícies polidas de forma grosseira e irregular (figura 5). Em especial, deverá fazer-se notar a farta recolha de asas puncionadas, pontilhadas ou associando estas técnicas com a pintura a branco.

Por último, destaca-se a presença de um púcaro de corpo ovóide, estrangulado por bordo esvasado (figura 6). A peça é armada com asa em fita picotada e rematada com impressão digitada e o bojo é marcado, novamente, com traços verticais brunidos aos quais se sobrepõem faixas pintadas a branco. É idêntica à peça 832A de Conímbriga (Alarcão 1974) que denuncia, apesar de desvanecidos, a existência de iguais traços brunidos na zona que medeia as molduras do corpo.

3. A cerâmica Alto-Medieval da Ala Sul do criptopórtico.

Centramo-nos agora na área do antigo fórum e criptopórtico romano onde, no âmbito da intervenção arqueológica de salvaguarda que acompanhou as profundas obras de reabilitação do edifício principal do Museu e motivou a realização de um vasto conjunto de sondagens, foi possível identificar vários contextos alto-medievais. Entre estes distinguem-se, pela relevância e abundância do espólio cerâmico recolhido, aqueles que se conformavam na ala Sul do criptopórtico.

A referida intervenção pôs a descoberto um conjunto de quatro largos muros estruturais e de contraforte interno do criptopórtico que compartiam todo este espaço (Alarcão *et. al.* 2009). Entre os níveis de terrapleno que preenchiam os espaços intervalados por aqueles muros, para além dos depósitos romanos, identificou-se um volumoso aterro de época moderna (Silva, no prelo), e algumas intrusões de época medieval sob a forma de fossas detríticas⁴. No entanto, releva-se aqui o lote cerâmico exumado no maciço aterro que colmatava o nível de destruição de uma construção medieval que reaproveitou o espaço intra-muros a poente. Apesar de ainda reticentes quanto à sua interpretação, pensamos poder tratar-se de um celeiro com caixa-de-ar em formato cruciforme, limitada por um muro com base em pedra e que a meia altura se desenvolve em taipa, apresentando as empenas romanas barramento de cal (figura 7).

O contexto referenciado providenciou a recolha do maior lote cerâmico alto-medieval de toda a intervenção. Este conjunto, exclusivamente composto por cerâmica doméstica comum feita ao torno, revelou uma assinalável diversidade de tipos de fabrico mas moderada variedade morfológica. Dentro da panóplia formal identificada predominam os recipientes de armazenamento e transporte (potes e cântaros) e louças de cozinha ou de uso culinário (representadas essencialmente por panelas) face aos serviços de mesa (jarros, pratos e taças) menos numerosos ou mesmo ausentes.

Entre o conjunto de cerâmica recuperado verifica-se a ocorrência bastante elevada de grandes cântaros, com pastas compactas de tonalidade bege-alaranjada, decorados com pintura a branco, sendo o motivo mais comum as séries de 3 ou 4 traços simples ou sobrepostos e, mais raramente, a representação de foleáceos ou “pestanas” (figura 8 – 1, 2, 9 e 10). Embora se assista ao aparecimento de cântaros pintados a branco em contextos coetâneos noutras cidades da faixa litoral da zona centro do território português, como Santarém (Viegas e Arruda 1999: figura 13) e Lisboa (Gomes *e al.* 2001: 140; Bugalhão *e al.* 2003: 170-171), para além de Coimbra (Catarino *e al.* 2009: figuras 6 e 7), não se assinala em tais locais a presença

⁴ Devido à falta de espaço optou-se por remeter para futura publicação o estudo das cerâmicas exumadas nestes contextos.

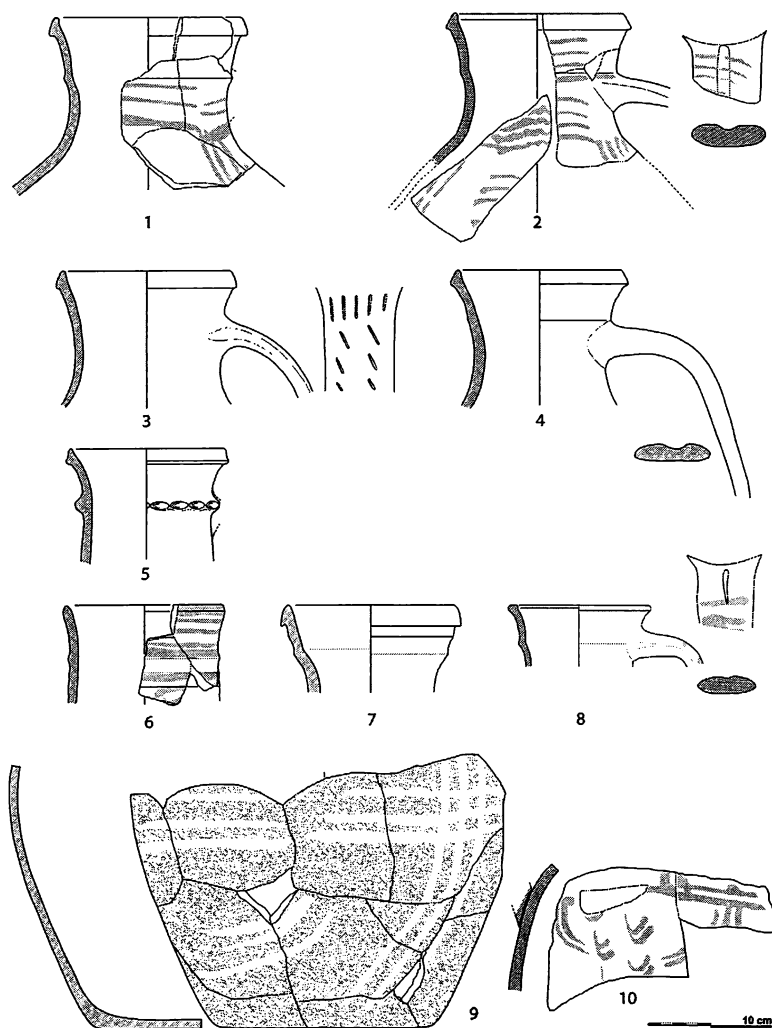


Figura 8. Cântaros (ala Sul do criptopórtico). Desenhos de Sara Almeida.

do tipo aqui mais representado. Este assume um bordo triangular, colo alongado maioritariamente moldurado a meio, na zona do arranque da asa, normalmente com depressão longitudinal (figura 8 - 1, 2 e 4), aproximando-se de um exemplar identificado nos níveis islâmicos da Cidade das Rosas em Serpa (Retuerce Velasco 1987: 90, fig. 5A). Algumas variantes apresentam decoração digitada sob a moldura do colo ou puncionamentos na asa (figura 8 - 3 e 5), sendo a pintura a branco a técnica mais frequentemente registada (figura 10 - 3 a 5). Outros modelos, meramente residuais, exibem bordo de tendência apumada, colo alto cilíndrico canelado, por vezes decorado por traços horizontais (ligeiramente ondulados) pintados a branco (figura 8 - 6) e bordo amendoado com larga canelura na parte superior (figura 8 - 7).

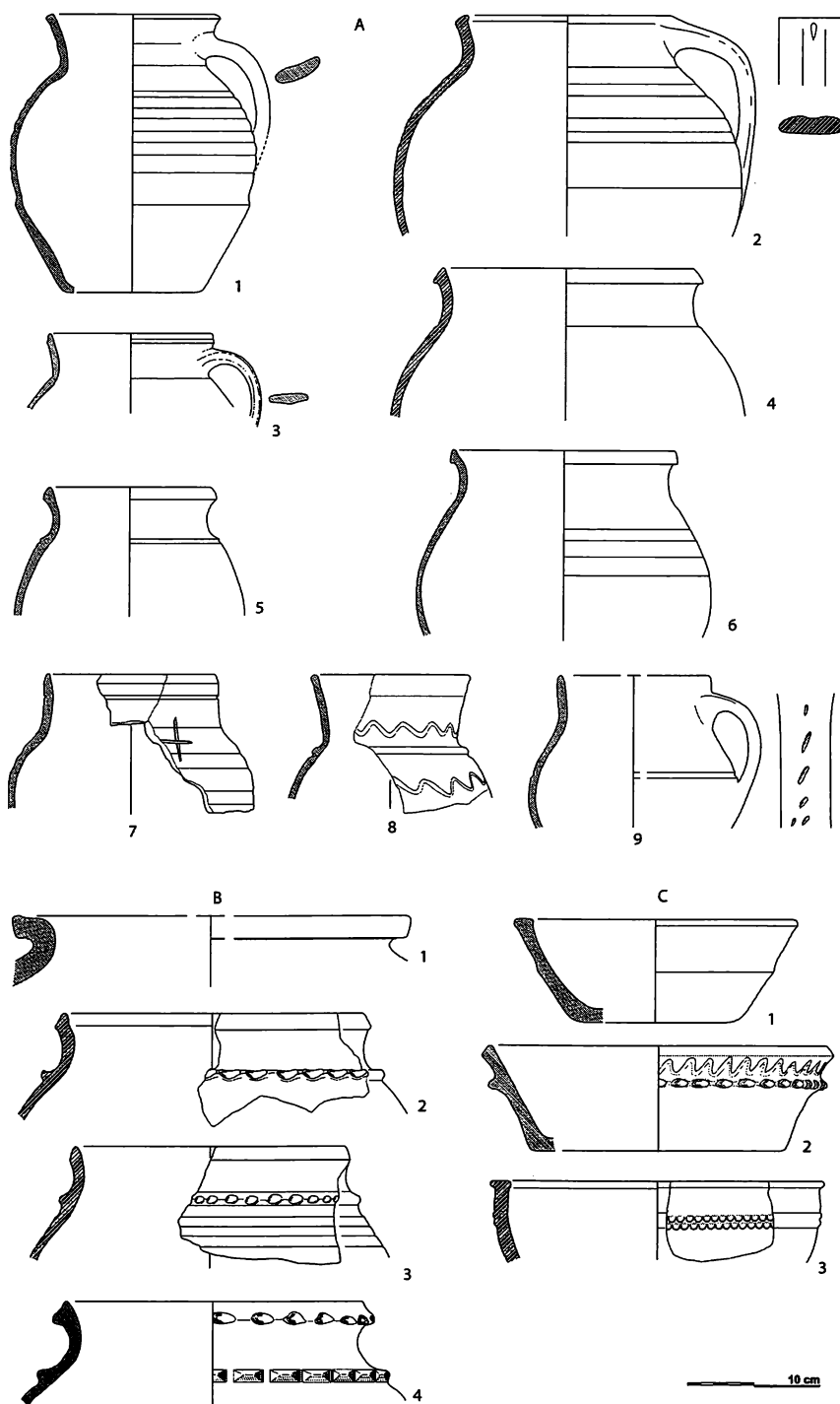


Figura 9. Cerâmicas provenientes da ala Sul do criptopórtico: A – Panelas; B – Potes; C – Alguidares. Desenhos de Sara Almeida.

Incluimos neste grupo de fabrico um jarrinho de bordo extrovertido com espessamento externo, lábio plano e colo com ressalto na linha mediana onde arranca uma asa de secção oval decorada com incisão e pintura a branco (figura 8 - 8).

Juntamente com os cântaros, as panelas surgem como outra das categorias formais melhor representadas distribuindo-se por dois tipos de produção. O mais frequente apresenta pastas compactas de tonalidade acinzentada. Este fabrico inclui panelas, maioritariamente, de bordo extrovertido e ligeiramente amendoado, colo curto demarcado por ressalto, corpo globular (figura 9 - A4), por vezes canelado, com asa a arrancar do lábio (figura 9 - A2). Igualmente comuns são os recipientes (grandes púcaras) de bordo vertical, lábio boleado, colo recto, corpo globular marcado por uma canelura e uma asa de secção sub-rectangular decorada por golpes ou incisões (figura 9 - A9 e figura 10 - 7). As panelas de bordo e colo esvasado e lábio aplanado (figura 9 - A1 e A3) surgem em menor número. Dispõem de uma só asa de secção oval que parte do colo e assenta na parte superior do bojo globular que, por vezes, mostra estrias regulares de modelação.

Menos abundantes são os exemplares cuja produção se engloba num grupo de fabrico mais grosseiro, com pastas pouco compactas, mal calibradas e cuja cozedura em ambiente redutor lhes conferiu uma tonalidade que oscila entre o castanho e o cinza escuro. Assinalam-se três outros tipos neste conjunto. O mais comum, cuja presença se testemunha noutros pontos da cidade (Catarino *et al.* 2009: figura 10, n.º2), associa-se às panelas de bordo extrovertido, com lábio tendencialmente boleado (ligeiramente amendoado), colo contracurvado, com canelura sobre o ombro (figura 9 - A5) ou estrias regulares sobre a pança de perfil globular (figura 9 - A6). Os outros dois tipos fazem-se representar por duas peças únicas (figura 10 - 1). Um dos exemplares apresenta bordo vertical e corpo canelado com cruz incisa sobre o ombro (figura 9 - A7). O outro modelo, de bordo esvasado, com canelura e ressalto sobre o ombro exhibe linhas onduladas incisivas (figura 9 - A8).

Por fim, e ainda entre os conjuntos formais mais expressivos, contam-se os potes e os alguidares moldados em pastas compactas de tonalidade que oscila entre o alaranjado e o cinza escuro.

Os potes de grandes dimensões apresentam sempre bordos extrovertidos, por vezes digitado (figura 9 - B4 e figura 10 - 6), e cordão plástico demarcando o colo do ombro, por vezes marcado por caneluras regulares (figura 9 - B1 a B4).

O modelo dominante nos alguidares revela perfis troncocónicos simples ou combinando a decoração incisa e a aplicação plástica de cordões digitados (figura 9 - C1 e C2 respectivamente e figura 10 - 2). É manifesto o seu parentesco com os recipientes troncocónicos abundantemente recolhidos em Conímbriga (Alarcão 1974: Est. XXXVII a XL). No entanto, a ausência do dominante fundo em disco

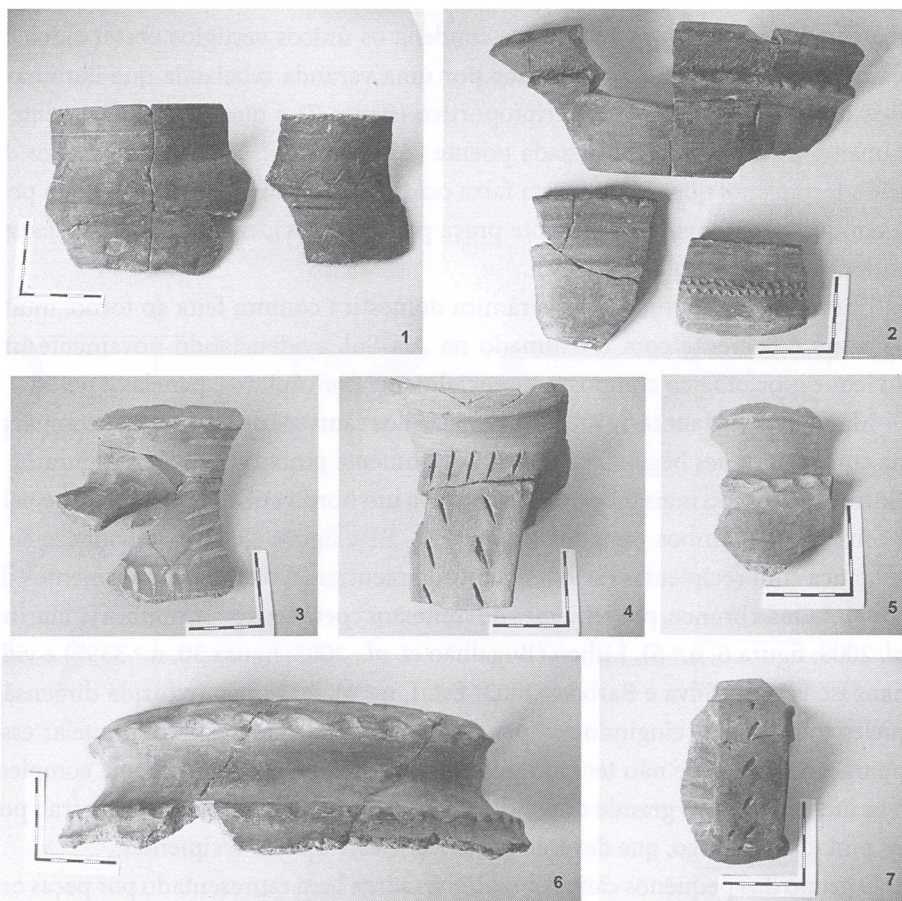


Figura 10. Cerâmicas provenientes da ala Sul do criptopórtico.

poderá ser suficiente para condicionar esta analogia. Apesar desta forma se encontrar integrada na Fase II (séculos VII-IX) definida por Adriaan De Man (2006: 170), as bases planas alargadas dos alguidares associam-se, neste sítio, a contextos mais tardios do século XII-XIII. Destaca-se ainda a presença de contentores de contorno arqueado com dupla cinta de cordões digitados (figura 9 – C3).

Relegamos para o final e em associação com o conjunto abaixo apresentado a apreciação do âmbito cronológico deste lote cerâmico.

4. A cerâmica Alto-Medieval da Fachada Poente do fórum.

Na área poente da plataforma artificial que sustenta as seculares instalações museológicas, mais concretamente no espaço delimitado pela *loggia* quincentista, identificou-se um dos contextos alto-medievais mais significativos. Este corresponde

a uma camada de aterro que assenta e condensa os únicos vestígios preservados da praça do fórum romano representados por uma varanda rebaixada que iluminava através de frestas as galerias do criptopórtico (figura 7) e que ruiu parcialmente e juntamente com parte desta fachada poente (Alarcão *et. al.* 2009). A escavação do referido terraplano, que nivelava esta faixa ocidental do antigo edifício romano pela cota em que se desenvolvia a restante praça pública, providenciou a recolha de um considerável lote cerâmico medieval.

Trata-se de um conjunto de cerâmica doméstica comum feita ao torno, muito semelhante e coerente com o exumado na Ala Sul, evidenciando novamente um curto leque morfológico composto essencialmente por cântaros, painéis e potes.

Mais uma vez denota-se uma supremacia dos cântaros de pasta muito compacta e fina com superfícies bege-alaranjadas profusamente pintadas a branco (figura 12 – 5). Entre estes, o tipo mais recorrente apresenta um bordo em aba introvertida e colo alto com ressalto, ambos pintados (figura 11 – F1 e figura 12 – 2). Reconhece-se a semelhança com recipientes de idêntico bordo reentrante, ornado por segmentos de traços pintados a branco, provenientes de contextos coetâneos em Coimbra (Catarino *et. al.* 2009: figura 6, n.º 6), Lisboa (Bugalhão *et. al.*, 2003: figura 30, n.º 3397) e *villa* romana de Frielas (Silva e Barbosa 2003: Est. I, n.º 6), embora a reduzida dimensão daqueles fragmentos (cingindo-se apenas à zona do bordo) nos faça acautelar essa comparação. Apesar de não ter sido possível reconstituir nenhuma forma completa deverá mencionar-se a grande quantidade de asas em fita com canelura central, por vezes pintadas a branco, que deverão pertencer a este tipo de recipientes.

O grupo dos pequenos cântaros ou bilhas surge bem representado por peças ora de bordo em aba horizontal e colo moldurado por sulcos horizontais com pintura a branco (figura 11 – F3), ora de bordo extrovertido e colo torneado e marcado por ressalto exterior (figura 11 – F4) comparáveis a exemplares recolhidos no Pátio das Escolas (Catarino *et. al.* 2009: figura 6, n.º 5 e 7).

Aponte-se ainda a presença de uma peça que incluímos (com reservas) no grupo dos jarros, com bordo extrovertido com espessamento interno e externo, colo marcado por pequena cinta puncionada e caneluras horizontais no início do bojo (figura 11 – F2 e figura 12 - 3) e de um pucarinho de uma asa e colo vertical (figura 11 – B e figura 12 - 1).

As painéis afiguram-se como uma das categorias formais melhor representadas. Em termos de fabrico possuem pasta compacta, denotando cozedura redutora e superfícies alisadas, com tonalidades que oscilam entre o castanho e maioritariamente o cinza, com abundantes vestígios de fuligem exterior. Estas pautam-se por uma certa uniformidade formal. Contam, genericamente, com bordos ligeiramente extrovertidos e triangulares e colos esvasados (figura 11 – C1 a C3). As asas, de secção

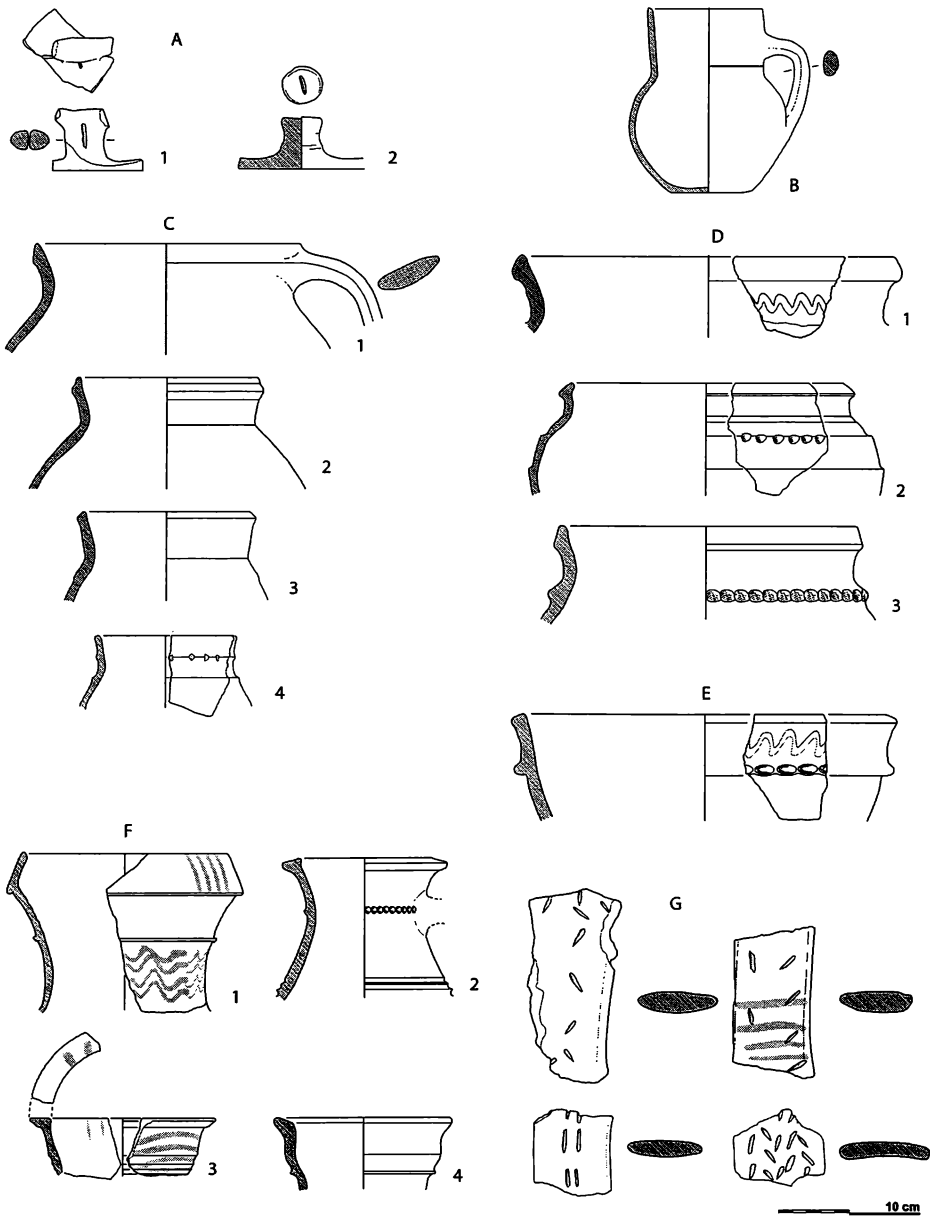


Figura 11. Cerâmicas provenientes da fachada poente do fórum: A – Tampas; B – Pucarinho; C – Painéis; D – Potes; E – Alguidar; F – Cântaros; G – exemplos de asas. Desenhos de Sara Almeida.

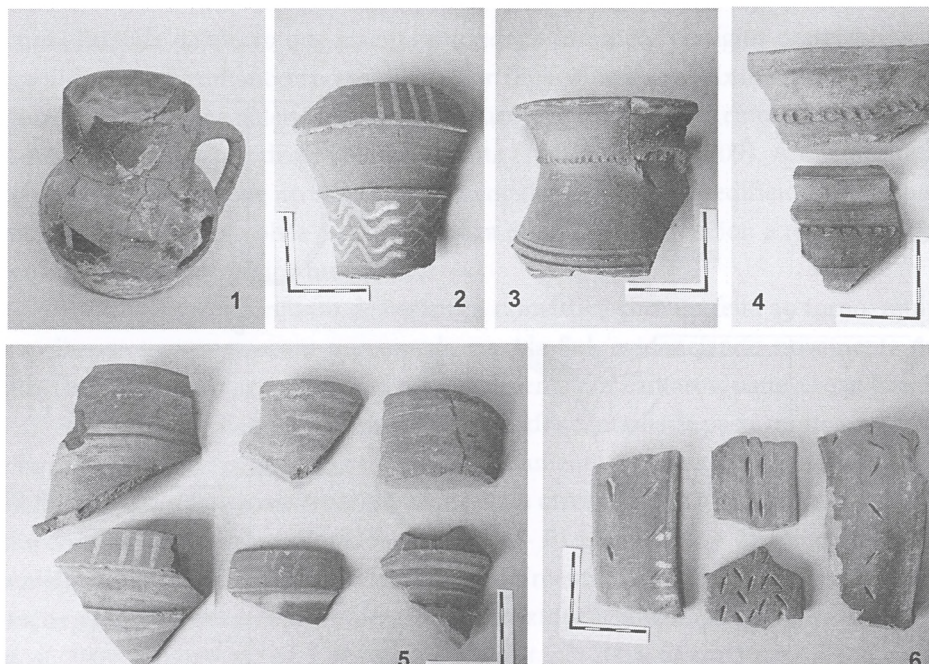


Figura 12. Cerâmicas provenientes da fachada poente do fórum.

em fita, partem maioritariamente do lábio. Deverá fazer-se notar a abundante recolha de asas decoradas por golpes incisivos, contemplando uma vasta gama de padrões e por vezes conjugando a pintura a branco naquilo que se tem vindo a designar por estilo misto ou híbrido (figura 11 - G e figura 12 - 6).

Integramos neste grupo duas tampas de disco ou base circular plana e pega central de pedúnculo, que se assemelham a peças identificadas na Meseta espanhola (embora de fabrico manual) e ali datadas do período omíada (Retuerce Velasco 1998: 319, tipo H.02).

Distingue-se ainda a presença de um tipo inédito de panela. Trata-se de um recipiente com ombros descaídos, bordo ligeiramente esvasado e duplo ressalto no colo, um dos quais marcado por excisões (figura 11 - C4).

De fabrico ligeiramente mais grosseiro que os anteriores mas igualmente produzidos em ambiente redutor, que lhes conferiu uma tonalidade cinza escura, encontram-se os potes e os alguidares.

Os potes denunciam certa unidade tipológica, apresentando bordos extrovertidos de tendência triangular, colo estrangulado e corpo globular recorrentemente decorado por meandros incisivos ou cordões plásticos digitados (figura 11 - D1 e D3 e figura 12 - 4). Uma variante tipológica, só aqui registada, diz respeito a um pote muito largo de bordo triangular com inflexão interna, colo

curto e corpo globular marcado por uma série de ressaltos horizontais, um dos quais digitado (figura 11 – D2).

Por fim, o alguidar mais representado volta a inscrever-se no grupo dos perfis troncocónicos congregando a decoração incisa e plástica (figura 11 – E), idêntico a um dos já referenciados no lote anteriormente exposto (figura 9 – C2).

5. Breves Considerações Finais.

Ao mesmo tempo que as orientações formais e estéticas patententes nas cerâmicas medievais provenientes do quarteirão contíguo a poente do fórum revelam uma visível aproximação ao mundo meridional islâmico que não deverá transpor o século X, não deveremos dissimular as dificuldades sentidas na atribuição consciente de uma cronologia rigorosa para os últimos dois lotes expostos (ala sul e poente do criptopórtico e fórum). Relativamente a estes e embora não se haja esgotado a procura de paralelos formais, há a assinalar alguma inconsistência nas escassas analogias morfológicas estabelecidas com o material conhecido de contextos geograficamente mais próximos, com os quais teoricamente possuiriam maior afinidade. No entanto, tal situação não será impeditiva de se apresentarem algumas linhas de reflexão, que espelham o actual estado da investigação, sem prejuízo de no futuro virem a ser revistas.

Com efeito, assinala-se, em primeiro lugar, uma tendência contrastante ao nível da diversidade formal no que respeita à representação de formas abertas e fechadas, potencialmente justificada pelos costumes gastronómicos e hábitos de consumo alimentar. Efectivamente, assiste-se a um predomínio dos contentores fechados (das panelas, cântaros e potes) sobre os recipientes abertos, sendo quase inexistente a louça de mesa (como os pratos e taças). Outro aspecto, prende-se com o facto da pintura a branco constituir um dos padrões decorativos dominantes (motivos simples, normalmente através de séries de 3/4 traços paralelos, e em menor número os quatro traços ondulados ou os foliáceos), juntamente com a aplicação de cordões plásticos, incisões e puncionamentos nas asas. Verificando-se, por vezes, a conciliação de duas ou mais técnicas numa mesma peça.

Assiste-se à convivência de formas e orientações estéticas de tradição tardo-romana/visigótica com outras de feição nitidamente islamizante (visível essencialmente na adopção de formas e temáticas inovadoras, nomeadamente alguns tipos de cântaro com superfícies pintadas a branco). A busca de paralelos torna-se, neste caso particular, bastante penosa. Se algumas peças se filiam na cultura cristã do Noroeste Peninsular, outras fixam-se nas tradições islâmicas meridionais.

No entanto, o modelo arcaizante das formas representadas e a total ausência de peças vidradas e decoradas a verde e manganés, em corda seca parcial e total, e até de simples pinturas a vermelho ou preto que juntamente com a cerâmica dourada surgem em contextos semelhantes a escassos metros de distância, como é o caso do Pátio das Escolas da Universidade (entre outros (Catarino *et. al.* 2009), levam-nos a sugerir (com as devidas reticências) que estes conjuntos não deverão ultrapassar o século XI. Isto é, tudo aponta para que os níveis de aterro de proveniência destas cerâmicas se deverão relacionar com as transformações arquitectónicas (onde se destaca o início da colmatação das galerias do criptopórtico) inerentes ao estabelecimento, neste local, do paço episcopal em finais do século XI. Estamos mesmo convictos de que estarão associadas a contextos pré-condais, anteriores à tomada definitiva da cidade de Coimbra em 1064, altura em que já proliferavam os vidrados no território de al-Andalus (Catarino *et. al.* 2009: 348).

Em sítios arqueológicos com dilatada diacronia ocupacional, e numa cidade como Coimbra, situada numa linha de fronteira de lealdades imprecisas, com avanços e retrocessos e onde coexistem populações cristãs ou moçárabes e berberes ou muçulmanas, torna-se particularmente penoso definir, através da cultura material, estes contextos.

De certa forma, Coimbra alto-medieval é isto mesmo, um centro de confluência destas duas influências onde se assimilam gostos e tendências, e onde o ritmo da evolução da cultura material do quotidiano não acompanha as mudanças políticas e religiosas. Mantendo-se incólume e estável na sua síntese cultural, pouco permeável a alternâncias bruscas, e só paulatinamente adaptando novos gostos e “modas”.

Referências bibliográficas:

- ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*, Coimbra.
- ALARCÃO, J. et. al. (2009) – *O forum de Aeminium – a busca do desenho original*, Coimbra: IMC/MNMC/EDIFER.
- BUGALHÃO, J. et. al. (2003) – “Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa”, *Arqueologia Medieval*, 8, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 129-191.
- CARVALHO, P. (1998) – *O Forum de Aeminium*. Coimbra: Instituto Português de Museus.
- CARVALHO, P. et. al. (2010) – “Caminhando em Redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal)”. *Studia Lusitana*. Mérida. 4, pp. 69-88 (Actas do colóquio Ciudad y Foro en Lusitania Romana).
- CATARINO, H. et. al. (2009) – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”, *XELB*, 9, pp. 333-376 (Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve).

DE MAN, A. (2006) – *Conimbriga: Do Baixo Império à Idade Média*, Edições Sílabo, Lisboa.

GOMES, A. et. al. (2001) – “A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge”, *GARB – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, IPPAR, pp. 119-163.

GUTIERREZ LLORET, S. (1988) – *Ceramica común paleoandalusi del sur de Alicante (siglos VII-X)*, Alicante.

LOURENÇO, A. e ÂNGELO, M. J. (2003) – *Contributos para o estudo da Cerâmica Islâmica de Columbriga: Amostragem do Espólio proveniente de uma intervenção preventiva na Rua Borges Carneiro (antiga Rua das Covas)*. Trabalho académico policopiado realizado no âmbito da disciplina de Arqueologia Medieval – Instituto de Arqueologia da FLUC.

RETUERCE VELASCO, M. (1987) – “Cerámica islámica de la “Cidade das rosas”, Serpa (Portugal), *II Coloquio Ceramica Medieval del Mediterraneo Occidental*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 85-92.

RETUERCE VELASCO, M. (1998) – *La Cerámica Andalusí de la Meseta*, 2 vols, Col. Gran Estudios, Madrid.

ROSSELLÓ BORDOY, G. (1978) – “Serie Candil”, *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*, Disputación Provincial de baleares, Palma de Mallorca.

SILVA, A. e BARBOSA, P. (2003) – “Cerâmica de tradição muçulmana da *Villa Romana de Frielas* (Loures)”, *Arqueologia Medieval*, 8, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 109-118.

SILVA, R. C. (no prelo) – “Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo paço episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença”. *Actas do Velhos e Novos Mundos - Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 6-9 de Abril de 2011.

VIEGAS, C. e ARRUDA, A. (1999) – “Cerâmica islâmica da Alcáçova de Santarém”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2 n.º 2, pp. 105-186.

CERÂMICAS MEDIEVAIS DA CAPELA DE SÃO PEDRO DA CAPINHA, FUNDÃO

Maria Constança Santos¹, Elisa Albuquerque²

A Capela de São Pedro da Capinha localiza-se a cerca de 1 km a sudeste da freguesia da Capinha, concelho do Fundão, num sítio denominado Tapada de São Pedro, localizado segundo, as coordenadas UTM 29 TPE 638918/4450378 na Carta Militar de Portugal 1/25 000 (folha 247). Situa-se no topo de um pequeno esporão/plataforma, com cerca de 441 m de altitude, e ocupa um ponto destacado, de onde domina um vale fértil banhado pela ribeira da Meimoa. O território envolvente caracteriza-se pelos terrenos férteis, abundância de água e presença de minério. Em 2004, a capela foi classificada como Imóvel de Interesse Público.

As primeiras referências conhecidas relativas à Capela de São Pedro datam do séc. XVI, por Mariangelo Acursio, em que refere: *“Hinc per iter nostrum fere ad mille passus in aedicula confecta tota ex lapidibus, et fractionibus columnarum vetustam ex eodem lapide epigramma est lapide quadrato”* (no nosso itinerário, quase a mil passos daqui [Capinha], num pequeno templo feito totalmente de pedras e pedaços de velhas colunas da mesma rocha, numa lápide está a inscrição).

Novamente aparece referida nas Memórias Paroquiais de 1758: *“Tem este povo as ermidas de Santo António; de Sam Marcos; de Sam Pedro; do Espírito, a que está posta uma irmandade; a de Nossa Senhora da Estrela, em que se venera a imagem de Santa Anna, com irmandade erecta no seu altar; e todas ditas ermidas estão fora do lugar e pertencem ao mesmo povo”*.

¹ Arqueóloga (constancavs@gmail.com)

² Arqueóloga (albuquerque.elisa@gmail.com)



Figura 1. Capela de S. Pedro

Em período romano, Capinha seria um núcleo populacional de alguma importância, atestado, por um lado, pelo vasto número de inscrições encontradas tanto na freguesia como nas imediações e, por outro, pelo facto de que nas suas imediações se cruzavam duas importantes vias: a via *Emerita-Bracara* e a via proveniente de Salamanca e que se direccionava ao Tejo.

Estaria, desta maneira, a Capinha em contacto com alguns dos mais relevantes centros da época, nomeadamente, Mérida, Cáceres, Idanha-a-Velha, Viseu e Bobadela. Por aqui passaria, provavelmente, também uma via secundária transversal, que de Alcaria, seguiria por Peroviseu, Capinha, Salgueiro, Escarigo e Meimosa ou Vale de Lobo (Silva 1979: 50).

Tendo em conta o local de implantação da Capela de São Pedro, em local fértil em água, recursos agrícolas e mineiros, e perto de um importante cruzamento de vias, não podemos deixar de referir a similitudes existentes com Santa Lucia del Trampal, esta localizada em Alconetar, Cáceres (Caballero Zoreda *et alli* 1999: 22).

Os eixos viários atrás referidos manter-se-ão em uso na Alta Idade Média e, em muitos casos em período posterior, pois dá-nos disso testemunho a referência de Mariangelo Acurcio, fazendo menção à via de Salamanca que passava pela Capinha.

A nível arquitectónico, a Capela sofreu, ao longo do tempo, algumas alterações relativamente à sua traça primitiva, tendo sido no séc. X/XI o momento em que o templo sofreu maior alteração com a construção de uma nova cabeceira, que se

destaca relativamente ao corpo. Nesta transformação, tal como nas outras de que o edifício foi alvo, foram reaproveitados elementos arquitectónicos de época romana, não sendo, por isso, difícil observar, fragmentos de colunas de várias dimensões quer nos alçados, quer fundações das paredes.



Figura 2. Pormenor do embasamento da cabeceira

A Capela de São Pedro teve funções de templo cristão até à desamortização e venda em hasta pública dos bens da Igreja, no séc. XIX, e após as guerras liberais, o edifício terá sido recuperado. Encontrar-se-ia arruinado na altura da sua venda e, uma vez que deixou de ser um espaço sagrado, procedeu-se à sua recuperação de forma menos cuidada, visível no aparelho irregular das paredes norte e oeste, passando a funcionar como anexo agrícola. À construção foram adossadas outras cuja função era habitacional.

Perante a singularidade deste edifício, que consideramos único na região, as características do sítio e, atendendo ao interesse de um estudo que privilegiasse um conhecimento mais profundo sobre as dinâmicas de povoamento e a organização do espaço em que se insere, foi iniciado em 2006 um projecto de investigação³, da responsabilidade das signatárias, que desembocou em várias campanhas de trabalhos arqueológicos.

³ Projecto de Investigação: “Intervenção Arqueológica na Capela de São Pedro da Capinha” aprovado em Maio de 2006, já com uma segunda fase iniciada em 2010.

Durante as várias campanhas realizadas, onde foram efectuadas escavações, prospecção, análises parietais e prospecção geofísica, os resultados foram frutíferos tanto a nível de estruturas detectadas como em termos de materiais arqueológicos.

De salientar a descoberta de duas necrópoles, uma no lado norte e outra no lado sul, sendo esta mais antiga. Constituída por sete sepulturas com diferentes características, mas com orientação semelhante, ou seja, este/oeste, de acordo com a crença cristã de que Deus apareceria a oriente no Dia do Julgamento Final. Salienta-se que quatro delas apresentavam cobertura de laje única de xisto ou granito e uma outra composta por silhares de granito (Santos e Albuquerque 2009/2010).



Figura 3. Pormenor da necrópole sul

No lado norte foram postos a descoberto dois sarcófagos e ambos possuem cantos reforçados para assentamento da tampa, encontrando-se alinhados pela parede do edifício, orientados canonicamente (este/oeste). Tendo por base as suas particularidades, podemos datá-los do século XI d.C. Para além destes foram registados negativos de outros cinco, já desaparecidos, apontando, que também no lado norte terá existido uma necrópole, ainda que de período mais tardio.

Igualmente de destacar que após um estudo pormenorizado em termos de construção e arquitectura das paredes que compõem o edifício, procedemos à sua análise e, posteriormente, delimitámos fases cronológicas, mais especificamente, seis fases, que abarcam um espaço temporal compreendido entre Antiguidade Tardia até a actualidade.

No que concerne aos materiais arqueológicos recolhidos, há que ressaltar que não se trata de espólio funerário, pois as sepulturas não revelaram esse tipo de vestígios. Não estamos perante um número muito significativo de cerâmica mas, apesar de escassa e fragmentada, proporcionou algumas indicações importantes acerca do sítio e sua ocupação, com indicações cronológicas que, de alguma forma, atestam as diferentes fases de ocupação do espaço.

Atendendo às características do sítio e ao seu contexto rural, justifica-se esta escassez de materiais. Por um lado a fraca potência estratigráfica aliada a uma ocupação contínua do espaço e consequentes trabalhos agrícolas, por outro lado as suas funções principalmente religiosas e a existência das necrópoles já referidas, são factores pouco proporcionadores à existência de grandes conjuntos cerâmicos, sendo disto excepção a grande quantidade de materiais de construção recolhidos nas diversas campanhas efectuadas, nomeadamente telha decorada⁴.

Relativamente ao conjunto aqui em análise destacam-se dois pontos fundamentais: a exclusividade de cerâmica comum e a reduzida variedade formal. Entre as peças de menores dimensões, destaca-se o grupo das painéis, encontrando-se representado por algumas variantes. Reputamos de interesse o exemplar (figura 4, 1) de bordo moldurado e extrovertido sem ressalto, colo bem marcado, corpo globular, asa em fita e fabrico a torno lento. Em termos de acabamento de superfícies apresenta alisamento possuindo abundante mica, onde se destaca a utilização de mica dourada, e decoração com caneluras na parte superior do bojo. Aventando a hipótese de um fabrico local, aproxima-se formalmente de uma painela de Sombrete, Granada (Carvajal López 2005: lám. 14), possuindo, contudo, esta última, colo curto pouco marcado e canelura na parte exterior do bordo mais marcada, enquadrando-se em cronologias do séc. IX/X.

Estas painéis podem também possuir bordo em aba e corpo ligeiramente carenado, mantendo-se as caneluras como motivo decorativo, observável no exemplar identificado na figura 4 nº 2. Caracteriza-se, ainda, por depressão no lábio para assentamento da tampa, ressalto no interior e ligeira carena. A cozedura é irregular e o fabrico a torno incerto. Embora não encontremos um paralelo exacto para esta forma, apresenta semelhanças, relativamente ao perfil, em painéis da

⁴ Cf. Santos e Albuquerque 2009/2010

necrópole de Santo Tomás de Mendraka (Elorrio, Bizkaia) (Azkarate 2003: figura 22), com cronologia do século IX/XII.

Registamos, igualmente, exemplares de panelas com bordo biselado, ressalto interior, fabrico a torno lento e cozedura redutora com arrefecimento oxidante, podendo, ou não, apresentar caneluras. Entre estas, destacamos a peça nº 4 (figura 4) de bordo extrovertido sem ressalto e lábio boleado com inflexão interna, com paralelo, entre outros, em Granada (Carvajal López 2005: lámina 6), datada do séc. IX/X.

Em comum, todas estas peças possuem superfícies micáceas, destacando-se a utilização de mica dourada.

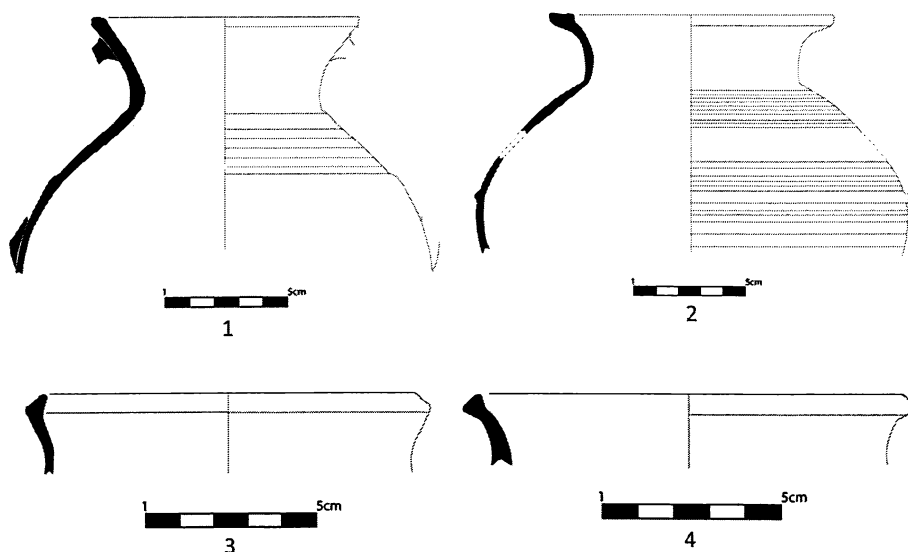


Figura 4. Panelas

Destaca-se um outro grupo, o dos grandes contentores, que se caracterizam por possuir bordos moldurados (figura 5, 1) e superfícies alisadas, sendo também a aplicação de mica dourada uma constante. Relativamente à decoração, apenas se regista em alguns exemplares, sendo a mais comum a decoração a pente.

Apresentamos aqui um exemplar (figura 5, 2), que se destaca pelos vários tipos de decoração que ostenta: a pente e punções no bordo e nas pegas. Estas, pela sua forma e tamanho, tendencialmente triangulares, teriam funções decorativas mais do que fins utilitários. Pelas suas características, consideramos poder incluir estes contentores na série *tinajas* de Roosselló Bordoy (1995: 28), com cronologia do séc. XI, e verifica-se, igualmente, semelhanças com as peças identificadas como

tipo J.02 apresentado por Retuerce Velasco (1988: 350), com horizonte cronológico plenamente Omíada, estando em uso até final do séc. XI. Não podemos deixar de referir as afinidades morfológicas observadas no recipiente de armazenamento (10168/nº 71) identificado na Veja Baja, Toledo, onde se enquadra nas cerâmicas da fase Emiral (Gómez Laguna e Rojas Rodríguez-Malo 2009: 795).

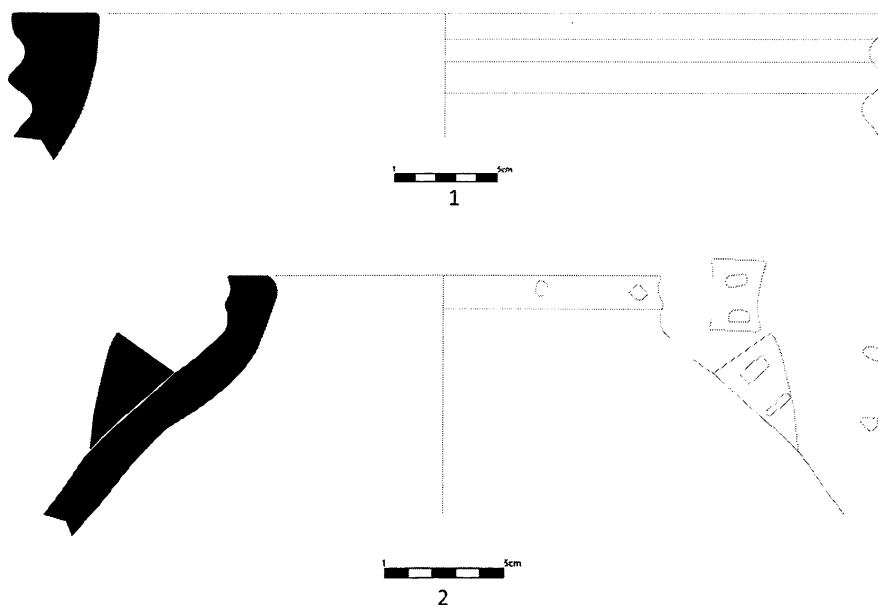


Figura 5. Grandes contentores

Sintetizando, destacamos a exclusividade da cerâmica comum, os fabricos a torno lento, o predomínio das cozeduras oxidantes bem como das superfícies micáceas, salientando-se o uso das micas douradas. Este facto, o uso abundante de mica nas superfícies, não detectada com a mesma abundância nas pastas, leva-nos a colocar a hipótese da sua utilização com fim decorativo.

As caneluras constituem a principal técnica decorativa relativamente à cerâmica de menores dimensões, sendo a decoração incisa, nomeadamente a pente, a mais comum no que se refere aos grandes contentores. Considerando as características de fabrico, comuns tanto aos grandes contentores como à restante cerâmica, pensamos tratar-se de fabricos locais e/ou regionais, com características muito próprias, cujos paralelos mais aproximados, maioritariamente, podemos encontrar nas regiões mais a sul.

É importante salientar que, embora estejamos perante conjuntos enquadráveis nos mesmos horizontes cronológicos da Reconquista, este conjunto afasta-se da

realidade que caracteriza outras regiões do centro do país, nomeadamente a de Coimbra.⁵ Em São Pedro não estão presentes elementos nitidamente considerados de cariz cultural cristão, como são exemplo as punções (diferentes das punções aqui apresentadas e que, neste mesmo caso, constituem o único exemplar que possuímos), nem elementos claramente pertencentes ao mundo islâmico como, a título de exemplo, a pintura a branco.

Em jeito de conclusão, podemos inferir que, embora no séc. X a Egitânia e o seu território, no qual se integrava São Pedro da Capinha, se encontrassem sob domínio muçulmano, efectivamente ter-se-á mantido à margem do processo de aculturação islâmica verificando-se o mesmo relativamente ao mundo cristão, tão característico de outras regiões para o mesmo período.

Consideramos, assim, que estamos perante uma região que, desde muito cedo, desempenhou o papel de “espaço de fronteira”, facto reflectido nas várias estratégias que tomou, sempre de acordo com as suas necessidades, adoptando apenas as novidades que lhe poderiam ser mais vantajosas, aspecto manifestado na cerâmica. Vivendo entregue a si própria, manteve-se à margem dos grandes acontecimentos, significando, a fronteira, um claro distanciamento em relação a cristãos e muçulmanos (Fernandes 2001: 72).

⁵ Cf artigo sobre o Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra, integrado nestas actas.

Bibliografia

AZKARATE, Agustín *et al.*, (2003) - “Materiales y contextos cerámicos de los siglos VI al X en el País Vasco”, *Cerámicas Tardorromanas y Altomedievales en la Península Ibérica*, Anejos de AEspA XXVIII, 321 – 370.

CABALLERO ZOREDA, Luis; SÁEZ SANCHOS, Fernando (1999) – La Iglesia Mozárabe de Santa Lucia del Trampal Alcúscar (Cáceres) – Arqueología e Arquitectura. *Memorias de Arqueología Extremeña (MarqEX)*, 2. Mérida

CARVAJAL LÓPEZ, José Cristobal (2005) - “La cerámica islámica del Sombrenete (Madinat Ilbira, Granada). Primera aproximación”. *Arqueología y Territorio Medieval*, 12.1, p. 133-173

FERNANDES, Paulo Almeida (2001) - *A Mesquita – Catedral de Idanha-a-Velha*, Universidade Lusófona - Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa

GÓMEZ LAGUNA, Antonio J., ROJAS RODRÍGUEZ-MALO, Juan Manuel (2009) – “El yacimiento de la Veja Baja de Toledo. Avance sobre las cerámicas de la fase emiral”. *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*. Ciudad Real, Tomo II, p. 785-804

RETUERCE VELASCO, M. (1988) - *La cerámica andalusí de la Meseta*, 2 vols, Col. Gran Estudios, Madrid.

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo (1995) - “Las cerámicas de primera época: algunas observaciones metodológicas”. *La Cerámica Altomedieval en el Sur de Al-Andalus*, Primer Encuentro de Arqueología y Patrimonio. Granada, p. 15-35

SANTOS, Constança Guimarães dos; ALBUQUERQUE, Elisa (2009/2010) – “Capela de São Pedro: Breve abordagem aos materiais de construção da Sepultura 1”. *Ebvrobriça*, 6. Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão. Fundão, p. 31-42

SILVA, Candeias (1979) – “Subsídios para o estudo da viação romana no SW do antigo território penamacorense”. *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*. Penamacor, p. 39-50

A PRODUÇÃO CERÂMICA DOS SÉCULOS IX A XI NA REGIÃO DO ALTO MONDEGO (PORTUGAL)

Catarina Tente¹, Óscar Lantes², Pilar Prieto³

0. Introdução

O presente artigo apresenta os resultados comparativos da análise formal e tecnológica das cerâmicas alto medievais provenientes do Mondego. Expõe-se igualmente o estudo arqueométrico de pastas de algumas amostras efectuado pela Unidade de Arqueometria da Universidade de Santiago de Compostela.

O estudo integrou as colecções cerâmicas de quatro sítios arqueológicos escavados por uma das signatárias no âmbito do projeto de investigação sobre o povoamento alto medieval do alto Mondego⁴.

As campanhas de escavação realizadas no Penedo dos Mouros (c. Gouveia) permitiram identificar um sítio fortificado situado no rebordo de um antigo leito do Mondego, dominando o vale da Ribeira de Boco, afluente daquele rio (Tente 2010).

¹ Instituto de Estudos Medievais e Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Av. Berna 26C 1069-061 Lisboa, bolseira FCG; catarina.tente@gmail.com

² Unidade de Arqueometria. RIAIDT. Universidade de Santiago de Compostela. Ed. CACTUS. Campus Vida s/n. 15782. Santiago de Compostela; oscar.lantes@usc.es

³ Departamento de Historia I, Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, Praza da Universiadade 1, 15782 Santiago de Compostela; pilar.prieto@usc.es

⁴ Projecto de investigación financiado pela FCT – PTDC/HAH/69806/2002.

Um importante complexo romano e medieval, praticamente imperceptível na paisagem, foi escavado em S. Gens (c. Celorico da Beira). Este sítio que ocupa a margem direita do Mondego não se destacando na paisagem. Para este local era já conhecida uma extensa necrópole rupestre e em 2008 realizou-se um mês de escavações que permitiu identificar um povoado de planta ovalada dotado de uma paliçada e recolher as cerâmicas aqui apresentadas (Tente 2010).

Em 2006 e 2007 realizaram-se duas campanhas de escavação num sítio situado a 1000 m de altitude denominado de Soida. Ao contrário dos anteriores sítios, este localizava-se num ponto em que domina visualmente uma vasta área do vale do Mondego. O sítio é igualmente dotado de uma paliçada que desenha uma planta irregular que aproveita a topografia local.

Também no Aljão (c. Gouveia) foram realizadas duas campanhas, contudo, as mesmas permitiram documentar que os contextos arqueológicos deste sítio se encontravam profundamente alterados pela surriba e plantio de vinhas. Apenas alguns contextos de cronologia tardo-romana se encontravam conservados. Os materiais arqueológicos medievais ali recolhidos encontravam-se descontextualizados e por isso foi impossível obter uma coleção cerâmica coerente e credível em termos contextuais e cronológicos. Ainda que se reconheçam escassos fragmentos de peças claramente inseríveis na cronologia em análise não foi possível fazer associações de fragmentos.

As coleções estudadas encontravam-se, em geral, muito fragmentadas sendo difícil efectuar colagens entre os vários fragmentos e assim recuperar a totalidade das formas. Foi possível determinar o número mínimo de recipientes (NMR) e efectuar um estudo profundo das coleções do Penedo dos Mouros, S. Gens e Soida.

1. Metodologia

No início deste estudo havia uma falta de conhecimento sobre as produções cerâmicas alto-medievais da região que no que se refere a cronologia específica ou a características formais e estilísticas. Não havia, portanto, uma base de trabalho que pudesse nortear as opções metodológicas de análise formal e estilística. Assim, optou-se por adaptar os princípios e métodos analíticos definidos por C. Orton, P. Tyers e A. Vince (1993:67-86; 13-165). A análise incidiu sobre três domínios temáticos principais: matérias-primas e tecnologia; análise formal; e análise da decoração.

Uma etapa prévia, contudo, consistiu na contabilização sistemática dos diversos restos cerâmicos de modo a obter um inventário descritivo dos conjuntos e uma primeira avaliação dos mesmos. Para efectuar esta tarefa de contabilização procedeu-se igualmente a um processo de correlação de fragmentos, que teve como objectivo

último a determinação do NMR e a recuperação das formas originais. O NMR foi obtido através de contagem dos bordos (após realizadas as remontagens e/ou as associações possíveis), tal como foi determinado por S. Raux (1998). O NMR é, pois, a unidade de análise empregue por excelência no estudo dos conjuntos cerâmicos, apesar das limitações que esta opção poderá por vezes conter. Obviamente que o número de peças individualizadas através deste método fica aquém do número real de peças existente nos registos arqueológicos; todavia, é a única forma de abordar colecções muito fragmentadas com algum grau de fiabilidade. No caso do Aljão não foi possível efectuar a contabilização do NMR devido ao facto dos níveis medievais se encontrarem muito destruídos por surribas e plantios que afectaram este sítio arqueológico, tal impediu que se recolhesse uma colecção de cerâmica medieval coerente na qual fosse possível a realização de colagens e associações de fragmentos.

Quadro 1						
Inventário geral dos fragmentos da cerâmica do Penedo dos Mouros						
Sector	Bordos	Bases	Bojos	Asas	Outros(c)	TOTAL
I	197	92(a)	1848	21(b)	45	2203
II	30	8	333	2	3	376
TOTAL	227	100	2181	23	48	2579

(a) Três das bases são em disco.

(b) Uma asa é em rolo, as restantes em fita.

(c) 1 cossoiro; 27 barro cozido; 12 telhas; 1 tegula, 4 placas de argila cozida; 3 fragmentos imbrices.

Quadro 2						
Inventário geral dos fragmentos da cerâmica de S. Gens						
Sector	Bordos	Bases	Bojos	Asas	Outros	TOTAL
4	3	2	163	-	2(a)	170
10	127	99	2029	8	5(b)	2268
TOTAL	130	101	2192	8	7	2438

(a) Refere-se a dois fragmentos de cossoiro.

(b) Refere-se a 1 telha, 2 cossoiros e 2 tampas/peças de jogo.

Quadro 3						
Inventário geral dos fragmentos da cerâmica da Soida						
Sector	Bordos	Bases	Bojos	Asas	Outros(a)	TOTAL
I	17	16	184	-	-	209
II	63	37	711	3	3	817
III	66	50	1048	-	-	1164
TOTAL	146	103	1943	3	3	2180

(a) Refere-se a 3 fragmentos de uma peça com furo realizado pré-cozedura e polido dos contornos.

No Penedo dos Mouros foram contabilizados no NMR 34 vasos, em S. Gens o número foi de 46 e na Soida de 29.

A análise das matérias-primas e da tecnologia empregues no fabrico cerâmico, através de análise macroscópica, visou a classificação genérica das características e particularismos dos fabricos de cada conjunto, tendo sempre presente as limitações e imprecisões inerentes a este tipo de caracterização de pastas. Todavia, esta primeira aproximação permitiu seleccionar as peças que foram analisadas.

A análise formal dos recipientes, por seu lado, encontra-se sempre muito limitada pelos índices de fragmentação dos mesmos, pelo que a reconstituição da morfologia dos vasos, quer física, quer mesmo graficamente, foi muitas vezes impossível.

No caso da análise das decorações, procurou-se produzir balanços que levassem em consideração a totalidade das peças (e não apenas as representadas no NMR), de modo a cobrir tanto quanto possível toda a variedade evidenciada. Esta análise assenta, numa primeira fase, na quantificação da relação entre material liso e decorado, para se proceder de seguida à descrição das técnicas decorativas presentes.

Para um conhecimento mais aprofundado do tipo de produção e para a averiguação da existência ou não de centros produtores que distribuíssem as produções cerâmicas efectuaram-se análises de pastas de amostras representativas das colecções exumadas. O estudo foi levado a cabo pela equipa da Unidade de Arqueometria da Universidade de Santiago de Compostela. Foram seleccionadas e analisadas 35 amostras de cerâmicas (quadro 4) e 13 amostras de sedimento de níveis arqueológicos, argilas de barreiros localizados próximos de S. Gens (quadro 5) e de pedras provenientes das imediações dos sítios para efeitos de comparação com as pastas cerâmicas. Os critérios de selecção das amostras basearam-se nas características macroscópicas relacionadas com a textura e cor, e foram orientados para o estabelecimento de diferenças e similitudes entre as pastas e indagar sobre a procedência provável das matérias-primas.

A metodologia de análise baseia-se num protocolo publicado (Martínez *et al.* 2008), que se pode descrever sinteticamente da seguinte forma: as amostras cerâmicas são fotografadas, registam-se as suas dimensões, peso e descreve-se a sua cor e textura. De seguida extrai-se uma amostra que é moída num almofariz de ágata e analisada por espectrometria de fluorescência de raios X, difracção de raios X de pó cristalino e efectuada a análise elementar CNHS. As amostras de rocha, de sedimento, de argila são igualmente fotografadas e posteriormente moídas para análise de espectrometria de fluorescência de raios X e difracção de raios X.

A espectrometria de fluorescência de raios X de energia dispersiva permite identificar e quantificar a concentração total de elementos químicos que compõe uma

amostra. Para este tipo de análise usa-se um espectrómetro de dispersão de energia com detector de silício (lítio) refrigerado em azoto líquido, desenhado na própria Universidad de Santiago de Compostela. Para determinar os elementos químicos compreendidos entre o Mn e o U usa-se um dos espectrómetros que tem um ânodo de molibdeno. Com outro tipo, que incorpora um ânodo de prata e dois ânodos secundários de pirografito e ferro, determinam-se em vazio Al, Si, P, S e Cl (ânodo de pirografito) e K, Ca, Ti, V e Cr (ânodo de ferro). A quantificação é realizada com base numa calibração prévia de matrizes minerais (278, 607, 679, 683, 1413, 11646, 1944, 2586, 2690, 2691, 2702, 2703, 2780, 2782, 8704, 1633a, 1633b, 1646a, 1d, 277b, 70a, 81a, 97b, 98b) que está de acordo com padrões internacionais (NIST: *National Institute of Standards and Technology*).

A análise elementar CNHS que permite determinar C, H, N y S efectuou-se com um analisador LECO CHNS-932, que alcança uma precisão >0,3 % e uma reproduzibilidade <0,2 %. As amostras são pesadas num micro-balança Mettler Toledo, modelo UMT2.

A difração de raios X de pó cristalino permite identificar as fases cristalinas ou minerais maioritárias ou minoritárias de uma amostra. As fases amorfas não se detectam e apenas contribuem para incrementar o ruído de fundo. O equipamento usado é um Difractómetro Philips PW1710 com goniómetro vertical PW1820/00 de geometria Bragg-Brentano $\theta/2\theta$, gerador com tubo cerâmico de 2,2 Kw, ânodo de Cu tipo PW 2773/00, detector proporcional PW1711/10 e monocromador de grafito PW1752/00. O tempo de medida foi 3 segundos por passo (*step time*), o que é suficiente para obter uma boa relação intensidade/ruído nas amostras minerais. A variação angular foi de 2 a 65° de 2θ . Finalmente, os dados de composição elementar foram submetidos a diferentes tipos de análise estatística através do pacote SPSS 15.0. No presente trabalho expõem-se os resultados da análise factorial dos componentes principais utilizando a matriz de correlações.

2. Análise arqueométrica das pastas: estudio de procedência e de tecnologia

No que diz respeito às técnicas de fabrico verifica-se que o torno foi o método mais utilizado. As peças produzidas manualmente são residuais nos conjuntos, estando por exemplo completamente ausentes na Soida. No Penedo dos Mouros, identificaram-se apenas duas peças de fabrico manual, enquanto em S. Gens foram três. A conjugação da produção manual com o torno (técnica mista) foi usada principalmente para montar alguidares e vasos troncocónicos.

As pastas são geralmente compactas, podendo apresentar texturas granulares (a larga maioria), xistosas ou mesmo arenosas, sendo estas apenas residuais.

Quadro 4 - Amostras de cerâmicas cuja pasta foi analisada				
Proveniência	Ref. amostra	Peça/fragmento correspondente	Técnica, forma ou características	
Aljão	AJ01	Peça 1	TR, jarra	
	AJ02	Peça 2	TR, pote	
	AJ03	Peça 3	TR, pote	
	AJ04	Dolium epigrafado		
Penedo dos Mouros	PM01	Peça 1	Alguidar	
	PM02	Peça 3	Forma indeterminada	
	PM03	Peça 5	Forma indeterminada	
	PM04	Peça 12	Forma indeterminada	
	PM05	Peça 15	Forma indeterminada	
	PM08	Frag. 41	Forma indeterminada	
	PM09	Frag. 79	Base em disco	
	PM11	Frag.93	Bojo c/cordão	
	PM12	Frag. 94	Bojo canelado	
	PM13	Frag. s/nº	Bojo de pasta bege	
	PM14	Frag. 391	Bojo c/linhas incisadas	
	PM15	Frag. 322	Bojo c/cordão	
	S. Gens	SG01	Frag. 333	Base em disco dec.
		SG02	Peça 10	Alguidar
		SG03	Peça 30	Alguidar
SG04		Peça 14	Pote/panela	
SG05		Peça 28	Troncocônico	
SG06		Frag. 9/11/28	Bojo de coloração bege	
SG07		Peça 12	Forma indeterminada	
SG08		Peça 31	Pote/panela	
SG09		Peça 39	Taça tardorromana	
SG10		Peça 32	Alguidar	
Soida	SO03	Peça 3	Alguidar	
	SO07	Peça 7	Forma indeterminada	
	SO11	Peça 11	Jarro	
	SO12	Peça 12	Pote/panela	
	SO24	Peça 25	Pote/panela com linha incisa	
	SO27	Peça 28	Forma indeterminada	
	SO28	Frag. 151	Base em disco	
	SO35	Peça 18	Pote/panela	
	SO45	Frag. 319	Base em disco	

Quadro 5 - Amostras de referência da envolvente geológica dos sítios		
Proveniência	Ref. amostra	Descrição
Penedo dos Mouros	sPM1	Granito recolhido na base do tor central
	sPM2	Fragmento de granito moi alterado
S. Gens	sSG	Sedimento recolhido na escavação sector 10
Barreiros do Mondego (próximo de C. da Beira)	sBA1	Argila do barreiro 1
	sBA2	Argila do barreiro 2
Soida	sSO1	Granito recolhido no fundo da cabana do sector II
	sSO2	Feldspatos recolhido no fundo da cabana do sector II
	sSO3a	Rocha feldspática da envolvente do povoado
	sSO3b	Rocha feldspática da envolvente do povoado
	sSO3c	Rocha quartzo-micácea da envolvente do povoado
	sSO3d	Saprolita granítica recolhida no aceso ao povoado
	sSO4	Saprolita granítica recolhida no acesso ao povoado

A análise macroscópica dos elementos não plásticos (ENP) evidencia a presença sistemática das micas e quartzos, bem como de feldspatos, o que veio a ser comprovado pela análise mineralógica efectuada sobre algumas amostras de cerâmica. Em alguns casos, observam-se os negativos de ENP de origem vegetal. Os ENP são geralmente abundantes (> 30%) e têm dimensões que variam entre <1 mm e >3 mm, registando-se igualmente a presença de peças com desengordurantes com dimensão de 3 mm a 5 mm. Nota-se, contudo, a presença de algumas peças com ENP de reduzida dimensão e de escassa presença na pasta como é o exemplo da peça 39 de S. Gens (figura 1). Porém, neste caso trata-se de uma taça romana e, por isso, apresentam uma constituição e forma diferente das peças claramente datadas da Alta Idade Média.

Foi ainda caracterizada a composição elementar e mineralógica das cerâmicas e de amostras geológicas para complementar a informação sobre as pastas.

Identificaram-se 26 elementos químicos: carbono, que alcançou concentrações máximas de 2,70% e mínimas de 0,19%; azoto, cujos valores oscilaram entre 0,18% e 0,01%, ambos elementos só foram analisados nas amostras de cerâmica; magnésio, que tinha um valor de concentração entre 1,9% e 0,1%; alumínio, entre 16% y 3%; silício, entre 42% e 17%; fósforo, com concentrações entre 6840 ppm (partes por milhão em peso) e 164; enxofre, entre 770 e 27 ppm; cloro, entre 1325 e 120 ppm; potássio, entre 7,1 e 0,7%; cálcio, entre 0,67 e 0,02%; titânio, entre 3,26 e 0,01%; crómio, entre 599 e 2 ppm; magnésio, entre 3984 e 29%; ferro, entre 11,3 e 0,1 %; níquel, entre 160 e 4 ppm; cobre, entre 51 e 9 ppm; zinco, entre 354 e 6 ppm; arsénico, entre 66 e 1 ppm; bromo, entre 13 e 1 ppm; rubídio, entre 973 e 73 ppm; estrôncio, entre 282 e 1 ppm; ítrio, entre 103 e 5 ppm; zircónio, entre 490 e 8 ppm; nióbio, entre

Quadro 6 – A análise elementar das amostras de cerâmica, de rochas e de sedimento (u.: unidades: %: percentagem de peso, µg^g⁻¹: microgramas/gramo ou ppm; n.a.: não analisados; -: não detectado).

u.	C	N	Mg	Al	Si	P	S	Cl	K	Ca	Ti	Cr	Mn	Fe	Ni	Cu	Zn	As	Br	Rb	Sr	Y	Zr	Nb	Pb	Th		
	%	%	%	%	%	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	%	%	%	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	%	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹	µg ^g ⁻¹		
CERAMICAS																												
<i>Alvão</i>																												
aj01	0,19	0,02	1,1	11	30	294	63	711	2,8	0,09	0,47	68	140	3,9	17	15	83	13	1	228	68	44	365	19	31	26		
aj02	2,15	0,08	1,3	13	29	2901	297	392	3,6	0,14	0,44	10	232	2,9	4	13	354	19	2	291	83	56	233	20	89	32		
aj03	2,12	0,06	0,4	12	29	1662	72	426	3,4	0,14	0,41	30	194	2,7	5	15	316	11	2	285	80	55	234	17	87	31		
aj04	0,50	0,03	0,8	16	25	2554	40	583	3,0	0,03	0,42	8	214	2,6	5	9	94	9	1	333	47	72	490	32	55	50		
<i>Penedo dos Mouros</i>																												
pm01	0,61	0,09	1,0	11	29	5081	68	227	4,0	0,44	0,18	2	164	1,5	4	9	76	8	3	326	48	34	173	16	24	26		
pm02	0,56	0,09	1,0	10	25	1577	65	348	5,6	0,12	0,41	2	138	2,2	4	9	76	6	2	420	51	103	365	20	21	35		
pm03	0,77	0,12	1,1	10	24	2380	177	379	3,5	0,42	0,37	2	241	2,6	7	9	81	9	6	290	66	49	267	19	29	29		
pm04	2,70	0,17	0,7	12	27	3259	296	451	2,8	0,43	0,33	2	331	2,7	4	9	94	10	3	240	67	40	228	15	23	17		
pm05	0,93	0,12	1,1	13	25	3180	398	901	2,5	0,47	0,36	2	316	3,1	4	9	59	2	8	176	60	58	277	14	61	20		
pm08	0,29	0,06	1,1	10	30	981	40	301	3,6	0,42	0,38	25	262	2,9	8	9	58	16	1	262	252	38	195	14	32	31		
pm09	0,90	0,10	0,8	11	24	3075	202	353	5,1	0,13	0,44	2	186	2,1	4	9	61	7	9	405	55	79	392	20	17	36		
pm11	0,72	0,09	0,7	12	29	724	263	420	3,2	0,38	0,36	2	223	2,3	4	9	67	5	7	254	64	37	319	16	27	20		
pm12	0,27	0,06	0,9	11	28	1874	27	476	2,6	0,27	0,24	46	225	2,4	4	15	88	27	4	306	32	25	143	17	35	12		
pm13	0,33	0,07	0,4	15	24	420	246	218	2,4	0,19	0,33	16	216	2,6	4	9	42	16	5	229	61	34	286	24	49	48		
pm14	1,43	0,10	0,6	14	28	365	228	626	4,1	0,10	0,28	-	168	2,3	4	9	76	3	3	323	51	19	174	21	44	19		
pm15	0,80	0,10	1,3	10	26	4394	183	316	2,7	0,67	0,40	2	501	2,9	4	9	101	8	5	201	88	48	300	14	22	14		
<i>S. Gens</i>																												
sg01	1,19	0,07	1,3	13	18	5999	272	579	3,0	0,32	0,71	115	259	5,9	27	24	124	32	7	200	234	17	235	16	27	12		
sg02	0,58	0,03	1,1	13	20	4685	300	495	2,5	0,47	0,69	133	174	4,4	26	26	134	18	5	122	282	25	266	16	24	13		
sg03	0,39	0,02	0,9	16	22	4477	93	255	5,7	0,55	0,47	2	699	1,9	4	9	88	20	3	490	26	91	437	33	14	49		
sg04	1,29	0,05	1,9	10	32	4275	142	482	2,7	0,28	0,20	4	212	2,2	4	9	50	5	4	288	26	40	178	16	5	24		
sg05	0,45	0,05	0,7	12	35	1626	154	159	3,8	0,17	0,11	24	164	1,3	10	10	73	2	4	350	27	23	95	19	15	19		
sg06	0,32	0,02	0,6	14	22	832	40	120	2,9	0,16	0,35	20	193	3,0	7	9	60	2	2	267	75	42	351	26	53	41		
sg07	1,20	0,07	1,8	10	17	6840	620	560	2,3	0,13	1,27	428	623	8,6	160	51	185	12	11	195	139	25	240	45	24	13		
sg08	1,35	0,08	1,0	11	20	5259	140	690	2,7	0,45	0,66	126	203	5,3	24	23	153	18	11	159	264	28	258	15	36	15		
sg09	1,88	0,01	0,5	15	22	221	365	272	1,8	0,03	0,47	62	148	3,9	10	9	53	38	6	148	44	29	244	20	35	23		
sg10	1,24	0,05	1,0	12	18	3708	508	285	2,5	0,38	0,74	152	174	4,3	23	20	107	21	12	118	267	22	261	15	27	13		
<i>Soida</i>																												
so03	1,34	0,12	0,9	10	20	1494	770	480	1,1	0,23	0,52	19	180	4,0	10	11	74	43	13	85	23	29	363	8	28	29		
so07	0,56	0,09	1,2	10	27	1860	192	503	2,4	0,36	0,38	34	210	2,7	5	9	76	33	2	171	42	24	241	10	16	10		
so11	1,51	0,14	0,9	14	22	1254	40	659	6,1	0,44	0,44	9	332	2,1	4	9	66	5	1	560	15	78	427	31	13	44		
so12	2,09	0,09	1,0	11	26	619	185	436	2,2	0,15	0,42	51	159	2,8	7	25	72	42	2	153	32	50	225	11	23	17		
so24	0,68	0,10	1,3	10	26	3261	360	675	2,0	0,30	0,48	44	286	3,7	9	12	96	47	5	184	34	40	419	13	18	16		
so27	1,25	0,18	0,8	12	22	3344	517	343	3,2	0,14	0,32	2	197	2,4	4	9	71	10	8	318	39	57	277	29	41	33		
so28	0,48	0,09	0,9	13	25	164	40	506	1,9	0,43	0,49	24	188	4,1	12	9	81	26	3	137	41	47	444	14	36	27		
so35	0,71	0,09	0,3	15	22	1585	123	195	5,2	0,25	0,37	17	163	1,7	6	9	55	3	2	433	13	62	301	25	13	35		
so45	0,82	0,10	1,2	11	22	2428	205	378	2,4	0,27	0,52	110	271	4,4	46	28	148	66	7	188	23	37	297	12	19	12		
SEDIMENTOS E ROCHAS																												
<i>Penedo dos Mouros</i>																												
ePM1	n.a.	n.a.	0,1	12	33	2900	215	497	3,2	0,34	0,29	2	281	2,3	4	9	75	1	1	336	48	38	164	16	29	412		
ePM2	n.a.	n.a.	0,1	11	36	2200	285	625	3,8	0,22	0,24	2	127	1,3	4	9	62	10	1	428	56	38	179	17	27	420		
<i>S. Gens</i>																												
eSG	n.a.	n.a.	0,1	8	27	1813	424	486	3,6	0,24	0,13	2	500	1,2	4	9	59	6	6	428	24	33	100	15	16	-		
<i>Barreiros (1,5 km de S. Gens)</i>																												
eBA1	n.a.	n.a.	0,1	16	26	1200	357	1109	1,9	0,05	0,49	77	251	4,1	32	9	45	15	5	298	2	18	110	30	3	375		
eBA2a	n.a.	n.a.	0,1	14	25	1700	457	592	4,1	0,03	3,20	499	3984	11,3	121	9	35	29	1	445	24	42	256	53	4	493		
eBA2b	n.a.	n.a.	0,1	16	26	1600	40	1008	2,9	0,03	3,26	599	205	11,2	108	39	46	15	3	341	36	36	237	49	11	454		
<i>Soida</i>																												
eSO1	n.a.	n.a.	0,1	13	34	1900	84	785	3,2	0,37	0,26	2	335	1,7	4	16	54	21	-	320	53	32	171	14	21	437		
eSO2	n.a.	n.a.	0,1	13	35	1600	453	751	7,1	0,13	0,09	2	29	0,4	4	10	17	6	-	521	121	21	76	8	64	449		
eSO3a	n.a.	n.a.	0,1	11	35	2600	40	279	3,2	0,57	0,39	2	283	1,9	4	9	81	9	-	321	55	36	186	16	20	434		
eSO3b	n.a.	n.a.	0,1	11	34	2500	260	325	3,5	0,27	0,32	2	95	1,9	4	9	85	5	-	398	42	35	113	15	16	452		
eSO3c	n.a.	n.a.	0,1	3	42	1100	40	1325	0,7	0,02	0,01	2	29	0,1	4	12	6	4	-	73	1	5	8	4</				

53 e 4 ppm, chumbo, entre 89 e 0,2 ppm e, finalmente tório, entre 493 de concentração máxima e 10 ppm de concentração mínima.

Numa primeira avaliação preliminar dos dados obtidos sobre os elementos químicos (quadro 6) observa-se que a variabilidade das concentrações é, na generalidade, semelhante entre as cerâmicas dos diferentes sítios em estudo e entre estas e as amostras geológicas. As excepções que se observam são as seguintes:

- o azoto é relativamente mais elevado no conjunto de las cerâmicas do Penedo dos Mouros e da Soida;

- o silício está geralmente mais concentrado nas amostras geológicas;

- o fósforo é mais alto em algumas das amostras de S. Gens, o que pode ser dever-se, eventualmente à incorporação pós-deposicional deste elemento procedente dos restos ósseos.

- o cálcio está menos concentrado no Aljão e nas argilas recolhidas em barreiros;

- o titânio, crómio, magnésio, ferro, níquel e cobre apresentam concentrações mais altas em algumas amostras de argilas dos barreiros;

- os níveis de níquel e cobre são também elevados na amostra Sg07;

- o zinco é elevado nas cerâmicas do Aljão;

- o estrôncio está mais concentrado em algumas das amostras de S. Gens e na Pm08;

- o zircónio está sempre mais concentrado nas cerâmicas relativamente às amostras geológicas;

- contrariamente, o nióbio é mais alto nas argilas dos barreiros relativamente às restantes amostras;

- finalmente, o tório está mais concentrado nos materiais geológicos.

As diferenças na composição elementar não são muito pronunciadas, mas denotam-se pequenas diferenças geoquímicas entre os sítios em estudo.

Relativamente à mineralogia foi possível identificar 10 minerais (esmectite, vermiculita, mica, caulinita, mulita, halosite, quartzo, feldspato potássico -principalmente do tipo microclina e em alguns casos ortósia-, plagioclase e hematita (quadro 7).

A esmectite e a vermiculita não se detectam nas cerâmicas e no caso da vermiculita aparece apenas numa amostra de argila de barreiros. A caulinita também não se identifica nas cerâmicas, pois no processo de cozedura perdeu a sua estrutura cristalina e é, por isso, quase invisível aos raios X (este processo sucede por volta dos 550 °C, o que indica a temperatura de cozedura foi superior em todos os casos estudados). A mulita detecta-se em duas amostras (Aj01 e Pm14), esta é indicadora de altas temperaturas pois forma-se a partir dos 1000-1100 °C, o que confirma que estas duas amostras foram cozidas acima desta temperatura. A análise mineralógica das restantes amostras de cerâmicas indica apenas que a temperatura de cozedura foi inferior aos 1000-1100 °C.

Quadro 7 - Identificação mineralógica de cerâmicas e materiais geológicos (esm: esmectite; ver: vermiculita; mic: micas; kao: caulinita; mull: mulita; hal: haloisite; qua: quartzo; FK: feldspatos potássicos; pla: plagióclases; hem: hematita).

Os dados são semi-quantitativos e estão relativizados à fracção cristalina da amostra.

	Esm	Ver	Mic	Kao	Mull	Hal	Qua	FK	Pla	Hem
CERAMICAS										
Aljão										
aj01					4		68	17		11
aj02						2	71	23		3
aj03						2	68	27		3
aj04			8			21	50	22		
Penedo dos Mouros										
pm01			5			15	47	22	10	
pm02			5			23	14	34	24	
pm03			4				53	36	7	
pm04			19				45	18	18	
pm05			8				57	20	10	4
pm08			2				59	34	1	4
pm09			3			20	9	32	36	
pm11							51	23	24	2
pm12			2			13	73	10	2	
pm13							77	23		
pm14					7		41	44	4	4
pm15			24				41	21	13	
S. Gens										
sg01			30			23	18	25		3
sg02			9			3	39	41	7	
sg03			6			70	20			5
sg04			2			17	75	6		
sg05			2			11	41	28	18	
sg06							75	25		
sg07			5			13	26	36	10	11
sg08			24				40	31	5	
sg09			3			30	53	6		8
sg10			3			5	53	26	13	
Soida										
so03			18				41		42	
so07			2			19	71	1	4	3
so11			23			58	15			4
so12			8			31	48	4	9	
so24			18				71	6	2	4
so27			20				13	33	33	
so28			9				55	16	20	
so35			7			59	28	7		
so45			5			24	62		8	
SEDIMENTOS E ROCHAS										
Penedo dos Mouros										
sPM1			11	1			14	39	35	
sPM2			6	1			19	36	38	
S. Gens										
sSG	1		5	1			25	16	52	
Barreiros (1,5 km de S. Gens)										
sBA1			31	31			39			
sBA2a	84		3	5			8			
sBA2b	5	41	2	40			10		1	
Soida										
sSO1	3		8	1			21	25	43	
sSO2	1		1				1	84	13	
sSO3a	1		8	1			17	33	39	
sSO3b	3		3	5			11	47	31	
sSO3c			3				97			
sSO3d	19		12			38	31			
sSO4	7		6	6			24	36	21	

A haloisite detecta-se em grande parte das amostras cerâmicas e apenas num dos materiais geológicos. Este mineral só se forma por recristalização do sílice e do alumínio procedentes da caulinita calcinada.

A hematita identifica-se exclusivamente nas cerâmicas. As micas, os quartzos, os feldspatos, os potássicos e plagióclases são minerais próprios das rochas graníticas e detectam-se em concentrações variadas, mas representam a maioria dos minerais presentes em todas as amostras de cerâmica e nas amostras geológicos. Destaca-se a plagioclase que está ausente em todas as amostras provenientes do Aljão.

Em qualquer caso, no conjunto das amostras, os minerais que aparecem são os característicos de mineralogias derivadas dos materiais de alteração dos granitos. Efectivamente não se detecta nenhum outro mineral que evidencie mineralogias derivadas de outros tipos de rochas.

Com a análise mineralógica foi possível constatar que a composição das pastas das cerâmicas é perfeitamente compatível com os materiais disponíveis no entorno dos sítios. Para afinar mais a relação composicional entre as amostras cerâmicas e as amostras geológicas dos diferentes sítios submeteu-se os dados elementares e mineralógicos a uma análise estatística factorial dos componentes principais.

Esta análise, PCA, agrupou a total variação explicada em três eixos: com 20,03 % (en F1), com 15,46 % (en F2) e com 10,86 % (en F3).-

O tramo positivo do eixo F1 está influenciado pelas concentrações dos metais de transição como sejam Fe, Cr, Ti, Ni, Nb, Cu e Mn e o mineral caolinita e o tramo negativo pelos elementos Si, Ca, Pb e os minerais de quartzo, microclina e plagioclase.

O eixo F2 diferencia composições ricas em Mg, Br, Zn, Sr, Zr e dos minerais quartzo, hematite, mica (parte positiva do eixo) de composições ricas em Th, Si, Rb e K e os minerais feldspato, potásico, plaxioclasa e caolinita.

A combinação de ambos eixos resulta pois, numa diferenciação de composições correlacionadas com amostras ricas em minerais da argila (portanto com poucos ENP) e outras ricas em ENP (logo, menos argilosas). As amostras também se diferenciam no tipo de ENP: por um lado, em algumas predominaria o quartzo (em menor medida hematite) e, outras seriam ricas em feldspatos potássicos (e em menor medida plagióclases).

Na figura 1 efectua-se a projecção F1-F2. As marcas situadas nas extremidades devem-se às amostras geológicas sBA2b y SbA2a, que se afastam do conjunto das amostras por estarem enriquecidas em argila e em ENPs feldspáticos (SBA1 segue a mesma tendência, mas com um efeito menos marcado). A amostra Sg07 é rica em argilas, hematites e especialmente ferro. Se exceptuarmos estas amostras extremas, as restantes formam uma transição entre as composições muito argilosas e com poucos ENP de natureza quartzítica (algumas das amostras provenientes de S. Gens e da

Soida; no extremo superior direito do gráfico), composições menos argilosas e com mais ENP quer quartzíticos quer feldspáticos (as amostras do Penedo dos Mouros, Aljão, algumas da Soida e o resto das de S. Gens) e, finalmente, composições ricas em ENP que são fundamentalmente de natureza feldespático-plaxioclásico (os materiais geológicos; extremo inferior esquerdo do gráfico).

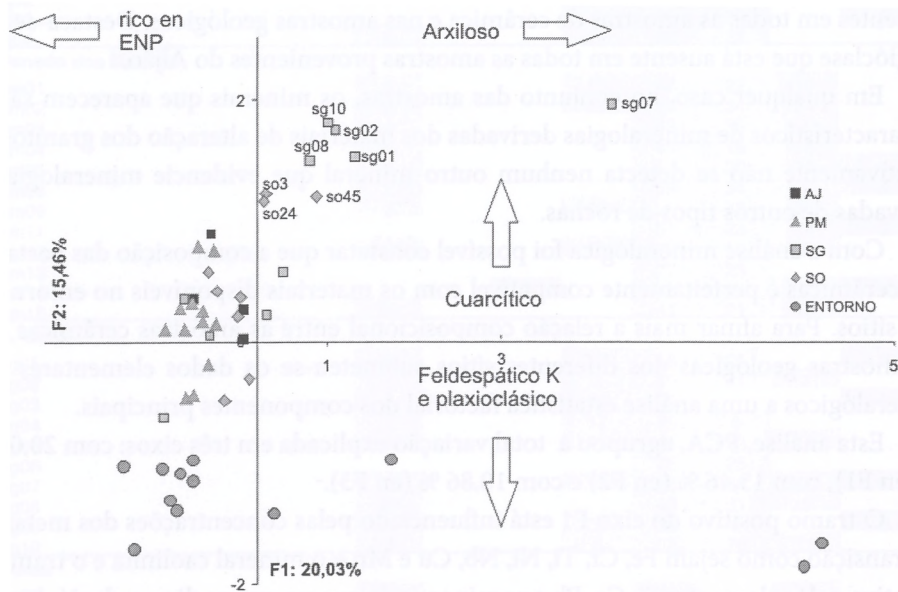


Figura 1. Projeção 1,2 das pontuações das amostras codificadas por sítios (indica-se o nome das cerâmicas provenientes de S. Gens e de Soida que são mais argilosas/quartzítica). AJ: Aljão; PM: Penedo dos Mouros; SG: S. Gens; SO: Soida; Entorno: rochas, argilas e solos recolhidos no entorno dos sítios.

Resumindo, em função do sítio arqueológico, pode-se observar que as amostras de S. Gens têm composições diferenciáveis que variam entre composições de minerais feldspáticos, pouco alterados e mineralogias correlacionadas com materiais graníticos mais meteorizados (ricos em quartzo e argilas mais pobres em feldspatos como a hematite). A composição da Soida segue o mesmo padrão que o de S. Gens, mas recorrendo a matérias-primas comparativamente menos meteorizadas (só três amostras, So3, So24 y So45 são relativamente argilosas e pobres em feldspatos). As cerâmicas do Penedo dos Mouros e do Aljão teriam, no seu conjunto, composições intermédias e menos variáveis (pastas provenientes de materiais graníticos nem muito alterados nem muito frescos) que não deve estar alheio ao facto dos dois sítios se localizarem cerca de 3km um do outro. No extremo estão, como expectável, as amostras de rocha analisadas (basicamente feldspático-plagioclásticas), que ainda

que tenham em geral uma composição menos argilosa, são incompatíveis como as matérias-primas que foram usadas nas pastas cerâmicas analisadas.

Para finalizar, é interessante estabelecer a relação entre as pastas argilosas com a litologia e os materiais de alteração do entorno, pois só assim se poderia indagar sobre a procedência das cerâmicas e era esta uma das principais preocupações deste estudo.

Este aspecto é importante uma vez que as amostras seleccionadas nos barreiros foram recolhidas com este objectivo: poder diferenciar áreas de captação no caso de existirem diferenças nas argilas e possibilitar a detecção destas diferenças nas produções cerâmicas.

A Serra da Estrela é geologicamente dominada pelos granitos com algumas formações em xisto e grauvaques. As mineralogias associadas a estas rochas são similares entre si, têm fundamentalmente um carácter félsico (minerais ligados a rocas ácidas) e apresentam uma alta similitude com as mineralogias detectadas em todas as cerâmicas analisadas. Numa primeira análise, é verosímil pensar que as cerâmicas são de procedência local.

O Aljão e o Penedo dos Mouros estão situados sobre o denominado Granito da Covilhã, que é um tipo de granito de duas micas porfíróide de grão médio, marcado pela presença de depósitos argilosos-arcózios localizados nas imediações que bem poderão ter sido a fonte das pastas utilizadas para produzir as cerâmicas procedentes destes locais.

A Soida está situada sobre o Granito da Mizarela, que é um granito biotítico, porfíróide de grão médio. Não se registam na Carta Geológica depósitos argilosos nas suas imediações, mas é possível que possam ter usado os próprios materiais de alteração -horizontes C- destes granitos.

Finalmente, S. Gens localiza-se sobre o Granito de Celorico da Beira, que é um granito de duas micas, porfíróide de grão médio. As pastas usadas na elaboração das cerâmicas devem ter, igualmente, sido obtidas dos materiais de alteração que podiam ser encontrados junto a este sítio arqueológico. Destacam-se, todavia, as amostras (sg01, sg02, sg08 y sg10) as quais evidenciam uma selecção preferencial de materiais mais alterados, mais ricos em argilas e ENPs resistentes, diferentes de materiais de alteração mais frescos.

Dentro da região granítica, devido à sua similitude composicional, não é possível concretizar se o entorno de cada sítio é ou não a área de obtención das matérias-primas de cada grupo de cerâmicas. Todavia, pode-se sublinhar que o Aljão e o Penedo dos Mouros, que se situam sobre o mesmo maciço granítico têm uma composição similar (mas não exactamente igual, pois no Aljão não se detectam plagióclases) e não muito variável. A maior dispersão composicional de S. Gens e

da Soída para pastas mais argilosas pode apontar para uma selecção de materiais graníticos mais alterados (barreiros) ou para um pré-tratamento da matéria-prima. No entanto, pelas características já descritas, não há quaisquer indícios que proporcione a localização de um ou mais barreiros de extracção das argilas.

Em síntese, presume-se uma origem local para todas as amostras analisadas pois todos os dados geoquímicos e mineralógicos obtidos, dentro da dispersão composicional observada, são coerentes com as litologias do entorno e com os materiais geológicos analisados, não existindo nenhum critério que indique a presença de produções exteriores à região.

Pelo contrário, pese embora as limitações de uma análise como esta, a variabilidade composicional dos dados actualmente disponíveis e o facto de não haver uma clara separação em grupos diferenciados em cada conjunto de amostras procedentes dos sítios, indiciam não haver uma exploração sistemática e recorrente de um barreiro em particular, nem sequer de uma única fonte de matéria-prima por sítio. Obviamente isto sugere pouca especialização na produção cerâmica e indica que estamos perante fundamentalmente produções locais. Face às semelhanças entre as várias pastas de carácter granítico provenientes dos diversos sítios, e tendo em conta que apenas se analisaram 35 amostras, não é possível afirmar com segurança que não existiriam trocas/comércio localizado deste tipo de peças. Porém, caso existisse, seria muito limitado e não se cingiria a nenhuma forma ou técnica de fabrico em particular. Tão pouco se constata um processo tecnológico estandarizado.

Quanto à tecnologia de fabrico, a combinação da análise macroscópica com a difracção de raios X permite afirmar que as cozeduras foram tendencialmente oxidantes (gráfico 1), apresentando percentagem de 66% na Soída e 55,5% em S. Gens. Apenas no Penedo dos Mouros as cozeduras redutoras são maioritárias pois representam 60% do NMR. Estes dados contrastam com a ideia pré-concebida de que as sociedades alto-medievais cristãs produziriam essencialmente cerâmicas escuras, resultantes de cozeduras redutoras.

3 Formas e decoração

Não obstante não se ter conseguido recuperar a totalidade da morfologia das peças, reconhecem-se as suas formas elementares. O conjunto é constituído fundamentalmente por formas fechadas, como os potes/panelas e jarros. Estão ausentes formas abertas, de menor dimensão, que correspondam a uma utilização individual, ou contentores de lume como candis. A única excepção a esta regra é a taça recolhida (39, figura 2) em S. Gens que, no entanto, é uma peça de fabrico

romano que terá sido reaproveitada em época alto-medieval. O reportório tipológico é, assim, muito monótono, acrescentando-se apenas às formas já referidas o alguidar de base em disco e o vaso troncocónico invertido de base plana, que deveria ter uma função semelhante aos alguidares (figuras 3, 4 e 5).

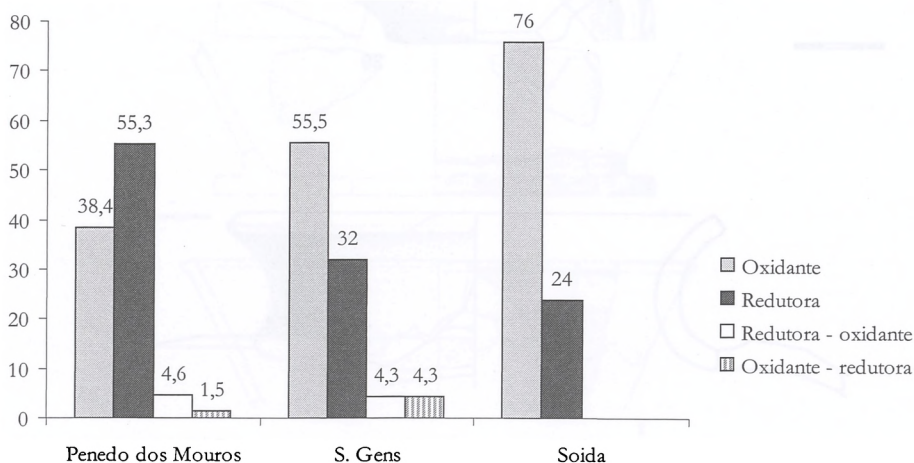


Gráfico 1. Percentagens do tipo de cozeduras identificadas nas peças integradas no NMR

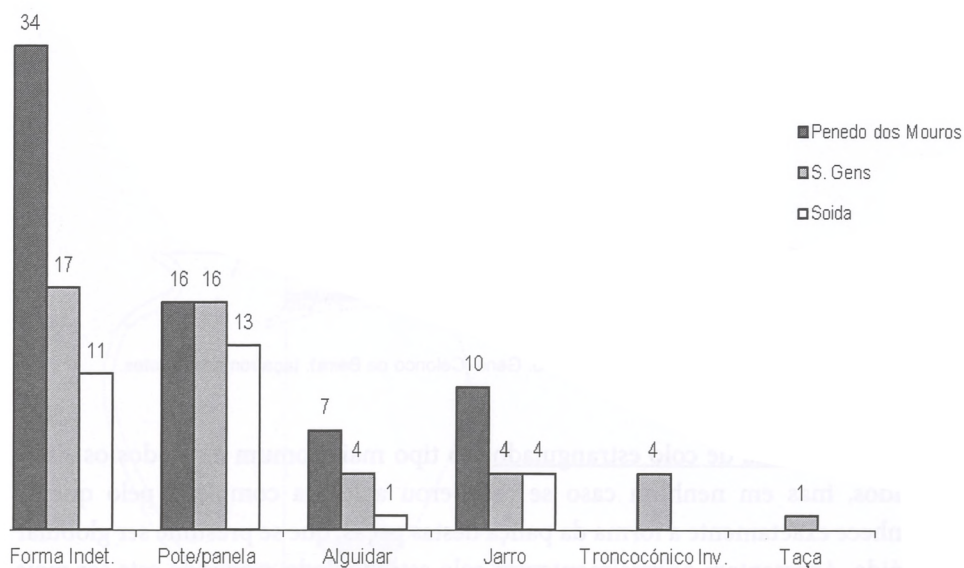


Gráfico 2. Formas das peças incluídas no NM

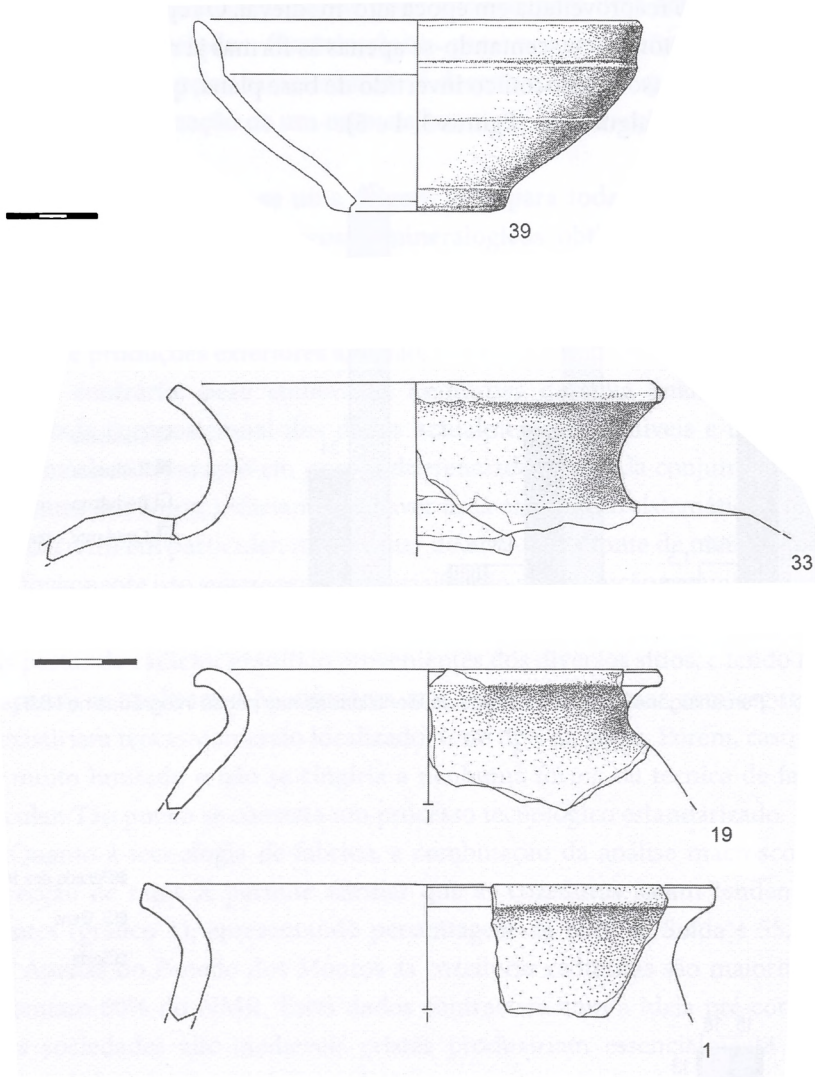


Figura 2. Cerâmicas provenientes de S. Gens (Celorico da Beira): taça romana e potes.

O pote/panela de colo estrangulado é o tipo mais comum em todos os sítios estudados, mas em nenhum caso se recuperou a forma completa, pelo que se desconhece exactamente a forma da pança destas peças, que se presume ser globular ou ovóide. Apresentam normalmente um colo estrangulado, podendo este ser mais curto ou mais alto. Nas peças mais completas verifica-se que o diâmetro da pança é superior ao diâmetro da boca, mas em nenhum outro caso esta diferença é tão grande como aquela que a peça 33 de S. Gens apresenta (figura 2).

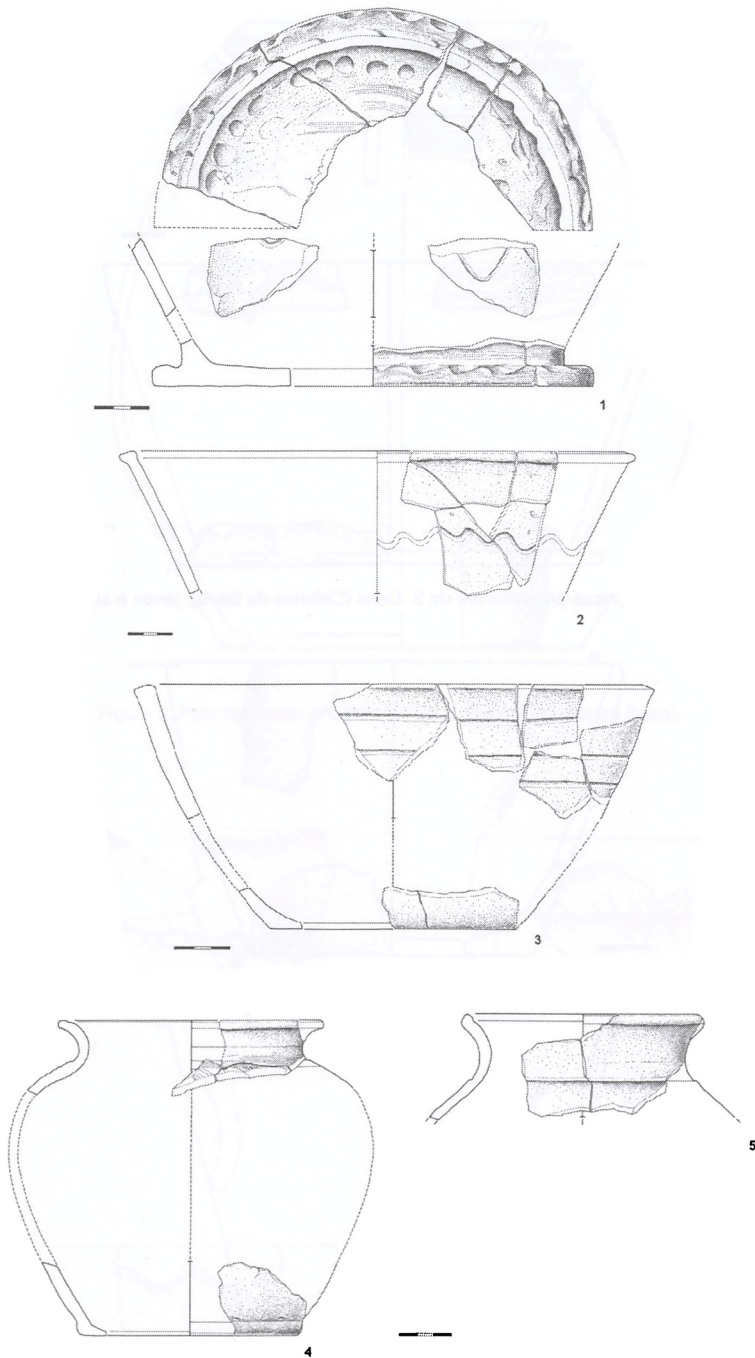


Figura 3. Cerâmicas provenientes de S. Gens (Celorico da Beira): alguidares, vaso troncocónicos com caneluras e potes.

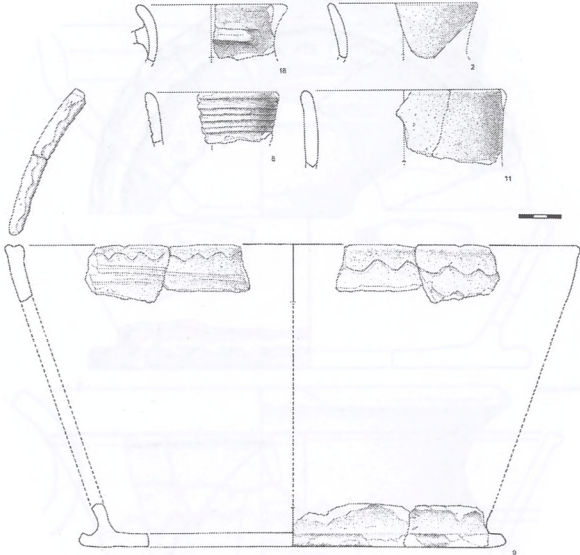


Figura 4. Cerâmicas provenientes de S. Gens (Celorico da Beira): jarros e alguidar.

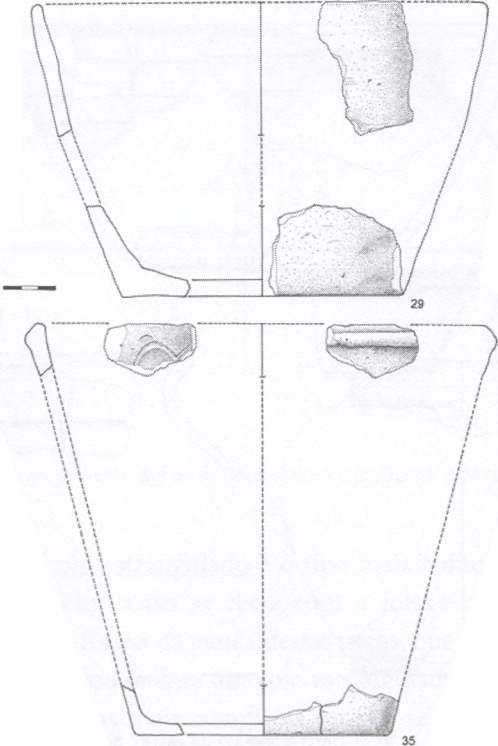


Figura 5. Troncocónicos provenientes de S. Gens (Celorico da Beira).

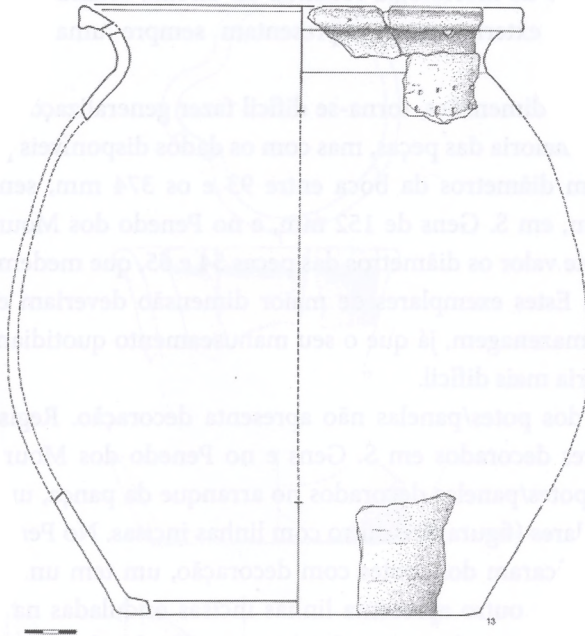


Figura 6. Pote decorado proveniente de S. Gens (Celorico da Beira).

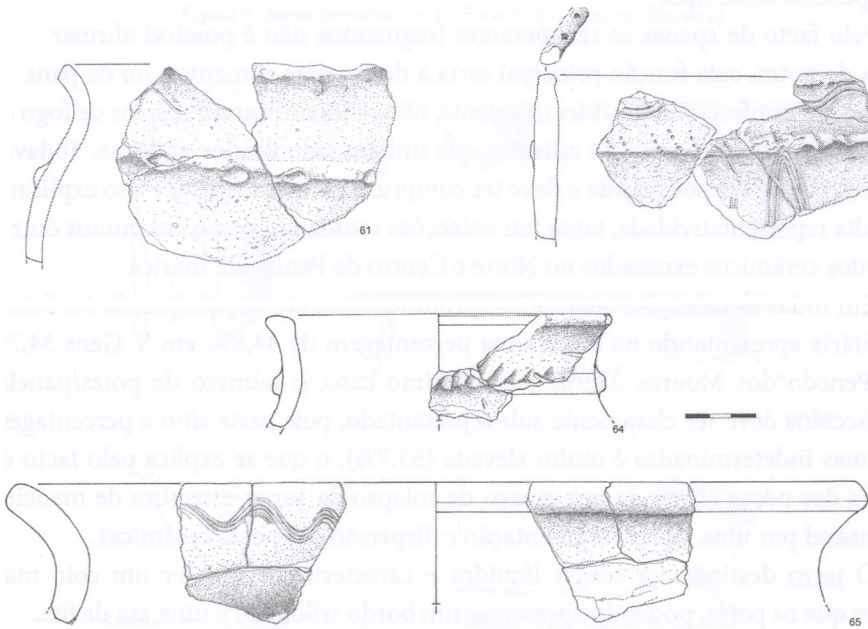


Figura 7. Potes decorados provenientes do Penedo dos Mouros (Gouveia).

Os bordos são de morfologia redonda ou direita, estando também presentes bordos espessados exteriormente. Apresentam sempre uma orientação para o exterior da peça.

Em relação às dimensões, torna-se difícil fazer generalizações face ao grau de fragmentação da maioria das peças, mas com os dados disponíveis pode-se adiantar que se registaram diâmetros da boca entre 93 e os 374 mm, sendo a média na Soida de 129 mm, em S. Gens de 152 mm, e no Penedo dos Mouros de 144 mm, excluindo-se deste valor os diâmetros das peças 54 e 65, que medem 374 e 360 mm, respectivamente. Estes exemplares de maior dimensão deveriam estar destinados unicamente à armazenagem, já que o seu manuseamento quotidiano na confecção dos alimentos seria mais difícil.

A maioria dos potes/panelas não apresenta decoração. Registam-se, porém, alguns exemplares decorados em S. Gens e no Penedo dos Mouros. Em S. Gens trata-se de dois potes/panelas decorados no arranque da pança, um com pequenas impressões circulares (figura 6) e outro com linhas incisas. No Penedo dos Mouros, também se identificaram dois potes com decoração, um tem um cordão impresso disposto no colo e o outro apresenta linhas incisas onduladas na face interior do bordo (figura 7). Há, contudo, a considerar que muitos dos fragmentos de bojo, para os quais não se conseguiu correlação com nenhum bordo, deveriam pertencer a potes/panelas deste tipo.

Pelo facto de apenas se recuperarem fragmentos não é possível afirmar se se tratava de potes, cuja função principal seria a de guardar alimentos, ou de panelas, destinadas a confeccioná-los. Efectivamente, não se identificaram marcas de fogo de utilização para que se pudesse adiantar que tinham sido usados ao lume. Todavia, esta peça parece ser polivalente e deve ter cumprido as duas funções e isso explicaria a sua alta representatividade, tanto nas colecções estudadas, como em muitos outros conjuntos cerâmicos exumados no Norte e Centro da Península Ibérica.

Em todas as colecções analisadas aprofundadamente, o pote/panela é a forma maioritária apresentando na Soida uma percentagem de 44,8%, em S. Gens 34,7% e no Penedo dos Mouros 23,9%. Neste último caso, o número de potes/panelas reconhecidos deve ser claramente sub-representado, pois neste sítio a percentagem de formas indeterminadas é muito elevada (53,7%), o que se explica pelo facto da maioria das peças provir de um espaço de colapso da super-estrutura de madeira, responsável por uma maior fragmentação e dispersão das peças cerâmicas.

O jarro destina-se a conter líquidos e caracteriza-se por ter um colo mais estreito que os potes, podendo apresentar um bordo trilobado e uma asa de fita.

Face à elevada fragmentação, pouco se pode dizer da forma da pança destas peças, tendo-se, contudo, encontrado algumas bases planas que, pela sua dimensão, se

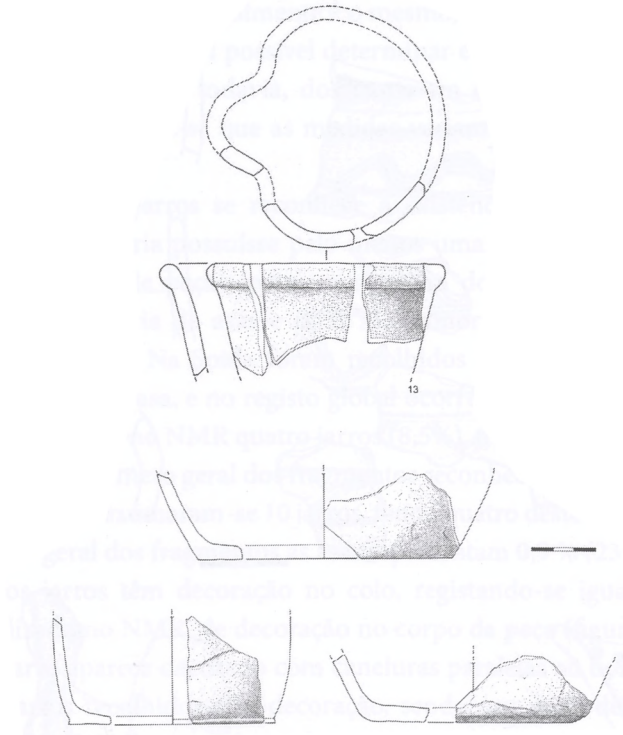


Figura 8. Jarros provenientes do Penedo dos Mouros (Gouveia).

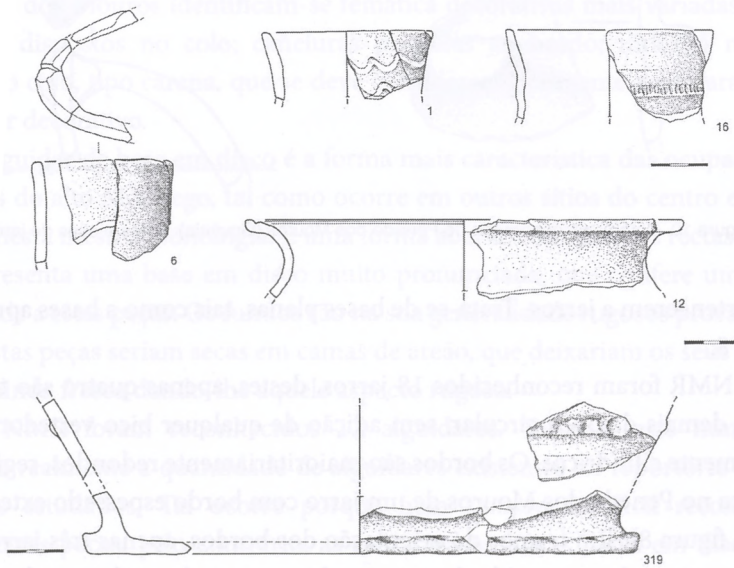


Figura 9. Cerâmicas procedentes da Soida (Celorico da Beira): jarros, pote e alguidar.

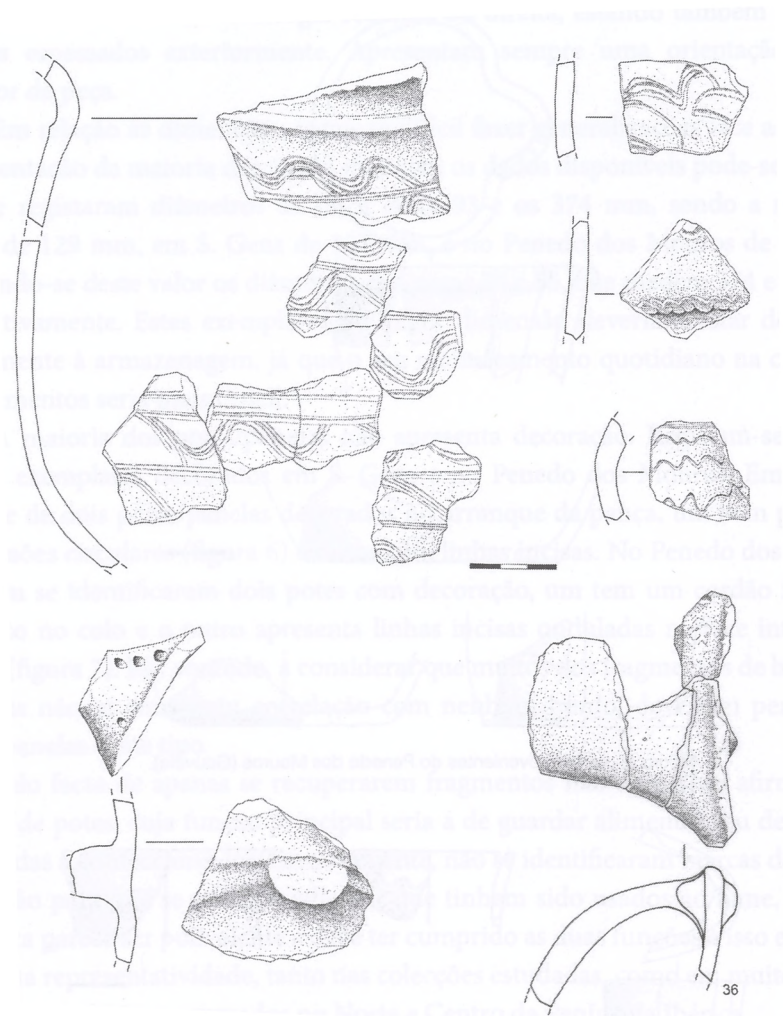


Figura 10. Cerâmicas decoradas do Penedo dos Mouros (Gouveia): potes e asas de jarros.

supõe pertencerem a jarros. Trata-se de bases planas, tais como a bases apresentadas na figura 8.

No NMR foram reconhecidos 18 jarros, destes, apenas quatro são trilobados, sendo os demais de boca circular, sem adição de qualquer bico vertedor. Os colos são geralmente cilíndricos. Os bordos são maioritariamente redondos, registando-se a presença no Penedo dos Mouros de um jarro com bordo espessado exteriormente (peça 13, figura 8). Em termos de orientação dos bordos, apenas três jarros tinham um bordo orientado no sentido do exterior da peça, sendo os demais de orientação direita.

O diâmetro da boca normalmente é o mesmo, ou aproximado, do diâmetro do colo. Em alguns jarros não foi possível determinar estas medidas devido à pequena dimensão dos fragmentos; todavia, dos casos em que foi possível determinar o diâmetro da boca, verifica-se que as medidas variam entre 78 e 109 mm, sendo a média de 93 mm.

Apenas em seis jarros se reconhece a existência de uma asa de fita, mas é provável que a maioria possuísse pelo menos uma asa. Aliás, as asas devem ser exclusivas deste tipo de peças, pois em nenhum dos potes/panelas identificados se observou a existência de asas e estas são minoritárias no conjunto global de fragmentos cerâmicos. Na Soida foram recolhidos quatro jarros (13,8%); apenas num se identifica uma asa, e no registo global ocorrem apenas 3 asas (0,3%). Em S. Gens identificaram-se no NMR quatro jarros (8,5%), mas apenas um se correlaciona com uma asa, e no número geral dos fragmentos reconhecem-se oito asas (0,3%). No Penedo dos Mouros exumaram-se 10 jarros, tendo quatro destes pelo menos uma asa e, no cômputo geral dos fragmentos as asas representam 0,9 % (23 asas).

Seis dos jarros têm decoração no colo, registando-se igualmente um caso, não contabilizado no NMR, de decoração no corpo da peça (figura 8). Em S. Gens, apenas um jarro aparece decorado com caneluras paralelas ao bordo. Na Soida três dos quatro jarros recolhidos têm decoração, sendo um deles decorado com duas linhas incisivas onduladas paralelas e dois apresentam uma decoração puncionada, que define uma linha no colo paralela ao bordo (figura 10). Nos 10 jarros recolhidos no Penedo dos Mouros identificam-se temática decorativas mais variadas: cordões impressos dispostos no colo; caneluras paralelas ao bordo; inflexão na parede exterior do colo, tipo carena, que se deve considerar igualmente uma característica de carácter decorativo.

O alguidar de base em disco é a forma mais característica das ocupações alto-medievais do alto Mondego, tal como ocorre em outros sítios do centro e norte de Portugal nesta mesma cronologia. É uma forma aberta, com paredes rectas oblíquas, e que apresenta uma base em disco muito pronunciada, que confere uma grande estabilidade a estas peças. Os fundos são na sua generalidade rugosos provavelmente porque estas peças seriam secas em camas de areão, que deixariam os seus negativos na pasta ainda fresca dando-lhe aquele aspecto rugoso.

No NMR foram reconhecidos 12 alguidares. Todavia, este número não representa realmente a quantidade de alguidares existentes no reportório cerâmico dos sítios estudados. Tal ocorre porque nem sempre foi fácil reconhecer os bordos destas peças; pelo contrário, as suas características bases em disco são de reconhecimento imediato. Mas como o NMR foi estabelecido com base na contagem dos bordos, estas peças ficam sub-representadas. Tal é perfeitamente visível se

compararmos o número de alguidares identificados em cada sítio com a percentagem de bases em disco recolhidas (gráfico 3), principalmente na Soida e em S. Gens, onde apenas se reconhecem no NMR um e quatro alguidares, respectivamente, mas cuja percentagem de bases em disco é de 24,3% e de 46,5%.

Os bordos dos alguidares apresentam morfologias diversas: duplo espessamento (4 exemplares), espessamento externo (3 exemplares), redondo ou direito (2 exemplares de cada) e biselado externo (1 exemplar). Em termos de orientação, os bordos apresentam-se maioritariamente virados para o exterior da peça.

Como não foi possível recuperar peças completas ou próximas disso, não se determinou os diâmetros da boca para muitas delas. Não obstante, no registo possível verifica-se que estes se situam entre 221 e 360 mm, sendo a média de 237 mm. Em relação às bases em disco registam-se diâmetros entre 102 e 310 mm, sendo a média de 244 mm.

Estão ausentes das colecções (o que não significa que não existissem) alguidares com furo na parte inferior que serviria para escoamento de líquidos, tais como os que foram encontrados no Castelo de Arouca (Silva e Ribeiro 2006/2007).

Esta forma é a que apresenta maiores índices de decoração, entre as 12 peças individualizadas seis foram decoradas. Três alguidares apresentam decoração disposta na superfície externa, dois na superfície interna, havendo um alguidar proveniente de S. Gens que está decorado nas faces interna e externa, bem como no bordo (peça 9, figura 4). Normalmente a decoração consiste em linhas incisas onduladas, por vezes conjugadas com linhas direitas. Há um caso em que as paredes do alguidar foram decoradas com cordões impressos com digitações (Soida base 319, figura 9). Ainda que entre o NMR não se registem bases decoradas, elas estão presentes em todas as colecções, sendo mais representativas no sítio da Soida. Em todos os casos a decoração consiste em digitações impressas dispostas no rebordo da base, havendo casos em que a decoração digitada ocupa o interior da base (figura 3).

Em termos de funcionalidade, trata-se de uma peça multifuncional que tanto serviria para lavagens, como para a confecção e, talvez, consumo de alimentos e é nesta multifuncionalidade que reside o segredo para a larga diacronia que estas peças tiveram durante a Alta e Plena Idade Média.

O vaso de tipologia truncocónica invertida foi identificado apenas no sítio de S. Gens. Trata-se de uma forma aberta, de paredes oblíquas e base plana, que desenha um truncocónico invertido. Apenas se reconheceram quatro destas peças, mas somente uma não se encontra decorada. É possível que entre os fragmentos cerâmicos estudados possa haver mais peças destas, mas a fragmentação não permitiu a sua identificação clara.

Os bordos são de vários tipos à semelhança do que ocorre com os alguidares, mas diferem destes devido à base que apresentam. Os diâmetros da boca variam entre 219 mm e os 260 mm, sendo a média de 233 mm, enquanto a base varia entre 128 mm e 141 mm, sendo a média de 133 mm.

Duas das peças foram decoradas com caneluras largas (figura 3) que cobrem a superfície externa da peça. Outro troncocónico apresenta uma decoração incisa desenhando linhas onduladas, dispostas na face interna, e um cordão liso paralelo ao bordo na face externa (35, figura 5).

Em termos funcionais, a utilização desta forma não deve diferir muito do uso dado aos alguidares, com os quais partilham a forma geral do corpo da peça e as dimensões.

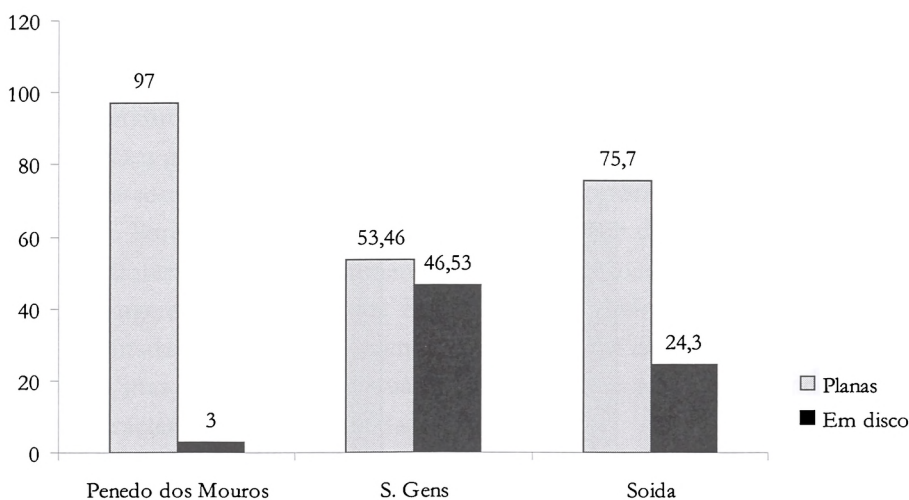


Gráfico 3 - Percentagem dos tipos de bases identificados.

No que diz respeito às peças decoradas há a referir que a sua percentagem no NMR é significativa, representando 31% na Soida, 24,6% no Penedo dos Mouros e 19,5% em S. Gens. No entanto, estas percentagens diminuem significativamente para valores que raramente ultrapassam os 10% quando se considera a totalidade dos fragmentos recuperados.

Tal como se pode observar no gráfico 4, a decoração mais utilizada é a incisão, que comporta a temática das linhas onduladas e direitas. São igualmente comuns a aplicação de cordões plásticos que podem ser decorados com incisões ou, mais frequentemente, com digitações. Menos expressivos são os valores apresentados para o uso de caneluras (cujas presença mais significativa está representada nos troncocónicos de S. Gens), de punçamentos (usado principalmente para decorar

o colo de jarros) e, principalmente, de impressões a pente que apenas ocorrem no Penedo dos Mouros. A peça 3 deste sítio apresenta uma decoração compósita quase barroca, que concilia o cordão plástico, com as impressões redondas do bordo, com linhas onduladas incisadas e ainda a impressão a pente (figura 7). Trata-se de um caso único e infelizmente não se recuperou muitos fragmentos desta peça, pelo que não se conseguiu determinar a sua forma completa, apesar de apresentar um perfil semelhante a um pote/panela. No Penedo dos Mouros identificaram-se ainda vários fragmentos possivelmente pertencentes a duas peças diferentes que apresentam uma decoração incisada a pente que alterna linhas onduladas com linhas direitas e que tem paralelo em alguns dos fragmentos, possivelmente alto-medievais, identificados no Aljão (figura 2)

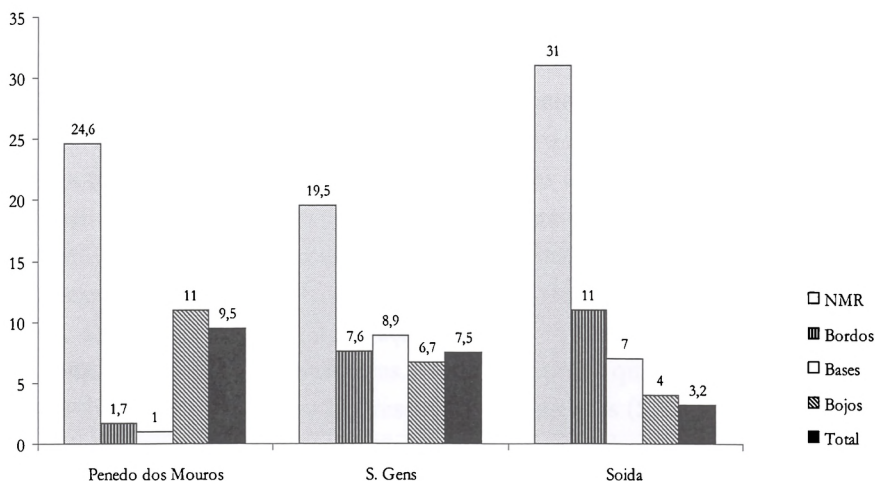


Gráfico 4 - Percentagens relativas às peças e fragmentos decorados.

As asas decoradas são muito raras nos conjuntos estudados. Apenas se identificou um exemplar no Penedos dos Mouros (figura 2) e, neste caso, decorada com impressões circulares. Nestes locais estão, assim, ausentes as asas golpeadas ou puncionadas, comuns em vários registos arqueológicos medievais, mas mais tardios, datados já dos séculos XII e XIII. O aparecimento deste tipo de asas no Alto Mondego é tardio e ocorre já em Plena/Baixa Idade Média.

4. Em jeito de conclusão...

Comparando as diferentes coleções estudadas observa-se uma homogeneidade nas composições elementares e mineralógicas das cerâmicas (geoquímica e

mineralogia félsica), que se pode correlacionar com as matérias-primas disponíveis no entorno granítico dos sítios arqueológicos. Ainda que não se consiga atribuir locais concretos de obtenção das matérias-primas de cada um dos sítios arqueológicos estudados é possível detectar algumas diferenças composicionais de colecção para colecção. Esta constatação evidencia que estamos perante fundamentalmente produções locais sem um alto grau de standardização. Outra conclusão é a de que não há qualquer diferença no tipo de matéria-prima no que se refere à morfologia ou decoração das peças, isto é a mesma pasta servia para todo o tipo de peças.

Ainda que não se possa conhecer com precisão as temperaturas de cozedura, é possível afirmar que as mesmas, na generalidade, ocorreram acima dos 550-600 °C e não ultrapassaram os 1000°C – 1100°C. Esta baliza térmica é habitual em outros sítios arqueológicos medievais localizados na metade norte da Península Ibérica, onde a presença de mulita (indicadora de elevadas temperaturas) é excepcional (Solaum 2005: 294). Há, todavia, que ressaltar que ainda são escassos os estudos sobre temperaturas de cozedura neste tipo de colecções cerâmicas, pelo que é prematuro fazer generalizações.

Verifica-se que as técnicas decorativas e o repertório de formas são muito semelhantes. Porém, denotam-se ligeiras diferenças que devem ser imputadas ao facto de se tratarem fundamentalmente de produções locais, tal como as análises das pastas sugere. Obviamente que estas diferenças poderão vir a ser esbatidas, ou até eliminadas, quando se aumentar a amostragem das produções cerâmicas destes sítios, mas como os dados actualmente disponíveis é possível avançar com as seguintes características específicas das colecções:

A singularidade da Soida manifesta-se na presença de um sub-tipo de pote/panela caracterizado pela presença de uma linha incisa na face interna do bordo, pelo maior índice de alguidares com decoração digitada na base registado em todos os sítios, e pela presença de decoração incisa definindo linhas onduladas no colo de um jarro;

S. Gens destaca-se pela presença da forma troncocónica invertida, que não ocorre em qualquer outro sítio;

Finalmente, a produção cerâmica do Penedo dos Mouros caracteriza-se pelo predomínio relativo das cozeduras redutoras, pela utilização exclusiva da impressão a pente enquanto técnica decorativa, e pela presença cerâmicas “barrocas”, isto é, que conjugam várias técnicas decorativas ou em que estas ocupam extensas áreas do recipiente.

No actual território português, são raros os estudos de cerâmica proveniente de contextos rurais alto-medievais, e ainda mais escassos são os estudos completos dessas mesmas colecções, pelo que se torna difícil fazer paralelismos. Todavia,

algumas comparações poderão ser estabelecidas principalmente no que concerne ao reportório de formas. Na síntese sobre a cerâmica no Norte e do Noroeste realizada por C. Benítez e outros em 1989 ressalta o facto de, para o período alto-medieval, as formas quase exclusivas são a panela de corpo ovóide ou globular e o jarro de uma asa em fita com boca circular ou trilobada. As formas e as dimensões das panelas são semelhantes às que se documentam no Alto Mondego e os jarros também apresentam semelhanças. Em relação às técnicas decorativas, as incisões simples onduladas documentam-se um pouco por toda a área e percorrem um espaço de tempo lato, mas as impressões digitadas e os cordões digitados são relativamente tardias (em torno dos séculos XII e XIII em Leão e em Zamora, no século XIV na Galiza e Cantábria) face aos exemplares identificados no Alto Mondego. O estudo parcial das cerâmicas exumadas nas escavações arqueológicas do Castelo da Arouca aponta igualmente para o mesmo reportório de formas, ainda que aqui se tenham identificado formas abertas do tipo pratos e candis (Silva e Ribeiro 2006-2007).

As panelas não são só maioritárias no Castelo de Arouca, também o são em Santa Cruz da Vilariça (Rodrigues e Rebanda 1998) ou em Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda 1995), onde atingem percentagens superiores a 50%, contudo, nestes dois sítios datam já dos séculos XII/XIII.

Os jarros são igualmente comuns em Conímbriga (De Man 2006) onde ocorrem formas ovóides e globulares com uma ou duas asas, dispondo os exemplares trilobados de apenas uma asa, à semelhança do que ocorre no Alto Mondego. Esta forma aparece igualmente em Santo Estevão da Facha (Almeida *et al.* 1981), em Baldoeiro, em Santa Cruz da Vilariça e no Castelo de Arouca. Em todos estes sítios é uma forma de larga diacronia.

Os alguidares de base em disco têm paralelos em sítios da Beira Interior, tais como na última ocupação do templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Carvalho 2003:161), no Sabugal Velho (Osório 2004), no Castelo de Belmonte (Marques 2000), e na cidade da Guarda (Osório 2004; Vítor Pereira, *in letteris*). Nestes contextos estas peças estão datadas entre os séculos XII a XIV, apresentando, alguns deles, características um pouco diferentes daquelas que se observam nos séculos IX e X, que vão no sentido da uma menor espessura das paredes e das bases bem como do predomínio de cores escuras resultantes do usos sistemático de cozeduras redutoras que tendem a generalizar-se a partir de então. Também no vale do Douro esta forma aparece no reportório cerâmico de vários sítios, nomeadamente no Castelo de Arouca (Silva e Ribeiro 1999, 2006/2007), no Castelo de Matos (Barroca 1988), na Malafaiá (Silva *et al.* 2008), em Santo Estevão da Facha (Almeida *et al.* 1981), em Santa Cruz da Vilariça, em Torre de Moncorvo (Rodrigues e Rebanda 1998) e em Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda 1995). Estes exemplares estão datados

entre os séculos XII e XIV, sugerindo Mário Barroca que em Castelo de Matos a cronologia para estas peças possa recuar ao século XI. Mais recentemente, António Silva e Manuela Ribeiro (2006/2007) apresentam datações radiométricas para os contextos da Malafaia e do Castelo de Arouca que apontam para uma cronologia que remontará ao século IX. Os alguidares estão igualmente bem representados em Conímbriga, onde se integram nas fases II e III da ocupação pós-romana daquela cidade. Datações de ^{14}C efectuadas sobre fauna associada às cerâmicas permitiram aferir uma cronologia mais precisa para aquelas fases, que remetem para os séculos IX a XII (De Man 2006; De Man e Soares 2007).

Por fim falta referir que para o caso presente todas os contextos de proveniência das cerâmicas estudadas, com excepção do sítio do Aljão, se encontram bem datadas e a cronologias é claramente atribuível aos séculos IX e X, tal como atestam as várias datações por radiocarbono realizadas com amostras de vida curta já oportunamente publicadas (Tente e Carvalho, 2011; Tente e Carvalho 2012).

O que parece caracterizar as colecções cerâmicas alto-medievais, principalmente no que ao mundo rural diz respeito, é a diversidade. Ainda que o leque de formas seja limitado, a sua materialização faz-se de maneiras diferentes, o que resulta em produtos diferenciados. Tal ocorre porque as produções cerâmicas (provavelmente como outras produções artesanais de uso quotidiano) são essencialmente locais, ou quanto muito regionais. Esta realidade reflecte a baixa profissionalização nesta actividade, sendo inexistentes as oficinas produtoras com artesãos especializados ou, ao existirem, terem um carácter localizado. Apenas a partir da viragem do milénio, por toda a Europa Ocidental, se começa a documentar o aparecimento de oficinas especializadas claramente vinculadas à expansão do poder senhorial, que vão introduzir alterações fundamentais na produção, como sejam a maior estandarização das formas e a produção especializada que alimentará uma rede de comércio mais complexa (Quirós Castillo e Berengotxea Rementeria 2006). Em Castela e Leão, a partir dos séculos XII/XIII, esses centros produtores rurais diminuiram em favor do crescimento de oficinas vinculadas aos centros urbanos, onde se vão produzir peças de cozedura oxidante montadas a torno rápido (Benítez et al. 1989). Em Portugal ainda não existem estudos que permitam efectuar estas generalizações e perceber os particularismos na evolução das produções cerâmicas medievais, mas conhecem-se já algumas produções regionais datadas dos séculos XIII/XIV, produzidas muito provavelmente em oficinas urbanas, tais como as cerâmicas medievais bracarenses que identificadas na Rua Nossa Senhora do Leite em Braga (Gaspar 1985).

O estudo das produções artefactuais alto-medievais deve, por isso, ter presente a profunda localização e é, deste modo, fundamental que se aprofunde o conhecimento a nível local e regional.

Bibliografia

ALMEIDA, C. A. F. *et al.* (1981) – *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*. Separata do Arquivo de Ponte de Lima. 3. Ponte de Lima.

BARROCA, M. J. (1988) – "A ocupação medieval do Castelo de Matos. Primeira abordagem". *Arqueologia*. Porto. 17, pp. 159-171.

BENÉITEZ, C. *et al.* (1989) – "Conclusiones", in: *La cerámica medieval en el Norte y Noroeste de la Península Ibérica. Aproximación a su estudio*, Universidad de León, pp. 303-309.

CARVALHO, P. (2003) – "O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças", *Conimbriga*, 42, Coimbra, pp. 153-182.

DE MAN, A. (2006) – *Conimbriga do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Sílabo.

DE MAN, A. e SOARES, A. M. (2007) – "A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10, n. 2, IGESPAR, Lisboa, pp. 285-294.

MARTÍNEZ Cortizas, A., Prieto Lamas, B., Lantes Suárez, O., Prieto Martínez, M. P. (2008) - "Análisis mineralógico, elemental y cromático de cerámica prehistórica del área Ulla-Deza (Noroeste de la Península Ibérica)", in Llorens, S., García Heras, M., Gener Moret, M., Montero Ruiz, I. (Eds.) - *Actas del VII Congreso Ibérico de Arqueometría* (Madrid, España, 8-10 octubre 2007), pp. 250-264. Édition électronique (http://www.ih.csic.es/congreso_iberico/index.PDF).

MADRID. GASPAS, A. (1985) – "Escavações arqueológicas na rua de N.ª S.ª do Leite, em Braga", *Cadernos de Arqueologia*, Braga, pp. 51-125.

MARQUES, A. C. (2000) – "Escavação arqueológica no castelo de Belmonte (1992-1995)", *Actas das I Jornadas de património da Beira Interior*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, pp. 253-286.

ORTON, C., TYERS, P., VINCE, A. (1993) – *Pottery in archaeology*, Cambridge University Press.

OSÓRIO, M. (2004) – "Novos Contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)", *Praça Velha*, 15, Guarda, pp.5-15.

QUIRÓS CASTILLO, J. A., BENGOTXEA REMENTERIA, B. (2006) - *Arqueología (III) (Arqueología Postclásica)*, Madrid, UNED.

RAUX, S. (1998) - "Méthodes de quantification du mobilier céramique. Etat de la question et pistes de réflexion", in *La quantification des céramiques, conditions et protocole*, Gluex-en-Glenne: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray

RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1998) – "Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilarça", in *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, pp. 101-126.

RODRIGUES, M. A. e REBANDA, N. (1995) – "Cerâmicas medievais do Baldoeiro (Adeganha - Torre de Moncorvo)", in *Actas das 1.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, pp. 51-66.

SILVA, A M. S. P. e RIBEIRO, M. C. S. (1999) – "A intervenção arqueológica em S. João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca", Separata de *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II, pp. 363-374.

SILVA, A. M. S. P. *et al.* (2008) – "La estación romana de Malafaia, en el extremo noroeste de la Lusitania", in FERNÁNDEZ OCHOA, C., GARCÍA-ENTERO, V., GIL SENDINO, F. (eds.) - *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio. Arquitectura y función*, Gijón, pp. 719-729.

SILVA, A. M. S. P. e RIBEIRO, M. C. S. (2006-2007) – "Cerâmica Medieval das escavações no castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica", *Portugália*, Nova série, Vol. XXVII-XXVIII, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. II, pp. 69-88.

SOLAUN BUSTINZA, J. L. (2005) - *La cerámica medieval en el País Vasco (siglos VIII-XIII)*, Universidad del País Vasco, EKOB (Colección del Patrimonio Cultural Vasco) 2, Vitoria-Gasteiz.

TENTE, C. (2010) – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego, Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado.

TENTE, C. e CARVALHO, A. F. (2011) - "The establishment of radiocarbon chronologies for early medieval sites: a case study from the upper Mondego Valley (Guarda, Portugal)", *Munibe*, 62, UPV, pp. 461-468.

TENTE, C. e CARVALHO, A. F. (2012) - "Pottery manufacture and absolute chronology in the high Mondego basin (centre of Portugal) during the Early Middle Ages", in *IX Congreso Internazionale Association Internationale pour l'Étude de Céramique Médiévale Méditerranéennes*, Veneza, pp. 363-364.

CERÂMICAS MEDIEVAIS DO PÁTIO DO MUSEU GRÃO VASCO (VISEU): ELEMENTOS PARA UMA SISTEMATIZAÇÃO DA CERÂMICA PLENO MEDIEVAL DO ESPAÇO VISEENSE

Patrícia Rodrigues

Nota introdutória

A prolixidade das intervenções arqueológicas na área urbana de Viseu permitiu já antever o enorme potencial da investigação arqueológica sobre a cidade. O estudo da cidade medieval encontra-se, no entanto, em estado embrionário e os escassos resultados arqueológicos publicados carecem de apuramento cronológico. Os dados que ora apresentamos resultam do trabalho desenvolvido no âmbito da Dissertação de Mestrado *Cerâmicas Medievais do Morro da Sé de Viseu: Fossas-lixreira do Pátio do Museu Grão-Vasco* (Rodrigues 2012)¹, que teve por objectivo contribuir para o desenvolvimento de instrumentos fiáveis que enquadrem futuras investigações sobre Viseu e a sua envolvente².

¹ Realizado sob a orientação da Doutora Helena Catarino e apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2012.

² Nomeadamente no âmbito do projecto *Estudo Interdisciplinar de comunidades alto medievais (séculos V a XI): O caso do território de Viseu*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian para o período entre 2013 e 2015, tendo por Investigadora Principal a Doutora Catarina Tente. Vide <http://www.eicam-iem.fcs.unl.pt>.

A amostra alvo de estudo resulta da intervenção arqueológica no Pátio do Museu Grão Vasco³, realizada pela empresa Arqueohoje⁴, entre Novembro de 2001 e Abril de 2002, no âmbito das obras de remodelação do edifício (Perpétuo 2002). A área intervencionada circunscreve-se ao pátio do edifício do século XVI – antigo seminário e actual Museu – que adossa à Sé Catedral, integrando os perímetros estimados para a antiga alcáçova islâmica (Alves 2009) e para o fórum romano (Almeida 2005: 24).

A área, correspondente ao morro da Sé e acrópole viseense, terá sofrido, segundo Anísio Saraiva (2010: 23), uma fase de abandono habitacional em época alto-medieval, relacionada com a deslocação do grosso da população para a zona baixa da Regueira, novo “eixo vital cidadão”, então polarizado pela Sé moçárabe de S. Miguel do Fetal. Com o estabelecimento da corte de D. Henrique, importantes reconceptualizações do espaço urbano terão acompanhado a edificação da Sé Catedral, devolvendo, por fim, a centralidade ao morro viseense e desencadeando o retorno do grosso do povoamento para o espaço intra-muros (*idem*).

A intervenção pôs a descoberto um cemitério de época baixo-medieval, sobreposto a um conjunto de fossas-detríticas, abertas sobre um nível de circulação em terra batida, passível de recuar a época romana (Perpétuo 2002). Para a datação da necrópole, contamos com a referência à doação da área envolvente, por D. João I, aos cónegos da Sé, para nela fazerem o cemitério da catedral (*Chancelarias Portuguesas: D. João I*, org. e rev. João Alves Dias, vol. 2, T. 1, doc. 592, p. 304 - 305 *apud* Saraiva 2009: 14 - 15). O documento data de 1392, não destoando da cronologia estimada para os materiais recolhidos nos níveis de necrópole.

Cerca de 96% dos fragmentos medievais procedem destes dois contextos (fossas detríticas e necrópole), os restantes 4% encontravam-se deslocados na sequência estratigráfica. Os níveis de necrópole correspondem a aterros realizados com terras provenientes de outros contextos, contribuindo para a avaliação global do espólio, mas não para a sua leitura diacrónica. A ausência de diacronia entre os materiais recolhidos nos enchimentos das fossas-detríticas, sugere acções de enchimento circunscritas a uma única fase de utilização.

³ No referido espólio identificaram-se: (1) cerâmicas alto-medievais de fabrico local / regional (intrusivas nos contextos em estudo); (2) cerâmicas alto e pleno-medievais exógenas (intrusivas ou residuais nos contextos em estudo); e (3) cerâmicas pleno-medievais de fabrico local ou regional. Face à escassa representatividade das cerâmicas alto-medievais, centraremos a presente síntese nas cerâmicas de época pleno-medieval.

⁴ Sob direcção de João Perpétuo e Pedro Sobral de Carvalho, a quem agradecemos todo o apoio e a disponibilização do espólio e dos dados relativos à intervenção.

Metodologia e sustentação

Desenvolvemos um trabalho de sistematização de carácter exaustivo, considerando a totalidade dos fragmentos recolhidos (2428 fragmentos)⁵. A sistematização foi desenvolvida segundo critérios de distinção e ordenação de base empírica, procurando compreender a cerâmica enquanto produto: resultado final de um processo, que responde a estratégias tecnológicas e a imperativos funcionais específicos. Assim, mais do que delinear agrupamentos, pusemos em evidência as diferentes opções que, ao longo da cadeia operativa de fabrico, viriam a condicionar os atributos finais dos recipientes e a sua diversidade.

A caracterização das técnicas utilizadas, dos barros empregues e das presumíveis propriedades dos produtos finais tem por base a análise macroscópica e binocular, aplicando uma série de conhecimentos gerais sobre as características técnicas dos materiais cerâmicos desenvolvidos com base em estudos laboratoriais de carácter arqueométrico e experimental. A proposta cronológica adiantada para os materiais do enchimento das fossas detriticas – século XIII – assenta na identificação de paralelos cerâmicos e, em particular, no enquadramento proporcionado por escassos fragmentos de produções altamente especializadas e cronologicamente bem delimitadas: as produções de Paris-Rouen ou Saintonge. A hipótese da origem local/regional das demais produções identificadas passou pela compreensão das técnicas de fabrico e sua relação com a qualidade das matérias-primas, modos de exploração e condições infraestruturais, no quadro das tendências conhecidas para os modelos de produção em (1) *oficinas dispersas* (ou *individual workshops*), em (2) *oficinas ou bairros periurbanos* e em (3) *aldeias oleiras* (i.e. *nucleated workshops*)⁶.

As cerâmicas pleno-medievais de fabrico local ou regional (*conjunto 3*)

O conjunto é composto por peças modeladas a rotações incertas e cozidas em ambientes tendencialmente redutores. A maioria das superfícies apresenta-se simplesmente alisada ou revestida a aguada ligeira e incolor, sendo frequentes as manchas decorrentes do processo de cozedura. Os fundos são rugosos, com negativo de cama em areia.

Pese embora a homogeneidade do conjunto, um certo “desenvolvimento” nos modos de produção é evidenciado por algumas peças de maior qualidade (*subconjunto 3.2*: 41% do *conjunto 3*). A diferença observada reflecte-se: na dureza das pastas, na precisão do torneado, na conformidade das peças e no rol de soluções técnicas de

⁵ Todo o espólio foi sujeito ao trabalho prévio usual: lavagem, remontagem de fragmentos, marcação e inventário descritivo. O protocolo analítico-descritivo procurou ser suficientemente específico para responder às nossas perguntas, mantendo-se “aberto” a novas problematizações e ao uso prolongado como plataforma para análises comparativas. Para catálogo e registo fotográfico, foram seleccionados os fragmentos mais representativos dos modelos identificados e sua variabilidade na amostra.

⁶ Tendo como principais referências o estudo de Mário Barroca (1993), sobre os centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho, e o modelo teorizado por Peacock (1982) e desenvolvido por Solaun Bustinza (2005: 364 e ss.) para a Época Medieval no País Basco.

adequação dos recipientes à sua funcionalidade, denunciando duas grandes linhas de produção: uma primeira, entendida como produção local, caracteriza-se pelas pastas macias e pela diversidade de fórmulas de fabrico (*subconjunto 3.1*); outra, particularizada pelas pastas duras e de fabrico normalizado (*subconjunto 3.2.*), foi interpretada como produção não local, com origem provável na região envolvente.

A nível funcional estas produções são, no momento histórico em estudo, complementares, notando-se, para cada, o predomínio – ou mesmo a exclusividade – de formas que contribuem para a abrangência do repertório formal (figura 9). As *pastas macias de fabrico diversificado*, características do *subconjunto 3.1*, representam a totalidade das talhas e alguidares presentes. O *subconjunto 3.2* consubstancia 57,2% das tigelas, 60,2% dos jarros / cântaros e 93,3% das panelas e a totalidade dos *púcaros*.

A cerâmica pleno-medieval de presumível fabrico local (*conjunto 3.1*)

Em termos globais, os materiais identificados como produções locais de época pleno-medieval, caracterizam-se por pastas macias, ricas em c.n.p., e pelas colorações “em sanduiche”, “polarizadas”, heterogéneas ou cinzentas. Identificam-se acentuadas variações técnicas associadas às especificidades funcionais dos recipientes, ou oscilações, decorrentes de uma imperfeita conformidade no tratamento das pastas, modelação dos perfis e de um deficiente controlo dos ambientes de cozedura.

Os corpos fechados são equilibrados, regendo-se pela simetria entre a zona superior e inferior dos bojos (figura 4). As peças de maior dimensão contam com espessamentos ou reforços plásticos nas zonas de maior fragilidade dos perfis (figura 5). As asas, verticais e “em fita”, são, por sua vez, estabilizadas através da técnica do golpeado. A nível dos acabamentos morfológicos, prevalecem as inflexões pouco vincadas e os lábios pouco trabalhados, simplesmente biselados ou boleados. Em termos estilísticos, ressalta a profusão de cordões plásticos horizontais, das molduras espessadas, das bandas digitadas ou puncionadas, das linhas incisivas onduladas e das caneluras simples (figuras 3 a 5).

Aproximação ao sistema de produção 3.1

Esta produção oferece uma grande variedade de recipientes adaptados a usos muito específicos. A diversificação / especialização funcional da utensilagem é, na amostra, indissociável da adequação das fórmulas de fabrico e da padronização dos modelos. Estas fórmulas parecem assentar, quer na selecção criteriosa (e eventual mistura) dos barros a utilizar – tendo-se identificado barros “argilosos”⁷, “granulosos”⁸,

⁷ *Grupo de pasta 3.1a*: a textura fina e compacta da matriz argilosa resulta do emprego de um barro “gordo”, pobre em componentes orgânicas e não plásticas.

⁸ *Grupo de pasta 3.1b*: a textura granulosa, por vezes com tendência ao laminado, parece estar associada a compacidades medianas e à frequência moderada das c.n.p. finas.

“micáceos”⁹ e “arenosos”¹⁰ –, quer na limpeza ou calibração, geralmente pouco intrusiva, da c.n.p. não fina e no alisamento mais ou menos cuidado das superfícies. Foram identificados 7 modelos de fabrico ou fórmulas (*vide* quadro 1).

As diferentes fórmulas de fabrico encontram correspondência em soluções tradicionais de adequação de matérias-primas de baixa qualidade, sugerindo a exploração dos barreiros existentes nas imediações, no quadro de uma produção económica e especializada. Com efeito, pese embora a natureza aparentemente rudimentar da tecnologia envolvida, o conjunto revela uma estratégia produtiva organizada, marcada pelo profundo conhecimento da matéria e suas propriedades. As pastas são coesas, as peças são resistentes e a sua variabilidade relaciona-se com uma deliberada especialização funcional.

Fabrico	Barro	Tratamentos	Textura final	Variantes
<i>de maior isolamento</i>	“argiloso” ou “granuloso”	- limpeza (c.n.p. moderada) - alisamento intenso	fina e compacta ou granulosa e medianamente compacta	- jarros 5.1b - talhas 8.2 - tigelas 1.2 - alguidares 9.2
<i>poroso</i>	“micáceo”	- limpeza (c.n.p. moderada) - alisamento rudimentar	fina e esponjosa	- jarros 5.1b - potes 6.1 - talhas 8.1
<i>grosseiro</i>	“granuloso” “micáceo”	- sem limpeza ou com mistura de abundante areia grossa - alisamento rudimentar	granulosa ou esponjosa e muito pouco compacta	- alguidares 9.1 - tampas 10.2 de grandes dimensões
<i>refinado</i>	“micáceo”	- depuração (c.n.p. fina e moderada) - alisamento rudimentar e coloração oxidada	fina e esponjosa	- tigelas 1.1. - potes 6.2
<i>com desengordurantes grosseiros</i>	“granuloso”	- limpeza e adição de grãos grossos de quartzo - alisamento intenso	granulosa e medianamente compacta	- painelas 7.1
<i>arenoso</i>	“arenoso”	- limpeza (c.n.p. moderada) - alisamento rudimentar	fina, arenosa e muito compacta	- pratos-covos 3 - tachos 4
<i>de atributos moderados</i>	“granuloso”	- limpeza (c.n.p. moderada) - alisamento rudimentar	granulosa e pouco compacta	- peças de uso polivalente

Quadro 1 - Modelos de fabrico ou fórmulas

⁹ Grupo de pasta 3.1c: denotamos, no espólio em estudo, uma estreita relação entre a expressividade da fracção em mica muito fina e a porosidade da matriz argilosa. Pastas muito micáceas apresentam abundantes poros milimétricos que se distribuem de forma homogénea, compondo uma matriz esponjosa e vesicular (i.e. com porosidade aberta).

¹⁰ Grupo de pasta 3.1d: resulta do emprego de barros “magros”, maioritariamente compostos por minerais do tamanho de areias e siltes. Estas pastas apresentam textura fina e muito compacta: observam-se minúsculos grãos de quartzo (sendo raros os elementos de calibre médio a grosso) consolidados por uma matriz argilosa muito ténue e praticamente invisível a olho nu.

Atributos técnicos adaptados a imperativos de frescura (*fabrico poroso*)¹¹ ou de inocuidade dos conteúdos (*fabrico de maior isolamento*)¹² caracterizam os recipientes morfológicamente relacionados com as tarefas de transporte e serviço de líquidos (jarros), assim como os destinados ao armazenamento de alimentos e gorduras (potes e talhas) (quadro 1 e figura 9). Os alguidares apresentam-se aptos à contenção de líquidos (*fabrico de maior isolamento*) ou, pelo contrário, adequados a tarefas como amassar o pão (*fabrico grosseiro*) (quadro 1 e figura 9). Pastas e morfologias capazes de suportar o choque térmico e mecânico, potenciando simultaneamente a condutibilidade térmica (*fabrico arenoso*)¹³, são exclusivas dos recipientes, abertos, de confecção de alimentos ao lume e serviço à mesa (pratos-covos e tachos) (quadro 1 e figura 9). A eficácia e a resistência térmica das panelas são conseguidas pela adição de quartzo grosseiro (*fabrico com desengordurantes grosseiros*) e pela modelação de perfis delicados (quadro 1 e figura 4) (Gutiérrez Lloret 1996: 53 - 54; Hein *et al.* 2008).

Subentende-se, ainda, uma lógica de fabrico que prevê a polivalência de alguns recipientes. Falamos, em particular, das tigelas e jarros *de atributos moderados* (quadro 1 e figura 9: 1.1 e 5.1a), preparados quer para o aquecimento de alimentos e líquidos, quer para o serviço à mesa, encontrando-se, portanto, sujeitos ao choque térmico e a tensões resultantes do seu manuseamento e transporte.

A exímia execução de algumas peças “de carácter decorativo”, como os potes 6.2 (figura 4), demonstra, por sua vez, que os oleiros controlavam, quando necessário, a coloração final das superfícies (quadro 1: *fabrico refinado*).

Tal nível de controlo sobre a qualidade final do produto dependeria, em grande medida, da especialização dos oleiros, o que nos obriga a reflectir sobre a sustentabilidade da profissionalização e subjacentes conjunturas sócio-económicas. A especialização observada encontra-se provavelmente relacionada com uma estrutura organizada, que produziria em quantidades significativas e ao longo de todo o ano, satisfazendo as necessidades de um mercado urbano e redistribuidor em pleno desenvolvimento. Estes dados remetem para a conhecida tendência para a

¹¹ A elevada porosidade aberta da pasta e a textura rugosa das superfícies denunciam a permeabilidade das paredes e sua escassa condutividade térmica (*vide*, por exemplo, HEIN *et al.* 2008: 41 e Skibo, Butts e Schiffer 1997: 162 - 168).

¹² A escassez de poros na pasta acarreta uma certa impermeabilidade, evidenciada, na prática, pela não libertação de bolhas de ar quando os fragmentos são mergulhados em água. O alisamento mais cuidado das superfícies contribui para o isolamento das paredes, através da obliteração das porosidades, reflectindo-se no tempo que a superfície leva a absorver uma gota de água, em contraste com o tempo registado para as fracturas frescas e outras superfícies menos uniformizadas.

¹³ A combinação entre a reduzida rigidez estrutural proporcionada por uma composição essencialmente arenosa e a elevada compacidade da pasta deverá, em teoria, proporcionar um boa resistência mecânica, promovendo simultaneamente a condutibilidade e a resistência ao choque térmico (Hein *et al.* 2008: 41; Müller *et al.* 2010: 2458; Tite, Kilikoglou e Vekinis 2001).

concentração de oficinas na área periurbana, em bairros ou núcleos especializados (Solaun Bustinza 2005: 377).

Pastas, superfícies, colorações, morfologias e gramáticas decorativas congéneres encontram-se amplamente representadas nos contextos medievais do Centro e Norte do país¹⁴, reflectindo tendências disseminadas por todo o Noroeste Peninsular – em maior ou menor escala – desde época alto-medieval. Face ao panorama conhecido, o conjunto viseense denuncia um invulgar nível de especialização artesanal e de expansão / diversificação da oferta. A esse propósito, não deixa de ser significativo que, na ausência de publicações mais completas sobre espólios urbanos, o repertório mais próximo seja o de Santa Cruz da Vilarça, em Moncorvo (Rodrigues 1994); uma *vila nova* edificada a partir do reinado de D. Sancho I, no âmbito do programa real de reestruturação e reorganização territorial que incentiva o povoamento concentrado (*idem* 1994: 8 e 37). Para este repertório é sustentada a hegemonia de “um centro de produção local, tecnicamente evoluído e produzindo de forma sistematizada” (*ibid.*: 50 e 69).

A cerâmica pleno-medieval de presumível origem regional (*subconjunto* 3.2)

O *subconjunto* 3.2 corresponde a uma produção de fabrico normalizado, percebendo-se uma maior uniformidade no tratamento das pastas, regularidade na modelação dos perfis e controlo nos ambientes de cozedura. Este *subconjunto* encontra-se, em boa parte, representado por recipientes normalmente sujeitos a grande desgaste – tigelas, jarros, cântaros e, sobretudo, panelas (figura 9) –, parecendo reflectir uma procura selectiva por produtos mais resistentes do que os oferecidos pela *produção* 3.1.

As pastas, duras (de sonoridade quase vítrea), apresentam uma característica textura laminada e pouco compacta, com c.n.p. moderada e bem calibrada. Registam-se tonalidades cinzentas claras, cinzentas-esbranquiçadas ou castanhas-acinzentadas nos cernes e na gama dos cinzentos-cimento nas superfícies. As paredes descrevem curvas pronunciadas, bem como inflexões e acabamentos bem definidos, compondo perfis mais complexos, alongados e de menor espessura (figuras 6 a 8). Em termos estilísticos, ressalta a hegemonia dos perfis ovoides (também chamados de globulares), com ênfase no ombro, em curva pronunciada, sobre uma base alongada (figura 8).

As soluções morfo-decorativas assumem prioridades distintas, em estreita relação com as fragilidades e potencialidades inerentes à matéria-prima utilizada e aos formatos produzidos. Vigora o canelado, trabalhado, por vezes, com efeito

¹⁴ Vide: Barroca e Morais 1986 para o Castelo de Aguiar da Pena; Barroca 1988 para o Castelo de Matos (Baião); Rodrigues 1998 para o Baldoeiro (Moncorvo); DE MAN 2004 para *Conimbriga*; Silva e Ribeiro 2008 para o Castelo de Arouca; Tente 2010 para o Alto Mondego; entre outros.

de moldura. Mais do que mero recurso ornamental, este parece corresponder a uma técnica de torneado curvado, característica (ainda que não exclusiva) deste *subconjunto* (figura 8). A aplicação de cordões plásticos encontra-se, maioritariamente, na vertical (figura 9: 5.2b), parecendo responder ao alongamento dos perfis e à estrutura laminada das pastas. As asas, verticais e “em fita”, são lisas ou, nos cântaros, ornamentadas por modalidades pouco intrusivas (bandas de punções e unguações pouco profundas), indiciando, por um lado, o abandono da técnica do golpeado e, por outro, a manutenção do estilo decorativo.

Aproximação ao sistema de produção 3.2

A complexificação das formas e a depuração das pastas do *subconjunto* 3.2 reflectem o maior potencial dos barros. Em termos de cozedura, reconhecemos evidências seguras da sofisticação da arquitectura dos fornos, na maior dureza e isocromia. O emprego de matérias-primas de maior qualidade e um maior domínio sobre as condições de cozedura permitem, em teoria, a um menor empreendimento na adequação das pastas à funcionalidade dos recipientes (Gutiérrez Lloret 1996: 53 - 54; Hein *et al.* 2008: 36; Tite, Kilikoglou e Vekinis 2001), facilitando a homogeneização da produção.

Entendemos poder associar o *subconjunto* 3.2 a um modelo produtivo centralizado, do tipo *nucleated workshops* ou “aldeias oleiras”, composto pela agregação de oficinas em torno a um barreiro com matéria de elevada qualidade (*vide* Barroca 1993 e Solaun Bustinza 2005: 385 e ss.). Este modelo é remetido por Mário Barroca (1993) para os séculos XII e, sobretudo, XIII, a partir das fontes documentais.

Importa considerar que a exploração de um barreiro, provavelmente deslocado em relação aos principais pólos de consumo, terá dependido da consolidação de redes de escoamento e do alargamento dos circuitos de comércio (Barroca 1993). Com este entramado se relaciona um mercado de consumo amplo e exigente, indissociável das dinâmicas socio-económicas, que se desenvolvem tendo por base as redes urbanas e, nas zonas de interior, os núcleos de povoamento concentrado, como as *vilas novas*.

Pastas, torneados, morfologias e acabamentos similares caracterizam parte das peças das *vilas novas* de Santa Cruz da Vilariça (Rodrigues 1994) e Vila Real (Rodrigues e Lebre 2003). A complexidade e elegância dos perfis viseenses revela, no entanto, uma maior proximidade com os modelos da Rua Nossa Senhora do Leite em Braga (Gaspar 1991), interpretados por Mário Barroca (1993) como exemplares do centro produtor (ou “aldeia oleira”) Prado / Cervães.

As cerâmicas pleno-medievais exógenas (*conjunto 2*)

As peças de origem exógena reportam-se a produções de ascendência islâmica do centro-sul do país (2,07% do espólio total) e, em menor escala, a tipos de luxo originários da zona de Paris-Rouen ou Saintonge (0,69% do espólio total). Falamos de recipientes de elevado apuramento técnico e requinte, maioritariamente ligados ao serviço à mesa e à contenção de líquidos (figuras 1 e 2).

Em termos globais, estas peças caracterizam-se pela modelação a torno-rápido e pela cozedura em ambiente oxidante e estável, em temperaturas relativamente elevadas. As pastas, de matriz fina e compacta, são marcadas pela minuciosa calibração da c.n.p.

As cerâmicas de feição islâmica (*subconjunto 2.1*)

Em cerâmica de cor vermelha, revestida a engobe vermelho ou cinzento, foram identificados sobretudo cântaros e uma panela (figura 1). Estas peças apresentam decoração por pintura a branco em traços verticais ou horizontais, lineares, ondulados ou em “aspas”. Os modelos reconhecidos são característicos das produções do centro-sul da fase de implantação do domínio cristão (a partir da segunda metade do século XII, prolongando-se pelo século XIII) (*vide*: Gomes *et al.* 2005: 224 e 233, figura 13, n.º 22, para Lisboa; Catarino, Filipe e Santos 2009: 346 e 371, figura 6, n.º 7, para Coimbra; Fernandes 2004: 169, para Palmela). No mesmo âmbito enquadra-se um pequeno fragmento de pasta cinzenta-clara e superfícies revestidas a vidro verde brilhante (*vide*: Fernandes 2004: 171, para Palmela; Catarino, Filipe e Santos 2009: 339 e 351, figura 15, n.º 4, para Coimbra).

As cerâmicas de Paris-Rouen ou Saintonge (*subconjunto 2.2*)

No que diz respeito às produções francesas, identificam-se fragmentos de pelo menos um jarro (figura 2) e um pichel de paredes muito finas (2 a 3mm) e superfícies revestidas a aguada alaranjada, no interior, e a vidro verde mosqueado, no exterior. O revestimento verde mosqueado “manifeste une imperfection dans le technique d’adjonction des oxydes métalliques de coloration” (NICOURT 1986: 332), coincidindo com a técnica que, segundo Nicourt, predomina nas produções parisienses dos finais do século XII e inícios do século XIII.

Em Vitoria-Gasteiz, fragmentos idênticos registam-se em contextos do século XIII (Solaun Bustinza 2005: 267). O conjunto congénere identificado no Porto (Real *et al.* 1995) abrange produções mais tardias, marcadas pela emergência de tonalidades amareladas ou castanho-alaranjadas e de um vidro de cor mais homogénea [enquadrados por Nicourt (1986: 332 e ss) nos séculos XIII a XIV].

Aproximação às redes de abastecimento de produtos de luxo

A aquisição de produtos vidrados, raros em todo o Norte Peninsular no período em estudo, resulta do circuito comercial, essencialmente atlântico, que, a partir de Port-Berteau e La Rochelle (litoral francês), encontrava na cidade do Porto o seu extremo meridional (Real *et al.* 1995). No seu percurso abastecia portos bascos, como Bilbao ou Donostia-San Sebastián, a partir dos quais se redistribuía para o interior (Solaun Bustinza 2005: 388). Um pequeno fragmento proveniente dos níveis do século XIV do Castelo de Belmonte (Marques 2000: 263, figura 10), identificado como produção de Saintonge, poderá, com efeito, representar a extensão de uma rede de comércio que, a partir da cidade do Porto, redistribuía em pequenas quantidades para o interior.

Também a disseminação de cerâmicas e tecnologias de tradição islâmica no Norte Peninsular é associada ao desenvolvimento da economia, mercados e necessidades de consumo que se faz sentir sobretudo nas cidades, a partir do século XIII. Modelos similares aos da “fase de transição” de Lisboa (Gomes *et al.* 2005), ou “cristã” de Palmela (Fernandes 2004) alcançam a Ribeira do Porto (Real *et al.* 1995: 176), vinculando-se, provavelmente, a uma consolidada rede de comércio, proporcionada pela efectivação do domínio cristão em cidades com desenvolvidas olarias.

Ponto de convergência de uma profusa rede viária, Viseu faz a ligação entre portos e núcleos urbanos do litoral ao interior, do sul ao norte do país e à fronteira com Castela.

Notas interpretativas

Relativamente abrangente e diversificado, o repertório pleno-medieval engloba potes, painéis, talhas, alguidares e uma quantidade expressiva de tigelas colectivas, pratos-covos, tachos, jarros, cântaros, púcaros e peças de requinte (figura 9) – tipos escassamente representados em contextos mais antigos ou ruralizados.

Na amostra em estudo, a exclusividade dos grandes a médios diâmetros e a evidência de contacto directo com o lume nas formas abertas de serviço à mesa coincidem com o cenário amplamente atestado para os contextos medievais anteriores ao século XIV (*vide*, por exemplo, Solaun Bustinza 2005: 64). O transporte e serviço de líquidos é, por sua vez, providenciado por recipientes de capacidades volumétricas muito diferenciadas e morfologias adaptadas (cântaros e jarros de pequena a grande dimensão, com bordos circulares, trilobados ou em bico), habilitadas, inclusive, ao consumo individual (púcaros).

Ainda que pouco pronunciada, a atenção dada ao tratamento estético de algumas peças locais (*subconjunto 3.1*) reflecte a incipiente nobilitação social do ritual

das refeições, denunciando um ambiente socio-económico e cultural onde o papel da ostentação material começa a impregnar-se na utensilagem doméstica (quadro 1 e figura 4: *fabrico refinado* e variante 6.2). A importação de produtos vidrados ou em cerâmica vermelha com pintura a branco (figuras 1 e 2) vem, neste contexto, integrar as elites viseenses numa rede social ampla e privilegiada. Tal requinte à mesa encontra-se, no Norte, arqueologicamente atestado apenas em grandes cidades (como Porto, Zamora e Valladolid, Vitoria-Gasteiz, entre outras).

Não obstante, a escassa atenção dada aos acabamentos, a simplicidade e monotonia da generalidade dos modelos locais (3.1) resultam numa aparência global grosseira, acusando preocupações quase exclusivamente utilitárias. Ainda que exponenciada por renovados usos, costumes e imperativos estéticos, a diversificação da utensilagem cerâmica desenvolve-se, portanto, de forma essencialmente pragmática, no sentido da especialização funcional dos recipientes.

A nível local (*subconjunto 3.1*), a diversificação / especialização da oferta assenta no recurso a diferentes espécies de barros e na manipulação, geralmente pouco intrusiva, das suas características. A estratégia prevê a acomodação das morfologias às fragilidades e potencialidades da matéria, atenuando a sua vulnerabilidade a desgastes inerentes ao uso pretendido. Parte desta acomodação parece depender da utilização de reforços plásticos ou de outras soluções morfo-decorativas que, em pontos específicos do perfil, contribuem para a distribuição das tensões.

Diferentes barros implicam, necessariamente, diferentes soluções de adequação (Shepard 1956: 24). Este facto torna-se particularmente evidente no contraste entre as fórmulas do *subconjunto 3.1* e as fórmulas do *subconjunto 3.2*. Libertas de muitas das limitações materiais e infraestruturais que caracterizam a produção entendida como local (3.1), as peças do *subconjunto 3.2* adquirem novos formatos, assumindo um estilo elegante e sinuoso que explora as curvas e contracurvas, enquanto o canelado confere textura às paredes. Trata-se dos primórdios de uma corrente estilística que vigoraria nas oficinas baixo-medievais e modernas, perdurando nas produções artesanais contemporâneas.

Salientamos, no entanto, que, longe de poder aplicar a expressão “tecnologia simples” ou “rudimentar” às fórmulas locais (3.1), importa considerar a complexidade inerente a este tipo de produção e à qualidade final dos seus produtos (Gutiérrez Lloret 1996). A exploração de matérias-primas acessíveis e a manutenção de infraestruturas aparentemente singelas denunciam uma lógica produtiva vocacionada à economia e autonomia de recursos (Solaun Bustinza 2005: 364 e ss.). Nestas circunstâncias, a mestria subjacente ao elevado domínio sobre as propriedades finais dos recipientes, incluindo a sua manipulação com fins estéticos (*vide fabrico refinado*), encontra-se seguramente ligada a um considerável nível de especialização (*ibidem*).

Ao hipotético centro de produção regional (3.2), associamos um modelo agregado, vinculado a um considerável investimento infraestrutural (*ibidem*). Na cidade, a manutenção de uma infraestrutura produtiva menos sofisticada, mas mais económica (3.1) proporciona, em teoria, uma oferta a preços mais acessíveis. A progressiva “estandardização” e consolidação das redes de escoamento associadas às produções centralizadas, de carácter regional (Barroca 1993), resultariam, por sua vez, no aumento da oferta de produtos de qualidade superior a preços competitivos, gerando um equilíbrio suficientemente atractivo entre o custo e durabilidade. Neste contexto, não surpreende que a procura por recipientes desse centro regional (3.2) se restrinja, numa primeira fase, às categorias funcionais mais vulneráveis ao desgaste e à fractura (93,3% das panelas, 60,2% dos jarros / cântaros e 57,2% das tigelas). Assinala-se, para além disso, a assimilação de novas formas relacionadas com a transformação dos costumes à mesa (púcaros).

Considerações finais

Em género de conclusão, diremos que um dos objetivos finais dos estudos sobre cerâmica é o de reconstituir um quadro de consumo – socio-económico e cultural –, olhando para a cerâmica como produto e recurso. Esse objectivo não poderá passar senão por estudos de carácter sistemático, assentes na compreensão dos processos e técnicas de fabrico e sua relação com os modelos de produção, necessidades de consumo e potencial dos mercados.

Acreditamos que será útil avançar a investigação no sentido da definição mais exacta da proveniência das peças estudadas, procedendo à definição de grupos de referência e amostras de barros para análise arqueométrica. A integração no discurso de dados historiográficos, topográficos e hidrográficos essenciais, assim como de um olhar sobre a morfologia urbana, resultaria seguramente profícua na compreensão dos sistemas de produção e abastecimento locais / regionais e dos circuitos de comércio a longo alcance.

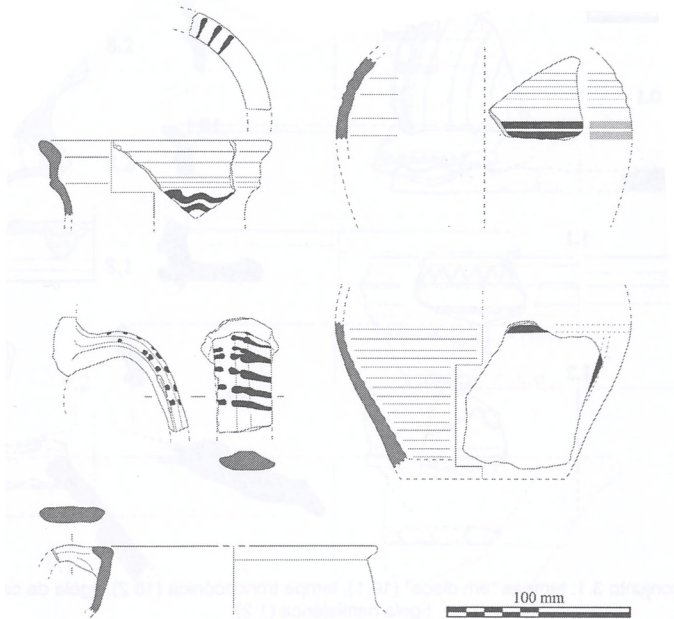


Figura 1. Cerâmica vermelha com pintura a branco (subconjunto 2.1: cerâmica de tradição islâmica).

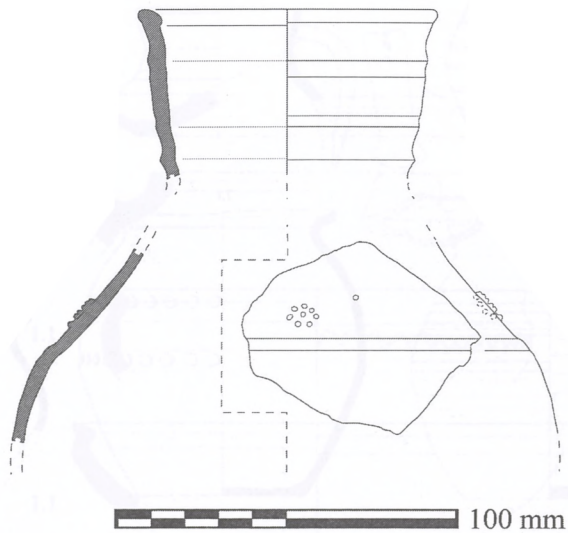


Figura 2. Jarro revestido a vidro verde mosqueado no exterior (subconjunto 2.2: Produções de Paris-Rouen ou Saintonge)

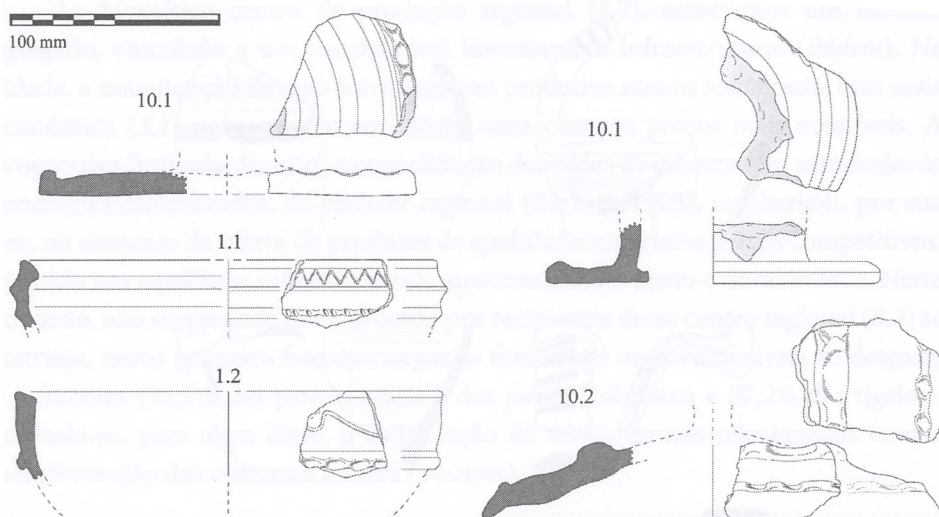


Figura 3. Subconjunto 3.1: tampas "em disco" (10.1), tampa troncocónica (10.2), tigela de carena alta (1.1) e tigela hemisférica (1.2).

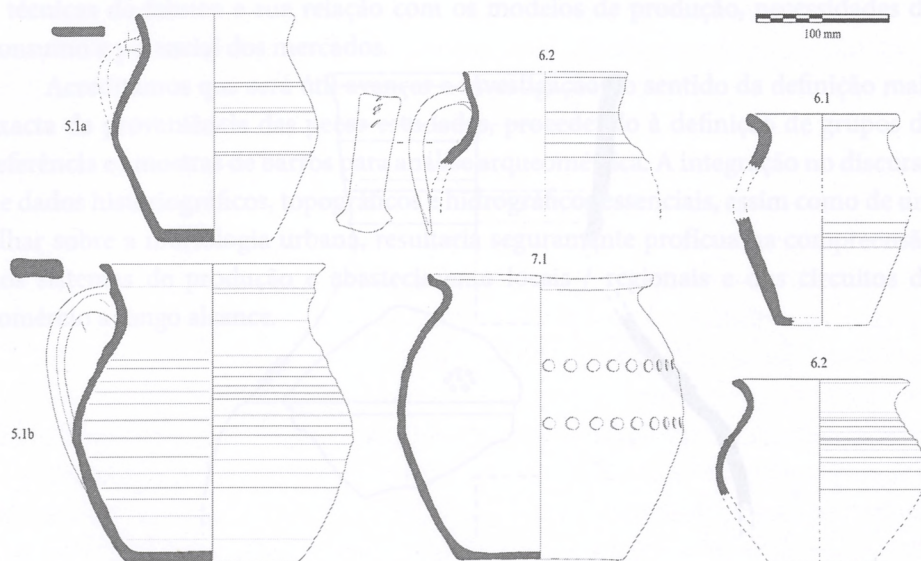


Figura 4. Subconjunto 3.1: jarro de colo baixo (5.1a), jarro de colo moldurado (5.1b), potes de colo alto (6.2), pote de colo estrangulado (6.1), panela, sem asa, de colo estrangulado (7.1).

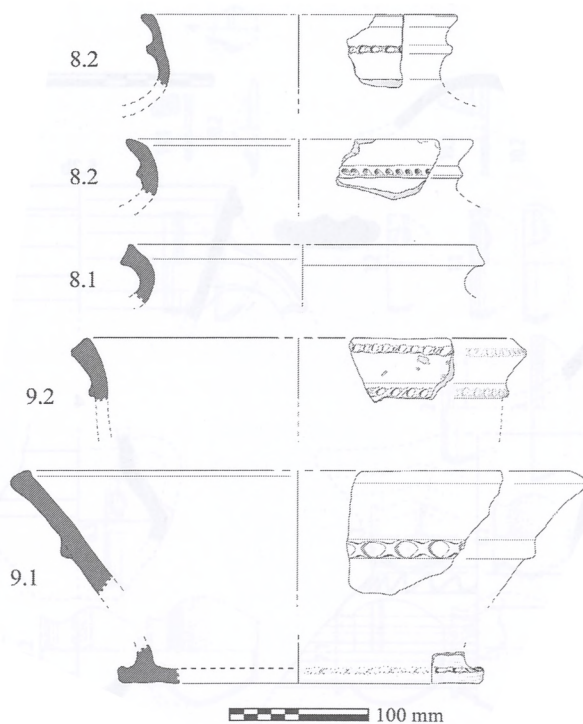


Figura 5. Subconjunto 3.1: talhas de colo alto (8.2), talha de colo estrangulado (8.1), alguidar de paredes levantadas (9.2) e alguidar de base alargada e paredes esvasadas (9.1).

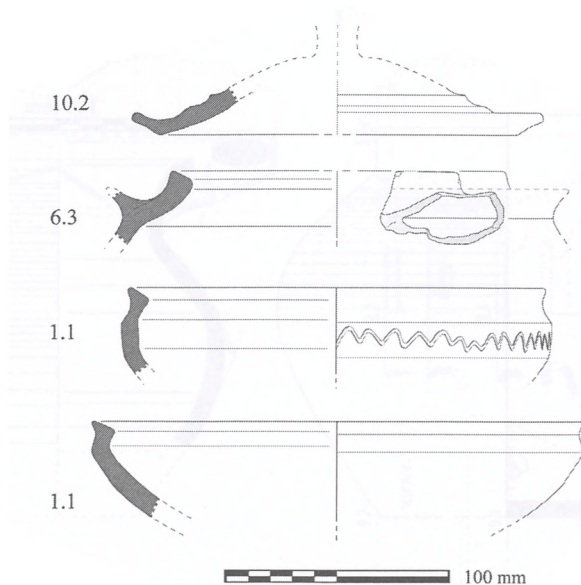


Figura 6. Subconjunto 3.2: tampa troncocónica (10.2), pote "meleiro" (6.3) e tigelas de carena alta (1.1).

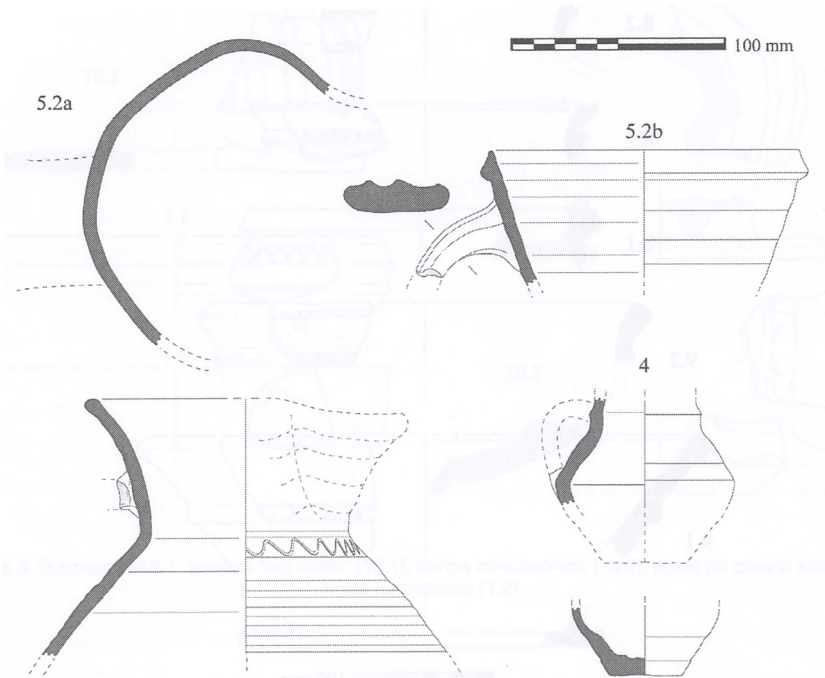


Figura 7. Subconjunto 3.1: jarro de bordo trilobado (5.2a), cântaro de colo troncocônico (5.2b) e púcaros (4).

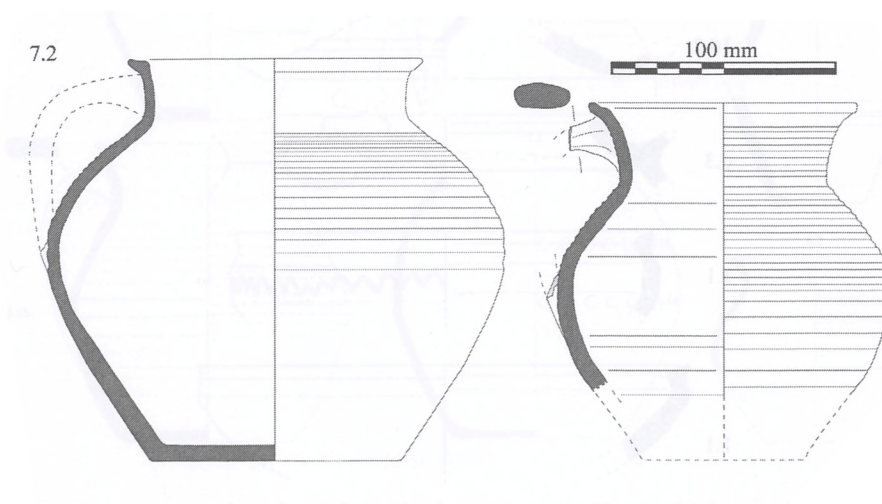


Figura 8. Subconjunto 3.1: Panelas, com asa, de colo alto (7.2).

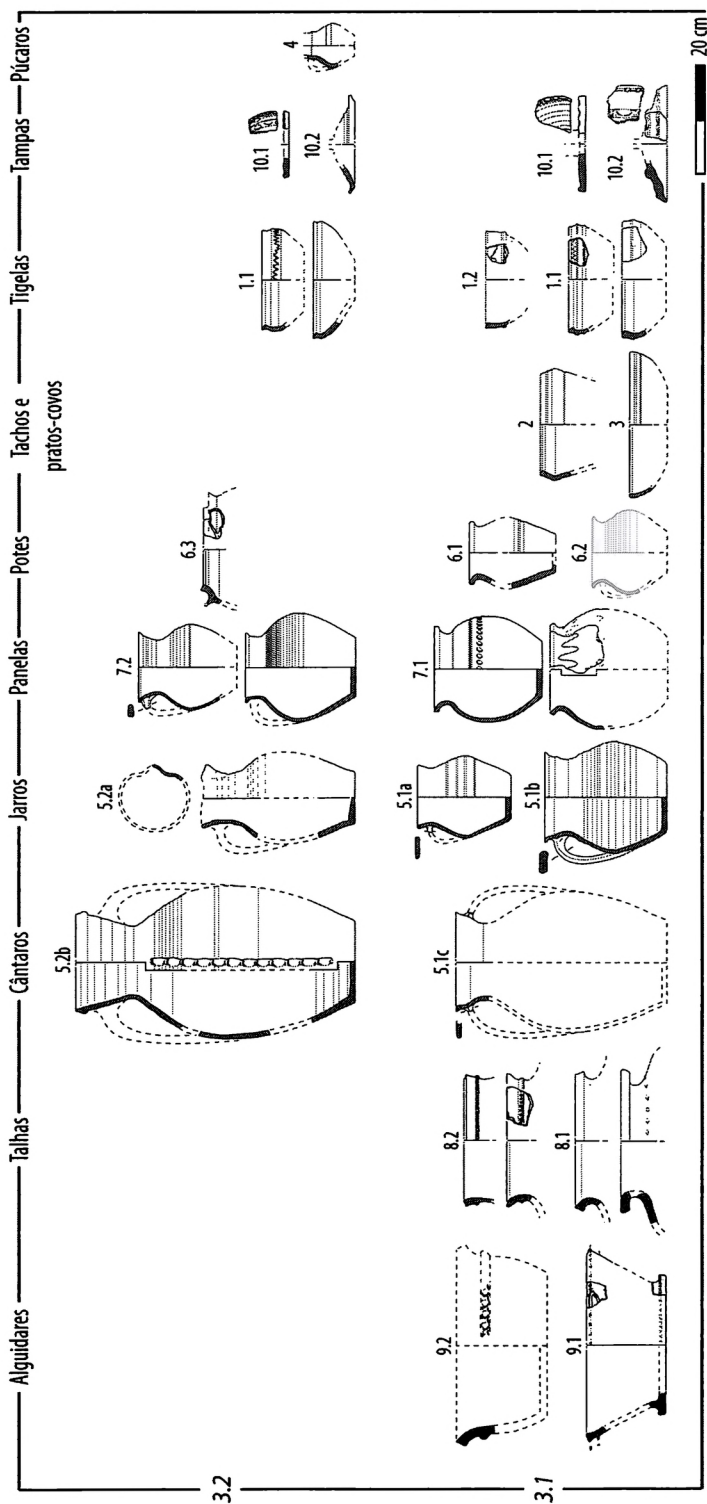


Figura 9. Repertório formal: quadro geral de variantes por subconjunto.

Bibliografia

ALMEIDA, Sara Oliveira (2005) – *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: O caso do Morro da Sé*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.

ALVES, Carlos Filipe (2009) – “A evolução arquitectónica de um espaço de múltiplas funções: o alcácer e o castelo de Viseu (séculos XII-XIV)”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*, v. 2, Torres Novas, pp. 77 - 91.

BARROCA, Mário Jorge (1988) – “A ocupação medieval em Castelo de Matos (Baião): primeira abordagem”, *Arqueologia*, n.º 17, Porto, pp. 159 - 171.

BARROCA, Mário Jorge (1993) – “Centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho. Séc. XIII” *Arqueologia Medieval*, n.º 2, Campo Arqueológico de Mértola, Porto: Edições Afrontamento, pp. 159 - 170.

BARROCA, Mário Jorge e MORAIS, António J. Cardoso (1985-86) – “A terra e o Castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”, *Portvgalia*, Nova Série, VI-VII, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 35 - 87.

CATARINO, Helena, FILIPE, Sónia e SANTOS, Constança (2009) – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”, *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, n.º 9 (6º Encontro de Arqueologia do Algarve), Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 333 - 378.

DE MAN, Adriaan (2004) – “Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense” *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 7, n.º 2, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 459 - 471.

FERNANDES, Isabel Cristina (2004) – *O Castelo de Palmela: Do Islâmico ao Medieval Cristão*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri.

GASPAR, Alexandra (1991) – “Contribuição para o estudo das cerâmicas medievais de Braga” *Actas do IV Colóquio Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Occidental* (Lisboa, 16 a 22 Novembro de 1987), Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 365 - 372.

GOMES, Ana, *et al.* (2005) – “Cerâmicas medievais de Lisboa - continuidades e rupturas”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 221 - 236.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1996) – *La Cora de Tudmir de la Antigüedad Tardía al Mundo Islámico, Poblamiento y Cultura Material*, Collection de la Casa Velásquez, 57, Madrid/Alicante.

HEIN, Anno, *et al.* (2008) – “Thermal conductivity of archaeological ceramics: The effect of inclusions, porosity and firing temperature”, *Thermochimica Acta*, v. 480, n.º 1-2, pp. 35 - 42.

KILIKOGLU, Vassilis, VEKINIS, George e MANIATIS, Yannis (1995) – “Toughening of ceramic earthenwares by quartz inclusions: an ancient art revisited”, *Acta Metallurgica et Materialia*, v. 43, n. 8, pp. 2959 - 2965.

MARQUES, António Augusto (2000) – “O castelo de Belmonte (Castelo Branco): resultados arqueológicos”, *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp. 485 - 495.

MÜLLER, Noémi, *et al.* (2010) – “The influence of temper shape on the mechanical properties of archaeological ceramics”, *Journal of the European Ceramic Society*, v. 30, n. 12, pp. 2457 - 2465.

NICOURT, Jacques (1986) – *Céramiques Médiévales Parisiennes: classification et typologie*, Ermont: Jeunesse Préhistorique et Géologique de France.

PEACOCK, David P. S. (1982) – *Pottery in the Roman World: an Ethnoarchaeological Approach*, Longman Archaeology Series, London and New York: Longman.

PERPÉTUO, João Miguel (2002) – *Museu Grão-Vasco, Viseu – Sondagens e escavações arqueológicas de avaliação e acompanhamento*, Relatório Preliminar, policopiado.

REAL, Manuel Luís, *et al.* (1995) – “Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante (Porto): elementos para uma sequência longa (séculos IV-XIX)”, *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992), Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 171 - 186.

RODRIGUES, Miguel Areosa (1994) – *Cerâmicas medievais na região de Moncorvo (séc. XII e XIII)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.

RODRIGUES, Miguel Areosa e LEBRE, Anabela Gomes (2003) – “Cerâmicas medievais da Vila Velha (Vila Real)”, *Actas das 3^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997), Câmara Municipal de Tondela, pp. 151 - 159.

RODRIGUES, Patrícia (2012) – *Cerâmicas Medievais do Morro da Sé de Viseu: Fossas-lixeira do Pátio do Museu Grão Vasco*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2009) – “Viseu no rasto da Guerra: dos conflitos Fernandinos à paz definitiva com Castela”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, Coimbra: SPEM.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2010) – “Viseu – do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10.

SILVA, António Manuel e RIBEIRO, Manuela (2008) – “Cerâmicas medievais do Castelo de Arouca (Aveiro): uma abordagem preliminar”, *Actas das 4^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo* (Tondela, 24 a 27 de Outubro de 2000), Câmara Municipal de Tondela, pp. 49-60.

SKIBO, James, BUTTS, Tamara e SCHIFFER, Michael (1997) – “Ceramic Surface Treatment and Abrasion Resistance: An Experimental Study”, *Journal of Archaeological Science*, v. 24, n. 4, pp. 311 - 317.

SOLAUN BUSTINZA, Jose Luís (2005) – *La cerámica Medieval en el País Vasco (siglos VIII-XIII): Sistematización, evolución y distribución de la producción*, EKOB: Colección de patrimonio Cultural Vasco, Vitoria-Gasteiz.

TENTE, Catarina (2010) – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, policopiado.

TITE, Mike, KILIKOGLU, Vassilis e VEKINIS, George (2001) – “Strength, Toughness and Thermal Shock Resistance of Ancient Ceramics, and Their Influence On Technological Choice” *Archaeometry*, v. 43, n.º 3, pp. 301 - 324.

CERÂMICAS DO PERÍODO DA RECONQUISTA NO VALE DO ARDA: CASTELO DE AROUCA E CASAL DA MALAFAIA

António Manuel S. P. Silva¹; Manuela C. S. Ribeiro²

O Castelo de Arouca, assente sobre um castro romanizado, e o casal romano da Malafaia, que apresenta uma reocupação do período da Reconquista Cristã, são dois sítios arqueológicos situados no vale do rio Arda e pertencentes ao concelho de Arouca, distando apenas cerca de três quilómetros um do outro (figura 1).

As cerâmicas medievais do Castelo de Arouca foram já objecto de estudo preliminar (Silva; Ribeiro 2007; 2008), não tendo ainda sido publicadas as da Malafaia. O objectivo deste texto é assim o de analisar comparativamente dois conjuntos cerâmicos, parcialmente coevos de acordo com as datações de ¹⁴C disponíveis, e os respectivos aspectos tipológicos, mas considerando exclusivamente os contextos mais antigos, que remontarão ao século X ou ainda porventura, no caso do castelo de Arouca, aos finais do séc. IX.

O castelo de Arouca

Dominando pelo lado Norte o vale de Arouca, num relevo em *raquette*, com a cota altimétrica máxima de 448 metros³, o monte de São João de Valinhas, situado na

¹ Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca; CITCEM/Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória (UM/UP); amspsilva@hotmail.com

² Arqueóloga. Centro de Arqueologia de Arouca. mcsribeiro@hotmail.com

³ Sítio 126 da Carta Arqueológica de Arouca (Silva 2004: 339-50). Long. O. 8° 15' 52,521" Lat. N. 40° 56' 8,748" (WGS84).

freguesia de Santa Eulália (figura 2), apresenta vestígios de uma larga diacronia de ocupação humana, balizada entre pelo menos a pré-história recente e os primeiros séculos da nossa nacionalidade.

Com efeito, os trabalhos arqueológicos que ali tiveram lugar entre 1988 e 2008 permitem caracterizar o sítio essencialmente como um povoado indígena da Idade do Ferro, globalmente similar às estações congêneres do Norte de Portugal, que continuou a ser habitado até um momento posterior ao período da dominação romana na Península, porventura no século V ou começos da centúria seguinte (Silva 1993: 16-8; 1994; 1995; 2004: 237-46; Silva; Ribeiro 1999).

Numa época mais tardia, que situamos entre os finais do século IX e o séc. X (Silva; Ribeiro no prelo - a e b), o topo da elevação, coroado por diversos “caos de blocos” graníticos, foi eleito para a implantação de uma fortificação, no quadro da expansão para Sul do reino astur-leonês iniciada em meados do século IX – fenómeno que a historiografia tradicional consagrou como “reconquista cristã” – e que no ano de 868 tem na presúria de *Portocale* (Porto), apenas a uns 43 km a Noroeste de Arouca, um marco emblemático.

Não interessando particularmente a este estudo a contextualização histórica da instalação da fortificação medieva, assunto já abordado noutros trabalhos (Silva 1995; 2004:339-350; 2011; Silva; Ribeiro 1999; no prelo - a e b), será suficiente recordar em traços muito largos as principais características do sítio arqueológico e o faseamento da sua ocupação no período que nos importa.

O castelo foi instalado, como se disse, no ponto mais elevado da colina de São João de Valinhas. Essa área culminante caracteriza-se pela existência de dois cabeços rochosos, a cotas pouco diferenciadas, ligados por uma pequena plataforma (figuras 2 e 3). O núcleo principal do castelo roqueiro, onde foram realizados trabalhos arqueológicos mais extensivos, situa-se no cume situado mais a Poente (designado como Sector A na logística da intervenção); na plataforma intermédia do sopé (sector B), a uma cota cerca de 12 metros inferior, encontraram-se, sobre um nível de construções dos séculos IV-V, vestígios de metalurgia do ferro relacionados com a fase mais recente da ocupação medieval (Silva et al. 2000); por fim, o cabeço localizado a Nascente, poderá também ter integrado o perímetro defensivo da fortificação, mas os trabalhos arqueológicos aí realizados não foram totalmente conclusivos (Silva 1995: 208-213).

No sector A, que pode ser definido como uma pequena plataforma ovalada, com cerca de 23 metros no sentido longitudinal ESE./ONO. por oito metros de largura, delimitada por grandes afloramentos graníticos (figura 3), localizaram-se dois níveis de incêndio e abandono, articulados com algumas estruturas arquitectónicas, de um modo geral muito frustres, destacando-se todavia a base do que identificámos

como um provável torreão (figura 4). Esta construção, originalmente de plano subtriangular, sofreu pelo menos duas remodelações, em articulação estratigráfica com alguns dos depósitos datados pelo radiocarbono.

A Fase 2, que corresponde ao momento de abandono do castelo, está datada entre o século XII e os começos do séc. XIII (figura 5) e apoia-se em resultados radiométricos respeitantes quer ao sector A (níveis superiores de incêndio e abandono), quer à oficina de redução de ferro do sector B, como pode ver-se pelos resultados da análise das amostras Sac-2097 (sector A) e Sac-2099, 2100, 2101 (sector B) reproduzidos na Tabela I (Soares; Martins, no prelo).

Tabela I

Datas de radiocarbono para o Castelo de Arouca (Soares; Martins, no prelo-a)

Ref. de Lab.	UE	Tipo de Amostra	$\delta^{13}C$ (‰)	Data 14C (anos BP)	Data calibrada*	
					1 σ (cal AD)	2 σ (cal AD)
Sac-2762	520	sementes	-11,5	1000 \pm 40	992-1048 (55,9); 1096-1118 (12,3)	982-1151 (95,4)
Sac-2097	27	carvão	-24,8	920 \pm 35	1037-1087 (33,6); 1097-1105 (5,0); 1115-1158 (29,6)	1025-1184 (95,4)
Sac-2100	210	carvão	-24,3	860 \pm 35	1059-1063 (2,1); 1153-1212 (66,1)	1044-1095 (17,9); 1118-1222 (77,5)
Sac-2099	505	carvão	-24,8	870 \pm 35	1165-1220 (68,2)	1058-1086 (4,5); 1124-1139 (2,1); 1150-1259 (86,8)
Sac-2101	396	carvão	-22,5	890 \pm 35	1050-1084 (22,4); 1125-1137 (6,8); 1151-1210 (39,0)	1040-1217 (95,4)

* A probabilidade dos intervalos componentes das datas calibradas encontra-se expressa em percentagem entre parêntesis.

Foi também datado um depósito mais antigo, relacionado com uma camada de incêndio associada ao final da Fase 1B de ocupação, a partir de uma amostra de sementes (Sac-2762), do que resultou um intervalo de 1000 \pm 40 BP, calibrado a 2 σ para 982-1151 AD (Tabela I), permitindo-nos propor a atribuição desta fase de ocupação do castelo aos finais do séc. X ou ao séc. XI, altura em que a fortaleza se torna cabeça da Terra de Arouca (Silva, Ribeiro no prelo - a e b).

Por fim, a Fase 1A, correspondente à fundação castelar e para a qual não dispomos ainda de datações absolutas, poderá situar-se no século X ou mesmo em finais do séc. IX. Na primeira hipótese, seria consentânea com o que admitimos ser a primeira menção documental ao ponto fortificado, registada no ano de 951 num diploma de doação de várias propriedades ao mosteiro de Arouca⁴; a proposta de datação mais antiga tem em consideração a possibilidade do castelo de Arouca ter sido erigido no âmbito do expressivo movimento de encastelamento e reorganização do território do Baixo Douro levados a cabo após as presúrias do Porto, no ano de 868, e de Coimbra, tomada dez anos depois (Barroca 2004: 186), como propusemos recentemente (Silva; Ribeiro, no prelo - a e b).

O espólio arqueológico procedente dos níveis medievais do Castro de Valinhas/ Castelo de Arouca é muito abundante e compreende cerca de 30.000 fragmentos de cerâmica doméstica, para além de numerosos objectos metálicos em ferro (Silva; Ribeiro 1999; Silva 2004: 346-350; 2011), registando-se ainda uma razoável colecção de restos de arqueofauna (Moreno-Garcia 2004).

O casal romano da Malafaia

O sítio da Malafaia situa-se na freguesia da Várzea e está localizado num terreno de encosta, a 330 metros de altitude média, dominando um importante alvéolo agrícola do vale do rio Arda⁵.

A estação arqueológica, que tem sido objecto de diversas intervenções arqueológicas desde 1995, compreende um conjunto de edifícios que tem vindo a ser interpretados como um casal de época romana (figuras 6, 7 e 9), com ocupação entre a 2ª metade do séc. I e os finais do século II (Malafaia I) e os séculos III/IV a V/VI (Malafaia II), desconhecendo-se se esses momentos, datados a partir do espólio e de algumas análises de ¹⁴C, constituem uma ocupação ininterrupta (Silva 2004: 255-261; Silva et al. 2008; Silva; Lemos; Ribeiro 2013). As estruturas romanas postas a descoberto são constituídas por um conjunto de compartimentos, em parte aparentemente articulados em torno de um pátio, com pisos de terra batida e possuindo alguns deles bases de lareira feitas com *tegulae* (*Idem, idem*).

Após o abandono do local (possivelmente no século VI), verifica-se uma reocupação pontual, assinalada sobretudo por diversas lareiras, concentradas e por vezes sobrepostas numa área particular, a Sudoeste do sector em escavação e associadas a restos de pisos em terra batida (figura 8). Quatro datações de carvões

⁴ PMH-DC, nº 62. Cfr. a propósito Fernandes 1965: 28 e Lima 2004: 318.

⁵ Sítio 137 da Carta Arqueológica de Arouca (Silva 2004: 255-61). Long. O. 8° 18' 6,252" Lat. N. 40° 55' 43,482" (WGS84).

provenientes destas referidas lareiras produziram cronologias centradas no século X (Tabela II; Soares; Martins, 2012), como pode ver-se na Tabela II.

Outras das evidências desta reocupação, eventualmente de cronologia similar, é constituída por diversos tramos de muretes de pequena dimensão e má construção, assentes sobre os níveis de derrube e abandono das estruturas romanas, sem qualquer vala de fundação e que não permitem por enquanto configurar qualquer planta, podendo também considerar-se hipoteticamente sincrónico destes elementos uma espécie de muro de delimitação, relativamente tosco, feito com grandes blocos de pedra rudemente aparelhada, situado a Sudoeste e Oeste do complexo (*Idem, idem*).

Tabela II

Datas de radiocarbono para o horizonte medieval
do Casal da Malafaia (Soares; Martins, 2012)

Ref. de Lab.	U.E.	Tipo de Amostra	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data ^{14}C (anos BP)	Data calibrada		Data calibrada modelada	
					1 σ (cal AD)	2 σ (cal AD)	1 σ (cal AD)	2 σ (cal AD)
Sac-2093	257	carvão	-24,9	1100 \pm 40	890-990	820-1030	890-970	870-1010
Sac-2095	286	carvão	-25,9	1160 \pm 45	780-950	720-990	870-970	810-990
Sac-2094	281	carvão	-26,3	1060 \pm 40	900-1030	890-1030	890-990	890-1020
Sac-2096	287	carvão	-25,4	1160 \pm 40	780-950	770-980	870-970	810-990
<i>Soma</i>					870-1020	770-1030	890-970	830-1020

A presença de materiais cerâmicos de tipologia medieval, em proporção relativamente pequena, foi reconhecida na Malafaia desde as primeiras campanhas. Todavia, tais cerâmicas apareciam de forma esparsa e sem associação a qualquer depósito estratigráfico particular, o que levou a que as relacionássemos, então, com os níveis de ocupação do período suevo-visigótico. Posteriormente, a identificação da área de lareiras referida, a ocorrência de cerâmicas mais características e naturalmente a obtenção de datas de radiocarbono permitiram rever e afinar aquela interpretação, nomeadamente pela proximidade formal daquela louça com as cerâmicas medievais da estação próxima do Castelo de Arouca.

Os conjuntos cerâmicos medievais do Castelo de Arouca e da Malafaia

A cerâmica medieval do Castelo de Arouca, proveniente sobretudo do topo do castelo (Sector A) e do Sector B (área de metalurgia), constitui um conjunto muito abundante, estimado em cerca de 30.000 fragmentos. Desse acervo foi já objecto de estudo o material recolhido no Sector A entre 1994 e 1996, perto de 16.000 fragmentos, tendo incidido a análise numa amostragem orientada de cerca de 7.000

fragmentos (Silva; Ribeiro 2007; 2008). Na Malafaia, pelo contrário, os depósitos associados aos contextos das lareiras medievais proporcionaram um número muito menor de fragmentos de cerâmica doméstica, menos de meio milhar, se bem que se tenham identificado outras peças dispersas de similar atribuição cronológica.

O objectivo deste estudo, todavia, não foi a análise sistemática das cerâmicas medievais da Malafaia, e muito menos o vasto conjunto de Valinhas, de que se fará apenas breve apresentação com base em trabalhos já publicados. Pretendemos apenas pôr em paralelo os contextos datados da Malafaia com os níveis mais antigos do Castelo de Arouca, atendendo à sua proximidade geográfica e cronológica, dando assim maior expressividade ao conhecimento da cerâmica usada no vale de Arouca nos últimos séculos pré-nacionais.

Tabela III

Cerâmica doméstica medieval do Castelo de Arouca
Contextos mais antigos do Sector A

UE	Cerâmica																Total cer.
	Bordos			Bordos/asas			Asas			Panças			Fundos			PF*	
	Lisos	Decor.	Total	Lisos	Decor.	Total	Lisos	Decor.	Total	Lisas	Decor.	Total	Lisas	Decor.	Total	N	
373	3	0	3	0	0	0	1	0	1	93	4	97	13	0	13	5	119
520	2	0	2	0	0	0	0	0	0	19	5	24	6	0	6	8	40
525	42	0	42	0	0	0	1	0	1	343	73	416	11	1	12	97	568
530	2	0	2	0	0	0	0	0	0	11	0	11	0	0	0	0	13
596	7	0	7	0	0	0	0	0	0	98	16	114	14	2	16	11	148
602	10	0	10	0	0	0	1	0	1	133	18	151	11	0	11	78	251
613	8	0	8	1	0	1	1	1	2	101	29	130	14	0	14	14	169
614	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	1	8	2	0	2	7	17
616	0	0	0	1	0	1	1	0	1	78	3	81	11	1	12	32	127
620	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	2	4
630	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	1	18	0	0	0	11	29
Totais	74	0	74	2	0	2	5	1	6	902	150	1052	82	4	86	265	1485

*PF – Pequenos fragmentos ($\leq 15\text{mm}$)

A cerâmica de Valinhas considerada neste ensaio comparativo foi exumada nos depósitos mais antigos em escavação no topo do castelo (figuras 4 e 5), correspondentes às Fases 1A e 1B da ocupação medieval, e totaliza, descontando um pouco mais de uma centena de exemplares de material cerâmico de construção, cerca

de milhar e meio de unidades, dos quais 18% correspondem a pequenos fragmentos de impossível atribuição formal (Tabela III).

O elenco cerâmico do Castelo de Arouca, objecto já de algumas publicações (Silva; Ribeiro 2007; 2008; Silva 2011) é composto por um conjunto de formas em que se destacam pelo número as panelas, se bem que não possamos apresentar ainda dados quantificados. São recipientes globulares ou de perfil em S e bordo usualmente voltado para o exterior, ostentando muitas vezes decorações de linhas ou meandros incisos ou cordões plásticos aplicados, podendo dispor de asas de prensão vertical.

O que designamos como potes constitui um grupo ainda mal conhecido, servindo mais funções de armazenamento e transporte que de cozinha, como as panelas. Variando muito em dimensão e provavelmente na morfologia, distinguem-se das panelas essencialmente pela orientação do bordo, que é de tendência mais vertical e porventura pelo corpo, se bem que não possuamos exemplares reconstituídos para o aferir.

Púcaros e jarros para líquidos são relativamente frequentes, de perfil mais elegante ou atarracado; todavia, são ainda poucas as peças reconstituídas e conhecemo-los melhor pelos bordos, muitas vezes denunciando plano trilobulado, pelos colos estreitos, não raro com singelo cordão em anel e sobretudo pelas asas de fita, correntemente golpeadas, que atribuímos ordinariamente, talvez com algum exagero, a vasilhas deste grupo.

Os alguidares de fundo em disco ou base alargada, tipo emblemático nas cerâmicas desta época, são bastante frequentes, exibindo com frequência digitações impressas no rebordo da base e em casos mais raros cordões aplicados no interior do fundo, que considerámos mais provavelmente funcionais que decorativos (Silva; Ribeiro 2007:78; Silva 2011:8). Tratando-se de vasilhas de grande longevidade formal, como já salientámos (Silva; Ribeiro 2007:77-78; Silva; Sousa, neste volume), interessa por ora sublinhar a sua ocorrência nos contextos mais antigos do Castelo de Arouca, datados do século X ou ainda eventualmente de finais da centúria anterior, não sendo possível por enquanto reconhecer no significativo elenco de peças congéneres provenientes desta estação qualquer tendência evolutiva ou seriação formal, nomeadamente por falta de perfis completos.

Por fim, registam-se entre os tipos menos comuns diversas formas baixas e abertas que classificamos como pratos e pratéis, alguns porventura usados como *candis* (Silva; Ribeiro 2007:79-80), para além de raros fragmentos de cerâmica pintada a castanho, por vezes sob vidrados melados, denunciando a sua origem meridional (Silva; Ribeiro 2007:75; Silva 2011:8).

No subconjunto observado para este ensaio comparativo, de que recolhemos por ora apenas alguns elementos mais gerais, destacamos a ocorrência de algumas

olas ou panelas cujo bordo, de tipo e perfil habitual no sítio, denuncia dimensões aparentemente maiores que as peças de cronologia mais tardia, como os exemplares representados na figura 10, números 3 a 6, com diâmetros entre os 22 e os 28,6 cm. Entre os potes, regista-se pela primeira vez um tipo de bordo alto subvertical (figura 11, nº 2), enquanto os jarros de boca trilobulada e colo alto com cordão anelar, um morfotipo antigo corrente em Valinhas (figura 12, nº 1), se viram acrescentados com um curioso exemplar, de que infelizmente se achou apenas o colo e asa, com esta última vazada em jeito de bico (figura 12, nº 2), quase como uma curiosa antecipação das conhecidas “bilhas de segredo” produzidas em alguns centros oleiros contemporâneos.

Nesta fase mais antiga de ocupação do castelo de Arouca encontramos ainda as formas abertas já referidas como pratos e pratéis (figura 14, números 5 e 6) e naturalmente os alguidares de fundo em disco (figura 13, números 1 e 2), cujas bases características, as mais fáceis de identificar nos conjuntos medievos, parecem corresponder, considerando os paralelos publicados, mormente na grande colecção de Conímbriga (Alarcão 1974; De Man 2004; 2006), aos bordos levemente esvasados ilustrados na figura 14, números 1 a 4.

Os materiais da Malafaia que serviram de base a esta apreciação procedem de seis depósitos escavados entre 2004 e 2006 e relacionados com a área de lareiras atrás referida e os contextos de ocupação medieval do sítio (figura 8). Não contabilizando o material cerâmico de construção, em quantidade pouco significativa, totalizam apenas cerca de meio milhar de fragmentos, sendo ainda de difícil classificação, pela sua pequena dimensão, 24% do material. A sua distribuição estratigráfica e morfológica é apresentada na Tabela IV.

Entre as pouco mais de três centenas de fragmentos disponíveis, onde se registam apenas treze bordos, como pode ver-se na tabela anterior, identificam-se algumas peças similares às formas antigas do Castelo de Arouca, como é o caso dos alguidares de fundo em disco (figura 13, números 3 e 4), porventura ligados a bordos como os ilustrados na figura 14, números 1 a 4, e alguns tipos por enquanto sem paralelo nesses depósitos, como sucede com um pequeno púcaro (figura 12, nº 3) e um conjunto de potes ou panelas cuja boca sugere tipologias distintas das de Valinhas (figura 11, números 3 a 5).

A pequena dimensão da amostra não consente, no plano estritamente morfológico, uma discussão mais detalhada das analogias e distinções entre a olaria dos níveis coevos destas duas estações. Entre as restantes cerâmicas de aspecto medieval da Malafaia, proveniente de depósitos não datados, encontram-se também alguns fragmentos de panças de panelas ou de outras formas bojudas decoradas com

linhas incisas em meandros e cordões lisos ou digitados, mas todavia em quantidade e contexto pouco representativos para que possamos avançar maiores comentários.

Pese embora esta limitação, cremos que esta primeira aproximação dos acervos do período da Reconquista destes dois sítios arqueológicos do vale do Arda, que certamente carece de aprofundamento, fornece pistas sugestivas para análises de carácter mais regional e para um melhor conhecimento da ergologia cerâmica e da circulação de produtos e correntes culturais numa zona geográfica liminar entre os diferentes ciclos da expansão para Sul dos reinos cristãos do Norte da Península.

Tabela IV
Cerâmica doméstica medieval do Casal da Malafaia
Contextos de lareiras datadas

UE	Cerâmica																Total
	Bordos			Bordos/asas			Asas			Panças			Fundos			PF*	
	Lisos	Decor.	Total	Lisos	Decor.	Total	Lisos	Decor.	Total	Lisas	Decor.	Total	Lisas	Decor.	Total	N	
257	5	0	5	0	0	0	1	0	1	157	9	166	7	0	7	41	220
267	1	0	1	0	0	0	0	0	0	9	0	9	0	0	0	5	15
281	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8	0	0	0	4	12
286	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	21	3	0	3	9	33
288	4	0	4	0	0	0	0	0	0	39	4	43	2	0	2	27	76
290	3	0	3	0	0	0	0	0	0	58	3	61	0	3	3	23	90
Totais	13	0	13	0	0	0	1	0	1	292	16	308	12	3	15	109	446

*PF - Pequenos fragmentos ($\leq 15\text{mm}$)

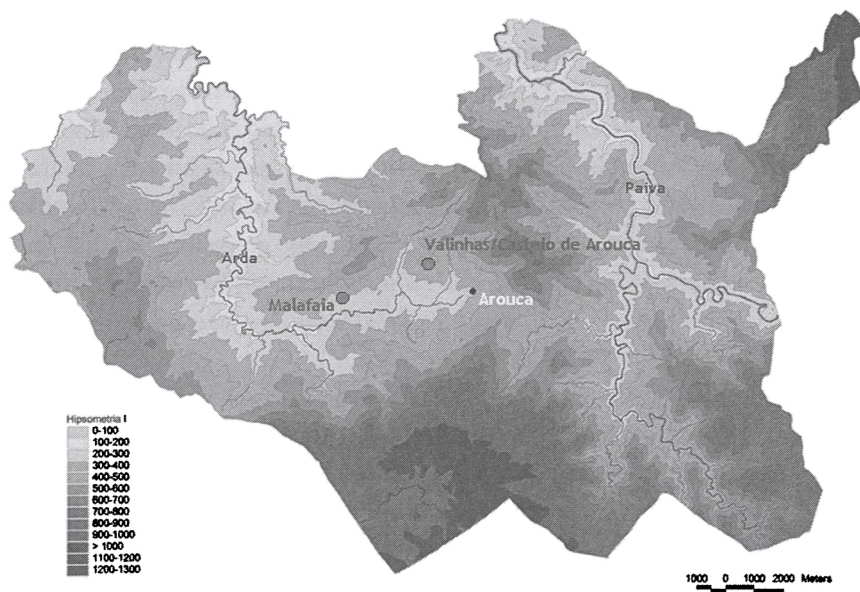


Figura 1. Localização do Castelo de Arouca e do casal da Malafaia no concelho de Arouca.



Figura 2. Vista do castro de Valinhas/castelo de Arouca, tomada sensivelmente de Sudoeste.

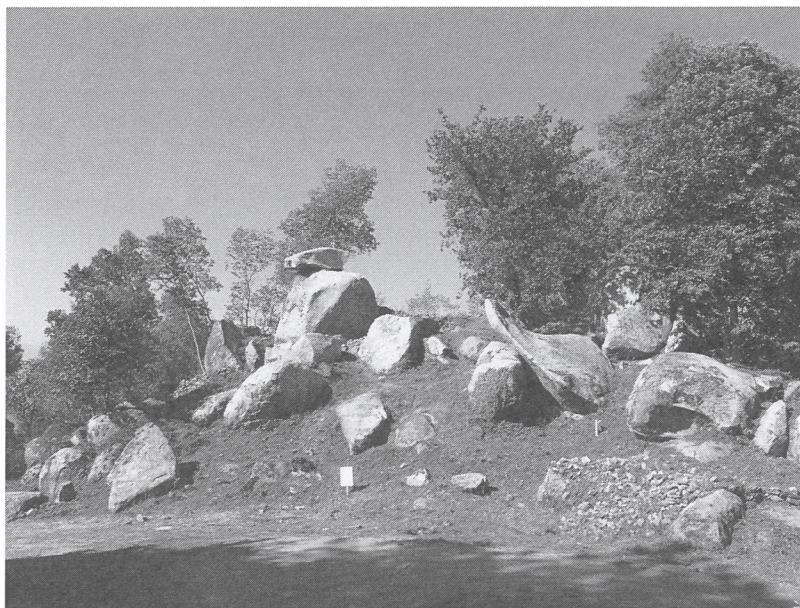


Figura 3. Uma perspectiva do topo do Castelo de Arouca.



Figura 4. Estrutura poligonal defensiva em escavação no castelo de Arouca.

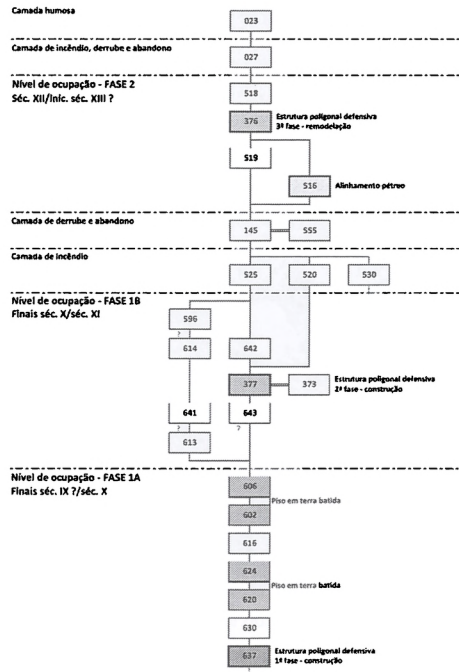


Figura 5. Matriz estratigráfica do castelo de Arouca (sector A), indicando-se os níveis mais antigos de ocupação (Fases 1A e 1B).



Figura 6. Uma perspectiva do casal romano da Malafáia.



Figura 7. Outra vista das ruínas romanas da Malafaia.



Figura 8. Zona de pisos e lareiras, datados do séc. X, testemunhando a reocupação medieval do casal da Malafaia.

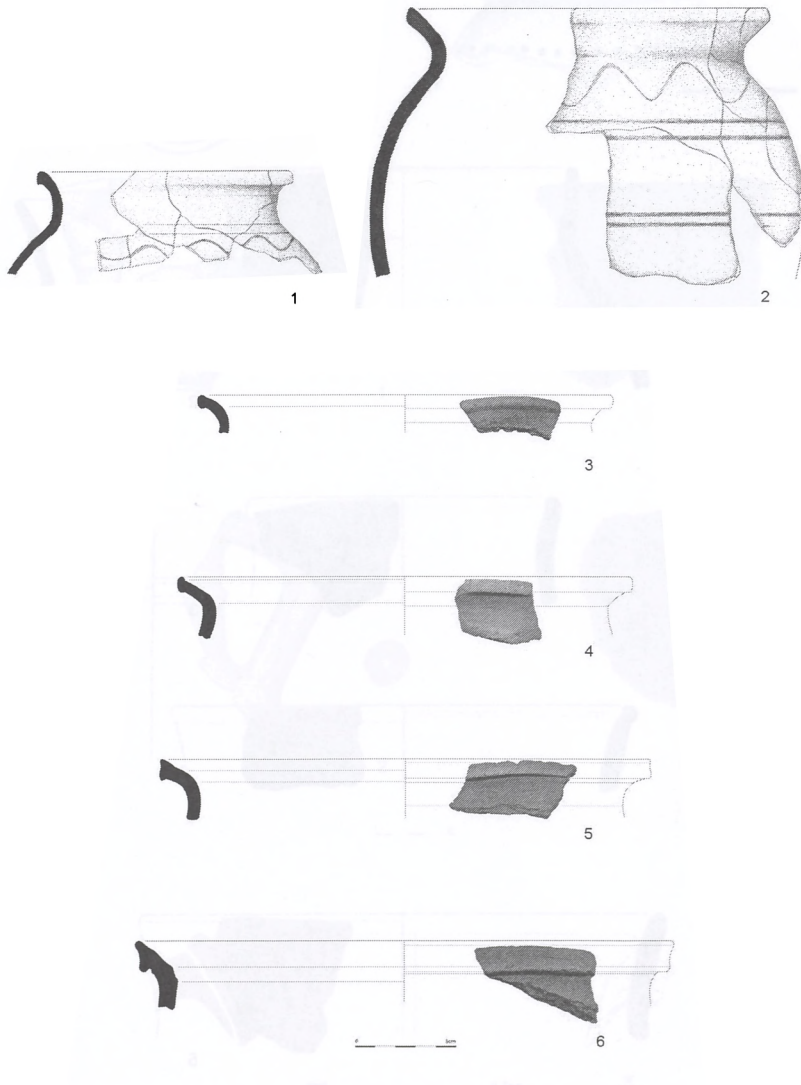


Figura 10. Castelo de Arouca. Painéis. As primeiras (1-2) não têm cronologia precisa; as referenciadas com os números 3 a 6 pertencem à fase mais antiga de ocupação. 151-1; 114-1 (desenho e tintagem M. J. Santos); 602-2; 613-10; 602-1; 525-2 (desenho A. Marques; tintagem P. Pereira).

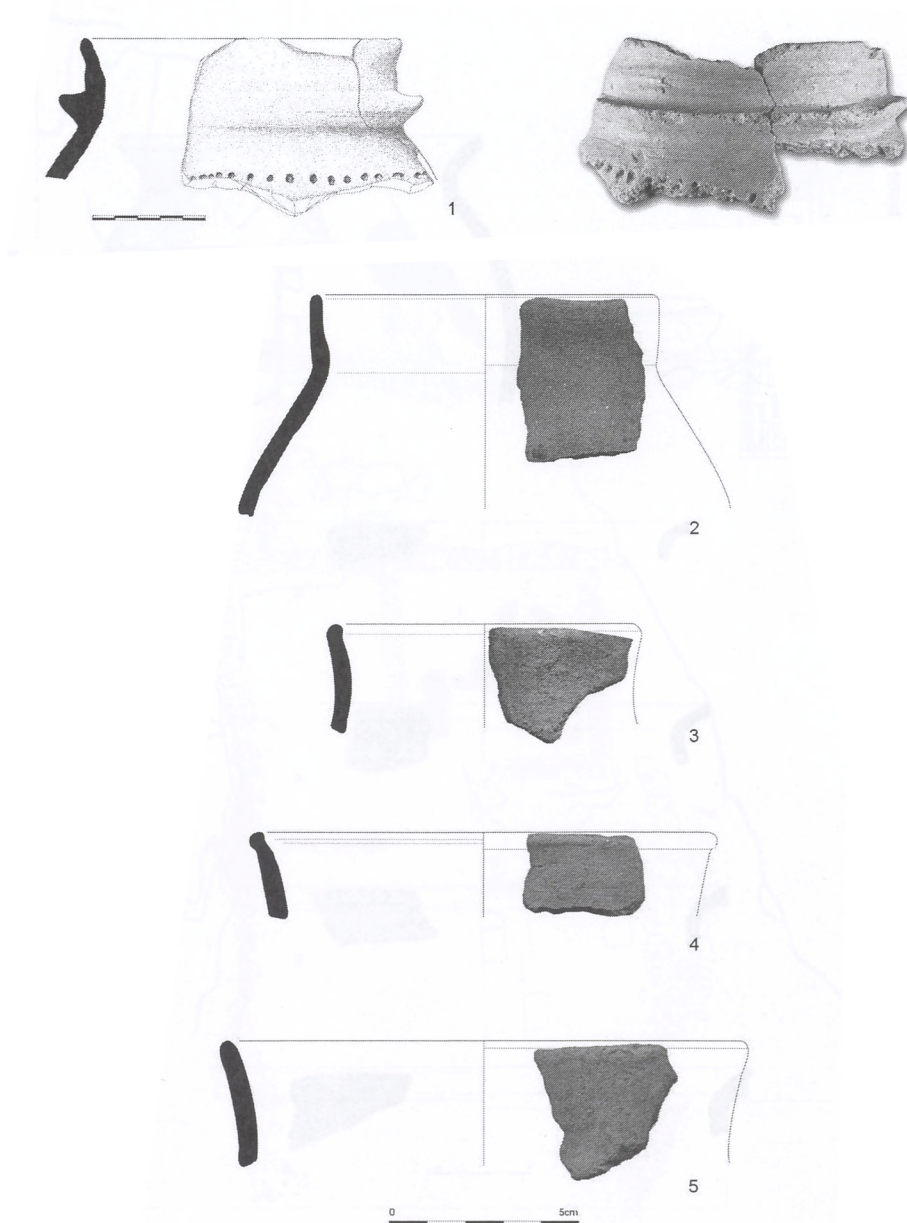


Figura 11. Potes do castelo de Arouca (1 e 2) e outros potes ou painéis da Malafaia (3 a 5). 134-1 (desenho e tintagem M. J. Santos); 525-1; 288-3; 257-3; 257-1 (desenho A. Marques; tintagem P. Pereira).

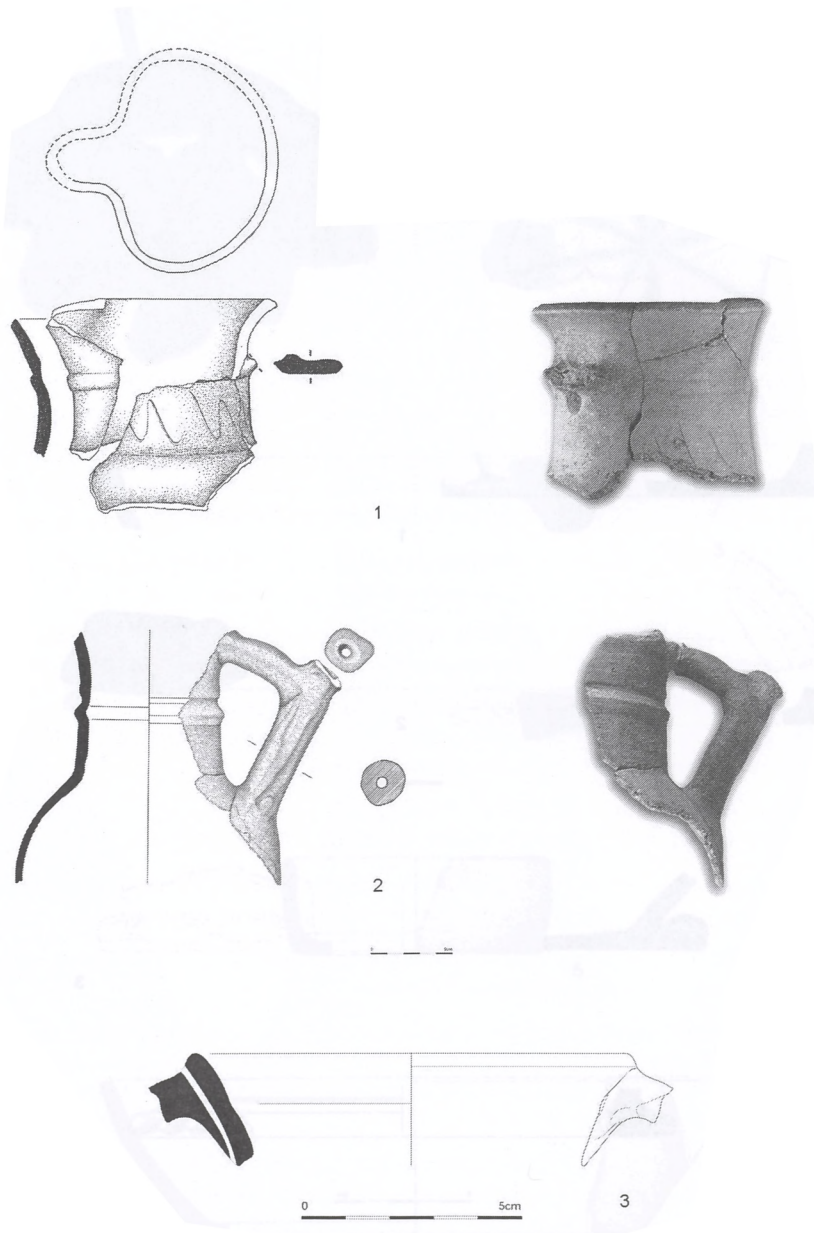


Figura 12. Jarros do castelo de Arouca (1 e 2) e jarro ou púcaro da Malafaia (3). 143-1 (desenho e tintagem S. Costa); 616-1; 257-2 (desenho A. Marques; tintagem P. Pereira).

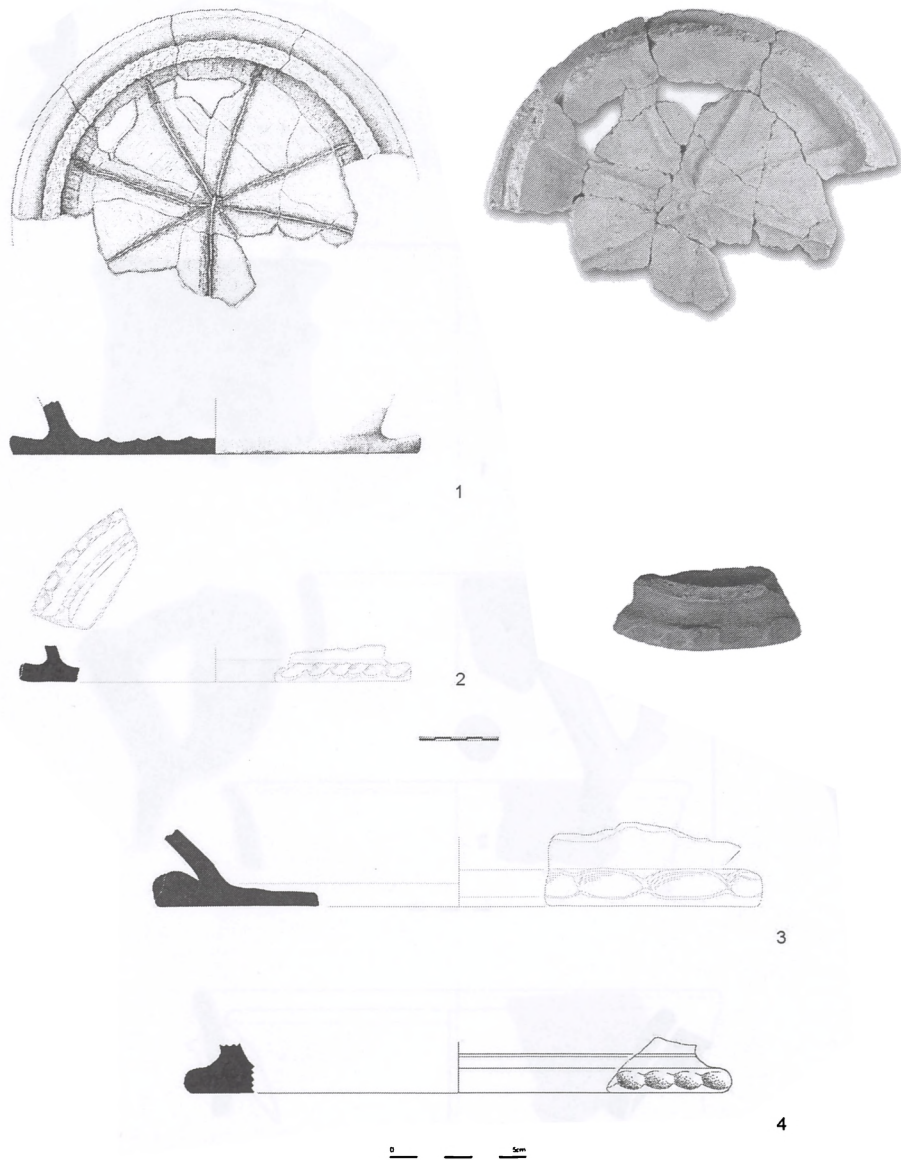


Figura 13. Alguidares de fundo em disco do castelo de Arouca (1 e 2) e da Malafaia (3 e 4). 134-2 (desenho e tintagem M. J. Santos); 596-5; 290-1 (desenho A. Marques; tintagem P. Pereira); 194-1 (desenho e tintagem S. Leite).

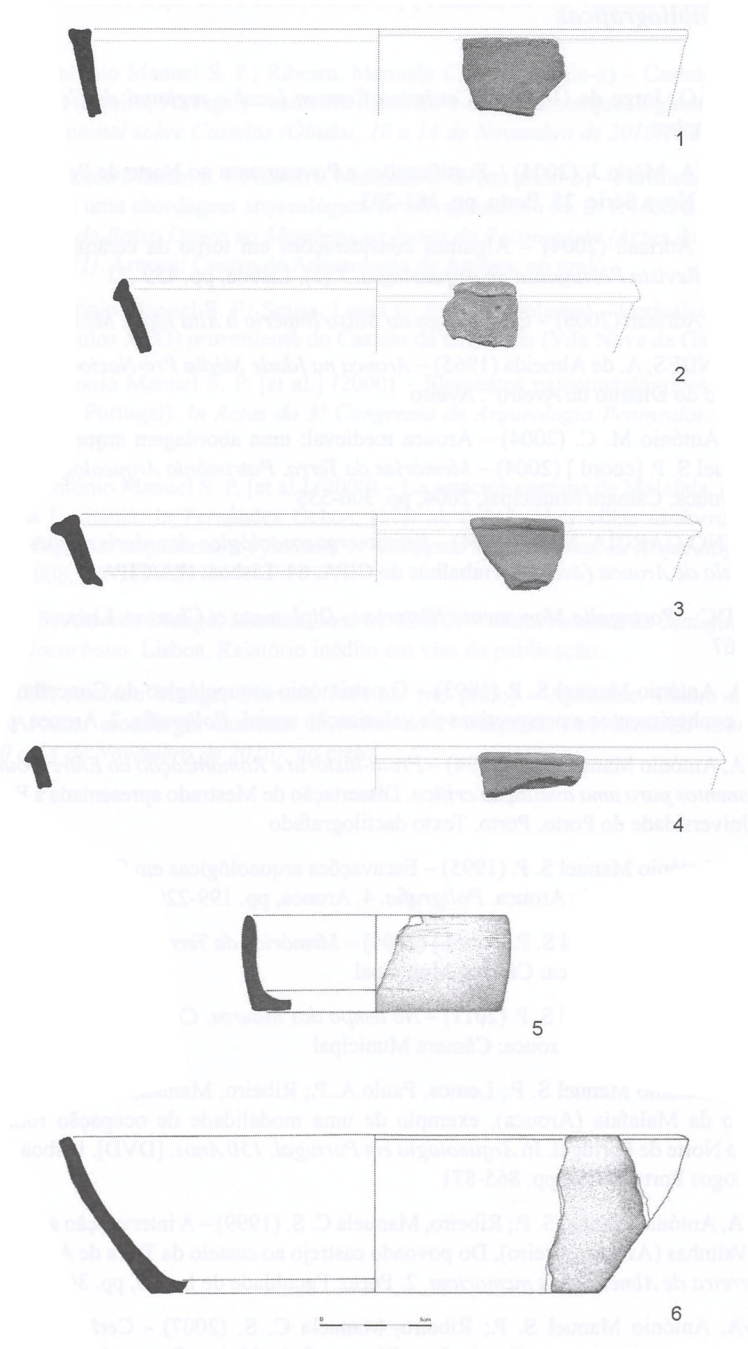


Figura 14. Bordos de taças ou alguidares, do Castelo de Arouca (1) e da Malaféia (2 a 4); prato e prato do Castelo de Arouca (5 e 6). 613-13; 288-1; 290-4; 257-4 (desenho A. Marques; tintagem P. Pereira); 134-3; 136-1 (desenho e tintagem S. Costa).

Referências bibliográficas

ALARCÃO, Jorge de (1974) – *Cerâmica Comum local e regional de Conimbriga*. Supl. “Biblos”, 8. Coimbra

BARROCA, Mário J. (2004) – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). *Portvgalia*. Nova Série. 25. Porto, pp. 181-203

DE Man, Adriaan (2004) – Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7 (2). Lisboa, pp. 459 -71

DE Man, Adriaan (2006) – *Conimbriga do Baixo Império à Alta Idade Média*. Lisboa: Sílabo

FERNANDES, A. de Almeida (1965) – *Arouca na Idade Média Pré-Nacional*. Sep. Vols. 30-31 do “Arquivo do Distrito de Aveiro”. Aveiro

LIMA, António M. C. (2004) – Arouca medieval: uma abordagem arqueológica. In Silva, António Manuel S. P. [coord.] (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal, 2004, pp. 306-335

MORENO-GARCÍA, Marta (2004) – *Estudo arqueozoológico dos níveis medievais do Sector “A” do Castelo de Arouca (Aveiro)*. Trabalhos do CIPA, 64. Lisboa: IPA/CIPA

PMH-DC – *Portugalia Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867

SILVA, António Manuel S. P. (1993) – O património arqueológico do Concelho de Arouca: balanço dos conhecimentos e perspectivas de valorização social. *Poligrafia*. 2. Arouca, pp. 11-33

SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado

SILVA, António Manuel S. P. (1995) – Escavações arqueológicas em S. João de Valinhas. Do primitivo castro ao castelo de Arouca. *Poligrafia*. 4. Arouca, pp. 199-220

SILVA, António Manuel S. P. [coord.] (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal

SILVA, António Manuel S. P. (2011) – *No tempo dos Mouros. Castelos de Arouca numa terra de fronteira (Séculos IX-XI)*. Arouca: Câmara Municipal

SILVA, António Manuel S. P.; Lemos, Paulo A. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (2013) – O Casal tardo-romano da Malafaia (Arouca), exemplo de uma modalidade de ocupação romana menos conhecida no Norte de Portugal. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 865-871

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (1999) – A intervenção arqueológica em S. João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida - In memoriam*. 2. Porto: Faculdade de Letras, pp. 363-374

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (2007) - Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica. *Portvgalia*. Nova Série. 27-28 (2006-2007). Porto, pp. 69-88

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (2008) - Cerâmicas medievais do Castelo de Arouca (Aveiro). Uma abordagem preliminar. In Diogo, J. M. (coord.) - *Actas das 4^{as}*.

Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval (...) [Tondela, 2000]. Tondela: Câmara Municipal, pp. 49-60

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (no prelo-a) – Castelos roqueiros da região de Arouca (Aveiro, Portugal) - contexto histórico e elementos arqueológicos. In *Actas do 2º Simpósio Internacional sobre Castelos (Óbidos, 10 a 14 de Novembro de 2010)*, no prelo

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (no prelo-b) – Fortificações dos séculos IX-XI em Arouca: uma abordagem arqueológica. In Silva, António M. S. P. (coord.), *No tempo dos Mouros. Castelos do Baixo Douro ao Mondego na época da Reconquista (Actas do Colóquio de 22 de Outubro de 2011)*. Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca, no prelo

SILVA, António Manuel S. P.; Sousa, Laura C. P. (neste volume) – Cerâmica do período da “reconquista” (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia).

SILVA, António Manuel S. P. [et al.] (2000) – Elementos paleometalúrgicos do Castelo de Valinhas (Arouca, Portugal). In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. 9. Porto: ADECAP, pp. 173-197

SILVA, António Manuel S. P. [et al.] (2008) – La estación romana de Malafaia, en el extremo noroeste de la Lusitania. In Fernández Ochoa, C. et al. (eds.) - *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*. Gijón: Trea, 2008, pp. 719-729

SOARES, António Monge; Martins, José M. (2012) – *Casal romano da Malafaia (Arouca): Datas de Radiocarbono*. Lisboa. Relatório inédito em vias de publicação.

SOARES, António Monge; Martins, José M. (no prelo) – Apêndice. Castro de Valinhas/ Castelo de Arouca: cronologia absoluta. In *Actas do 2º Simpósio Internacional sobre Castelos (Óbidos, 10 a 14 de Novembro de 2010)*, no prelo

A CERÂMICA MEDIEVAL DO CASTELO DE PAIVA E SEU ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

António Manuel de Carvalho Lima¹

1. O “Outeiro do Castelo”, hoje ilha

O “Outeiro” é uma pequena elevação cónica situada sobre a foz do rio Paiva, com uma altitude máxima que atinge uns escassos 29 metros (figura 1). É propriedade do Município de Castelo de Paiva e está administrativamente integrado na freguesia de Souselo, concelho de Cinfães, distrito de Viseu. Foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1977.

As suas características geológicas e topográficas e a sua situação geográfica fizeram deste local um sítio com condições excepcionais, quer para a instalação de uma fortificação que assegurasse a defesa e controle da navegação e comércio no Douro, quer para a criação de infraestruturas portuárias que pudessem funcionar como interface entre o tráfego terrestre e o tráfego fluvial.

Antes da construção da barragem de Crestuma – Lever, a sua ligação por terra fazia-se mais facilmente à margem direita do rio Paiva, através de um extenso areal, já que as águas do Paiva desagravavam no Douro a jusante do “Outeiro”. Esse areal

¹ Arqueólogo. Direção Regional de Cultura do Norte / CITCEM – FLUP. Contacto: amclima@hotmail.com. Tomamos a liberdade de remeter o leitor que deseje informação mais detalhada sobre a ocupação humana do Outeiro do Castelo para um outro texto que se encontra em vias de publicação (Lima, no prelo b)

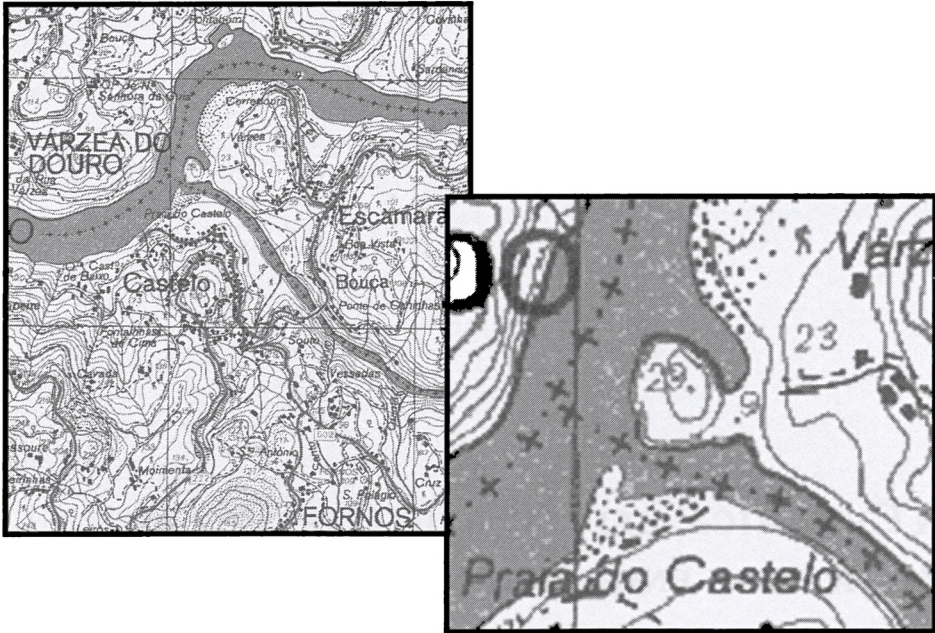


Figura 1. Localização do Outeiro do Castelo na Carta Militar de Portugal, Escala 1:25.000, Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1977, folha 135

era periodicamente coberto pelas águas, pois não ultrapassava os 9 metros de cota máxima. Porém, durante largos períodos do ano, em especial no Verão, era possível a travessia a seco e até mesmo a utilização do areal como se de terra firme se tratasse. Já assim era em meados do século XVIII, altura em que o areal servia de palco à realização da feira de São Miguel, a qual marca precisamente o fim do período estival.

Historicamente, porém, a situação não é tão linear como estas indicações podem fazer crer. Os mais antigos registos fotográficos da área, obtidos nas primeiras décadas do século XX, revelam extensos areais de ambos os lados do “Outeiro” facilitando a ligação a ambas as margens do Paiva (figura 2). Também a tradição oral se refere ao facto de, em tempos diferentes, as águas do Paiva escolherem romper ora a nascente ora a poente do Outeiro, submergindo, respetivamente, os areais de Escamara e do Castelo.

Desde que, nos anos 80 do século XX, foi construída a barragem de Crestuma – Lever, em cuja albufeira se integra este troço do Douro, o “Outeiro” está permanentemente transformado numa pequena ilha. A “Cota Máxima de Cheia” da albufeira é de 21,5 metros, bem acima da cota do areal mas ainda assim suficientemente baixa para que a parte superior do “Outeiro” - onde se concentram os vestígios de ocupação medieval abordados neste pequeno trabalho - se mantenha sempre acima da linha de água.



Figura 2. Vista do Outeiro do Castelo e da foz do Paiva nos inícios do século XX.
(Autor desconhecido. Arquivo da ADEP)

2. Os primeiros vestígios de ocupação humana do “Outeiro do Castelo”

Embora os mais antigos vestígios de ocupação romana do “Outeiro” remontem à Pré-História Recente, terá sido em época romana que o local ganhou especial protagonismo ao ser utilizado como ponto de controlo da travessia do Douro e respetivo tráfego fluvial. Essa ocupação do Baixo-império comprova-se pela ocorrência de materiais datáveis dos séculos IV/V, os quais são numerosos na base do Outeiro mas estão totalmente ausentes das intervenções arqueológicas realizadas nos terraços superiores (sempre acima da cota 18), o que nos leva a valorizar a hipótese de eles estarem relacionados com algum tipo de ancoradouro, fundeadouro ou mesmo de infraestruturas portuárias de apoio à navegação fluvial, mais do que com uma estrutura defensiva que como tal privilegiaria certamente o ponto mais alto.

Foi porém neste último sentido que apontou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978: nº 38), que qualificou o Outeiro da ilha como uma “fortaleza tardo-romana, reaproveitada em tempos medievais”. É certo que desde os tempos do Império havia uma importante estrada (a que os diplomas dos séculos XI e XII chamam “*carraria antiqua*”), ligando Braga a Viseu, a qual incluía a travessia do Douro no sítio da Ilha do Castelo². Daí a necessidade de se proteger, pelo menos desde os primeiros séculos da era cristã, tão importante ponto de passagem.

² Cfr., entre outros artigos. Lima 2010 – 2011: 87 – 88 (sobre o eixo Braga – Guimarães – Viseu).

3. A foz do Paiva no contexto da “Reconquista” (Séculos IX / X)

O mais antigo diploma medieval que faz referência ao povoamento do curso terminal do rio Paiva data de 883 (PMH, DC 10). Já antes deste, dois outros diplomas, de 870 e 874, se reportam à igreja de Santo André de Souselo, a curta distância do rio Paiva (PMH, DC 6 e 7). Porém, estes três diplomas são omissos no que diz respeito às construções, de cariz defensivo e/ou portuário, que pudessem então existir na foz do Paiva. A mesma omissão se observa relativamente ao enquadramento administrativo e militar das terras a Sul do Douro, incluindo o vale do Paiva.

Como já tivemos oportunidade de referir noutros trabalhos (Lima no prelo a), as primeiras *civitates* da “Reconquista”, criadas logo nos primeiros anos do reinado de Afonso III das Astúrias, estão todas situadas ao longo da margem Norte do Douro e estão também, todas elas, ligadas a importantes portos fluviais: *Portucale*, *Anegia* e *Aliobriga* integraram um autêntico “complexo portuário altomedieval” no Douro e materializaram a tripartição do Douro navegável em jornadas de 30 / 40 km, pautadas pela existência do *portus Cale*, do *porto civitatis Anegia* e do *portu de Aliovirio*, que nos surgem interligados num célebre diploma de 922 (PMH, DC 25), não só na sua qualidade de fortalezas militares mas também enquanto parte integrante de um sistema de cobrança de impostos sobre a navegação do Douro por parte da monarquia asturiana.

Só a partir de meados do século X temos evidência da criação de novos *territoria* na margem Sul do Douro e da integração desta margem na órbita dos *territoria* já existentes desde o último terço da centúria anterior. Neste último caso, inclui-se a integração do vale do Paiva e da região de Arouca no *territorium* da *civitas Anegia*, num processo de alargamento que está documentado a partir de 952 (PMH, DC 64).

No contexto dos primórdios do processo de “Reconquista”, ainda sob os auspícios dos monarcas astur-leoneses, esta importância acrescida do *porto civitatis Anegia*, localizado sobre a foz do Tâmega, a escassos 3 quilómetros da foz do Paiva, deve ter representado uma diminuição significativa da importância das instalações portuárias situadas na foz do Paiva, se é que as mesmas já não se encontravam totalmente abandonadas desde os finais do Império.

4. As transformações de meados do século XI: a criação das terras de Paiva e de Sanfins

Com o processo de fragmentação de poderes que levou à implementação de um novo modelo de organização do território em meados do século XI, o rio Paiva passou a demarcar duas novas circunscrições administrativas e militares: a terra de Sanfins (*terra Sancto Felicis*) passa a abranger a margem direita do rio Paiva, desde

este rio até à ribeira de Piães; a terra de Paiva (*terra de Pavia*) instala-se sobre a margem esquerda do rio e estende-se, para Ocidente, até ao rio Arda: “*de illo Saxo in Durio et de Alarda in Pavia*” (do Seixo ao Douro e do Arda ao Paiva - PMH, DC 451 de 1066).

A construção de um castelo cuja função fosse capitanear cada uma destas terras é condição *sine qua non* para a sua existência, dada a natureza militar destas circunscrições administrativas e, em especial, o facto de o castelo “cabeça-de-terra” ser o símbolo máximo da autoridade dos novos senhores e representar o centro do seu poder.

Quanto à localização do castelo de Sanfins, não restam quaisquer dúvidas: ele situa-se no morro da Senhora do Castelo, sobre o lugar de Sanfins, no limite entre as freguesias de Nespereira e Santiago de Piães, concelho de Cinfães, a 1026 metros de altitude (Lima 1993: cap. 3.3.7).

Quanto à identificação do castelo que capitaneou a terra de Paiva desde meados do século XI e que, a partir do século XIX, passou também a designar o concelho homónimo, a questão exige que se ponderem vários fatores.

É consensual que a atual povoação do Castelo, junto à foz do rio Paiva, deve o seu nome ao castelo que capitaneou a terra de Paiva, o que desde logo aponta para a localização deste na sua proximidade. Assim sendo, só existem dois locais com as características necessárias para a implantação de uma fortaleza deste tipo: o “Outeiro do Castelo” que hoje conhecemos como uma ilha; e o “Monte Crasto”, em torno do qual se desenvolve a atual povoação do Castelo.

Para ter albergado o castelo que comandou os destinos da terra de Paiva, o “monte Crasto” tem a seu favor um maior destaque na paisagem envolvente, dimensões mais condicentes com a implantação de um castelo central e ainda o facto de polarizar em seu redor a expansão do núcleo populacional que recebe a designação de “Castelo”. Porém, todas as notícias de achados arqueológicos ocorridos neste monte (Pinho 1947: 47; Filgueiras 1956: 8 – 9; Silva 1996) são relacionáveis com o povoado castrejo que indubitavelmente aí existiu e que lhe deu o nome; e não conhecemos qualquer notícia de nele terem ocorrido materiais medievais. A observação da superfície dos socacos que hoje em dia marcam toda a encosta deste monte permite recolher apenas raros fragmentos de cerâmica castreja.

O “Outeiro”, agora ilha, tem, por outro lado, a seu favor, para além da evidência do próprio topónimo “Castelo”, a existência de uma fortificação medieval de que teremos oportunidade de falar mais demoradamente.

Se fosse inequívoca a ligação, contínua e exclusiva, ao longo de todas as épocas históricas, entre a atual “ilha” e a margem direita do rio Paiva, isso constituiria um sério óbice à identificação da fortificação que aí existiu com aquela que capitaneou a terra de Paiva e que deu o nome ao atual concelho. Já que, nesse caso, teríamos o

castelo de Paiva em domínios da terra de Sanfins. Como vimos, essa ligação existiu, de facto, mas não a podemos reportar aos séculos XI, XII e XIII, na época em que o castelo de Paiva ainda teria algum protagonismo. E, ao que tudo indica, a variação do volume, profundidade e até mesmo do próprio curso das águas do Douro ao longo do último milénio, foi enorme.

5. O porto fluvial de Paiva

Já aqui vimos que o “Outeiro” terá tido funções portuárias em época imperial e que, em finais do século IX e princípios do século X, na sequência da integração do vale do Douro na esfera de influência da coroa asturiana, terá sido preterido em favor do *porto civitatis Anegia*, três quilómetros a jusante da foz do Paiva.

A partir de meados do século XI, com a integração do vale do Paiva nas então criadas terras de Paiva e Sanfins, o porto de Paiva terá retomado a sua importância como principal entreposto fluvial deste troço do Douro (DMP, DP III 267, datado de 1108).

Em finais do século XII, com o declínio da importância das fortificações do vale do Douro enquanto estruturas úteis no quadro do processo de “Reconquista” e reorganização do território, o porto de Paiva deverá ter novamente entrado em declínio: quer no que diz respeito ao julgado de Paiva (PMH, *Inq.* 964 e ss.), quer ao julgado de Sanfins (PMH, *Inq.* 945 e ss.) as Inquirições régias de 1258 são completamente omissas quanto à atividade portuária na foz do Paiva.

Que o porto de Paiva passou por um período de desativação entre os finais do século XII e a primeira metade do século XIII, não restam dúvidas, já que um diploma de 1302 se refere explicitamente ao facto de o porto de Paiva ter sido montado “de novo” durante o reinado de D. Afonso III³. Por “montar” deveremos entender “passar a usar como tal”, já que o porto fluvial não deveria implicar grandes investimentos em novas infraestruturas para ser usado.

Assim se terá mantido por mais de um século, até que, no reinado de D. João I, mais precisamente em 1421, o rei de “Boa Memória” declara que a ilha é um ermo, não menciona ali qualquer atividade portuária e quando a doa a Álvaro Gonçalves da Maia, fá-lo dando destaque às pesqueiras que este nobre aí poderia explorar, como se tais pesqueiras fossem a única fonte de rendimento que o Outeiro poderia proporcionar (Neves 1980: n° 333).

Quando, mais um século volvido, D. Manuel I outorga foral novo às terras de Sanfins e de Paiva em 1513⁴, revela-nos alguns fatos importantes para a compreensão

³ ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3º, fls. 20 (2ª col.) e fls. 21v. (1ª col.).

⁴ Veja-se publicação integral do foral de Sanfins em Bravo 1938: 47 – 60. Sobre o foral de Paiva, *cf.* Silva 1994.

da forma como evoluiu a atividade portuária na foz do Paiva: o foral de Sanfins ignora por completo os eventuais proveitos que o rei pudesse tirar do tráfego fluvial (Bravo 1938: 54 – 55). O foral de Paiva, pelo contrário, expressa todas as preocupações que o monarca tinha acerca dos direitos de que poderia usufruir relativamente à exploração económica da atividade portuária: recupera a informação das Inquirições de 1258 sobre as taxas a aplicar às embarcações que sulcassem o rio Douro transportando vinho e acrescenta as taxas cobradas como direitos de passagem de produtos comerciais pelo porto do Castelo (Silva 1994: 14).

Assim, ao que tudo indica, pelo menos desde os tempos de D. João I que a atividade portuária se deveria centrar na praia fluvial do Castelo (margem esquerda do rio Paiva) levando ao desenvolvimento da povoação que tomou o nome da fortificação do Outeiro, embora este último nunca tenha deixado de ser parte integrante do complexo portuário, como haveria de acontecer ao longo de mais algumas centenas de anos.

A importância económica do porto fluvial do Castelo não mais parou de crescer desde então. Em meados do século XX era, segundo estatísticas oficiais, “o cais de maior movimento de todo o rio Douro”: lenha, carvão, vinho e frutas eram então os produtos aí embarcados em maior quantidade (Filgueiras 1956: 11).

6. A fortificação medieval

Que ao “Outeiro” se atribuiu, outrora, a designação de “Castelo”, não restam dúvidas. Mas estavam ainda por identificar vestígios materiais dessa estrutura defensiva, e, mais importante ainda, perceber se a mesma se resumiria a um mero posto de vigia e controle da travessia do Douro, ou se teria sido um verdadeiro castelo, no sentido clássico e mais restrito do termo, enquanto “*estrutura amuralhada rodeando um pequeno pátio, servindo de abrigo a uma guarnição militar que tem por missão velar pela segurança de um território*” (Barroca 2004:181), a qual por vezes recebe uma torre no seu interior.

Neste último caso, e dada a curta distância (cerca de 400 metros) entre o “Outeiro” e o “Monte Crasto”, afigura-se como muito mais provável a identificação da fortificação medieval do “Outeiro” com o castelo que capitaneou a terra de Paiva, já que dificilmente se concebe a instalação, na mesma época e num espaço tão reduzido, de duas estruturas defensivas similares.

Os trabalhos de afeiçoamento do granito existentes no topo do mais alto penedo do “Outeiro” já eram conhecidos da população ribeirinha. Porém, eram normalmente associados à lendária ermida de São Pedro cuja existência a memória popular preservava. Na realidade, esses entalhes constituem a base de uma torre

pétrea de planta retangular, que ali foi construída na Idade Média, com uma posição estratégica ímpar, que associa a proximidade ao perfeito controlo visual da travessia do Douro no sítio onde se localizava o primitivo porto de Paiva e onde a *carraria antiqua*, de origem romana, transpunha o Douro (figura 3).

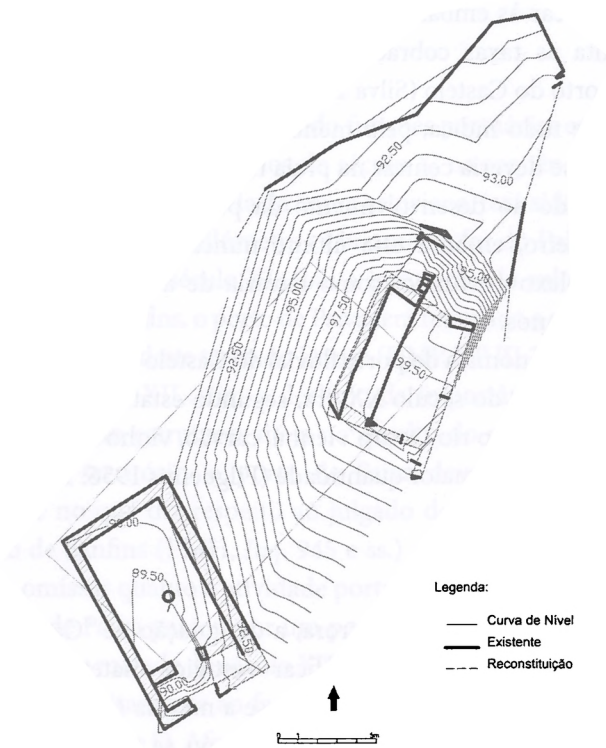


Figura 3. Estruturas medievais (torre e cerca) e modernas (ermida de São Pedro) identificadas no Outeiro do Castelo (levantamento topográfico: António Carlos Augusto)

O que hoje em dia é observável é a base de uma construção que aparenta ter sido retangular, a qual, mesmo sem as distorções causadas pelo afastamento das várias partes do batólito granítico, já teria desde a sua origem, outras distorções resultantes da exiguidade do espaço disponível e da necessidade de adaptar as dimensões e a configuração da torre a esse espaço.

Atualmente o acesso ao topo do penedo faz-se mais facilmente pelo seu extremo Sul mas, na Idade Média, a torre só era acessível através de escadas, certamente de madeira, amovíveis, que, quando necessário, eram encostadas ao penedo pelo seu lado Norte, virado ao Douro. Ainda hoje aí são perceptíveis vários afeiçoamentos que se destinavam a criar condições para o acesso controlado à torre que existiu no seu

topo. Só depois de vencido um desnível de aproximadamente 6 metros é que seria possível aceder à torre, da qual desde há séculos não resta pedra sobre pedra.

Como se não bastasse um complexo sistema de acesso à torre, antes de a alcançar teria sido preciso conseguir aceder ao interior de um recinto amuralhado, definido por uma cerca pétreia, de configuração ovalada, que se desenha com precisão na topografia do terreno e em alguns negativos talhados nos afloramentos graníticos que denunciam o seu traçado. Esta cerca possui um perímetro estimado de cerca de 110 metros, circundando um recinto cuja área deverá rondar os 750 m² (*cf.* figura 3). Porém não se trata de área totalmente útil, já que grande parte da mesma é ocupada pelo penedo central e pelos taludes que circundam a sua base.

7. Algumas notas sobre a cerâmica medieval do Outeiro do Castelo

Em 1997 e 1998, procedemos a sondagens arqueológicas na plataforma por onde se fazia o acesso ao ponto mais alto do Outeiro, situada a Norte do penedo que albergou a torre, no espaço que outrora constituiu o interior do recinto amuralhado. Essa plataforma é um dos espaços mais amplos e nivelados que a cerca abarca no seu interior, com aproximadamente 75 m² de área.

Se algum dia se chegou a dar a sedimentação deste espaço, formando contextos estratigráficos que correspondessem à fase de ocupação/utilização do recinto amuralhado, esses sedimentos desapareceram, ou por força da ação das águas – não é de por de lado a hipótese de ter havido cheias que chegassem à base do penedo central (cerca da cota absoluta 23), ou por qualquer outro fenómeno de erosão ou destruição. Realça-se, a este propósito, que algumas das superfícies graníticas postas à vista pela escavação arqueológica apresentavam marcas de terem sido alvo de tentativas de quebra por inserção de “cunhas” de madeira em sulcos retangulares abertos na rocha para esse efeito. O que demonstra, não só a alteração da topografia pela exploração de pedra como o carácter recente de formação dos solos neste ponto em concreto; e, por outro lado, explica a escassez relativa dos materiais de cronologia medieval: pouco mais de uma centena de fragmentos, dos quais a quase totalidade corresponde ao bojo de recipientes cerâmicos, não decorados, o que não nos permite obter grande informação sobre formas e muito menos perfis completos.

a) Materiais relacionados com a fase de utilização do recinto defensivo (figuras 4 e 5)

Infelizmente, a potência estratigráfica do local era muito reduzida, não permitindo a individualização de eventuais níveis de ocupação da plataforma que foi alvo de sondagens. Só nas extremidades do espaço sondado, quase à superfície e imediatamente

ICT 97
D14(01)

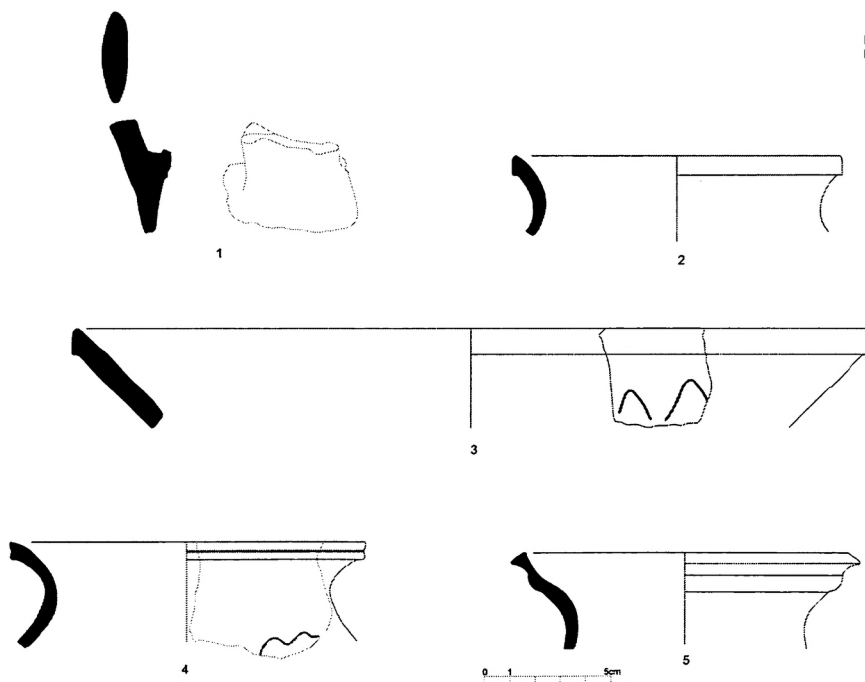


Figura 4. Cerâmica relacionada com a fase de utilização do recinto defensivo.
Campanha de 97. Quad. D14, camada 1 (desenhos: António Freitas)

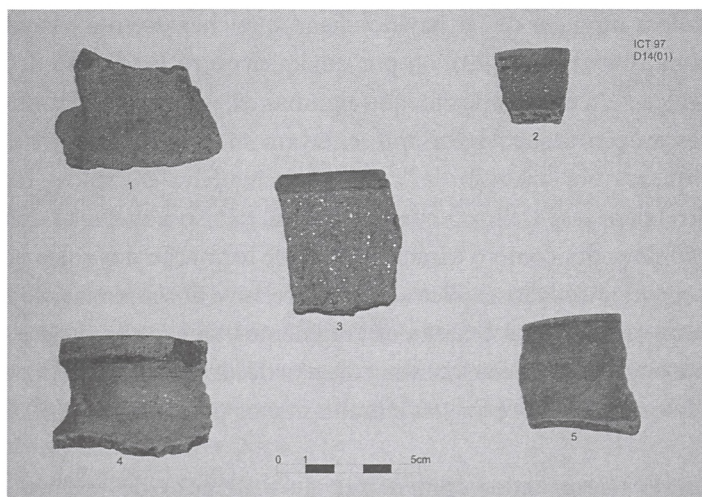


Figura 5. Cerâmica relacionada com a fase de utilização do recinto defensivo.
Campanha de 97. Quad. D14, camada 1 (fotografia: António Freitas)

abaixo das terras saibrentas superficiais que cobriam uniformemente todo aquele espaço (00), foi possível obter contextos estratigráficos relacionáveis com a ocupação medieval (01), mesmo assim reduzidos a pequenas bolsas de terra, descontínuas e de pequenas dimensões. Entre elas destacamos, em particular, o que restou de uma estrutura de fundição de ferro, da qual sobreviveu apenas uma área marginal, correspondendo ao depósito dos subprodutos da fundição, nomeadamente escória de ferro⁵. Embora seja certamente de cronologia medieval, esta estrutura de fundição não proporcionou quaisquer outros materiais que não a própria escória de ferro.

Entre as já referidas pequenas bolsas de sedimentos, compostas essencialmente por terras negras, conta-se uma unidade estratigráfica (ICT 97, quad. D14 (01)) que revelou um pequeno mas muito homogéneo conjunto de materiais cerâmicos. Esta unidade relacionar-se-á, provavelmente, com o que resta de uma camada de sedimentos que envolveu os vestígios correspondentes ao momento do abandono ou da última ocupação do local enquanto recinto fortificado. Por isso a escolhemos para ilustrar os materiais correspondentes à utilização quotidiana do recinto amuralhado por parte da pequena guarnição que estivesse encarregada da sua defesa.

Se a nossa hipótese se revelar correta, a última ocupação deste espaço datará de finais do século XII, podendo o seu abandono estar relacionado com a cheia documentada numa inscrição datada de 1180, hoje desaparecida (Barroca 2000: II (I), nº 164, pp. 430 – 433).

Trata-se de um pequeno mas homogéneo conjunto de fragmentos correspondentes a peças de uso doméstico – culinário ou de armazenamento – como panelas (figura 4, nºs. 2 e 4), alguidares (nº 3) e jarros (nº 5), os quais, quando apresentam decoração – que é rara – resume-se a meandros, muito irregulares, obtidos por incisões pouco profundas na parte superior da peça. No escasso número de bordos representados, realça-se o carácter muito anguloso dos mesmos. Uma asa de fita completa o conjunto de peças representadas (nº 1).

Todos os fragmentos desta unidade estratigráfica revelam uma grande homogeneidade no que diz respeito ao tipo de cozedura (oxidante), consistência e composição macroscópica das pastas, que são muito depuradas, e acabamento da superfície exterior bastante cuidado.

b) Materiais relacionados com a fase de construção do recinto defensivo (figuras. 6 a 11)

Do ponto de vista da aferição da cronologia de construção deste recinto, foi bastante significativa a escavação dos sedimentos que preenchem os estreitos

⁵ A escavação desta estrutura foi feita à margem da restante escavação arqueológica, e foi integrada nas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto *MetNor – Metalurgia Antiga do Norte de Portugal*, da responsabilidade de José Jorge Argüello Menéndez.

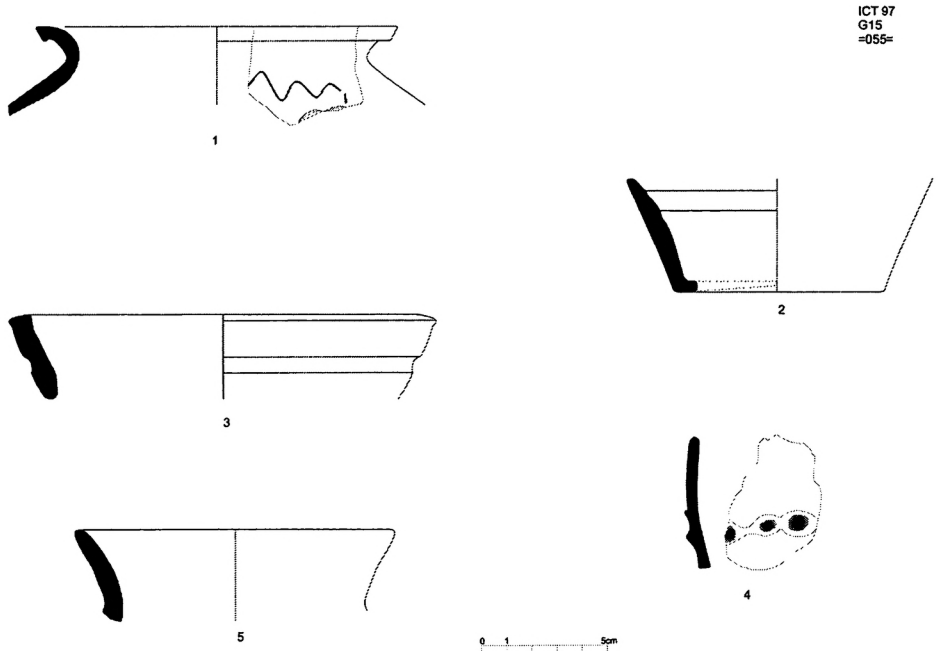


Figura 6. Cerâmica relacionada com a fase de construção do recinto defensivo. Campanha de 97. quad. G15, U.E. =055= (desenhos: António Freitas).

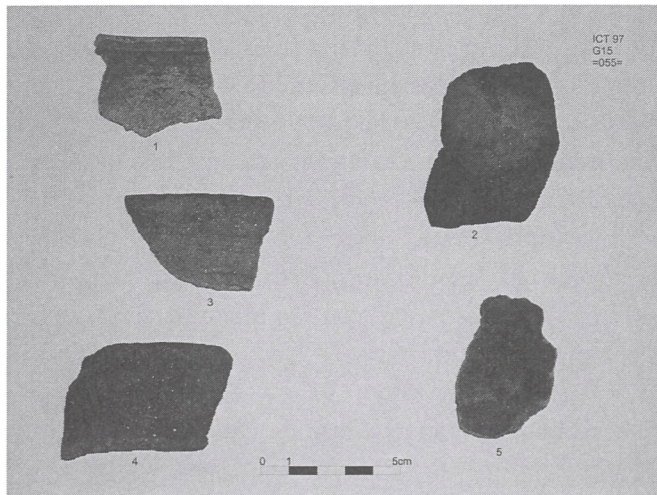


Figura 7. Cerâmica relacionada com a fase de construção do recinto defensivo. Campanha de 97. quad. G15, U.E. =055= (fotografia: António Freitas)

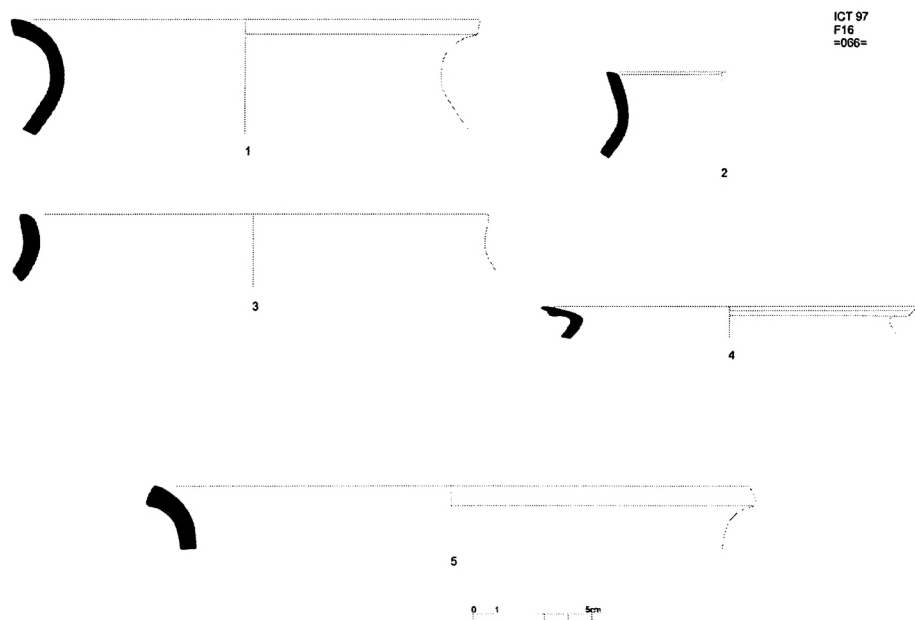


Figura 8. Cerâmica relacionada com a fase de construção do recinto defensivo.
Campanha de 97. quad. F16, U.E. =066= (desenhos: António Freitas)

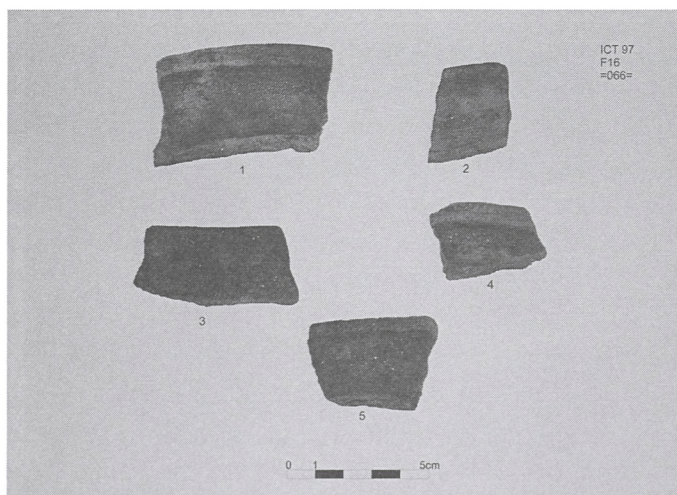


Figura 9. Cerâmica relacionada com a fase de construção do recinto defensivo.
Campanha de 97. quad. F16, U.E. =066= (Fotografia: António Freitas).

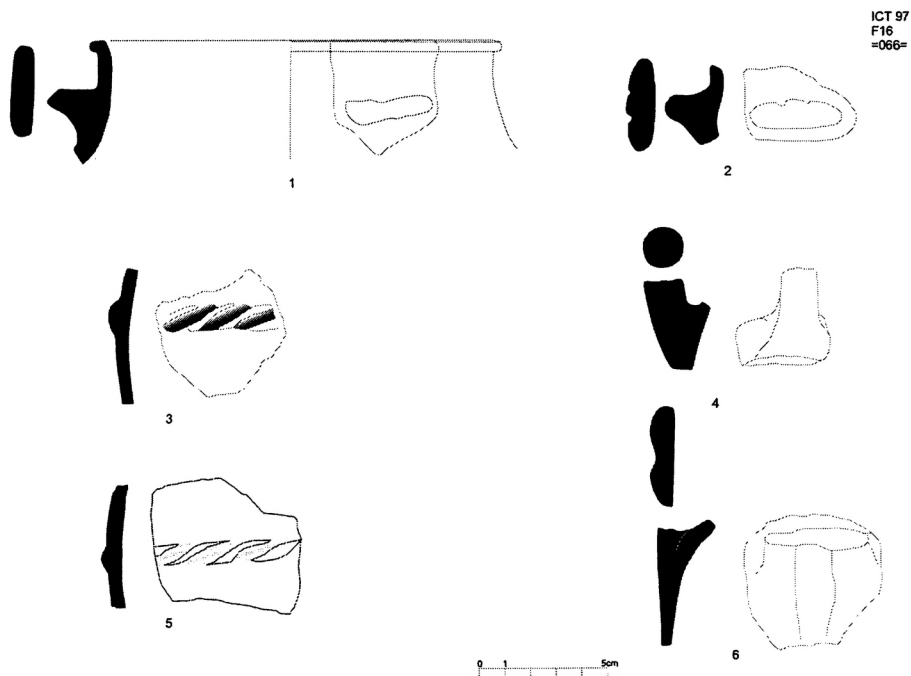


Figura 10. Cerâmica relacionada com a fase de construção do recinto defensivo. Campanha de 97. quad. F16, U.E. =066= (desenhos: António Freitas).



Figura 11. Cerâmica relacionada com a fase de construção do recinto defensivo. Campanha de 97. quad. F16, U.E. =066= (fotografia: António Freitas).

interstícios entre os batólitos graníticos que constituíam a base geológica da plataforma Norte, onde se procedeu às referidas sondagens. Onde esses interstícios se tornavam mais largos, houve uma clara intenção de os preencher, criando um enrocamento de base com pedra miúda ao qual se adicionou saibro e terra, de forma a viabilizar a utilização desse espaço sobre uma superfície horizontal.

Foi destes contextos (ICT 97, quad. G15 U.E. =055=; ICT 97 quad. F16 U.E. =066=) que saiu a quase totalidade dos materiais cerâmicos medievais exumados na intervenção arqueológica realizada no Outeiro do Castelo.

Mais uma vez, se as nossas propostas cronológicas se revelarem corretas, a datação destes contextos deverá situar-se em torno dos meados do século XI.

Se, no que diz respeito à cozedura, pastas e acabamento não se detetam diferenças significativas relativamente ao conjunto anterior, já no que se refere às formas e às decorações é de realçar uma maior variabilidade, observando-se nomeadamente maior diversidade entre as painéis e os potes. Deve ainda destacar-se a presença de asas de rolo e as decorações por aplicação plástica, nomeadamente os cordões horizontais, entrançados ou com digitações.

8. *A ermida de São Pedro*

Em 1998 e 1999, tivemos oportunidade de escavar integralmente um edifício localizado a meia encosta na vertente poente do Outeiro, o qual não temos dúvidas em identificar com a antiga Ermida de São Pedro, dando corpo à tradição que nunca a esqueceu, e recordando memórias escritas que nos fazem recuar, pelo menos, até ao reinado de D. João I.

As escavações arqueológicas incidiram sobre uma plataforma delimitada por dois muros – poente e nascente - que aparentemente ali tinham sido construídos pelos lavradores que até há poucas dezenas de anos cultivavam as terras da ilha. Na realidade, os lavradores apenas aproveitaram os alicerces de duas das paredes – Este e Oeste – de um antigo edifício ali existente, acrescentando-lhe algumas fiadas de pedra. As paredes Norte e Sul, que completavam o antigo edifício, vieram a ser descobertas no decorrer dos trabalhos arqueológicos, e hoje estão já totalmente visíveis as ruínas da lendária Ermida de São Pedro.

Desconhece-se a data exata da sua fundação, mas sabe-se que já existe pelo menos desde 1421. Era nessa altura propriedade do rei D. João I, que a doou a Álvaro Gonçalves da Maia como contrapartida pelos serviços que lhe haviam sido prestados por este nobre (Neves 1980: n° 333).

Tratava-se, inicialmente, de um edifício simples, de planta retangular, com entrada orientada a Sudeste (figura 12). Possuía cobertura de telha de meia cana e media 7,7



Figura 12. Ermida de São Pedro, após o termo das escavações que a puseram a descoberto (fotografia: A. Lima).

x 4,7, a que corresponde uma área útil de 35,24 m². Possuía certamente um soalho de madeira, o qual assentava sobre pedras salientes na base da parede (*cf.* figura. 3).

Deve ter tido uma vida curta, pois na primeira metade do século XVI foi arrasada ao ponto de só subsistir a fiada inicial das suas paredes, o que se terá devido a uma forte e destruidora cheia do Douro, muito provavelmente a de 1526 (Aires *et al* 2000), que é, aliás, a mais antiga de que há testemunho escrito para além daquela que a inscrição de Gonçalo Moniz perpetuou na pedra em 1180. A ser assim, as águas do Douro teriam que ter atingido, nessa data, junto à foz do rio Paiva, que é considerado um dos maiores contribuintes para as cheias do Douro (*idem*), a cota 19, o que corresponde a uma cheia verdadeiramente extraordinária mas que encontra correspondência na deposição de uma espessa camada de areia fina arqueologicamente documentada sobre o alicerce da ermida de São Pedro do Outeiro do Castelo.

Sobre essa camada de areia, e antecedendo a reconstrução do edifício – não sabemos se ainda com a função de ermida - foram encontrados vários fragmentos de uma única peça de cerâmica de luxo que certamente se partiu naquele local. Trata-se de uma imitação de Majólica italiana, fabricada em Sevilha e datável da segunda metade do século XVI (figura 13).

Estas cronologias – quer a de construção, quer a de destruição – encontram também eco num conjunto de sete numismas encontrados na escavação da ermida:

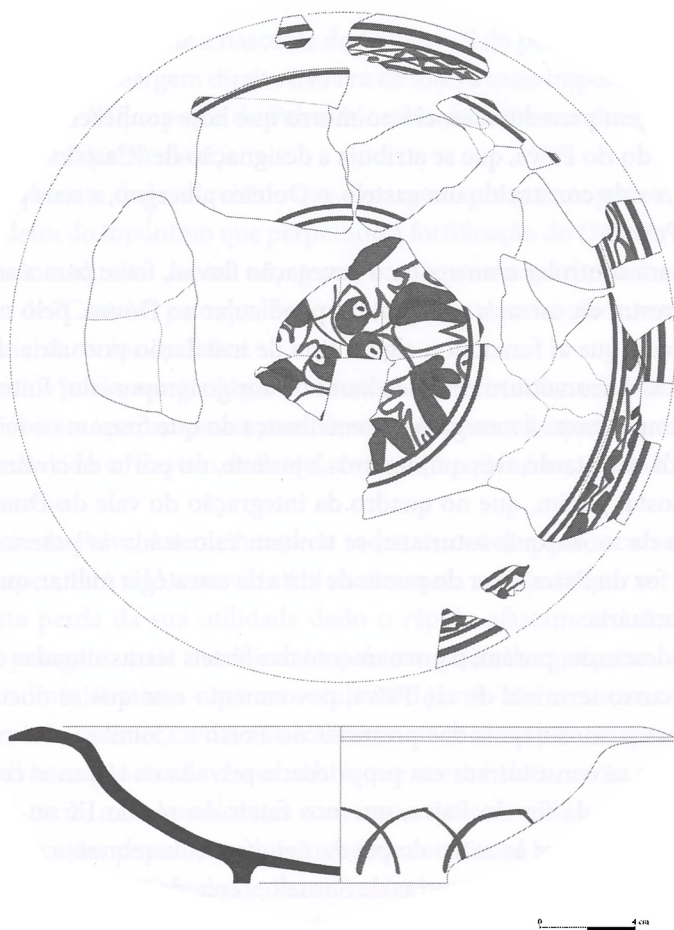


Figura 13. Imitação de Majólica italiana, fabricada em Sevilha, datável da segunda metade do século XVI (desenho e classificação: Ana Sampaio e Castro).

provenientes da campanha de 98, três ceitis, balizados entre os reinados de D. João II e D. João III (1477 – 1557), que nos dão um *terminus post quem* para a reconstrução da ermida; e provenientes da campanha de 99, quatro dinheiros, balizados entre os reinados de D. Sancho II e D. Afonso III (1223 – 1279), que nos dão um *terminus post quem* para a construção inicial⁶.

Ainda na segunda metade do século XVI ou já nos inícios da centúria seguinte, o edifício foi reconstruído, mas não podemos assegurar que tivesse mantido a função primitiva. Para que em meados do século XVIII estivesse novamente reduzida a ruínas, acabando as suas paredes por servir de limite a socalcos agrícolas que foram usados até ao século XX.

⁶ Numismas classificados e descritos pelo Prof. Doutor Mário Jorge Barroca, a quem agradecemos.

Conclusão

Sem margem para dúvidas, era ao morro que hoje conhecemos por “Outeiro”, situado na foz do rio Paiva, que se atribuía a designação de “Castelo de Paiva”. Muito antes de ali ter sido construído um castelo, o Outeiro albergou, a seus pés, um porto: o “porto de Paiva”.

Fosse para controlar e/ou apoiar a navegação fluvial, fosse para a articular com o tráfego terrestre da *carraria antiqua*, perpendicular ao Douro, pelo menos desde o Baixo-império que aí funcionou algum tipo de instalação portuária. De que tipo, não o sabemos. Ancoradouro? Fundeadouro ou abrigo temporário? Entrepasto fiscal destinado a impor taxas à navegação à semelhança do que fizeram os reis asturianos alguns séculos mais tarde, três quilómetros a jusante, no porto da *civitas Anegia*?

Não consta, porém, que no quadro da integração do vale do Douro na esfera de influência da monarquia asturiana, se tenham valorizado as potencialidades do “Outeiro” da foz do Paiva, quer do ponto de vista da estratégia militar, quer enquanto instalação portuária.

Não se descurou, porém, o povoamento das férteis terras situadas em ambas as margens do curso terminal do rio Paiva, povoamento esse que se documenta logo em 883, escassos anos depois das presúrias do Porto e Coimbra. Foi neste quadro que certamente se constituíram em propriedade privada os terrenos cultiváveis em ambas as margens da foz do Paiva, que nos finais do século IX ou já nos inícios do século X foram parar às mãos do pai de *Ariulfo*, provavelmente por presúria, tal como havia acontecido com as terras de Souselo, cerca de 870. Em 939, este mesmo *Ariulfo* doou ao Mosteiro de Lorvão as propriedades nas quais veríamos nascer o Vilar de Paiva, antecessor do lugar do Castelo, na margem esquerda, e o couto de Vila Meã de Escamarão, na margem direita.

Em meados do século XI, seguramente antes de 1064, veríamos finalmente nascer uma fortificação na foz do Paiva, condição para a afirmação da autoridade dos infanções que beneficiaram das graças régias, nos últimos anos do reinado de Fernando o Magno de Leão e Castela. É neste quadro de profunda reorganização do território do vale do Douro que se constituem várias terras – circunscrições administrativas, militares e judiciais – antecessoras dos atuais concelhos. Entre elas contam-se a de Paiva, que superintende na margem esquerda do rio que lhe dá o nome; e a de Sanfins, cuja jurisdição se estende até ao mesmo rio, na margem oposta.

Abundam os testemunhos históricos – que encontram eco na memória viva de todos os que conviveram com o Douro antes da construção da barragem de Crestuma - Lever – que atestam que a união, por terra firme, entre o “Outeiro do Castelo” e a margem direita do Paiva não só não era contínua como não era exclusiva. Tempos

havia em que “a Paiva” corria a nascente do Outeiro. E do ponto de vista da atividade portuária, a ligação à margem direita não era de todo a mais importante. Tanto assim era que, no século XII, o porto de Paiva é localizado “entre as duas margens” e em nenhuma delas em particular.

E é também um dado adquirido que a margem que acabou por se constituir em legítima herdeira do topónimo que perpetuou a fortificação do Outeiro foi a margem esquerda e não a direita. Assim aconteceu com a mudança do nome de “Vilar de Paiva” para o de “Castelo”, pelo qual hoje conhecemos a povoação que se espria pela margem a jusante da foz do Paiva.

Não vemos pois que a geologia e os limites administrativos das terras medievais constituam óbice a que se possa considerar que o castelo que outrora existiu no “Outeiro” tenha sido o “Castelo de Paiva”, designação que só no século XIX se alargou a todo o concelho.

O castelo de Paiva, à semelhança de todos os castelos que o curso terminal do Douro conheceu, terá tido uma vida útil muito curta e acabaria por ser abandonado por manifesta perda da sua utilidade dado o rápido afastamento dos cenários de guerra para paragens mais meridionais; pela evolução das próprias características das divisões administrativas – que no século XIII já não são terras mas sim julgados, acentuando o seu carácter civil e não militar; e até mesmo pela adaptação das sedes do poder civil às exigências da classe nobre, que se estabelece, então, não em castelos mas em casas-torre, mais condicentes com o seu estilo de vida e com a proximidade à vida económica das populações cujo trabalho constitui a base da sua riqueza.

Talvez, no caso do Castelo de Paiva, tenha havido uma razão adicional para o seu declínio: o carácter destruidor das cheias do Douro, um rio que se destaca pela enorme diferença – por vezes avassaladora – entre os caudais de cheia e os caudais de estio. Dada a sua localização na foz do Paiva, que é considerado um dos maiores contribuintes para as cheias do Douro, não nos admiraria que a grande cheia de 1180, cuja memória a inscrição de Gonçalo Moniz perpetuou no Castelo de Paiva, tivesse marcado o fim precoce desta fortificação.

Um dia, quando até o “prazo de validade” das barragens sucumbir ao peso do devir dos tempos, talvez tenhamos oportunidade de também vir a estudar os testemunhos da atividade portuária que o século XI viu florescer no sopé do Castelo. Esses testemunhos não deverão divergir muito daqueles que nos terão sido deixados pelo mundo dos arrais e dos rabelos, da construção naval, da feira, das tendas e das vendas, dos azeméis e dos almocreves que, em pleno século XX, fazia do porto do Castelo o de “maior movimento de todo o rio Douro”.

Bibliografia

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo – *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3º (Código de Referência: PT/TT/CHR/001-0003). Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3813643>

DMP, DP III = AZEVEDO, Rui de (Ed.), 1940 – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares (A.D. 1101 – 1115)*, tomo III, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

NEVES, C. M. Baeta (Dir.); ACABADO, Maria Teresa Barbosa; ESTEVES, Maria Luísa (1980) – *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Chancelarias Reais, vol. I, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento e Gestão de Florestas.

PMH, DC = *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 e ss.

PMH, Inq. = *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 e ss.

ESTUDOS

AIRES, Cristina; PEREIRA, Diamantino Ínsua; AZEVEDO, Teresa Mira (2000) – *Inundações do Rio Douro: Dados Históricos e Hidrológicos*. Comunicação apresentada às “I Jornadas do Quaternário da APEQ”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 12 e 13 de Outubro de 2000. Disponível em: <http://web.letras.up.pt/asaraujo/APEQ/p11.html>

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho (Das Origens a 1220)*, Porto, Faculdade de Letras (Trabalho Complementar para prestação de provas de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), policopiado.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 4 vols., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia

BARROCA, Mário Jorge (2004) – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI), *Portvgalia*, Nova Série, 25. Porto, pp. 181-203.

BRAVO, Manuel de Castro Pinto (1938) – *Monografia do Extinto Concelho de Sanfins da Beira*, Porto: Ed. Marânus.

FILGUEIRAS, Octávio da Lixa (1956) – Castelo de Paiva e o seu Porto Fluvial. Suplemento de *O Pejão*, Ano 8, nº 92, Castelo de Paiva, Empresa Carbonífera do Douro, Maio de 1956, p. 6-14

LIMA, António Manuel de Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XII)*, 3 vols., dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.

LIMA, António Manuel de Carvalho (2010-2011) – Povoamento e Organização do Território do Baixo Douro na Época da Monarquia Asturiana. *Portvgalia*, Nova Série, 31-32, Porto, pp. 83-114.

LIMA, António Manuel de Carvalho (no prelo, a) – Dois séculos de mudanças profundas (866–1065): O curso terminal do Douro, de Afonso III das Astúrias a Fernando I de Leão e Castela: In *História do Douro e do Vinho do Porto*, vol. 2, cap. III, Porto: Afrontamento.

LIMA, António Manuel de Carvalho (no prelo, b) – Do Castelo da Ilha à Ilha do Castelo: Notas sobre a ocupação medieval na foz do rio Paiva. In Silva, António M. S. P (coord.) – *No Tempo dos Mouros: Castelos do Baixo Douro ao Mondego na Época da Reconquista. Actas do Colóquio realizado em Arouca em 2011*, Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca.

PINHO, Margarida Rosa Moreira de (1947) – *Elementos para a História de Castelo de Paiva*. Coimbra: Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

RIBEIRO, João Pedro (1836) – *Dissertações Chronologicas e Criticas Sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da *et al.* (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Paiva*. Porto: Universidade Portucalense.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1994) - O Foral Manuelino da Terra de Paiva: Uma Preciosidade Patrimonial. *Poligrafia*, 3, Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, pp. 7-18.

CERÂMICA DO PERÍODO DA “RECONQUISTA” (SÉCULOS X-XI) PROVENIENTE DO CASTELO DE CRESTUMA (VILA NOVA DE GAIA)

António Manuel S. P. Silva¹; Laura C. P. Sousa²

O Castelo de Crestuma: caracterização e historiografia

O sítio arqueológico do *Castelo* de Crestuma está localizado numa elevação com cerca de 57 metros de altitude máxima, situada na margem esquerda do rio Douro, no lugar homónimo da freguesia de Santa Marinha de Crestuma, em Vila Nova de Gaia, com as coordenadas geográficas 41°04'06.97"N e 8°30'12.53"O (WGS84) para um ponto sensivelmente central (figura 1). Pode caracterizar-se essencialmente como um esporão rochoso dominante sobre o rio, assente sobre um maciço geológico tradicionalmente designado como do complexo xisto-grauváquico (figura 2), que se encontra ladeado por duas zonas arenosas onde desaguam linhas de água tributárias do Douro: a montante ou Nascente, o areal do Esteiro; a jusante o de Favaio (figura 3). Um pouco a Sudoeste acha-se uma outra elevação a cota similar, conhecida como

¹ Arqueólogo. Coordenador do *Projecto CASTR'UÍMA*; Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-CQ); CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Minho). amspsilva@hotmail.com.

² Arqueóloga. Co-directora do *Projecto CASTR'UÍMA*; Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR-CQ); CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto). laura_sousa@hotmail.com.

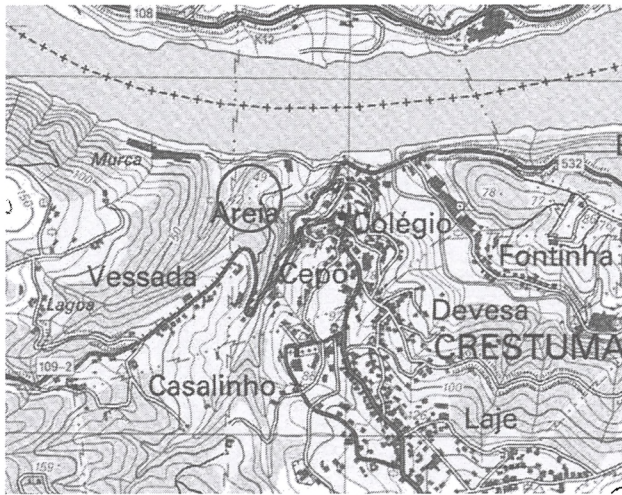


Figura 1. Localização do Castelo de Crestuma na Carta Militar de Portugal 1:25 000, folha nº 122.

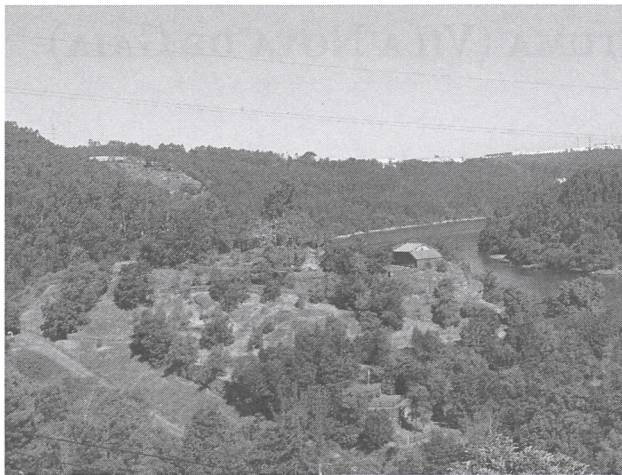


Figura 2. Perspectiva do monte do Castelo de Crestuma, visto sensivelmente de Sudeste (foto A. M. Silva).

Vessada ou Outeiro, separada do morro do Castelo por um fosso artificial cavado na rocha, em parte ainda perceptível, noutros troços descaracterizado por obras recentes (figura 4).

O topónimo *Crestuma*, resultará, segundo a explicação filológica que se colhe já no *Diccionario Geográfico* do P.^o Luís Cardoso, da aglutinação dos substantivos *castro* e *Uíma* (Cardoso 1751: 155), aludindo ao nome do rio que nasce no lugar de Duas Igrejas (Romariz, Santa Maria da Feira) e desagua no Douro naquela freguesia gaiense, poucas centenas de metros a Nascente do Castelo. A menção mais antiga a

este topónimo remonta aparentemente ao século XII, num documento aliás falso, datado de 922³, que relata a visita de Ordonho II, rei da Galiza e Leão, a D. Gomado, suposto bispo de Coimbra que entretanto se recolhera a um mosteiro localizado no diploma *in locum castrumiae ad illam focem ubi cadit in dório*. Não obstante o interesse deste documento, apesar de espúrio, para a interpretação histórica do que seria esse *locum castrumiae* em tempos medievos (Silva; Guimarães 2011: 11-12), o mesmo não qualifica nem sugere a natureza do local ou o enquadramento do cenóbio, com



Figura 3. O morro do Castelo, ladeado pelos areais do Esteiro (à esquerda na foto) e de Favaios, visto da margem fronteira do Douro (foto A. M. Silva).



Figura 4. O complexo arqueológico de Crestuma engloba vários locais, eventualmente correspondendo a distintas fases de ocupação (foto C. M. Gaia).

³ Publicado nos *Diplomata et Chartae* com o nº 25. Sobre a natureza deste documento cfr. David 1947, p. 246-7 e Oliveira 1956, p. 44-50.

excepção da circunstância de aí estar situado um porto ou fundeadouro, atendendo a que a comitiva real terá chegado a Crestuma, vinda de *Portocale*, de barco.

O já citado P.º Luís Cardoso dá também voz à memória castrense do sítio, registando que [...] *he este Lugar antigo: nelle se divisão vestigios de um Castello, a que antigamente chamavão Castrum* [...] (*Idem, ibid.*), tradição que Pinho Leal, mais de um século depois, ainda evoca, aludindo aos vestígios de *uma torre ou castelo* que integrariam o castro que deu o nome à freguesia (Leal 1874: 447). Todavia, seria preciso esperar ainda mais de meio século para que o Castelo de Crestuma chamasse finalmente a atenção de um estudioso das terras de Santa Maria, Arlindo de Sousa, que em 1943 e 1957 visitou o local e recolheu notícias de vários achados arqueológicos feitos no monte do Castelo e suas imediações.

Estes achados incluíam cerâmicas antigas, fragmentos arquitectónicos, uma inscrição romana em granito e sepulturas (Sousa 1945; 1957), elementos que, à excepção do fragmento de lápide funerária (Silva 1994: 121; Guimarães; Guimarães 2001: 45-46), não foi possível confirmar ou localizar, se bem que, a avaliar pelo enunciado do autor, aparentem ser genericamente correspondentes a uma “estação lusitano-romana”, como o mesmo aliás os classifica (Sousa 1945: 405, nota 5).

Não obstante, as referências de Arlindo de Sousa ao aparecimento de sepulturas sugerem a existência de necrópoles em dois pontos distintos. Complementando a alusão a “várias sepulturas cavadas na rocha” que observou na visita que fez a Crestuma no verão de 1943 (*Idem, ibid.*), o autor regista mais tarde que informadores locais lhe teriam mencionado o aparecimento de “sepulturas cavadas na fraga” na “base do Outeiro” (Sousa 1957: 16), o que pode entender-se, em nossa opinião, como estando localizadas algures entre esta elevação e a do Castelo. Neste mesmo trabalho, porém, Arlindo de Sousa indica também que quando se recolhia pedra para a construção dos muros laterais da estrada nº 109-2, junto ao lugar da Vessada (obra que terá tido lugar nos começos da década de 1950) “apareceram diversas sepulturas, cavadas nas fragas, de vários tamanhos, isoladas ou em grupos, principalmente de duas, havendo dentro delas fragmentos de cal, de tijolos e de telhas, estando algumas cobertas com terra e outras com pedaços de lousa” (*Idem*: 17).

Assim, poderemos talvez encarar a evidência de duas necrópoles. Esta última, situada entre o Outeiro e a Vessada, possivelmente de cronologia romana, considerando notícias posteriores que dão conta do achado de moedas, presumivelmente romanas, durante esses trabalhos (Guimarães *et al.* 2013: 47), contexto com o qual poderia talvez relacionar-se quer o epitáfio já referido, datado dos séculos I ou II (Guimarães; Guimarães 2001: 46), quer porventura o “fragmento de lousa preta, adornada” (Sousa 1945: 405, nota 5), dito mais tarde como “talvez do silúrico de Valongo, com desenhos” (*Idem* 1957: 17), peça que poderá aproximar-se das estelas funerárias

em xisto provenientes de Valongo, Castelo de Paiva e de Alvariza, no Nordeste de Arouca, epitáfios de distintas cronologias mas que poderão traduzir idêntica tradição ou oficina (Silva; Ribeiro 2002: 534-5). O segundo núcleo sepulcral, aparentemente situado mais a Norte, entre os montes do Outeiro e do Castelo e do qual recolhemos ainda recentemente muito vaga tradição oral, corresponderá às “sepulturas cavadas na fraga” na “base do Outeiro” memoradas por Arlindo de Sousa (1957: 16) e para as quais podemos admitir tanto uma cronologia romana como medieval, à falta de outros elementos.

O morro do Castelo, que Arlindo de Sousa considerou, como vimos, uma estação “lusitano-romana” (Sousa 1945: 405, nota 5) foi visitado em finais da década de 1970 por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, pioneiro dos estudos de castelologia medieval no Norte de Portugal, que reconheceu no sítio uma fortificação medieval, sugerindo porém antecedentes castrejos ou pelo menos uma ocupação tardo-romana (Almeida 1978: 11, 36, 51). Posteriormente, o mesmo autor volta a referir-se ao castelo de Crestuma, acentuando a sua cronologia altimedieval e caracterizando-o, conjuntamente com o de Castelo de Paiva, como [...] *estranhos castelos... [que] pertenceram à mesma época [...] [século V]* (Almeida 1989: 43; 1992: 374). Sem maiores precisões cronológicas, a estação arqueológica continuou nos anos subsequentes a ser classificada essencialmente como um castelo ou atalaia medieval (Guimarães 1993b: 20; Silva 1994: 66), não obstante os abundantes fragmentos de *tegulae* recolhidos nos areais do sopé (Guimarães 1993a), e só em data mais recente o carácter multiperiodal do complexo arqueológico foi devidamente valorizado (Guimarães; Guimarães 2001; Silva 2007).

2. O projecto CASTR’UÍMA e o faseamento da ocupação do sítio arqueológico

A aquisição por parte do Município de Vila Nova de Gaia de uma substancial área da estação arqueológica e a criação do Parque Botânico do Castelo, no âmbito do programa municipal de ampliação e valorização dos espaços naturais do concelho, travou o estado de crescente degradação em que o sítio se encontrava, quer na sequência de algumas obras públicas sem o devido planeamento de salvaguarda (Guimarães; Guimarães 2001), quer pela pressão resultante dos usos indevidos do local, nomeadamente por parte de motociclos, afastando ainda outras ameaças que se avizinhavam.

A nova política de salvaguarda e valorização do Castelo de Crestuma levou a uma parceria entre o Gabinete de História, Arqueologia e Património (ASCR/ Confraria Queirosiana) e o Parque Biológico de Gaia (actualmente Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.), entidade gestora daquela área verde e que desde 2010 tem financiado o projecto de investigação submetido à aprovação das entidades de

tutela (Guimarães *et al.* 2010) e ao abrigo do qual foram levadas a cabo campanhas de trabalhos arqueológicos, entre 2010 e 2013 (Pereira 2011; Guimarães *et al.* 2013; Silva; Guimarães 2013a; 2013b).

Como principal resultado destas acções, para além da plena confirmação do potencial arqueológico da estação e da reunião de um significativo conjunto de espólio, nomeadamente cerâmica e vidros, foi possível propor um primeiro faseamento da ocupação antrópica do local (Silva; Guimarães 2011; 2013a), naturalmente ainda em fase de afinação, mas que pode sintetizar-se da forma seguinte.

Fase 1 – Ocupação proto-histórica. Detectável por enquanto apenas com base num conjunto de cerâmicas manuais, ordinariamente micáceas e sem decoração, que ocorrem em diversas áreas das que têm sido intervencionadas. Não se encontraram ainda estruturas ou depósitos homogéneos desta fase, que podemos situar, conjecturalmente, entre os séculos V e II a.C.

Fase 2 – Ocupação romana (séculos I – IV). Deste período não se encontraram ainda quaisquer estruturas ou elementos artefactuais no morro do Castelo, sendo todavia de presumir que o complexo arqueológico os venha a evidenciar no futuro, considerando o achado da lápide funerária acima referida.

Fase 3 - Ocupação tardo-romana e da Antiguidade Tardia (séculos IV/V – VI/VII). São desta época, na verdade, a maior parte do espólio recolhido e, presumivelmente, também a maior parte das evidências estruturais, especialmente as negativas, já detectadas nos sectores em escavação no topo do monte e plataforma Nordeste. Do mesmo modo, pertencem a esta fase de ocupação a maior parte do espólio exumado nas sondagens feitas no areal de Favaios, bem como, presumivelmente, a estrutura interpretada como possível cais de atracagem colocado à vista, à cota de maré, em Setembro de 2012.

Fase 4 – Ocupação do período da “reconquista cristã” (séculos IX-XI). Não sendo ainda seguro que o local tenha estado desocupado entre os séculos VIII e IX (simplesmente não se identificam materiais arqueológicos que possam atribuir-se a estas centúrias), parece mais claro, por idêntica análise artefactual e a opinião de outros investigadores que se debruçaram sobre a estação, como o já citado C. A. Ferreira de Almeida, que o morro do castelo tenha servido de assentamento a um ponto fortificado nesta época, questão a que voltaremos mais adiante.

Fase 5 – Ocupação das épocas moderna e contemporânea (séculos XVII/XVIII a XX). Desconhecemos igualmente quando terá sido abandonada a fortificação medieva e qual a função daqueles terrenos entre essa data e o século XX, altura em que o monte foi aparentemente partilhado entre duas quintas, cujos proprietários o utilizaram para uso florestal, agrícola e de criação de gado. Atendendo aos materiais cerâmicos dos depósitos de cobertura no topo do Castelo, essa utilização poderá recuar-se pelo menos até aos séculos XVII ou XVIII.

3. Trabalhos efectuados e evidência arqueológica; o horizonte medieval

Duas das principais evidências arqueológicas do morro do Castelo podem ser observadas por qualquer visitante sem qualquer escavação arqueológica e são significativas em si mesmo: o reaproveitamento de material edílico em granito proveniente de antigas construções e a intensa arquitectura negativa exibida por todas as superfícies rochosas aflorantes.

Na verdade, chama a atenção a grande quantidade de pedras de granito aparelhado que podem topar-se nos diversos muros de socalco das plataformas e que integram também uma pequena construção com anexo, de finalidade agrícola, associada a uma larga eira existente no topo do cabeço. Ora sendo de génese xisto-grauvática a litologia local, tais blocos são claramente de origem exógena (se bem o granito se encontre, a pouca distância, nas freguesias vizinhas) e certamente não foram carreados monte acima para a erecção daquelas construções, tendo sido mais provavelmente reaproveitados de antigas estruturas pétreas, fossem muralhas ou outros edifícios. Não raro, surgem alguns elementos arquitectónicos de lavra mais cuidada ou mesmo excepcionais, como a base de coluna que se achava reutilizada na base de uma das paredes da construção agrícola referida, havendo notícias da recolha no local de um outro fuste, também em granito, cujo paradeiro se desconhece. O uso do granito, porventura associado ao xisto e às rochas de grauvaque, documenta-se igualmente na estrutura de atracagem descoberta na praia de Favaios, e muito especialmente num conjunto de pedras de grande porte, com marcas de trabalho próprias da cantaria romana, que se encontravam próximo daquele areal e que terão sido levantadas de razoável profundidade pelas obras relacionadas pela instalação do gasoduto na década de 1990, elementos possivelmente relacionados com a estrutura de atracagem atrás mencionada (Guimarães *et al.* 2013: 52; Silva; Guimarães 2013a: 15).

Por outro lado, e este elemento é ainda mais extraordinário, observa-se que todo o cabeço, desde o topo às margens do Douro, foi objecto de uma intensa (e porventura prolongada no tempo) arquitectura negativa, ou subtractiva, que produziu nas rochas aflorantes ou descobertas por escavação milhares de cortes,

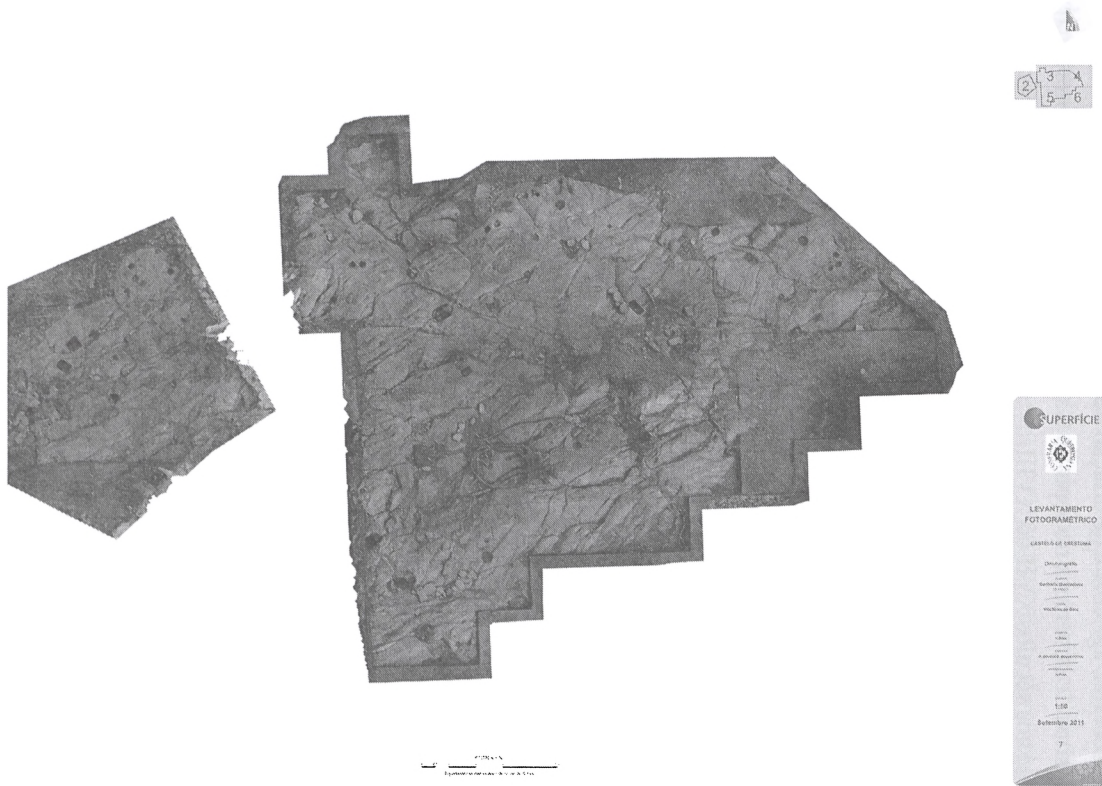


Figura 5. Levantamento aerofotogramétrico do topo do Castelo (sector A), no final da campanha de 2011, podendo apreciar-se a grande quantidade de "buracos de poste" e outros entalhes. Levantamento: Superfície, Topografia Lda.

entalhes, degraus, rebaixamentos e sobretudo o que na tradição arqueológica se designa por “buracos de poste”, aqui traduzidos por orifícios de planta circular, oblonga, quadrangular ou rectangular, com diâmetros ou larguras variáveis entre os cinco e os 60 cm e profundidades na mesma ordem de grandeza, medidas aqui meramente indicativas uma vez que o seu inventário e registo individual está ainda em curso (figura 5).

Se nas zonas de encosta e quebra de cota parece tentador relacionar estes entalhes (nuns casos seguramente destinados ao assentamento de silhares em pedra; noutros provavelmente feitos para a implantação de postes em madeira, mas em muitos outros casos com forma e dimensões que em nada se ajustam a tais funções) com eventuais linhas de muralha, a observação atenta de alguns troços não sugere qualquer continuidade de módulo ou tipologia construtiva; ao mesmo tempo que a profusão em que os mesmos entalhes surgem por toda a área do morro sugere, isso sim, uma complexa e densa rede de construções em madeira (figura 5). As escassas estruturas positivas, restos de pequenos muretes e por vezes fiadas de lajetas de xisto parecendo nivelar algumas superfícies rochosas de maior pendente, dificilmente se articulam, por enquanto, com a nuvem de entalhes e orifícios que enxameia o monte, quer em planimetria, quer em estratigrafia (Silva; Guimarães 2013b).

Não lográmos ainda obter datações absolutas ou outros dados que permitam situar no tempo estas estruturas negativas, observando-se porém alguma estratigrafia relativa, considerando que algumas delas foram refeitas ou encontram-se truncadas por outras. Estarão certamente relacionadas com as fases de ocupação 3 (antiguidade tardia) ou 4 (reconquista cristã), sem que mais possamos adiantar de momento.

Como não possuímos ainda datações absolutas para os depósitos escavados no topo do Castelo de Crestuma, aliás muito superficiais e perturbados no que se refere às campanhas de 2010 e 2011, resta-nos a apreciação do espólio recolhido, ordinariamente proveniente desses depósitos heterogéneos (uma vez que a escavação dos entalhes que se achavam preenchidos não forneceu de um modo geral espólio significativo) para uma primeira aproximação ao horizonte medieval da ocupação de Crestuma, o que constitui o elemento principal desta primeira notícia.

4. As cerâmicas medievais do Castelo de Crestuma

O espólio ceramológico proveniente de Crestuma que consideramos poder ser atribuído a uma datação medieval procede essencialmente do Sector A, a área em escavação no topo do monte, se bem que se reconheçam materiais similares, em menor proporção, no Sector P (praia de Favaios), de onde seleccionámos alguns exemplares para as ilustrações deste trabalho. Pelas razões atrás indicadas, os fundamentos desta atribuição cronológica são principalmente tecnológicos, formais

e estilísticos, ou seja, baseadas na observação macroscópica das pastas cerâmicas, tratamento das superfícies e aspecto geral dos fabricos, bem como na identificação de algumas formas e decorações mais comumente reconhecidas em contextos medievos.

Estamos bem conscientes do carácter ainda incipiente, mesmo grosseiro, desta primeira aproximação, certamente a afinar à medida que da escavação resultem depósitos mais homogêneos, peças menos fragmentadas e com maior possibilidade de reconstituição morfológica e, naturalmente, datações absolutas que iluminem o faseamento estratigráfico. Considerando estas reservas, a distribuição cronotipológica geral das cerâmicas domésticas recolhidas em 2010 e 2011 no Sector A – que aliás representam apenas cerca de 11% do total das recolhas, dominadas pelo material cerâmico de construção – está ilustrada na Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição cronotipológica da cerâmica doméstica (Sector A, 2010-2011)

Grupos cronotipológicos	Nº fragmentos	%
Proto-histórica, Romana/tardo-antiga	962	48,9
Medieval	532	27,0
Pós-medieval	475	24,1
Totais	1969	100,0

A contabilização foi feita apenas por número de fragmentos sem colagens, não se justificando o cálculo de *Número Mínimo de Indivíduos* ou outras abordagens pela natureza dos materiais e a própria incerteza na sua classificação. As louças englobadas nos grupos da cerâmica proto-histórica, romana e tardo-antiga representam perto de metade do espólio cerâmico e incluem, para além de um pequeno conjunto de peças datáveis da Idade do Ferro, com pastas fortemente micáceas, os tipos mais óbvios da cerâmica romana, como a *terra sigillata*, as cinzentas finas tardias ou as ânforas, *dolia* e outros materiais importados, e ainda aquelas cerâmicas de pasta clara mais fina e depurada, por vezes engobadas, cujas formas sugerem a tradição de formas clássicas.

Consideramos como “medievais” cerca de 27% dos fragmentos. Correspondem a peças rodadas, de pastas ordinariamente mais grosseiras, ainda que de superfícies alisadas, com cozedura oxidante ou redutora, e representam, quando permitem definição formal, a vasilhas mais ou menos típicas destes ambientes, como é o caso dos alguidares de fundo em disco ou jarros, e sobretudo potes e painéis, predominando naturalmente as formas fechadas. Por fim, não deve surpreender a grande representação dos materiais cerâmicos pós-medievais (24%), nomeadamente

louça fosca vermelha e preta, vidrados de chumbo, faianças e porcelanas, atendendo à pouca espessura da generalidade dos depósitos e à utilização agrícola do sítio pelo menos desde o século XVIII, como se depreende pelos materiais recolhidos.

Voltando ao conjunto cerâmico genericamente considerado como medieval, recordamos que o seu elevado grau de fragmentação impede qualquer ensaio de reconstituição formal, sendo escassos, por consequência, os morfotipos característicos. Ainda assim, parecem reconhecer-se algumas das formas principais normalmente identificadas nos conjuntos oláricos desta época, como veremos. Dadas as dificuldades de inserção cronológica mais precisa do horizonte medieval de Crestuma, evitamos por enquanto qualquer análise de base quantitativa.

Os tipos de recipientes mais representados serão certamente os correspondentes a formas fechadas, mais ou menos bojudas e de colo estreitado, ou seja painéis, olas e potes, que podem às vezes ser providos de asas de fita (figuras 6 a 8). Encontramo-los numa vasta panóplia de pastas e aspecto de superfície, variando igualmente a inflexão do bordo, ordinariamente em aba revirada externamente. Por vezes ocorre decoração, aparentemente cingida à parte superior das panças, observando-se motivos comuns como as linhas incisivas horizontais ou em meandros e os inevitáveis cordões plásticos, com incisões oblíquas ou impressões digitais.

Reconhece-se igualmente a presença de jarros, destinados ao serviço de líquidos, muitas vezes representados por largas ou esguias asas de fita, decoradas com motivos incisivos em diversos esquemas ornamentais (figuras 6 e 7). Os bordos, circulares ou trilobulados, têm aparecido com menor frequência.

Por fim, deve destacar-se a ocorrência de alguns fundos de alguidares de base alargada, conhecidos também como “de fundo em disco”, liso ou digitado no rebordo, um tipo bastante característico da cerâmica medieval e que parece ter-se produzido apenas a partir dos séculos IX-X, se bem que tenha perdurado até à Baixa Idade Média. Com efeito os contextos mais antigos onde estas peças são identificadas parecem ser o castelo de Arouca (Silva; Ribeiro 2007: 77-8; 2008: 56; Silva 2011: 8), o casal da Malafaia, também em Arouca (ver artigo de Silva e Ribeiro, neste mesmo volume), datados do século X ou eventualmente mesmo de finais da centúria anterior; as estações do Alto Mondego estudadas por Catarina Tente, onde estes alguidares são datados entre os séculos IX e X (Tente 2010: 398) e, em momento um pouco mais recente, o castelo de Matos (Baião), onde ocorrem em níveis de meados do séc. XI (Barroca 1988:164), para além naturalmente do grande conjunto de Conímbriga, certamente de cronologia similar à destes sítios, considerando a revisão cronológica efectuada por Adriaan de Man (De Man 2004; 2006; De Man; Soares 2007). As produções mais recentes não parecem ultrapassar o século XIII ou os começos do

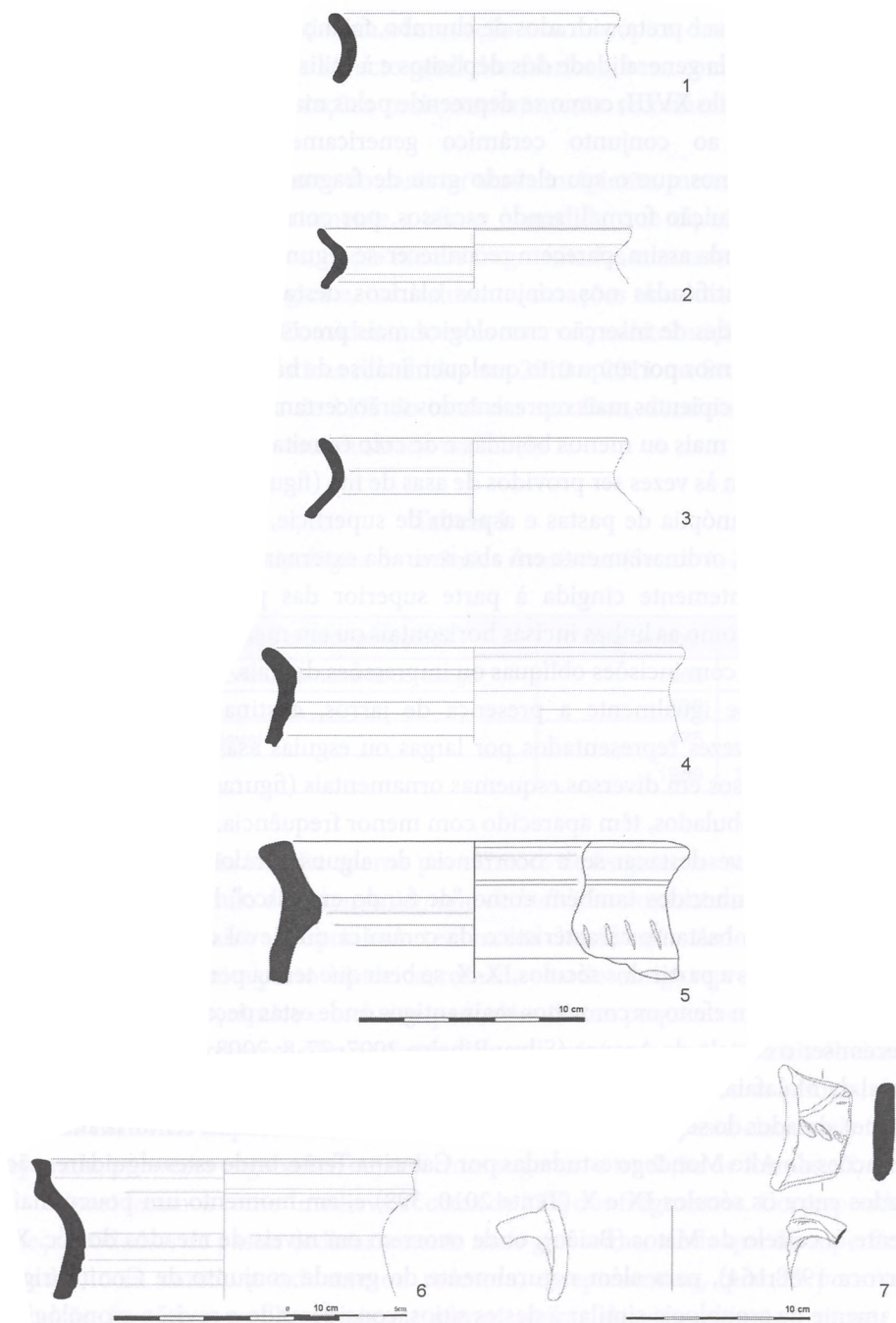


Figura 6. Cerâmica medieval de Crestuma. 1. potinho (A26-6); 2. panela (A66-2); 3. panela (A23-11); 4. pote (A26-5); 5. pote decorado com cordão e incisões (A51-3); 6. jarro (P40-1); 7. asa de jarro decorada com motivos impressos (A24-7). Desenhos: Amélia Marques; tintagem: Pedro Pereira.

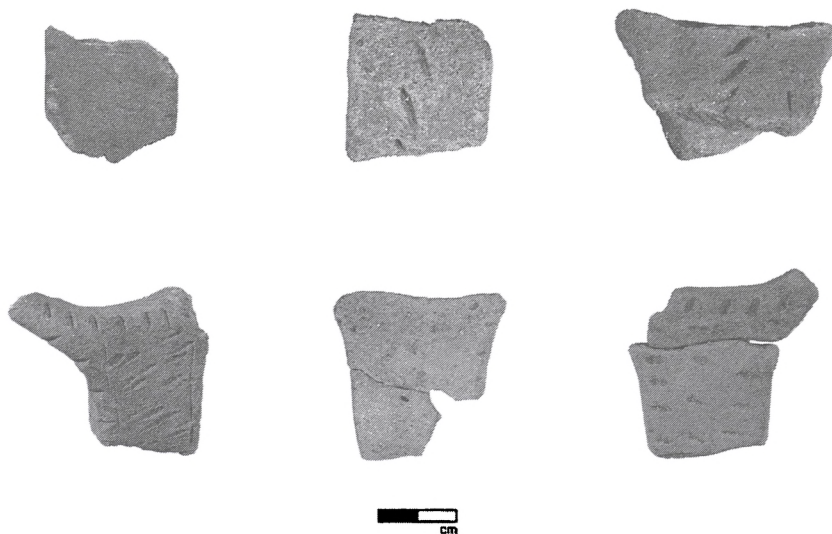


Figura 7. Cerâmica medieval de Crestuma. Diversas asas, provavelmente de jarros, decoradas com linhas incisadas e puncionamentos (da esquerda para a direita e de cima para baixo: A23-14; A23-60; A24-7; A23-13; A26-7; A21-18 (foto A. M. Silva).



Figura 8. Cerâmica medieval de Crestuma. Fragmentos de bordo e colo de um pote (A51-3) decorado com cordão e incisões. Ø 19,4 cm (foto M. Araújo).

XIV, como se exemplifica em Santa Cruz da Vilarça, Moncorvo (Rodrigues 1994; Rodrigues; Rebanda 1998), Sabugal Velho (Osório 2005) ou Viseu (Rodrigues 2012).

As decorações destas louças são escassas e traduzem-se essencialmente por cordões plásticos incisos ou digitados no bojo dos recipientes de maior dimensão, linhas incisas horizontais ou onduladas no corpo das painéis e os conhecidos puncionamentos ou unhas nas asas de fita (figuras 6 a 8). Estes últimos motivos (figura 7) talvez não possam circunscrever-se aos estilos da ornamentação cerâmica do período considerado mas não possuímos elementos por ora para propor cronologias mais antigas.

Desta forma, e em conclusão, muito embora se desconheçam ainda quer os principais traços arquitectónicos da ocupação do Castelo de Crestuma durante o período da designada “reconquista cristã”, quer o contexto histórico particular que terá enquadrado essa fortificação, a ocorrência de um conjunto relativamente significativo de cerâmicas domésticas atribuíveis a esta época, com paralelos em estações congêneres da bacia do Douro e do Norte de Portugal, deve ser sublinhada, aguardando-se os resultados das datações radiométricas em curso para validar estas cronologias e, porventura, acrescentar ao elenco artefactual desta fase de ocupação outros materiais cerâmicos, estes provenientes de depósitos de mais segura estratigrafia escavados já nas campanhas de 2012 e 2013.

Referências

ALMEIDA, Carlos A. F. (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens até 1220*. Trabalho complementar para apresentação de provas de doutoramento em História da Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado

ALMEIDA, Carlos A. F. (1989) – Castelos e cercas medievais, séculos X a XIII. In Moreira, Rafael, dir. – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 38-54

ALMEIDA, Carlos A. F. (1992) – Castelos medievais do Noroeste de Portugal. In *Finis Terrae. Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 371-385

BARROCA, Mário J. (1988) – A ocupação medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem. *Arqueologia*. 17. Porto, pp. 159-171

CARDOSO, Luís (1751) – Crestuma. In *Diccionario Geografico, ou Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares...* Tomo 2. Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, p. 755

DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. S.l.: Institut Français au Portugal

DE Man, Adriaan (2004) – Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7 (2). Lisboa, pp. 459-471

DE Man, Adriaan (2006) – *Conímbriga do Baixo Império à Alta Idade Média*. Lisboa: Sílabo

DE Man, Adriaan; Soares, António M. (2007) – A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10 (2). Lisboa, pp. 285-294

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993a) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *tegulae*. *Lvcerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*. Porto, 2.ª série, 3 (Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia, 1987), pp. 217-235

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993b) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. V. N. Gaia: Câmara Municipal/Solar Condes de Resende

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; Guimarães, Susana Gonçalves (2001) – O Castelo de Crestuma, uma estação arqueológica quase desconhecida. *Al-madan*. 2ª série. 10. Almada, pp. 43-47

GUIMARÃES, J. A.; Silva, António Manuel S. P.; Pinto, Filipe M. S.; Sousa, Laura C. P. (2010) – *Programa de investigação arqueológica e valorização cultural do Complexo Arqueológico do Castelo de Crestuma. Vila Nova de Gaia. Projecto CASTR'UÍMA*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História, Arqueologia e Património. Texto dactilografado

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; Silva, António Manuel S. P.; Sousa, Laura C. P.; Pinto, Filipe M. S. (2013) – O Complexo Arqueológico de Crestuma - Resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas. In *Terra de Santa Maria: espaços de cultura em debate no 10º aniversário da revista Villa da Feira* (Coord. Filipe M. Soares Pinto). Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Feira, pp. 45-67

LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho (1874) – Crestuma. In *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico...* Vol. 2. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, pp. 447-448

OLIVEIRA, Miguel de (1956) – «Os territórios diocesanos». *Lusitania Sacra*. 1. Lisboa, pp. 29-50

OSÓRIO, Marcos (2005) – Sabugal Velho: um povoado, duas ocupações. In *Catálogo da Exposição 25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior*. Trancoso: ARA, pp. 31,55

PEREIRA, Pedro (2011) – Trabalhos arqueológicos no Castelo de Crestuma (Crestuma, Vila Nova de Gaia) – Campanha de 2011. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. 2. Porto, pp 303-5

RODRIGUES, Miguel A. (1994) – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (Sécs. XII-XIII)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto dactilografado

RODRIGUES, Miguel A.; Rebanda, Nelson (1998) – Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Stª. Cruz da Vilarça. In *2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal, pp. 101-126

RODRIGUES, Patrícia F. L. (2012) – *Cerâmicas medievais do morro da Sé de Viseu: fossas-lixeira do Pátio do Museu Grão Vasco*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Universidade de Coimbra. Texto policopiado

SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado

SILVA, António Manuel S. P. (2007) – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património Arqueológico; Património Geomorfológico. Relatório Final*. Vila Nova de Gaia. Texto dactilografado. Disponível em <http://www.gaiurb.pt/pdm.htm>

SILVA, António Manuel S. P.; Guimarães, J. A. Gonçalves (2011) – O Castelo de Crestuma revelado pela Arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico. *Boletim da*

Associação Cultural Amigos de Gaia. Vol. 13, n.º 73. Vila Nova de Gaia, pp. 5-13

SILVA, António Manuel S. P.; Guimarães, J. A. Gonçalves (2013a) – *Castelo de Crestuma: a arqueologia em busca da história*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-Confraria Queirosiana

SILVA, António Manuel S. P.; Guimarães, J. A. Gonçalves (2013b) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia e a ocupação tardo-antiga no Baixo Douro. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. [DVD]. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 883-893

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (2002) – A necrópole tardo-romana de Alvariça (Espionca, Arouca): algumas notas para uma revisão crítica. In *Actas do 1º Congresso da Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Vol. 1. Porto/Arouca, pp. 523-542

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (2007) - Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica. *Portugalia*. Nova Série. 27-28 (2006-2007). Porto, pp. 69-88

SILVA, António Manuel S. P.; Ribeiro, Manuela C. S. (2008) - Cerâmicas medievais do Castelo de Arouca (Aveiro). Uma abordagem preliminar. In *Actas das 4ªs. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval (...)* (Tondela, 2000). Tondela: Câmara Municipal, pp. 49-60

SILVA, António Manuel S. P.; Pinto, Filipe M. S.; Guimarães, J. A. G.; Sousa, Laura; (no prelo) – O castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): de fortificação tardo-romana a castelo roqueiro?. In Silva, António M. S. P. (coord.), *No tempo dos Mouros: castelos do Baixo Douro ao Mondego na época da Reconquista*. *Actas do Colóquio realizado em Arouca em 2011*. Arouca, no prelo

SOUSA, Arlindo de (1945) – Nótulas arqueológico-históricas. Vila-da-Feira Lusitano-Romana (...). *Anales de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*. Ano 10 (2). Madrid, pp. 399-412

SOUSA, Arlindo de (1957) – *Estudos de Arqueologia, Etnologia e História. Antiguidades do Município de Gaia: Civilizações Pré-romanas, Romana e Romana Portuguesa*. Rio de Janeiro

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS CERÂMICAS MEDIEVAIS (SÉCS.VI/VII A XIII) DO MOSTEIRO DE SANTA MARINHA DA COSTA (GUIMARÃES)

Lília Freitas¹, Manuel Luís Real²

1. Localização, enquadramento histórico e dados arqueológicos

O mosteiro de Santa Marinha da Costa localiza-se no sopé da serra de Santa Catarina, na freguesia da Costa, concelho de Guimarães e distrito de Braga (figura 1). Ainda hoje se conserva boa parte da estrutura medieval e moderna na atual Pousada de Sta. Marinha.

É no ano de 959 que o lugar da Costa aparece referido pela primeira vez, em fontes escritas, através do testamento de Mumadona, onde esta doa ao mosteiro de Guimarães a sua herdade de Lourosa (nome com que o local começou a ser conhecido). O mesmo testamento levava a considerar a possibilidade da existência de uma ocupação mais antiga, pelo facto de nele surgir o nome de dois proprietários anteriores. Esta possibilidade veio a ser corroborada pelos vestígios arqueológicos que remetem para uma ocupação do local no período tardo-romano e suevo-visigótico (*Boletim nº130*: 7-8, 18; Real 1980:1).

¹ Universidade do Porto

² Investigador do CITCEM

O edifício romano poderia estar associado a uma pequena unidade agrícola ou a um posto de vigilância sobre o vale. Sobre este estabelecimento teria sido construído um templo, nos séculos VI/VII, sucessivamente reconstruído e ampliado. É possível que aqui estivesse localizada a sede de uma circunscrição da Igreja Sueva, a designada paróquia de *Carantonis* (*Boletim nº 130*: 8; Real 1980: 1).

Mais tarde, sobre o mesmo local, é construído outro templo datável do século IX. É possível que no 2º quartel do século X se tivessem instalado aí os condes portugalenses, Mumadona Dias e Hermenegildo Gonçalves. A magnitude e a excelente qualidade construtiva do edifício levam a supor que se estará em presença de vestígios do Paço Condal do século X (*Boletim nº130*: 9, 12, 24, 30).

Como resultado da falência da linhagem dos condes de Portucale, este edifício foi reconvertido, passando a mosteiro. Crê-se que tal tenha ocorrido no século XI. Na centúria seguinte, durante o 2º quartel, foi entregue - segundo a tradição, por dádiva da rainha D. Mafalda - aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (*Boletim nº130*: 31; Real 1980: 4).

A partir de 1448 começam a surgir as primeiras intenções de passar a sua tutela para a Ordem de São Jerónimo. Contudo, é apenas em 1528 que o mosteiro é entregue aos Jerónimos. Mais tarde, a instauração do Liberalismo e a consequente extinção das Ordens Religiosas, levam à expulsão dos monges, em Julho de 1834 (*Boletim nº130*: 31, 39-41, 52; Real 1980: 4-7).

A casa conventual acaba por entrar na posse de particulares, após a sua venda em hasta pública. Simultaneamente, o templo assume funções de igreja paroquial da freguesia da Costa (*Boletim nº 130*: 52; Real, 1980: 7).

Após a ocorrência de um grandioso incêndio, em 1951, o edifício fica ao abandono e assim se mantém até 1972, momento em que é adquirido pelo Estado. Ainda nesta década começaria a ser recuperado pela DGEMN, com vista ao seu aproveitamento como pousada (*Boletim nº 130*: 55).

As escavações arqueológicas surgiram no âmbito das obras de adaptação do edifício a pousada. Estas tiveram início em 1979 e prolongaram-se pelos primeiros anos 80, sendo levadas a cabo pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho com o apoio da DGEMN, da Câmara Municipal de Guimarães e da Secretaria de Estado da Cultura.

Perante o surgimento de estruturas anteriores à construção românica, promoveram-se diversas sondagens no local. As primeiras zonas intervencionadas correspondiam à área do claustro e do primitivo refeitório e da cozinha. Seguiu o primitivo dormitório, e por fim, na campanha em 1983, seriam abertas sondagens no exterior do edifício, junto à fachada oeste do dormitório e à parede norte da igreja (figura 2).

2. Estudo das cerâmicas

2.1 Metodologia

De entre o espólio que foi exumado nas escavações do Mosteiro de Santa Marinha da Costa foi individualizada, para este estudo, apenas a cerâmica comum enquadrável entre os séculos VI/VII a XIII. A este conjunto pretendeu-se realizar uma análise do ponto de vista tecnológico, morfológico e decorativo, bem como a sua contextualização crono-estratigráfica. É de referir que o conjunto estudado se reporta basicamente às zonas onde foi possível, a partir dos registos das escavações, reconstituir sequências estratigráficas. Enquadrada a proveniência das cerâmicas, passa-se agora a expor os critérios utilizados na caracterização das pastas, na descrição das formas e na atribuição de uma possível cronologia.

O estudo da pasta corresponde a um tipo de classificação assente em fatores de alguma subjetividade, mas que permitiu definir grupos, tendo por base uma análise macroscópica. Para tal foram valorizados critérios como: textura e compacidade das pastas, coloração e aspeto das mesmas, tal como das respetivas superfícies e, além disso, o tipo de desengordurantes presentes. Para a atribuição da cor foi utilizado o Código de Munsell. Com base nestes indicadores foram definidos, como se disse, diversos grupos de pastas.

Para este estudo, pretendia-se apenas incluir os fragmentos mais relevantes ou que, eventualmente, permitissem identificar formas, isto é, bordos, fundos, asas e todos os fragmentos decorados. Contudo, constatou-se que existiam alguns fragmentos sem forma perceptível, mas cujas pastas remetiam para cronologias mais antigas. Por este motivo tais fragmentos, que não foi possível desenhar, foram incluídos e designados por “Pastas Medievais A”. Os restantes fragmentos passaram a pertencer ao grupo de “Pastas Medievais B”

Assim, todos os fragmentos cerâmicos, num total de 72, foram reunidos nestes dois grandes grupos. De cada um, sub-agruparam-se e classificaram-se todos os fragmentos em função dos diferentes tipos de pastas.

A análise morfológica e decorativa das cerâmicas consistiu na descrição da forma e da sua decoração, quando existente.

Para o desenho arqueológico foram selecionadas todas as formas de perfil completo, os fragmentos decorados e os fragmentos mais relevantes que, eventualmente, permitissem identificar formas.

Procurou-se realizar também uma análise estatística relativamente às distribuições dos fabricos e das formas. De mencionar que todos os valores referidos já contemplam o número mínimo de indivíduos.

A datação proposta para as cerâmicas tem por base o estabelecimento de uma correlação, sempre que possível, entre estas, a estratigrafia, as fontes documentais e a comparação com cerâmicas similares provenientes de outros locais onde se encontrem bem datadas. Recorreu-se frequentemente à opinião de especialistas e, sobretudo, à comparação da realidade estudada com o universo dos conhecimentos disponíveis para outras regiões, estabelecendo frequentemente paralelos formais ou de pastas.

2.2. Crono-estratigrafia

As cerâmicas apresentadas neste estudo podem ser encontradas nas sondagens CC83G, CC83F e CC83K.

A sondagem CC83F não foi integrada neste estudo, uma vez que possuía um registo estratigráfico insuficiente.

Na sondagem CC83G (fig.3), as cerâmicas em questão surgem apenas nas UEs [51], [52] e [53]. Estas UEs parecem estar associadas a obras decorridas durante o período medieval: a UE [51] estará associada a um nível de revolvimento; a UE [52] poderá corresponder a um nível de enchimento; já a UE [53] parece corresponder a um nível de entulhos.

Na sondagem CC83K (fig.4), as cerâmicas em estudo estão relacionadas com as UEs [13], [14], [20] e [21]. As UEs [13] e [14] são camadas de grande revolvimento, associadas a nivelamentos/enchimentos, ocorridos, possivelmente, nos séculos XIV/XV e XVI, respetivamente. Tal explica que a presença destas cerâmicas seja diminuta e surja, frequentemente, associada a cerâmicas baixo medievais e de época Moderna. Já nas UEs [20] e [21], a cerâmica mais recente não deve ultrapassar o século X. A UE [21] poderá corresponder a um nível de enchimento/desafetação de uma canalização UE [15] e a UE [20] parece corresponder a um nível de enchimento após o abandono da canalização.

2.3 Características técnicas

O conjunto que designámos como “Pastas Medievais A” é composto por 25 fragmentos (correspondentes a paredes de formas indeterminadas) e foi dividido em 3 grupos de pastas distintos (gráfico 1):

Pasta 1 - Pasta grosseira, cinzenta clara (Munsell 5Y 7/1), pouco dura e porosa. Desengordurantes compostos por partículas de mica prateada e grãos de quartzo esbranquiçado de média dimensão. A superfície externa é rugosa e da mesma cor da pasta.

É uma pasta que encontra paralelo nas estações arqueológicas de Dume, Braga (Fontes e Gaspar, 1997; Gaspar, 2003), estando normalmente associada a contextos suevo-visigóticos.

Pasta 2 - Pasta grosseira, bege acinzentada (Munsell 10YR 6/2), pouco dura e muito porosa. Desengordurantes compostos por partículas de mica e grãos de quartzo esbranquiçado de pequena e média dimensão. A superfície externa, da mesma cor da pasta, é rugosa.

Pastas semelhantes podem ser encontradas nas estações arqueológicas de Dume, Braga (Fontes e Gaspar 1997; Gaspar 2003) e em Penafiel de Bastuço, Braga (Regalo e Fontes 1998), com cronologias enquadráveis nos séculos VIII-XI.

Pasta 3 - Pasta grosseira, castanha acinzentada (Munsell 10YR 6/2), pouco dura e algo porosa. Desengordurantes compostos por partículas de mica prateada e grãos de quartzo esbranquiçado de grandes dimensões. A superfície externa, de cor cinzenta acastanhada (Munsell 10YR 5/2), é rugosa.

São pastas que encontram paralelo na estação arqueológica de Dume, Braga (Fontes e Gaspar 1997; Gaspar 2003) com cronologias atribuídas aos séculos IX/X.

As restantes cerâmicas comuns medievais (compostas por fragmentos de bordos, fundos, asas e fragmentos decorados de forma indeterminada) representam 3 grupos, correspondendo a um total de 47 fragmentos (gráfico 2):

Pasta 4 - Pasta grosseira, cinzenta clara (Munsell 5Y 7/1), pouco dura e porosa. Desengordurantes constituídos por partículas de mica prateada e grãos de quartzo esbranquiçado de pequena e média dimensão. A superfície externa é rugosa, da mesma cor da pasta.

Pasta 5 - Pasta grosseira, cinzenta clara (Munsell 5Y 7/1), pouco dura e muito porosa. Desengordurantes constituídos por mica prateada, biotite e quartzo esbranquiçado de pequena e média dimensão. A superfície externa, normalmente da mesma cor da pasta, é rugosa.

Pastas semelhantes podem ser encontradas em Penafiel de Bastuço, Braga (Fontes e Regalo 1998), no Castelo de Lindoso, Braga (Fontes n.p.) e em Tibães, Braga (Fontes n.p.), com cronologias que abarcam os séculos XI a XIII.

Pasta 6 - Pasta grosseira, de cor cinzenta acastanhada (Munsell 2.5Y 6/2), dura mas relativamente porosa. Desengordurantes constituídos por pequenas partículas

de mica prateada, cerâmica moída e grãos de quartzo esbranquiçado, de pequena e média dimensão. A superfície externa, de coloração cinzenta muito escura (Munsell 2.5Y 3/1) é alisada e relativamente irregular.

Pastas semelhantes surgem em Dume (Fontes e Gaspar 1997; Gaspar 2003), com cronologias atribuídas aos séculos IX/X.

2.4 Análise morfológica

O repertório de peças identificadas é pouco variado incluindo apenas panelas, jarros e alguidares.

As panelas revelam um claro predomínio em relação às restantes formas, com 21,3%, seguindo-se os jarros e os alguidares, ambos com apenas 2,1%.

Destaca-se também a presença de fragmentos decorados com cordões plásticos, aos quais não foi possível atribuir uma forma específica, representando 29,8% dos fragmentos em estudo.

Em 44,7% dos casos (compostos por bordos, fundos e asas) não foi possível a atribuição de uma forma específica aos fragmentos (gráfico 3 e tabela 1).

Panelas

As panelas apresentam pouca variedade formal, são normalmente de perfil em “S”, com o bordo esvasado, podendo possuir asas. Os diâmetros oscilam entre os 20 e os 30 cm, sendo que maioria pertence à Pasta 5.

Os exemplares estudados encontram um paralelo próximo na estação arqueológica medieval de Sta. Cruz da Vilariça (Rodrigues e Rebanda 1998:121-123).

O único exemplar decorado (estampa 2, figura 5), apresenta um cordão plástico com impressões triangulares, colocado sob o colo. Esta decoração encontra paralelo em peças encontradas em Sta. Cruz da Vilariça (id.: 124), ainda que com formas distintas.

Jarros

O único jarro identificado pertence à Pasta 5 e está representado apenas por uma asa de fita, de preensão vertical e secção aplanada (estampa 3, figura 6).

Alguidares

O único alguidar identificado integra-se na Pasta 6. Apresenta um corpo troncocónico, lábio biselado e fundo plano, com um diâmetro superior a 40 cm (estampa 5, figura 14).

Fragmentos decorados de forma indeterminada

A aplicação de cordões plásticos, em disposição horizontal ou cruzada, é uma das matrizes ornamentais mais recorrentes. Normalmente são cordões pouco espessos com marcas digitadas ou tratados de forma que lhes confere um aspeto “cordiforme” (estampas 3 e 4; e figura 5). Fragmentos com decoração semelhante são frequentes em cronologias afins aos fragmentos em estudo, encontrando-se, por exemplo, no Castelo de Arouca (Silva e Ribeiro 2008: 54, figuras 6 e 7), no Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda 1995: 63, figuras 37-40) e Sta. Cruz da Vilariça (Rodrigues e Rebanda 1998: 126).

Considerações finais

Com este estudo pretendemos dar a conhecer um conjunto de cerâmica comum cuja cronologia se insere entre os séculos VI/VII a XIII, recolhidas nas escavações arqueológicas realizadas há cerca de 30 anos, no Mosteiro de Sta. Marinha da Costa, uma das primeiras em que foram identificados níveis alto medievais, associados a estruturas arquitetónicas de importância excepcional.

Uma das problemáticas com que nos deparamos foi o facto de se tratar de um local com um registo estratigráfico hoje nem sempre suficientemente claro – pois houve necessidade de converter o registo por “complexos” em unidades estratigráficas, decorrido já longo tempo após a escavação e sem os autores terem participado diretamente nesse registo – e de estarem ausentes indicadores de cronologia absoluta, situação que impossibilitou a atribuição de datações mais finas ao espólio recolhido. As datações propostas resultaram sobretudo do estabelecimento de paralelos cerâmicos provenientes de outros locais com uma datação mais segura. Recorremos, assim à comparação com cerâmicas medievais provenientes de escavações maioritariamente realizadas no âmbito regional, como foi o caso de Dume (Braga), Penafiel de Bastuço (Braga), Baldoeiro (Torre de Moncorvo) e Sta. Cruz da Vilariça (Torre de Moncorvo).

De acordo com uma análise da distribuição espacial, constatámos que estas cerâmicas surgem apenas nas sondagens exteriores ao edifício (CC83K, CC83G e CC83F) sobretudo nos níveis inferiores, como se pode observar através da leitura dos cortes estratigráficos das sondagens CC83K e CC83G. Nas restantes zonas intervencionadas (claustro, dormitório primitivo, cozinha e refeitório primitivos) verifica-se uma total ausência de cerâmicas destas cronologias, em resultado das grandes reformas ocorridas nos séculos XVI e XVIII e, posteriormente, no século XIX e início do seguinte. Estas cerâmicas relacionam-se com as primeiras fases de ocupação do local, estão presentes em reduzidas quantidades e o seu elevado grau de fragmentação impossibilitou, na maioria dos casos, a atribuição de formas específicas.

Bibliografia

BOLETIM: “Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, 130, Lisboa, 1985. (Pousada de Santa Marinha – Guimarães).

FONTES, Luís, Gaspar, Alexandra (1997). Cerâmicas da região de Braga na transição da antiguidade tardia para a Idade Média. In *Actes VIème Colloque sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, (13-15 Novembre 1995), Aix-en-Provence, pp. 203-212.

FONTES, Luís, Regalo, Henrique (1998). O “Castelo” de Penafiel de Bastuço, Paços de S. Julião, Braga. Elemento para o seu estudo. In *Arqueologia Medieval*, Campo arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Porto, 5, pp. 199-220.

GASPAR, Alexandra (2003). Cerâmicas cinzentas da antiguidade tardia e alto-medievais de Braga e Dume. In *Anejos de AEspa*, XXVIII, pp. 455-481.

REAL, Manuel Luís (1980). *Convento da Costa – História e Arqueologia*, Exposição, Guimarães.

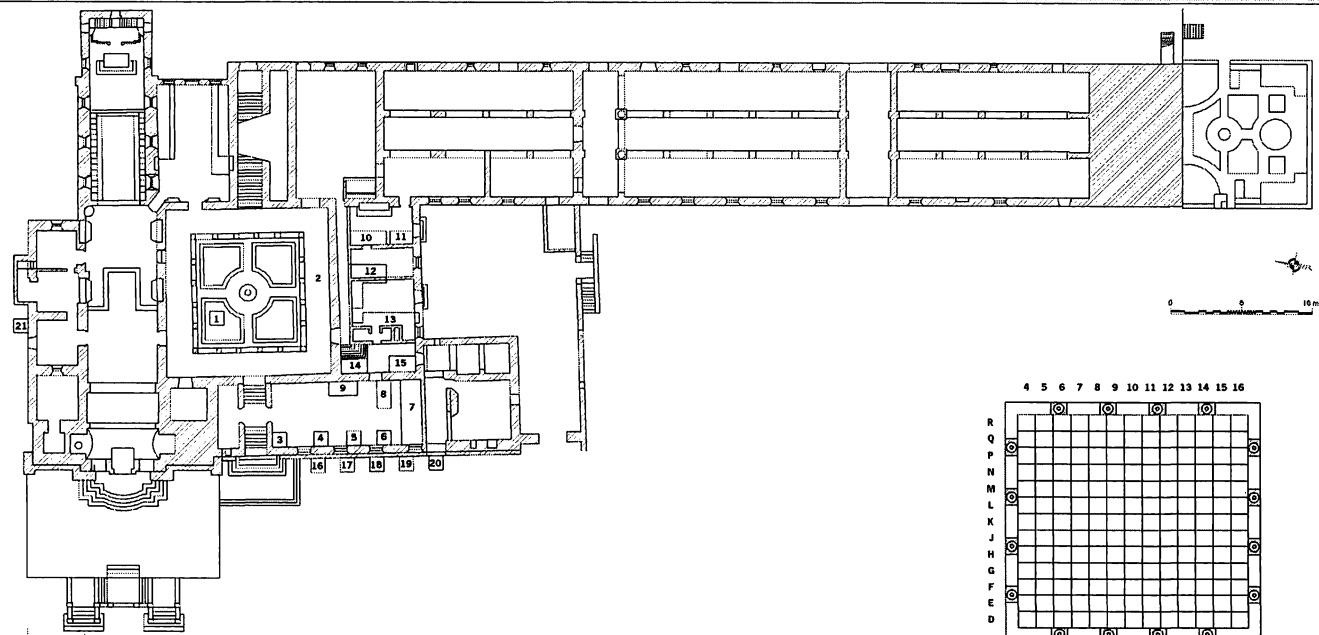
RODRIGUES, Miguel, Rebanda, Nelson (1995). Cerâmicas Medievais do Baldoeiro (Adeganha – Torre de Moncorvo). In *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, C. M. de Tondela, pp.51-66.

(1998). Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilarça. In *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, C. M. de Tondela, pp. 101-126.

SILVA, António, Ribeiro, Manuela (2008). Cerâmicas Medievais de Arouca (Aveiro). Uma abordagem preliminar. In *Actas das IV Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, C.M. de Tondela, pp. 49-60.



Figura 1. Localização do mosteiro de Sta. Marinha da Costa. C.M.P. (Folha nº 85)



Plano Geral - Áreas Intervencionadas

Sondagens Claustro

- 1 GDC
- 2 MCL

Sondagens Dormitório Fraterno

- 3 CCS
- 4 CCI
- 5 CCU
- 6 CCH
- 7 CCI
- 8 CCS
- 9 CCP

Sondagens Refeitório e Cozinha

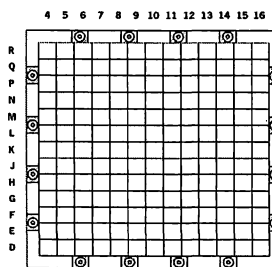
- 10 CCH
- 11 CCQ
- 12 CCD
- 13 COM
- 14 CCJ
- 15 CCI

Sondagens Exterior Dormitório

- 16 CCB3C
- 17 CCB3D
- 18 CCB3E
- 19 CCB3G
- 20 CCB3J

Sondagens Exterior Igreja

- 21 CCB3K

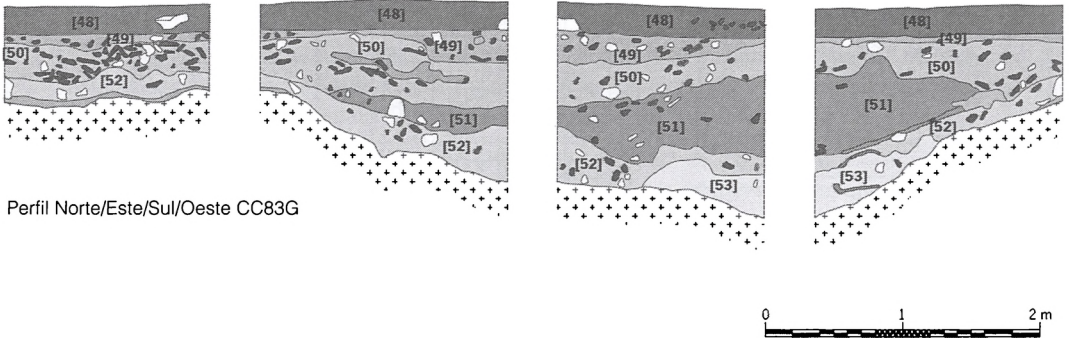


Pormenor Claustro - Quadricula

- 21 CCB3K

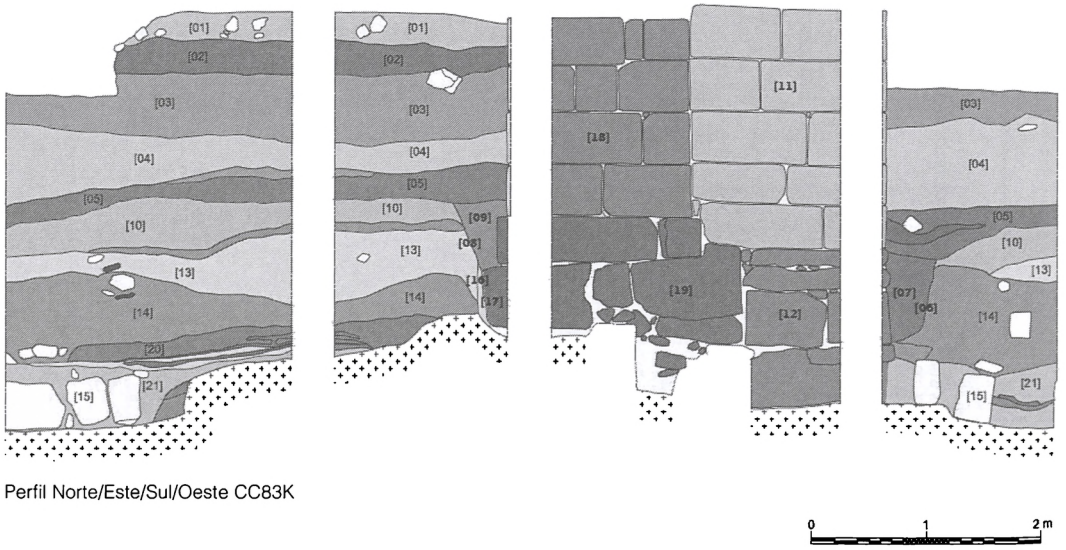
Apêndice 1.1

Figura 2. Planta do mosteiro com a respetiva implantação das sondagens



Perfil Norte/Este/Sul/Oeste CC83G

Figura 3. Corte estratigráfico da sondagem CC83G



Perfil Norte/Este/Sul/Oeste CC83K

Figura 4. Corte estratigráfico da sondagem CC83K.

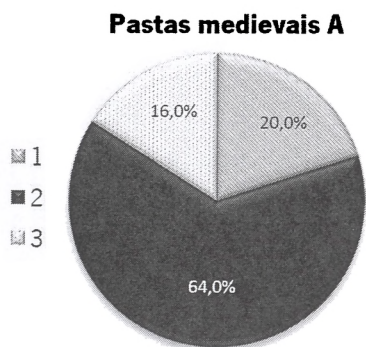


Gráfico 1 – Percentagem das pastas medievais A

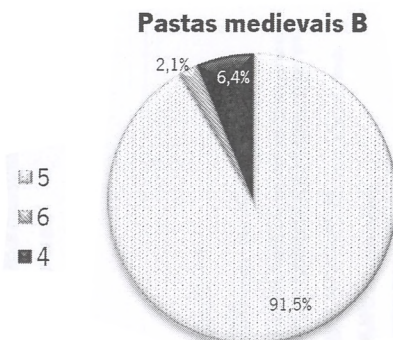


Gráfico 2 – Percentagem das pastas medievais B

Análise morfológica

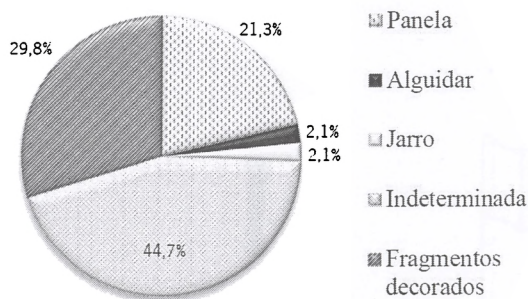
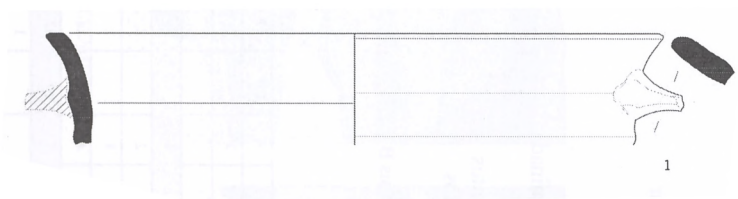


Gráfico 3 – Percentagens por tipos das cerâmicas medievais B

Fabrico	Forma	PC	B	F	A	FD	TF
4	Panela		1		1		2
	Indeterminada		1				1
Total			2		1		3
5	Panela		6		2		8
	Jarro				1		1
	Indeterminada		4	12	4	14	34
Total			10	12	7	14	43
6	Alguidar	1					1
Total			1				1

PC – Perfil completo; B – Bordo; F – Fundo; A – Asa; FD – Fragmento decorado; TF – Total de fragmentos

Tabela 1 – Análise morfológica das cerâmicas medievais B por fabrico



Nº inventário: 2013.0217

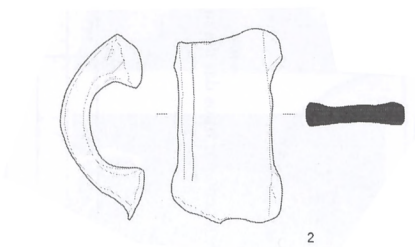
Forma: Panela

Dimensões: Ø27,5; alt. máx. 4,9

Descrição: Bordo ligeiramente esvasado e lábio biselado. Asa de fita, de prensão vertical e secção aplanada arrancando do colo

Procedência: CC83F - Sem contexto

Paralelos: —



Nº inventário: 2012.0651

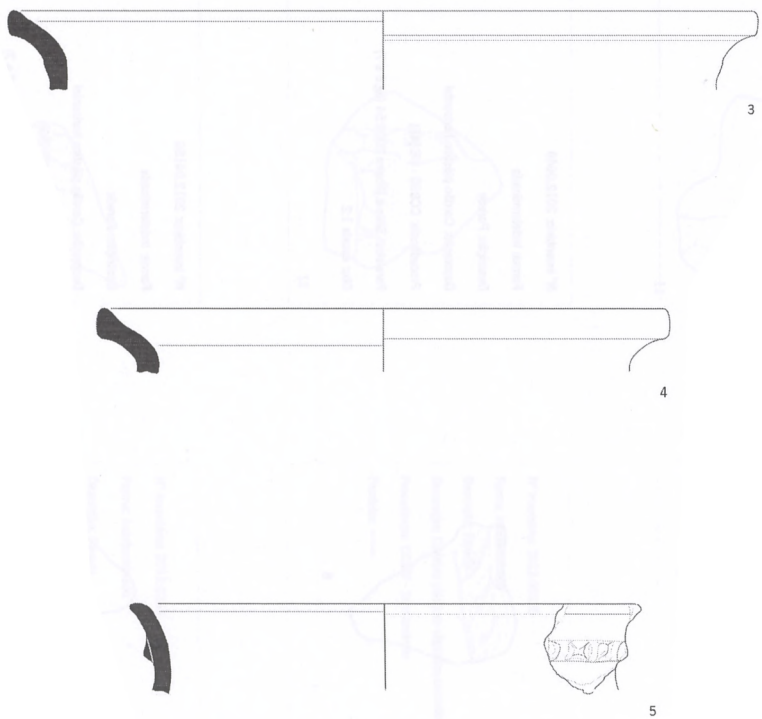
Forma: Panela

Descrição: Asa de fita, de prensão vertical e secção aplanada

Procedência: CC83F - Sem contexto

Paralelos: —

Figura 5. Grupo cerâmico 4.



Nº inventário: 2013.0218

Forma: Panela

Dimensões: Ø32,6; alt. máx. 3,5

Descrição: Bordo esvasado e lábio biselado

Procedência: CC83G - UE [50]

Paralelos: Rodrigues e Rebanda, 1995: 62 (fig. 21)

Nº inventário: 2013.0219

Forma: Panela

Dimensões: Ø24,6; alt. máx. 2,4

Descrição: Bordo esvacado e lábio biselado

Procedência: CC83G - UE [51]

Paralelos: Rodrigues e Rebanda, 1995: 62 (fig. 25)

Nº inventário: 2012.0644

Forma: Panela

Dimensões: Ø22,4; alt. máx. 3,7

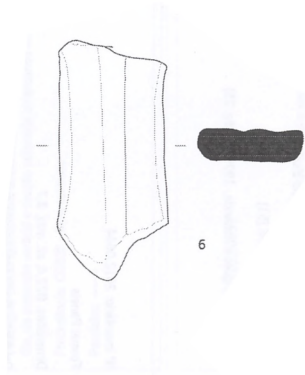
Descrição: Bordo ligeiramente esvasado e lábio biselado

Decoração: Cordão com impressões triangulares sob o bordo

Procedência: CC83F - Sem contexto

Paralelos: —

Figura 6. Grupo cerâmico 5.



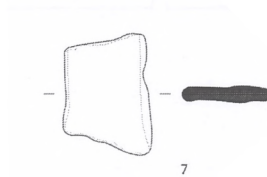
Nº inventário: 2013.0220

Forma: Jarro

Descrição: Asa de fita, de pressão vertical e secção aplanada e moldurada

Procedência: CC83F - Sem contexto

Paralelos: —



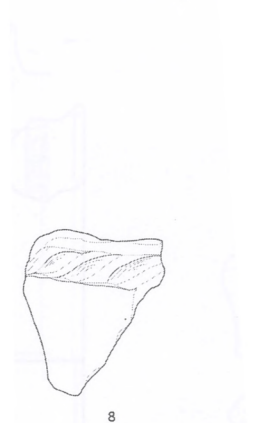
Nº inventário: 2013.0221

Forma: Indeterminada

Descrição: Asa de fita, de pressão vertical e secção aplanada

Procedência: CC83K - UE [13]

Paralelos: —



Nº inventário: 2012.0649

Forma: Indeterminada

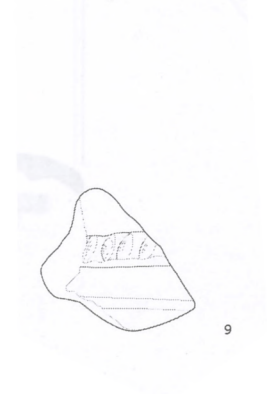
Descrição: Parede

Decoração: Cordão plástico horizontal

Procedência: CC83G - UE [48]

Paralelos: Silva e Ribeiro 2008:54 (fig.6 e 7)

Obs: escala 1:2



Nº inventário: 2012.0415G

Forma: Indeterminada

Descrição: Parede

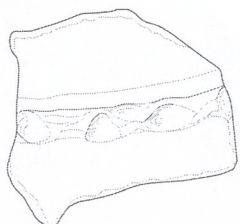
Decoração: Cordão plástico horizontal

Procedência: CC83G - UE [50]

Paralelos: Silva e Ribeiro 2008:54 (fig.6 e 7)

Obs: escala 1:2

Figura 7. Grupo cerâmico 5.



10

Nº inventário: 2012.0646

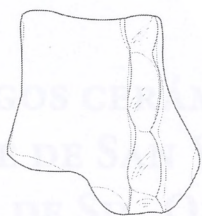
Forma: Indeterminada

Descrição: Parede

Decoração: Cordão plástico digitado horizontal

Procedência: CC83F - Sem contexto

Paralelos: Silva e Ribeiro, 2008:54 (fig.6 e 7)



11

Nº inventário: 2013.0222

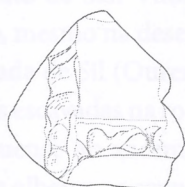
Forma: Indeterminada

Descrição: Parede

Decoração: Cordão plástico digitado vertical

Procedência: CC83G - UE [50]

Paralelos: Silva e Ribeiro 2008:54 (fig.6 e 7)



12

Nº inventário: 2012.0302G

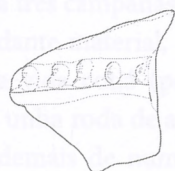
Forma: Indeterminada

Descrição: Parede

Decoração: Cordões plásticos digitados cruzados

Procedência: CC83F - Sem contexto

Paralelos: —



13

Nº inventário: 2013.0223

Forma: Indeterminado

Descrição: Parede

Decoração: Cordão plástico digitado horizontal

Procedência: CC83F - Sem contexto

Paralelos: —

Figura 8. Grupo cerâmico 5

Nº inventário: 2012.0644

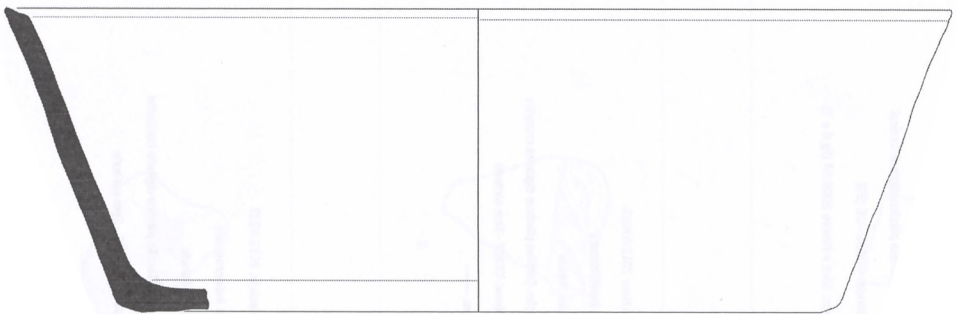
Forma: Alguidar

Dimensões: Ø42; alt. máx. 13,4

Descrição: Corpo troncocônico; lábio biselado para o interior e fundo plano

Procedência: CC83G - UE [51]

Paralelos: —



14

Figura 9. Grupo cerâmico 6.

ACHÁDEGOS CERÁMICOS NA NECRÓPOLE RUPESTRE DE SAN VITOR DE BARXACOVA (PARADA DE SIL, OURENSE)

Eduardo-Breogán Nieto Muñiz¹

O xacemento de San Vitor atópase nas ladeiras de San Lourenzo, na ribeira leste do río Mao, mesmo na desembocadura deste no Sil, na parroquia de Barxacova, concello de Parada de Sil (Ourense, Galiza). Trátase dunha necrópole de sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, nun afloramento granítico situado na escarpada ladeira. Distínguense no xacemento dúas partes ben diferenciadas: por un lado o afloramento que alberga as sepulturas, mesmo contra a pendente, e por outro unha elevada peneda sobre a que se situaba unha capela, cuxa ruína foi abatida a mediados do século XIX, e da que se conservan os chanzos de subida e diversas marcas dos seus alicerces escavadas na propia peneda, ademáis de varias sepulturas; entre a peneda e o afloramento da necrópole esténdese unha explanada que une ambas partes.

Durante as xa tres campañas levadas a cabo no xacemento (2010, 2011 e 2012) recuperouse abundante material, destacando catro moedas de entre os séculos XIII e XV, obxectos da vida cotiá (poutadas ou pesos de rede, fusaiolas, ferraduras, escouras e incluso unha roda de alfareiro facendo parte das laxas da cuberta dunha das sepulturas), ademáis de numeroso material cerámico de natureza diversa. A procedencia deste material foi tanto do alto da peneda, entre as fendas da rocha, nas

¹ Arqueólogo profesional (Breogán Arqueoloxía), con enderezo en Ourense (Galiza): www.breoganarqueoloxia.com.



Figura 1. Plano situación na Galiza.



Figura 2. Plano de situación comarcal



Figura 3. Panorámica do sitio dende a aba superior.



Figura 4. Vista xeral do sitio.

catas realizadas na explanada central e da necrópole, tanto dos niveis de superficie como de dentro dos sartegos.

De entre os 47 sartegos descubertos ata hoxe (4 deles no alto da rocha), 6 deles apareceron cubertos coas laxas orixinais. Do interior destes recolléronse estratos de terra con carbóns que puideron ser analizados por radiocarbono, obtendo datacións de entre os séculos VII a XII. Nestes mesmos estratos foron recuperados unha serie de fragmentos cerámicos que constitúen os máis interesantes do xacemento, en tanto

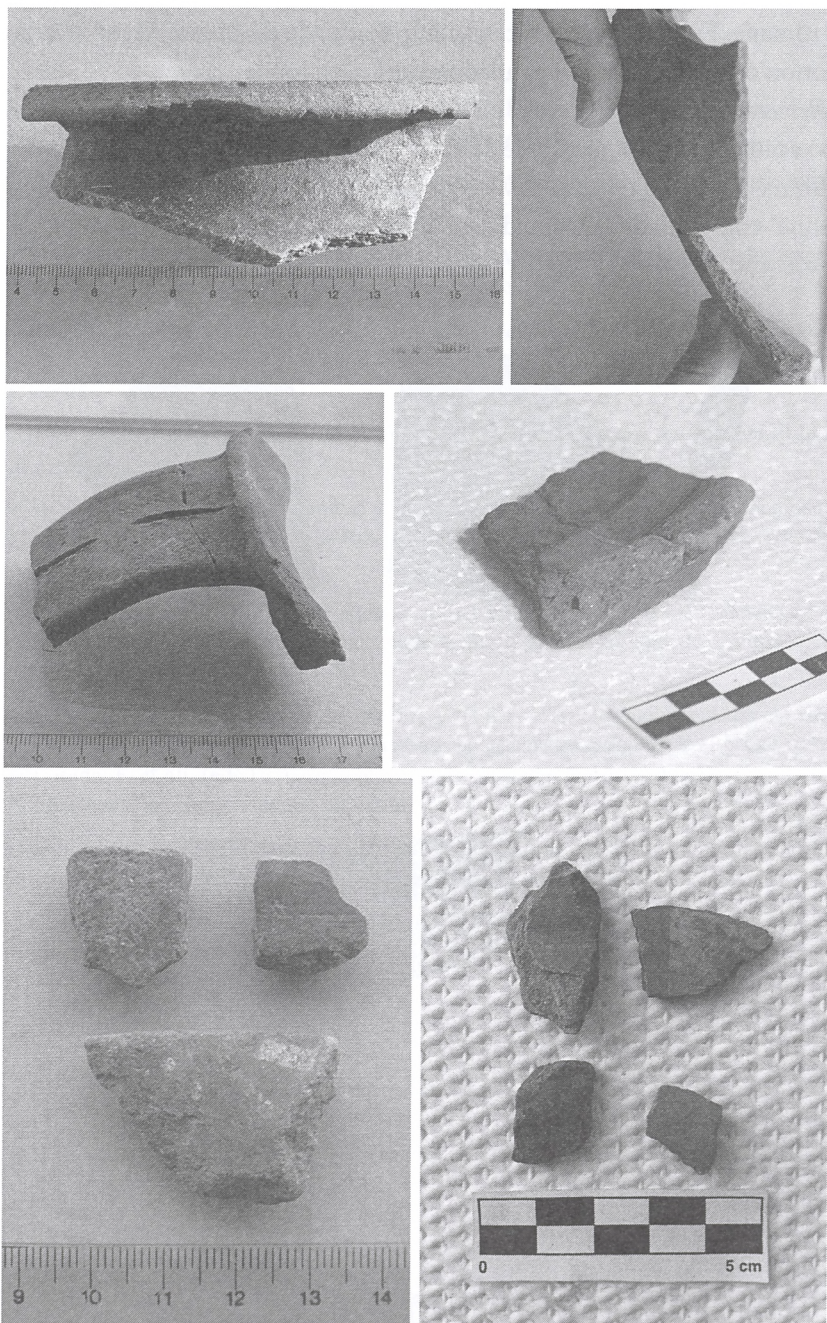
están directamente relacionados cos enterramentos e as datacións absolutas obtidas. Estas datacións, porén, non deben ser tomadas como referencia cronolóxica exacta dos enterramentos, xa que foron tirada de mostras de carbón procedente, xunto coa terra e as cerámicas indicadas, do exterior dos sartegos no momento do enterramento. Isto quere dicir que as datacións obtidas por radiocarbono estannos a dar unha cronoloxía *post quem* para o enterramento, pero non unha idade exacta para o mesmo.

A cerámica recuperada é claramente indicadora da presenza no lugar dun asentamento e da perduración do culto na capela, de orixe prerrománica, ata o século XV. A maioría dos fragmentos relaciónanse cos niveis de derrube da capela, entre as fendas da rocha e ao pé desta, datados entre o século XIII e o XV, misturados con gran cantidade de tella curva e incluso tégula. Se ben se trata de anacos moi fragmentados pódense distinguir certas formas reincidentes: fondos planos e bordes esvasados horizontais moi marcados, con prolongación inferior, algúns incluso con asas planas de sección rectangular que arrincan directamente do borde. Caracterízanse por unhas pastas moi micáceas, de tonalidade cincenta escuro e marrón. Algunhas presentan decoración incisa, recta ou ondulada, e incluso en resalte, con cordados aplicados con dixitacións. Fóra destas formas pechadas sinxelas atopáronse algúns fragmentos de bases en disco sobresaínte, con decoración dixitada superior, e bordes rectos lixeiramente esvasados, xa correspondentes a formas abertas, identificándose con alguidares ou barreños.

Os mesmos tipos cerámicos, inda que en catidades menores, foron recollidos sobre a necrópole, nos niveis máis superiores. A procedencia destes é, con seguridade, de arrastre da aba superior, de canda a apertura dun camiño a comezos do século XX en relación a construción da central hidroeléctrica e a canle vella do Mao. Sospeitamos, polo tanto, da presenza dun asentamento relacionado coa necrópole nese punto, se ben os resultados das sondaxes practicadas non deron resultados positivos.

Entre o domino dos fragmentos cerámicos de clara factura medieval hai outros que se arredan dese abano temporal, tanto algúns con pastas brancas e vidrados melados de época moderna, coma outros con formas aparentemente emparentadas co mundo galaico-romano.

Destaca entre todo o expolio cerámico unha serie de fragmentos de pasta marrón de gran fino, con abundantes desgrasantes de mica e remate exterior con engobe ou augada de coloración alaranxada, marrón ou avermellada, incluso algún con restos de pintura branca. A gran maioría destes fragmentos apareceu dentro das sepulturas, recordando as cronoloxías indicadas, podendo estar ante un tipo de cerámica características da alta idade media, con remates de aparente tradición



Fragmentos de cerámica común marrón con engobe vermello exterior, pintada e negra bruñida, atopados no interior das sepulturas.

Figura 5. Borde esvasado horizontal con reborde inferior; Figura 6. Forma pechada de base plana e asa vertical aplanada; Figura 7. Asa vertical aplanada con decoración lonxitudinal e arranque no borde; Figura 8. Base de fondo plano e sobresainte con decoración superior correspondente a unha fonte; Figura 9. Cerámica común engobada en vermello e con pintura branca; Figura 10. Cerámica común engobada en vermello, pintada e negra bruñida.

tardo-romana. En ocasións aparecen acompañadas de cerámicas negras con bruido exterior ou de pastas finas e espatulado exterior, en tonos ocre.

As cerámicas non fan máis que confirmalas teorías que se veñen barallando para o xacemento: unha necrópole de entre o século IX e XI, con posible perduración do culto na capela ata o século XV, emprazada sobre un lugar ocupado previamente por unha comunidade alto-medieval e/ou un pequeno destacamento de vixía tardo-romano.

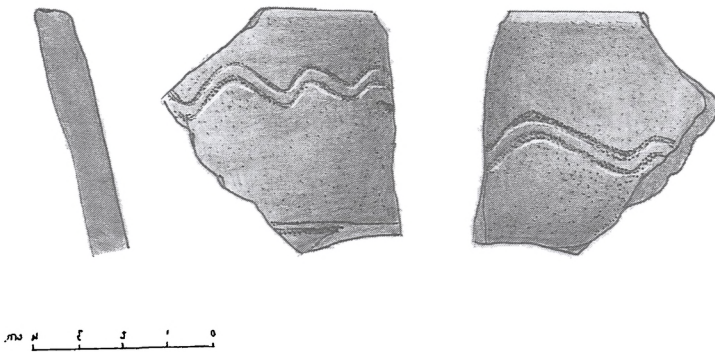


Figura 11. Borde recto de alguidar con decoración incisa ondulada exterior e interior.

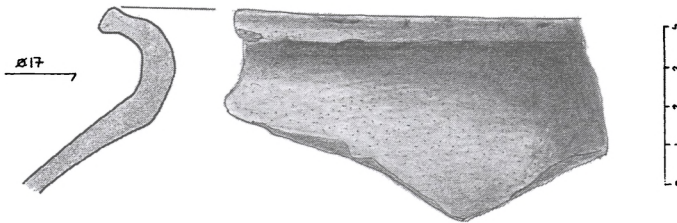


Figura 12. Borde horizontal típico.

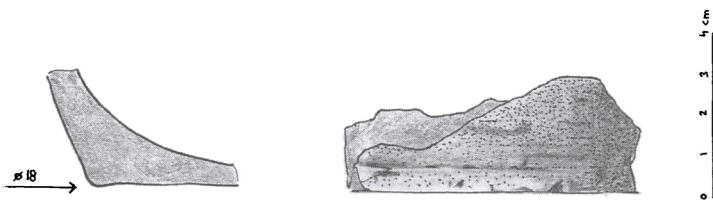


Figura 13. Fondo plano típico.

Bibliografía de referencia

ARIAS SANJURJO, J. (1914) – “Una excursión a la Ribera Sagrada”, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos históricos y artísticos de Orense*, tomo V, nº 98, pp.49-52.

FARIÑA BUSTO, F. e SUÁEZ OTERO J. (1988) – “Arqueoloxía medieval en Galicia. Unha aproximación”, *Traballos de Antropoloxía e Etnoloxía*, XXVIII, 3-4, pp. 49-77.

LÓPEZ QUIROGA, J. e LOVELLE, M. R. (1991) – “As sepulturas antropomorfas en rocha e a súa problemática histórica: unha proposta para o seu estudo”, *Revista Larouco*, 1, pp. 61-77.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2004) – *El final de la antigüedad en la Gallaecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2010) – *Arqueología del mundo funerario en la Península Ibérica (siglos V-X)*, Madrid, La Ergástula Ed.

MARTÍN VISO, I. (2007) – “Tumbas y sociedades locales en el centro de la península en la alta edad media: el caso de la comarca de Riba Cõa (Portugal)”, *Arqueología y Territorio Medieval*, nº14, pp. 21-47, Universidad de Jaén.

NIETO MUÑIZ, E.B. (2013) – “Romanos en San Vitor”, *Actas de las V Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica, Arqueología para el Siglo XXI*, Santiago de Compostela (maio 2012), pp.126-130.

NIETO MUÑIZ, E.B. e RODRÍGUEZ MUÑIZ, V. (s.d.) – “A necrópole rupestre de San Vitor (San Lourenzo de Barxacova, Parada de Sil, Ourense): grandes necrópoles en lugares desertos?”, en Pérez Losada, F. et ali. (eds.) *I Xornadas de Novos Investigadores do Noroeste: Arqueoloxía e Territorio*, Serie Anejos Herakleion, en imprenta.

RIVAS FERNÁNDEZ, X. C. (1981) – “Vestigios perrománicos de algunos olvidados monasterios y eremitorios orensanos”, *Boletín Auriense*, 11, pp. 49-100.

RODRÍGUEZ RESINO, A. (2005) – *Do Imperio Romano á Alta Idade Media, arqueoloxía da tardoantigüidade en Galicia (séculos V-VIII)*, Noia (A Coruña), Ed. Toxosoutos.

Espera-se que o presente volume possa contribuir para a fundamentação de novas discussões em torno da cerâmica das regiões Norte e Centro portuguesas entre os séculos IX a XII, que estão ainda tão mal conhecidas. As realidades produtivas de uma vasta faixa de território, genericamente estruturada pelos rios Mondego e Douro, são muito díspares e refletem dinâmicas de povoamento igualmente diferentes. Os trabalhos aqui apresentados permitiram espreitar o que ocorre ao nível dos usos e produções de cerâmica nas cidades, em zonas palatinas, em sítios de altura fortificados, em alguns espaços religiosos e em aglomerações populacionais rurais estabelecidas nos vales. A riqueza e variedade destas perspetivas tornou a o encontro realizado em Conímbriga em maio de 2012 muito frutífero, e nem toda a discussão então ocorrida é passível de resumo nos textos publicados. Não obstante, o volume que agora se apresenta pretende marcar um reinício das publicações respeitantes ao mundo artefactual medieval dos territórios a Norte do Tejo.

Referência da imagem da capa:
Exemplar do espólio da escavação do Pátio do
Museu Grão Vasco. Fotografia de Cátia Viana.

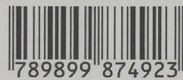
Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

ISBN 978-989-98749-2-3



9 789899 874923